O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quarta-feira 29 de ABRIL de 2026 • R$ 7,90 • Ano 147 • Nº 48406
estadão.com.br

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

A 6 meses do prazo para inauguração, Linha 6 do Metrô ganha forma

Prometida há 18 anos, a Linha 6-Laranja do Metrô vai conectar as zonas norte, oeste e central. A 6 meses da inauguração prevista do trecho Brasilândia-Perdizes, cerca de 88% da obra está pronta. A Estação Sesc-Pompeia (*foto*) tem 83% das obras concluídas. __A18

Candidato a vaga no Supremo __A8

Planalto libera emendas em esforço pela aprovação de Messias

__ Indicado ao STF, ministro da Advocacia-Geral da União vai enfrentar sabatina hoje na CCJ do Senado

O ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, indicado há mais de cinco meses pelo presidente Lula para o STF, será sabatinado hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. O governo se esforça para garantir a aprovação. Membros do colegiado foram substituídos e, nas duas últimas semanas, o Planalto acelerou a liberação de emendas parlamentares e negociações de cargos. Dos R$ 12,7 bilhões liberados para emendas ao Orçamento desde o início do ano, mais da metade foi paga nas duas últimas semanas. Depois de passar pela CCJ, Messias terá de ser aprovado pelo plenário do Senado.

Vera Rosa __ A10
Lula abre o cofre para emplacar Messias

Roseann Kennedy __ A9
Conflito de interesses na indicação para o STF

Geopolítica __A12

Emirados saem da Opep e debilitam cartel que põe preço no petróleo

Decisão dará mais volatilidade ao mercado no longo prazo, já que uma menor quantidade de petróleo estará sujeita a controle de produção. EUA devem se beneficiar.

E&N Política monetária __B1

Copom define Selic hoje e mercado prevê corte de 0,25 ponto nos juros

Taxa está em 14,75%. Preocupação com guerra deve levar BC a manter posição de cautela, afirmam economistas.

Investigação __A11

PF apura possível contrabando em voo com Motta e Ciro Nogueira

Avião, que vinha de Saint Martin, pertence a sócio de empresa de apostas online. À época, CPI das Bets estava ativa.

Notas e Informações __A3

Lula perdeu os jovens

Eis a resultante da liderança que não acompanhou as mudanças do século 21.

A ousadia do crime organizado

Luiz Felipe D'Avila __A6
Suprema arbitrariedade

Andrés Oppenheimer __A13
Choque com papa é risco para Trump

Fábio Alves __B3
A briga pelas expectativas

E&N Caso Master __ B8

Ex-presidente do BRB pede saída da Papuda para negociar delação

Paulo Henrique Costa foi preso sob suspeita de negociar propina de R$ 140 milhões em imóveis para favorecer Vorcaro.

THEA TRAFF/THE NEW YORK TIMES

Cinema __C1 a C3

Mocinha que enfrentou o ódio busca diversidade

Aos 43 anos, Anne Hathaway volta com 'O Diabo Veste Prada 2', em ano de papéis díspares: cantora e heroína grega.

Pena de dois anos __A10
Justiça condena presidente do PSTU por racismo contra judeus

Empresas jornalísticas __A14
Projeto de lei força big techs a pagar por notícias na Austrália

Silvano Raia (1930-2026) __A17
Morre o médico pioneiro dos transplantes de fígado

3 milhões de infrações __A15

Governo federal suspende multas por evasão de pedágio free flow

Medida vale por 200 dias e não isenta o infrator de pagar o pedágio devido. Quem pagou multa será ressarcido.

Edição de hoje
4 CADERNOS – 60 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Esportes, Para fechar... **E&N. Destacar** Economia & Negócios
C2. Cultura & Comportamento, A fundo
JC. Destacar Jornal do Carro

Tempo em SP
22° Mín. 27° Máx.

ISSN - 1516-293-1

Ines249

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO, LETICIA FERNANDES E ISADORA DUARTE
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO

Coluna do Estadão

Celina Leão resiste à ideia de vender BRB, mas mercado tem interesse no banco

O futuro do Banco de Brasília (BRB) esbarrou na seguinte encruzilhada: as limitações fiscais do governo do Distrito Federal e as ambições eleitorais de sua atual mandatária. Enquanto o setor financeiro consolida a visão de que a venda é o único caminho para evitar o colapso da instituição, a governadora Celina Leão (PP) rechaça a ideia. O temor da governadora é que o selo de "privatizadora" custe sua reeleição. Contudo, surge um novo cálculo entre agentes econômicos e políticos: o risco da liquidação. Se a privatização é impopular, o fim do banco e o prejuízo direto a correntistas e servidores seriam, nas palavras de interlocutores, o "enterro definitivo" da candidatura de Celina. A mensagem já chegou ao gabinete da governadora.

● **INTERESSE.** A despeito da crise de gestão, em razão principalmente das negociações com o Banco Master, o BRB ainda é visto como valioso. Integrantes do setor financeiro avaliam que, se fosse colocado à venda hoje, o banco atrairia interessados rapidamente.

● **ATRATIVOS.** Esses interlocutores observam, por exemplo, que o BRB tem uma carteira de clientes com base fiel de servidores públicos e possui ativos estratégicos, com presença dominante no mercado imobiliário e de crédito consignado no DF.

● **NEGATIVA.** "Essa é uma questão superada. O BRB não será nem privatizado nem liquidado", disse Celina à *Coluna*. Ontem, a governadora pediu socorro ao governo do presidente Lula para cobrir o rombo da instituição financeira. Ela quer que a União aprove a garantia para um empréstimo de R$ 6,6 bilhões junto ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

● **SÓ REZANDO.** O advogado-geral da União, Jorge Messias, sabe da dificuldade que enfrenta para ser aprovado para uma vaga no Supremo Tribunal Federal hoje. Desde segunda-feira, avisou aos amigos estar em jejum e oração.

● **AVISO...** Senadores da oposição passaram a adotar a seguinte retórica para tentar derrubar a indicação de Messias para o STF: rejeitar o nome do atual chefe da AGU seria como fazer o impeachment possível de um ministro do STF, diante da crise de reputação que vive a Corte. Esse é um dos recados que o Senado pode dar no momento, na avaliação dos parlamentares.

● **...AOS NAVEGANTES.** Outro argumento é de que barrar o nome de Messias também é dar uma resposta à sociedade. Há ainda um recado para Lula, de que ele está enfraquecido com o Congresso e não tem cacife para aprovar mais um nome para a Corte.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Celina Leão,
governadora do Distrito Federal

● **SABER.** Ciente de que segurança pública será um dos temas centrais desta eleição, a Fundação Perseu Abramo, braço teórico do PT, fará o curso online "Segurança, cidadania e democracia" em maio para dirigentes e militantes da legenda. A primeira aula vai tratar dos "desafios da esquerda sul-americana".

● **AULAS.** Como mostrou a *Coluna*, a instituição já tinha feito outro treinamento em 2025 para ensinar os petistas a dialogar melhor com os evangélicos. Ou seja, uma tentativa de fortalecer o partido onde ele tem dificuldades nesta eleição.

PRONTO, FALEI!

Arcélio Junior
Presidente da Fenabrave

"Ao validar por unanimidade a Lei Renato Ferrari, o STF garantiu estabilidade e segurança jurídica para o setor automotivo, um dos mais dinâmicos do País."

CLICK

KAYO MAGALHÃES/AGÊNCIA CÂMARA

Iza Arruda
Deputada federal (MDB-PE)

Coordenadora-geral do Observatório Nacional da Mulher na Política, Iza participou de evento sobre presença feminina na Câmara dos Deputados.

Ines249

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA(1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO PEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETORA DE ESTRATÉGIAS DIGITAIS
CARINA GUEDES DE CARVALHO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
ESSIO FLORIDI JR.
DIRETOR FINANCEIRO
OMAR DOS SANTOS

NOTAS E INFORMAÇÕES

Lula perdeu os jovens

Se no passado a juventude foi a base mais sólida do lulismo, hoje os dados mostram o oposto. Eis a resultante de uma liderança que não acompanhou as mudanças do século 21

Há poucos dias, duas personalidades do chamado campo progressista, a presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Bianca Borges, e o presidente da Central Única das Favelas (Cufa), Preto Zezé, expuseram sem rodeios o que muitos na esquerda têm receio de admitir publicamente: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva perdeu o pulso da juventude brasileira. E não por falhas de comunicação, mas por sua incompreensão de que os anseios dos jovens mudaram, assim como o Brasil e o mundo.

Ao **Estadão**, Bianca Borges reconheceu que falta a Lula "se conectar com o sentimento das pessoas". Como cometeu a heresia de apontar falhas do demiurgo, a presidente da UNE foi tão atacada por partidários do presidente que, logo depois, sentiu-se compelida a se retratar. Só essa reação mostra como os ditos progressistas e o governo Lula, em particular, são infensos à autocrítica, o que ajuda a explicar por que o petista está tão distante do "sentimento" dos eleitores mais jovens.

Já Preto Zezé, em entrevista ao jornal *O Globo*, diagnosticou uma "crise de criatividade" de Lula para estabelecer laços com os jovens brasileiros. Sua observação de que o acesso à universidade, ao consumo e ao emprego formal já não basta para satisfazer os anseios das novas gerações foi ainda mais reveladora. Durante seus primeiros mandatos, Lula construiu uma agenda baseada na ampliação de oportunidades. À época, de fato, havia uma demanda reprimida, digamos assim. Hoje, porém, a realidade é outra.

A geração Z – ou "geração .com", como a designou o cientista político Felipe Nunes, da Quaest – cresceu em um mundo marcado pela onipresença das mídias sociais e dos aplicativos, pela fluidez das relações de trabalho e por uma redefinição do que vem a ser sucesso pessoal. Para muitos jovens dessa geração, o diploma universitário deixou de ser percebido como garantia de prestígio e aumento de renda. Não poucos passaram a questionar o valor do emprego formal, regido pela CLT, em seus propósitos de vida. A promessa de estabilidade, outrora o grande objetivo da maioria da população ao tempo de Lula como líder sindical, perdeu boa parte de seu apelo diante de transformações sociais cada vez mais dinâmicas.

É nesse cenário que a visão de Lula sobre os jovens expõe todo o seu anacronismo, quando não preconceito. Medidas pontuais, como o alívio de dívidas do Fies ou programas de transferência de renda, têm alcance limitado diante de demandas bem mais complexas, que dizem respeito a propósito, autonomia e perspectiva real de mobilidade. Como bem lembrou Preto Zezé, o jovem que ingressou no ensino superior nos governos petistas não experimentou ascensão social. "Há uma frustração com tudo", disse o presidente da Cufa.

Não se trata aqui de desprezar políticas públicas, consolidadas malgrado seus equívocos, mas de reconhecer que elas, isoladamente, já não bastam para inspirar esperança nos jovens brasileiros.

Os números confirmam a alienação de Lula. Diferentes pesquisas indicam que o presidente tem, entre os jovens de 16 a 24 anos, um nível de apoio significativamente inferior ao registrado entre os mais velhos. Nas primeiras eleições do petista, dava-se o exato oposto: a juventude figurava entre seus eleitores mais sólidos. Hoje, esse vínculo se perdeu.

É tentador atribuir a mudança à habilidade da direita nas mídias sociais. De fato, há uma evidente discrepância de desempenho no ambiente digital em relação à esquerda. Mas reduzir a questão à mera disputa técnica é ignorar que o avanço do discurso dito "conservador" entre os jovens decorre também de sua capacidade de oferecer mais protagonismo individual. Para a esquerda, sobretudo para os petistas, os jovens são tratados como um público monolítico, disposto a aceitar políticas igualmente uniformes.

O problema de Lula, portanto, não é "não ter celular", como apontou a presidente da UNE. É não compreender, em profundidade, as transformações que moldaram a juventude brasileira contemporânea. Ações de aproximação baseadas em comportamentos constrangedores ou adaptações superficiais de linguagem nas mídias sociais soam não só artificiais, como ridículas, pois não têm substância. Lula não vê que os jovens sabem quando estão diante de um engodo. ●

A ousadia do crime organizado

Esquema de lavagem de dinheiro em prefeituras e pouso no Palácio dos Bandeirantes expõem grau de promiscuidade entre o PCC e o Estado e impõem uma reação institucional à altura

A ousadia do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo atingiu um patamar que já não pode mais ser descrito simplesmente como alarmante, o que seria impreciso. Uma operação deflagrada pela Polícia Civil no dia 27 passado, que desbaratou a infiltração de integrantes do bando em prefeituras paulistas, não lançou luz sobre um risco, mas sim sobre um fato consumado. Pelo que se depreende das investigações, em alguns municípios, não existem mais fronteiras entre o Estado e o crime organizado.

As revelações da Operação Contaminatio não se resumem aos 6 mandados de prisão e 22 de busca e apreensão que a autorizaram. Tampouco se circunscrevem à descoberta de um dos mais audaciosos esquemas de lavagem de dinheiro por meio de prefeituras no maior Estado da Federação, com práticas que vão desde a emissão de boletos falsos até a própria gestão do orçamento municipal. O que se constata é a presença de uma organização criminosa, parida do sistema prisional paulista, que adquiriu uma força tão colossal que passou a ocupar espaços de poder institucional de forma cada vez mais desabrida.

Tal é a audácia dos criminosos que até uma liderança do PCC ousou acionar seus "contatos políticos" para pousar, pasme o leitor, em pleno heliponto do Palácio dos Bandeirantes, em 10 de março de 2022. O objetivo do criminoso era prosaico: assistir a um jogo entre São Paulo e Palmeiras no MorumBis, pelo Campeonato Paulista daquele ano. De forma didática, só esse episódio sintetiza o grau de intromissão do crime organizado no aparato do Estado, pois evidencia a obliteração de limites legais e morais que deveriam ser absolutamente intransponíveis.

Aqui não cabe imputar responsabilidade direta ao então governador, João Doria (PSDB), haja vista que, por óbvio, não cabe ao chefe do Poder Executivo paulista gerenciar pousos e decolagens no heliponto da sede do governo. Mas seria um erro tratar o episódio como uma exceção ou um desvio mais espetaculoso. O que o pouso revela é a naturalização de um ambiente de promiscuidade, no qual controles elementares foram ultrapassados, muito provavelmente, pela corrupção de agentes públicos. A própria trajetória do PCC nos autoriza essa inferência.

O PCC nasceu intramuros. Seus membros originais estavam sob custódia do Estado, numa penitenciária de Taubaté (SP). Ao longo de mais de três décadas, a facção se infiltrou por fissuras institucionais que lhe permitiram crescer, diversificar suas atividades delitivas e expandir sua influência para além das fronteiras não apenas de São Paulo, como do Brasil. Esse processo não ocorreu à revelia do Estado, mas, fundamentalmente, pela colaboração direta ou indireta de servidores públicos – sejam os corruptos, sejam os prevaricadores.

A investigação da Polícia Civil que identificou um "núcleo político" do PCC, com capacidade de influenciar eleições por meio do financiamento paralelo de candidaturas, confirma que o projeto de poder da organização criminosa extrapola o mundo do crime "tradicional", chamemos assim. Trata-se de uma estratégia que busca aplicar um verniz de legalidade a recursos ilícitos e, mais do que isso, orientar decisões administrativas em benefício da facção. A Operação Carbono Oculto, fruto da parceria entre os governos federal e estadual, foi reveladora nesse sentido.

Diante desse quadro de absoluta perversão da ordem jurídico-institucional, não basta mais celebrar operações bem-sucedidas, por mais relevantes que a Carbono Oculto e a Contaminatio, entre outras, tenham sido. É de justiça reconhecer que provavelmente a maioria dos servidores do Estado é comprometida com a lei e a causa pública. Mas algo além precisa ser feito. O enfrentamento do crime organizado e do PCC, em particular, exige mais do que ações episódicas, impõe uma concertação nacional permanente.

O PCC surgiu sob vigilância do Estado. Prosperou pela corrupção de agentes públicos. Só o Estado, portanto, será capaz de destruí-lo. E, para isso, há de haver coordenação federativa e integração para valer entre forças policiais, órgãos de controle financeiro e instâncias do Poder Judiciário. Além de vontade política para isso, é preciso enfrentar não só criminosos, mas também as condições que lhes permitiram se alimentar das entranhas do próprio Estado. ●

Ines249

ESPAÇO ABERTO

A crise climática e o teste da democracia

Ricardo Henriques

A crise climática deixou de ser um alerta sobre o futuro. Ela já organiza o presente e redefine, de forma desigual, as oportunidades de vida de milhões de pessoas. Num mundo atravessado por eventos extremos cada vez mais frequentes, o desafio central não é apenas ambiental. É político, social, econômico e, sobretudo, democrático. A pergunta que se impõe é simples e incômoda: nossas democracias serão capazes de proteger e preparar as novas gerações para um mundo em rápida transformação?

A democracia não se fragiliza apenas pelo avanço de forças autoritárias. Ela perde vitalidade quando deixa de entregar soluções concretas para os problemas que mais importam. Poucos desafios testam tanto essa capacidade quanto a emergência climática. Seus efeitos recaem de forma direta sobre os mais vulneráveis, aprofundam desigualdades históricas e exigem respostas que combinem visão de longo prazo com elevada capacidade de implementação.

É nesse ponto que a educação emerge como um campo decisivo. A crise climática não é um tema periférico para os sistemas educacionais. Ela já afeta o funcionamento das escolas, a aprendizagem dos estudantes e a permanência de crianças e jovens no sistema de ensino. Ao mesmo tempo, a educação pode contribuir para assegurar a implementação da transição para uma economia resiliente e de baixo carbono, onde novas competências e habilidades serão necessárias. Nesse sentido, a educação é uma variável estruturante do enfrentamento climático.

Infelizmente, não faltam mais evidências de que enchentes, secas prolongadas e ondas de calor interrompem aulas, destroem infraestruturas, pressionam redes públicas fragilizadas e ampliam perdas de aprendizagem – sobretudo entre os mais pobres. O futuro, para muitos, chega mais cedo e em piores condições.

Ignorar esse impacto é um erro estratégico. A educação é o principal espaço de mediação entre as transformações estruturais do mundo e as trajetórias individuais. É nela que se formam capacidades cognitivas, sociais e produtivas; é nela que se constrói pertencimento e se renova, geração após geração, o pacto democrático. Quando sistemas educacionais falham em proteger e preparar seus estudantes diante de choques cada vez mais intensos, a promessa democrática se esvazia.

Quando sistemas educacionais falham em proteger e preparar seus estudantes diante de choques cada vez mais intensos, a promessa democrática se esvazia

Responder a esse desafio exige aquilo que chamo de uma utopia pragmática: ambição transformadora combinada com capacidade real de execução.

Combinar essas duas dimensões no campo da educação significa investir em escolas resilientes, integradas aos territórios, capazes de operar em contextos adversos. Significa formar professores e gestores para lidar com novos riscos e incertezas e explorar novas oportunidades. Significa investir no letramento climático, com pedagogias adequadas que preparem estudantes para uma economia em transição, conectando educação, sustentabilidade e inovação.

Além de todo o apoio às escolas para lidarem com as consequências negativas da crise climática, o reforço da agenda ambiental na educação básica abre também oportunidades. Precisamos de uma cidadania ativa, consciente e apta a contribuir com os esforços de adaptação e mitigação. Esses atributos não são desejáveis apenas no futuro. Podem ser trabalhados desde cedo, em projetos de intervenção que aliam o conhecimento curricular à prática, valorizando o protagonismo dos jovens e dando a eles a oportunidade de exercitar sua cidadania desde cedo.

Há referências nacionais e internacionais que reconhecem a centralidade da educação na agenda climática. O desafio é transformar essas diretrizes em práticas educacionais e de formação profissional. A Ação para o Empoderamento Climático (*ACE*, em inglês) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, órgão da ONU responsável pela agenda climática) inclui a educação entre seus seis eixos centrais, defendendo que maior compreensão do desafio climático amplia o engajamento e a ação social. No Brasil, o Plano Clima estabelece como estratégia transversal "Educação, Capacitação, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação", orientando as políticas nacionais e setoriais por diretrizes de formação técnica, inovação tecnológica e participação social.

Há muito a fazer desde já – e o custo da inação é alto. Políticas fragmentadas, projetos-piloto sem escala e discursos desconectados da capacidade estatal geram frustração, corroem a confiança nas instituições e alimentam soluções autoritárias para problemas complexos. Além disso, adiar decisões eleva os custos futuros e pode levar a pontos de não retorno climáticos e democráticos, que tendem a se reforçar mutuamente.

Não se trata de acrescentar mais um tema à agenda educacional, mas de reconhecer que a crise climática redefine o próprio sentido de educar no século 21.

A democracia será julgada menos por seus discursos e mais por sua capacidade de proteger e ampliar horizontes em tempos de incerteza radical. Se há um lugar onde essa capacidade de pode se tornar visível, concreta e transformadora, esse lugar é a educação. É ali que a promessa democrática pode voltar a fazer sentido – não como abstração, mas como experiência real de futuro compartilhado. ●

ECONOMISTA, SUPERINTENDENTE-EXECUTIVO DO INSTITUTO UNIBANCO, É PROFESSOR ASSOCIADO DA FUNDAÇÃO DOM CABRAL

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Endividamento

Ilusão

Em 2023 o governo Lula lançou o programa Desenrola Brasil. Os bancos baixaram os juros extorsivos de cerca de 15% ao mês para 2% ou 3%, receberam seus créditos, mas o povo continuou devendo. Agora, em ano eleitoral, nova ilusão com o Desenrola 2.0. O povo adere de novo, paga os bancos e segue devendo. Pior: desta vez o governo quer liberar o FGTS para a quitação de dívidas, quando o fundo, na verdade, foi criado para o trabalhador poder comprar a casa própria. Está explicado por que os bancos apoiam essas medidas.

Walter Rosa de Oliveira
São Paulo

'Penduricalhos'

Uma Justiça forte

Recentes editoriais deste jornal cumpriram um papel essencial: iluminar a opacidade que ainda rege a administração dos ganhos no Poder Judiciário. Num país onde menos de 1% das profissões ultrapassa dez salários mínimos como renda mensal, a resistência a um debate franco sobre "penduricalhos" é, em si, um sinal de que algo precisa ser revisto. Não se trata de atacar a magistratura, mas de exigir que a legalidade interna se submeta à moralidade constitucional, que a todos vincula. O que testemunhamos não é exceção, mas sintoma de uma cultura corporativa que se blinda na autoconcessão de vantagens, alimentando a hipertrofia do Poder e a percepção de que ele opera acima dos demais. O custo de tal proceder onera a sociedade: não só nas contas públicas, mas na insegurança jurídica e na morosidade que caracterizam o sistema e travam o País. Uma Justiça forte não se constrói sobre brechas administrativas ou salários pujantes. E sim na coragem da transparência e na legitimidade que só o escrutínio público é capaz de conferir.

Eduardo Migon
São Paulo

Amazônia

Resiliência e proteção

Um estudo recém publicado na *Proceedings of the National Academy of Sciences* (*Pnas*) trouxe uma mensagem importante, que não pode correr o risco de ser mal interpretada, sobre a Amazônia. Ao mostrar que florestas submetidas a incêndios, secas e vendavais podem apresentar capacidade de recuperação, o estudo foi lido por alguns como prova de que a Amazônia estaria longe de qualquer risco de ponto de não retorno ou de "savanização". Essa interpretação pode levar a um equívoco. Antes de tudo, o risco discutido pela literatura não é a Amazônia inteira virar, de forma abrupta, um outro ecossistema. O alerta é outro: impactos causados por distúrbios repetidos podem empurrar partes da floresta para estados degradados mais estáveis, com menos biomassa, menos reciclagem de umidade, maior inflamabilidade e menor capacidade de recuperação. O estudo não nega esse risco. Mostra que a floresta é mais resiliente do que imaginávamos, mas que essa recuperação precisa de muito tempo, condições especiais e depende da proteção contra novas ameaças e distúrbios. Após duas décadas acompanhando experimentalmente uma das regiões mais secas e pressionadas da transição Amazônia-Cerrado, vimos algo ao mesmo tempo esperançoso e preocupante. Sim, a floresta pode se recompor quando o fogo cessa. Mas ela não volta a ser exatamente a mesma. A recuperação vem acompanhada de mudanças na estrutura, composição e no funcionamento da floresta, em muitos casos mais simplificada e vulnerável. Isso não é negação do risco de transformação. O ponto crucial é que, no experimento, controlamos algo que o mundo real não controla: o fogo. Se pensarmos que o fogo repetido pode funcionar como um martelo, causando distúrbios repetidos que, quando associados a secas extremas, incêndios recorrentes e fragmentação, a floresta perde capacidade de se recompor, no experimento, ao retirar esse martelo, abriu-se a possibilidade de recuperação. Mas isso levou décadas, e em muitos casos pode levar séculos. A mensagem central é de que a resiliência existe, mas depende da proteção contra novos impactos. Além disso, as áreas queimadas e não queimadas estão ficando mais parecidas não só porque as queimadas se recuperam, mas porque até florestas consideradas intactas vêm se degradando. O referencial está mudando. Por isso aqui a ciência não autoriza complacência. Ao contrário. O fato de a floresta ainda responder é o motivo para agir agora. Isso exige reduzir o uso do fogo e prevenir os incêndios, continuar reduzindo o desmatamento, restaurar florestas degradadas e implementar o Código Florestal e a política de manejo integrado do fogo.

Marcelo Freitas,
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)
Brasília

Ines249

JHSF
SURPREENDENTE

APRESENTA:

A NOVA FAZENDA DA JHSF.

FAZENDA SANTA HELENA
BRAGANÇA PAULISTA

CLIMA DE MONTANHA, VISTAS SERRANAS
E NATUREZA INCOMPARÁVEL.

AGENDE
SUA VISITA.

FOTO REAL DA FAZENDA SANTA HELENA

Ines249

ESPAÇO ABERTO

Suprema arbitrariedade

Luiz Felipe D'Avila

A missão mais urgente no momento é frear o poder arbitrário do Supremo Tribunal Federal (STF). Quando ministros do STF usurpam os limites do seu poder constitucional e encobrem atos imorais de seus pares, é imprescindível agir para conter os rompantes de arbitrariedade que ameaçam a liberdade e a democracia. O jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho definiu o regime que vigora no País como "juristocracia". No Brasil da juristocracia, o poder da toga se sobrepõe à vontade dos governantes, invadindo competências dos Poderes Legislativo e Executivo e arvorando-se o poder de legislar e anular a implementação de políticas públicas.

As ameaças recentes dos ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes de impedir candidaturas políticas que ousam criticar ministros do STF representam a arrogância e a arbitrariedade da casta dos "intocáveis", como decretou o ex-governador Romeu Zema. As ameaças de Gilmar Mendes e Dias Toffoli comprometem a livre escolha dos eleitores no pleito de 2026. Não existe nenhum artigo na Constituição outorgando ao STF o poder de legislar, declarar estado de exceção e suspender a liberdade de expressão. Trata-se de uma evidente usurpação do poder. O problema é que o Senado, o Poder capaz de exercer os freios e contrapesos para conter a ala jacobina do STF, permanece omisso. Muitos senadores têm rabo preso e temem que ministros do STF reavivam processos que possam colocar em risco seus mandatos. O resultado é a inação e a conivência do Senado com os abusos dos jacobinos da Suprema Corte.

A saída está em o Senado criar uma comissão extraparlamentar de pessoas com notável saber jurídico e político, como ex-ministros do Supremo e renomados constitucionalistas, para elaborar um projeto de reforma capaz de enquadrar o STF no seu papel de Corte Constitucional. O Senado terá o poder de aprová-lo, mas não poderá apresentar emendas por um prazo mínimo de cinco anos.

Essa medida é vital para evitar que a pressão política dos jacobinos do STF leve senadores a apresentar emendas e modificações que deturpem o projeto de reforma.

Há pelo menos sete medidas imprescindíveis para restabelecer a credibilidade do STF.

1) Encerrar imediatamente o inquérito da *fake news*. Símbolo máximo do poder arbitrário e da perseguição de críticos das decisões dos ministros da Suprema Corte, o inquérito é um mecanismo perverso de censura e de intimidação, digno de um regime de exceção. É o símbolo supremo do arbítrio do STF;

O Senado, poder capaz de exercer os freios e contrapesos para conter a ala jacobina do STF, permanece omisso

2) Fim de decisões monocráticas. O STF deve se manifestar como colegiado. Não pode haver um mecanismo arbitrário capaz de invalidar leis e políticas públicas com uma canetada, livrar empresas corruptas e de corruptores confessos da cadeia e blindar colegas de Corte, suspeitos de envolvimento em escândalos, como é o caso do Banco Master;

3) Acabar com privilégios. O Brasil sustenta o Poder Judiciário mais caro do mundo. É inaceitável, vergonhoso e imoral que os guardiões da lei recebam salários e benefícios que violam o teto de remuneração determinado pela Constituição. A fonte de recursos para financiar esses privilégios é uma só: o bolso do brasileiro;

4) Aumentar para 60 anos a idade mínima de ministros indicados para o STF. A indicação tem de ser a coroação de uma carreira jurídica brilhante de "notável saber jurídico e reputação ilibada". Grande parte da crise atual reflete o abastardamento das indicações do presidente da República de candidatos de raso conhecimento jurídico e grande afinidade política e ideológica. Os indicados contaram com a conivência de sabatinas frouxas e voracidade de barganhas políticas no Senado para chegar ao STF;

5) Acabar com o foro privilegiado. Numa democracia, não se justifica a existência de foro privilegiado. O papel da Suprema Corte é zelar pela Constituição, e não ser um tribunal vip para figurões da República. Apenas o presidente da República deve ser julgado no STF;

6) Proibir a nomeação de familiares para órgãos de controle, assim como vetar as atividades advocatícias nos tribunais superiores para parentes de membros do STF. Fica terminantemente proibida a indicação de parentes e familiares para os tribunais de contas, assim como vetado o exercício da advocacia em casos que tramitam nos tribunais superiores e no STF; e

7) Acabar com o monopólio do presidente do Senado de abrir investigação de ministros da Suprema Corte. A investigação se tornará obrigatória quando apoiada pela maioria do Senado. Num regime democrático, a transparência e a responsabilização dos servidores públicos não podem ser encobertas por sigilo e manobras políticas.

O bom funcionamento da democracia requer a existência de um Poder Judiciário capaz de garantir as liberdades individuais, limitar o poder do governo e zelar pela credibilidade do Estado de Direito. O Brasil não precisa de Robespierre, de tribunal de exceção e de jacobinos no STF para "salvar a democracia". O País necessita de uma Corte Constitucional que limite o poder do Estado e garanta as regras do jogo, a ordem, a paz e a liberdade. ●

CIENTISTA POLÍTICO, AUTOR DO LIVRO 'VIRE À DIREITA, SIGA EM FRENTE', FOI CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

TEMA DO DIA

IAN WALTON/AP

Recorde

Queniano é o 1º atleta a correr os 42 km de uma maratona em menos de duas horas

Sabastian Sawe se tornou o primeiro a correr 42 km em menos de duas horas em provas oficiais – ele registrou 1 hora, 59 minutos e 30 segundos na Maratona de Londres. Ele diz que quebrar o próprio recorde 'é questão de tempo'. ●

12.102 interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Ele transmite paz e humildade. É o tipo de exemplo que o planeta precisa."
ALEXANDRE CORREA

● "O cara correu a 21 quilômetros por hora durante 2 horas! Surreal!"
SAMUEL GIBRAN

● "O segundo lugar, Yomif Kejelcha, correu abaixo das 2h em sua primeira maratona."
CRISTIANO FREITAS

● "Ele reconheceu a importância do segundo colocado, que queria vencer tanto quanto ele. Trata-se de um grande atleta."
DEISE RIBEIRO

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
https://bit.ly/LDBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

TATI FRISON/DIVULGAÇÃO

Bares e restaurantes
Por que o frango frito está fazendo tanto sucesso? ●
https://bit.ly/4eg8mQY

Economia
Regras criadas entre 2023 e 2025 elevaram Custo Brasil. ●
https://bit.ly/4tJq3x6

Newsletter
'Conectado': assine e comece o dia bem informado. ●
http://bit.ly/3K6DaB3

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,90 (segunda a sábado) e R$ 9,90 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 8,40 (segunda a sábado) e R$ 10,90 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 10,40 (segunda a sábado) e R$ 12,40 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 11,40 (segunda a sábado) e R$ 13,40 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,90 (segunda a sábado) e R$13,90 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Ines249

SÃO PAULO INNOVATION WEEK

13 A 15 MAIO 2026

Local de realização:

mercado livre ARENA PACAEMBU | FAAP

ASSINANTE ESTADÃO TEM 35% OFF NO INGRESSO DO EVENTO

REALIZAÇÃO

ESTADÃO | BASE promoções

VIVA A EXPERIÊNCIA DE ESTAR PRESENTE NO **MAIOR FESTIVAL DE TECNOLOGIA DA AMÉRICA LATINA**.

+90 mil visitantes

+1,5 mil palestrantes

+1 mil startups

+200 investidores

+30 países

+30 palcos simultâneos

GARANTA SEU PASSAPORTE PARA 3 DIAS COM DESCONTO EXCLUSIVO

Ines249

Vaga no Supremo

Governo libera emendas e faz esforço concentrado para aprovar Messias

Chefe da AGU será sabatinado hoje na CCJ do Senado; aliados creem em placar apertado no plenário e ministro prevê que crise de credibilidade do STF será o principal tema da arguição

WILTON JUNIOR/ ESTADÃO - 2/12/2025

Jorge Messias no Congresso em dezembro do ano passado, quando começou a participar de reuniões com senadores em busca de votos

BRASÍLIA

Indicado para o Supremo Tribunal Federal (STF) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, será sabatinado hoje pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. O governo fez um esforço concentrado para garantir a aprovação do nome escolhido por Lula e mudou integrantes do colegiado para garantir votos favoráveis.

Como informou a coluna de Vera Rosa, no **Estadão**, o Planalto também acelerou a liberação de emendas parlamentares e as negociações de cargos nas duas últimas semanas. Dos R$ 12,7 bilhões liberados para emendas ao Orçamento desde o início do ano, mais da metade foi de meados deste mês para cá (*mais informações na pág. A10*).

Messias tem dito a interlocutores que tem consciência de dois fatos sobre a sabatina: de que a conversa com os parlamentares não vai girar em torno da sua atuação profissional, mas sobre os rumos da mais alta instância do Poder Judiciário, e que, por isso, já espera um resultado apertado no plenário do Senado – onde precisará dos votos da maioria dos 81 senadores para garantir a nomeação.

A sabatina será realizada mais de cinco meses após Lula anunciá-lo como indicado para a vaga aberta no Supremo com a aposentadoria antecipada do ministro Luís Roberto Barroso. A oficialização do seu nome para concorrer ao cargo só foi feita no dia 1.º de abril em um contexto de disputa política entre o petista e o presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que defendia a indicação do também senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG).

É sob o desagravo de Alcolumbre que Messias terá de esclarecer suas posições aos membros da CCJ. O desgaste atual do governo Lula, combinado com o descontentamento declarado do presidente do Senado com o indicado do governo, faz os interlocutores de Messias reconhecerem que ele enfrentará votações acirradas, tanto na CCJ quanto no plenário.

Os aliados de Messias que monitoram a sua campanha para vestir a toga de ministro do STF contabilizam de 48 a 52 votos favoráveis no plenário da Casa. O relator da sua indicação, senador Weverton Rocha (PDT-MA), faz uma estimativa um pouco mais conservadora, de 44 votos favoráveis.

VOTAÇÕES RECENTES. Além do mapeamento de apoios, as estimativas dos aliados de Messias estão balizadas nas últimas votações de indicados por Lula para cargos nas cúpulas do Sistema de Justiça. O ministro Flávio Dino, último a tomar posse no Supremo, em dezembro de 2023, obteve 47 votos favoráveis no Senado e 31 contrários. Já o procurador-geral da República, Paulo Gonet, foi reconduzido ao cargo em novembro do ano passado com 45 votos a favor e 26 contra.

Como mostrou o levantamento do **Estadão** no início de abril, Messias contava com 9 votos favoráveis e 8 contrários na CCJ. De lá para cá esse número aumentou, e o ministro conta agora com 15 votos no colegiado. São necessários 14 dos 27 votos disponíveis para o parecer ser aprovado. O ministro atingiu o número necessário nos últimos dias graças a mudanças na composição do colegiado e a senadores da base aliada que passaram de indecisos a votos favoráveis declarados, como Otto Alencar (PSD-BA) e Omar Aziz (PSD-AM).

Na semana passada, dois senadores deixaram a CCJ e foram substituídos por colegas que são votos declarados a favor de Messias. Sérgio Moro (PL-PR), que afirmou ao **Estadão** que votaria contra o ministro, deu lugar a Renan Filho (MDB-AL); e Cid Gomes (PSB-CE), que não havia declarado voto, foi substituído por Ana Paula Lobato (PSB-MA), que sinalizou apoio a Messias em março.

CÓDIGO DE ÉTICA. Ciente de que a crise de credibilidade que afeta o STF será o principal tema da sua sabatina, Messias pretende transmitir a mensagem de que não coaduna com a proteção de juízes que cometem transgressões no exercício de suas funções. O ministro vai defender aos senadores que magistrados não estão acima da lei e devem prestar contas de seus atos.

Messias tenta chegar ao Supremo num momento em que o tribunal é alvo de uma enxurrada de críticas e denúncias pelas relações de seus membros com investigados no escândalo do banco Master.

Ministros viajaram em aviões ligados ao banqueiro Daniel Vorcaro. Além disso, Dias Toffoli vendeu cotas milionárias da sua participação em um resort a Fabiano Zettel, também investigado no caso Master, e Alexandre de Moraes se reunia frequentemente com Vorcaro e sua esposa recebeu R$ 80,2 milhões ao advogar para a empresa do banqueiro.

Neste cenário de crise no STF, que se agrava em relação ao Congresso por causa das investigações que miram parlamentares por desvios de emendas, Messias pretende dizer que vê com "bons olhos" a iniciativa do presidente da Corte, Edson Fachin, de aprovar um código de ética para disciplinar a conduta dos membros do tribunal. Ele deve aproveitar o tema para afirmar que foi o criador do primeiro código de conduta da AGU, em 2023, o que demonstraria o seu compromisso com a questão.

Um dos argumentos de Messias é que não tem parentes advogados com potencial de atuar no STF – a esposa é psicopedagoga, os filhos são crianças e as irmãs são médicas – e que seu patrimônio é compatível com a atuação da vida toda como funcionário público.

Em contrapartida, ele pretende se esquivar de perguntas incômodas sobre a atuação de seus futuros colegas no caso Master. O indicado de Lula não quer ficar mal com os integrantes do Supremo, sobretudo num momento em que o tribunal se encontra dividido. A sua aprovação é defendida pelas duas alas da Corte, que veem no seu nome um potencial aliado.

Porém, ao menos quatro gabinetes de ministros do Supremo demonstram preocupação com eventual reprovação de Messias. Segundo integrantes do tribunal, a situação do candidato mudou nos últimos dias e a aprovação para ocupar a cadeira vazia no plenário da Corte já não é uma garantia.

ENCONTRO. Em uma reunião informal, Alcolumbre se encontrou com Messias na casa do ministro do STF Cristiano Zanin, na última quinta-feira. A informação foi antecipada pelo jornal *Folha de S.Paulo* e confirmada pelo **Estadão**.

Desde a indicação, feita por Lula em novembro, Alcolumbre vinha se recusando a receber o advogado-geral da União, ainda contrariado pelo fato de o presidente ter ignorado sua preferência por Pacheco. Messias vinha tentando uma agenda com o presidente do Senado, em vão.

Até ontem, o governo Lula cobrava de Alcolumbre uma recepção formal a Messias, para ajudar a pavimentar sua aprovação a uma cadeira do STF. ●

GUILHERME CAETANO, VERA ROSA, WESLLEY GALZO, DANIEL WETERMAN E CAROLINA BRÍGIDO

Substituições

Dois senadores foram substituídos na CCJ por colegas que são votos declarados pró-Messias

Apoio mínimo

41 votos é o apoio mínimo que Jorge Messias precisa no plenário do Senado para ser confirmado ministro do Supremo Tribunal Federal, conforme indicação do presidente Lula. A votação é secreta e presencial

Ines249

Um conflito de interesses permeia a indicação ao STF

ANÁLISE

ROSEANN KENNEDY

A indicação do ministro Jorge Messias, da Advocacia-Geral da União (AGU), para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) expõe a crise ética que permeia a relação entre os Poderes no Brasil. O nó crítico não reside apenas na discussão do mérito do indicado, mas na figura do senador Weverton Rocha (PDT-MA), relator do processo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que atua sob a sombra direta de investigação da Polícia Federal (PF) no escândalo do INSS.

A PF afirmou que Weverton atuava como o "sustentáculo" político do empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS. A instituição apontou o parlamentar como "sócio oculto" do esquema de descontos irregulares de aposentados e pensionistas, e, chegou a solicitar sua prisão, que foi negada. Na ocasião, a Procuradoria-Geral da República (PGR) avaliou que os elementos disponíveis eram frágeis para sustentar o pedido.

Mensagens interceptadas sugerem que o gabinete do senador funcionava como ponte para interesses do esquema. O "Careca" era presença frequente em Brasília, inclusive foi ao "costelão" – churrasco promovido pelo senador em sua residência.

A situação agravou-se com a prisão de Adroaldo da Cunha Portal em 18 de dezembro de 2025, na Operação Sem Desconto. Ele é ex-secretário executivo da Previdência e antigo assessor de Weverton. Gustavo Marques Gaspar, outro ex-assessor do senador, também foi preso. Eles são acusados de receber propina para facilitar o esquema e negam as acusações, assim como o Weverton.

Mesmo sem fazer prejulgamento, a coexistência do papel de relator com o status de investigado estabelece um conflito de interesses que desafia a liturgia republicana. Ao apresentar parecer favorável à aprovação de Messias, Weverton Rocha valida o currículo de quem, se aprovado, comporá a Corte responsável por seu eventual julgamento. E, nesse cenário, a imparcialidade cede lugar à conveniência.

Validação
Parecer do relator Weverton Rocha (PDT-MA), favorável à aprovação, valida o currículo de quem poderá julgá-lo

A sabatina de Messias está marcada para hoje, mais de quatro meses depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicar seu nome para a vaga no STF.

Nesse período, a imagem do próprio Supremo foi corroída. A mais alta Corte do País vive sua maior crise reputacional e de credibilidade. O que deveria exigir uma preocupação a mais na escolha de seus novos integrantes.

Mas a chegada de um novo membro pelas mãos de um relator investigado aprofunda o desgaste da Corte na busca por legitimidade.

O pragmatismo da base governista, que se apega à presunção de inocência para manter o arranjo com a escolha de Weverton, ignora o simbolismo de ver um investigado conduzindo a entrada de seu potencial juiz no tribunal.

Isso tudo reforça a conclusão de que o rigor ético tornou-se secundário à necessidade de blindagens mútuas e autoproteção que comprometem a confiança nas instituições. ●

É TITULAR DA COLUNA DO ESTADÃO

LEILÃO ONLINE DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
TERRENO
SANTA CRUZ, ITATIBA/SP

EM ÓTIMA LOCALIZAÇÃO

FÁCIL ACESSO AO CENTRO DE ITATIBA E ÀS RODOVIAS DOM PEDRO I E ENG. CONSTÂNCIO CINTRA (SP-360), CONECTANDO ITATIBA A CAMPINAS, JUNDIAÍ E SÃO PAULO

DESOCUPADO
ÁREA TOTAL: 250M²

1º LEILÃO
12/05/2026 · 13H
LANCE MÍNIMO
R$310.589,99

2º LEILÃO
19/05/2026 · 13H
LANCE MÍNIMO
R$260.041,12

CONSULTE DESCRITIVO E EDITAL COMPLETO EM: WWW.SODRESANTORO.COM.BR. DÚVIDAS: TELEFONE (11) 2464-6460, WHATSAPP (11) 97777-0753 OU E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR

IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS.
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP Nº 581

Ataque a generais

STF torna Malafaia réu por injúria e rejeita calúnia

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem tornar réu o pastor Silas Malafaia por injúria contra generais do Exército e rejeitar a acusação de calúnia. Os quatro ministros entenderam que há indícios suficientes para receber a denúncia em relação ao primeiro crime.

Cristiano Zanin e Cármen Lúcia entenderam que não há elementos para caracterizar a calúnia. Alexandre de Moraes manteve seu voto pelo recebimento da denúncia pelos dois crimes e foi acompanhado por Flávio Dino. Com o empate na análise de um dos pontos, prevalece a solução mais favorável ao réu.

Em manifestação de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), na Avenida Paulista, Malafaia chamou generais de quatro estrelas de "cambada de frouxos", "omissos" e "covardes". ● HUGO HENUD

Ines249

Vera Rosa *E-mail: vera.rosa@estadao.com* **X:** *@VeraRosa61*

Lula abre o cofre para emplacar Messias

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, fez o que pôde, até hoje, para impedir a aprovação do nome do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF). Tanto é assim que, embora a sabatina de Messias na Comissão de Constituição e Justiça e no plenário do Senado seja hoje, ninguém arrisca o placar da votação.

O Palácio do Planalto avalia que a indicação de Messias será aprovada, mas, pelo sim, pelo não, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mandou abrir o cofre. Diante de um cenário em que Alcolumbre mede forças com Lula, o governo acelerou a liberação de emendas parlamentares e as negociações de cargos nas duas últimas semanas.

O pagamento precisa sair do papel até junho, por causa do calendário eleitoral, mas o Planalto ligou o motor de arranque. Dos R$ 12,7 bilhões liberados para emendas ao Orçamento desde o início do ano, mais da metade foi de meados deste mês para cá. Deputados ficaram com R$ 9,3 bilhões; outros R$ 2,5 bilhões foram destinados a senadores, R$ 659 milhões a bancadas estaduais do Congresso e R$ 156,9 milhões a comissões do Senado.

Além de enfrentar resistências a Messias, o Planalto passará por outra prova de fogo amanhã, quando uma sessão do Congresso analisará o veto de Lula ao projeto que reduz a pena do ex-presidente Jair Bolsonaro e de outros condenados pelos ataques do 8 de Janeiro.

Nos bastidores, auxiliares de Lula admitem que a tendência é o veto ser mesmo derrubado. Se isso ocorrer, a pena de Bolsonaro – condenado pelo STF a 27 anos e três meses de prisão – pode ser drasticamente reduzida.

Trata-se de uma semana de desafios para o governo. Na tentativa de diminuir a oposição de senadores ligados a Alcolumbre e angariar apoio a Messias, o governo também tem negociado cargos em agências reguladoras. Figuram nessa lista postos na Anac e na Anatel. Estão na mesa, ainda, a superintendência-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e vagas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Alcolumbre nega a barganha. O advogado-geral da União precisa de 41 votos na Casa de Salão Azul para ser confirmado como ministro da Suprema Corte.

Se passar pelo crivo do Senado, Messias também pode mudar a correlação de forças no STF e ficar ao lado da ala que defende um código de ética para os magistrados, liderada pelo presidente da Corte, Edson Fachin. Apresentada por Fachin na esteira do escândalo do Banco Master, a proposta expôs ainda mais a crise no STF.

Os ministros Cristiano Zanin, André Mendonça e Nunes Marques estão em campanha pelo advogado-geral da União. Desafeto de Messias desde que era titular da Justiça, Flávio Dino, por sua vez, não pediu votos para o ex-colega. Mas arrumou uma desculpa: disse a ele que, se o fizesse, mais atrapalharia do que ajudaria, uma vez que é odiado no Congresso por sua ofensiva contra o desvio de emendas. Messias fingiu que acreditou. ●

REPÓRTER ESPECIAL

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack e Carolina Brígido ● **SEX.** Eliane Cantanhêde e Raquel Landim ● **SÁB.** Carlos Andreazza ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e Fernando Schüler

Acusação

PGR denuncia deputado por acusar delegado de criar relatório falso

Marcel van Hattem, em discurso, disse que policial federal fraudou documentos para manter Filipe Martins na prisão

MARIA MAGNABOSCO

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Marcel van Hattem (Novo); alvo de denúncia da PGR

A Procuradoria-Geral da República (PGR) notificou ontem o deputado federal Marcel van Hattem (Novo-RS) sobre uma denúncia enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF). A acusação tem como base um discurso feito pelo parlamentar na tribuna da Câmara dos Deputados em 2024, afirmando que o delegado da Polícia Federal Fábio Schor teria "criado relatórios falsos" para manter o ex-assessor de Jair Bolsonaro (PL) Filipe Martins na prisão.

Na denúncia por injúria e calúnia, a PGR sustenta que o parlamentar teria ultrapassado os limites da crítica política ao utilizar termos considerados ofensivos contra o delegado. O órgão afirma que, no caso, teria havido "abuso" no exercício da prerrogativa da liberdade de expressão.

Em discurso na tribuna, em agosto de 2024, Hattem levantou uma foto do delegado e afirmou: "Não tenho medo de falar e repito: eu quero que as pessoas saibam, sim, quem é este dito policial federal que fez vários relatórios absolutamente fraudulentos contra pessoas inocentes, inclusive contra Felipe Martins".

Na mesma ocasião, o parlamentar afirmou que o delegado da PF tem "agido como bandido". Ao final, o deputado reforçou: "Eu tenho imunidade parlamentar. Deveria até ter começado dizendo isso".

INTIMIDAÇÃO. Anteontem, o parlamentar do Novo invocou novamente a imunidade parlamentar para questionar a denúncia. Em nota, Hattem classificou a acusação da PGR como uma tentativa de "intimidação política", afirmando que esse foi um caso de "perseguição" contra ele.

"A PGR é omissa quando há crimes em potencial envolvendo ministros do Supremo, mas é altiva quando o assunto é afrontar a Constituição", escreveu o parlamentar, que completou. "O artigo 53 é claro ao afirmar que parlamentares possuem imunidade por opiniões, palavras e votos. Estou sendo denunciado porque ousei apontar uma ilegalidade praticada por um delegado da Polícia Federal."

O deputado já havia sido denunciado pela PF na época do discurso. ●

Relator no Conselho de Ética vota por suspensão de deputados por motim

O relator no Conselho de Ética da Câmara, Moses Rodrigues (União Brasil-CE), votou pela suspensão por dois meses do mandato de três parlamentares que invadiram a Mesa Diretora após a prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em agosto passado. A medida atinge Zé Trovão (PL-SC), Marcos Pollon (PL-MS) e Marcel van Hattem (Novo-RS). ● M.M.

Justiça Federal em São Paulo

Presidente do PSTU é condenado por racismo após falas contra judeus

HUGO HENUD

A Justiça Federal em São Paulo condenou o presidente e fundador do PSTU, José Maria de Almeida, a dois anos de prisão, em regime aberto, pelo crime de racismo, ao entender que ele pregou violência e incitou discriminação contra judeus. Em 22 de outubro de 2023, Almeida fez um discurso durante ato na Avenida Paulista, com divulgação nas redes sociais. A pena foi substituída por medidas restritivas de direitos, como pagamento de multa e prestação de serviços à comunidade.

Na sentença, assinada anteontem, o juiz federal Massimo Palazzolo, da 4.ª Vara Criminal Federal de São Paulo, afirma que a fala do dirigente "ultrapassa a esfera do debate político legítimo e assume conotação discriminatória", ao associar o povo judeu a características negativas e legitimar atos de violência.

Em nota, o partido afirmou que vai recorrer da decisão. "Essa condenação não tem qualquer sustentação, seja histórica, política ou legal", diz o comunicado do PSTU.

Segundo o juiz, no discurso, Almeida afirmou que "todo ato de violência do povo palestino é legítimo" e declarou que "terrorista é o sionismo", além de defender o fim do Estado de Israel. Para o magistrado, esse conjunto de declarações extrapolou a crítica política e assumiu caráter discriminatório.

Ainda de acordo com o magistrado, embora a liberdade de expressão seja garantida pela Constituição, ela "não protege manifestações que configuram incitação ao ódio e à discriminação". Para ele, o discurso "se caracterizou como ódio, desprezo e intolerância", motivado por preconceito contra a comunidade judaica.

PRECONCEITUOSO. Palazzolo destacou que críticas ao Estado de Israel são legítimas, mas afirmou que, no caso concreto, houve extrapolação. "A crítica ao Estado de Israel, por si só, não configura prática antissemita." No entanto, acrescentou que as mensagens do réu apresentaram "teor degradante, generalista e de cunho preconceituoso". Ao fixar a pena, o juiz considerou que a conduta causou "sérios danos à população da comunidade judaica", especialmente em um contexto de polarização política, ainda que o réu não tenha antecedentes criminais.

Sentença

Fala 'ultrapassa a esfera do debate político legítimo e assume conotação discriminatória', diz juiz

A pena de dois anos de reclusão foi substituída por medidas restritivas de direitos – pagamento de dez salários mínimos a entidade social e prestação de serviços à comunidade. ●

Ines249

Investigação

PF apura contrabando em voo em que estavam Motta e Ciro Nogueira

Avião pertence a um empresário de bets; presidente da Câmara afirma que seguiu todos os protocolos da legislação aduaneira

AGUIRRE TALENTO
GUSTAVO CÔRTES
BRASÍLIA

REPRODUÇÃO

Imagem do aeroporto Catarina (SP) mostra funcionário de empresário passando volumes fora do raio X

A Polícia Federal abriu um inquérito para apurar suspeitas de descaminho ou contrabando em voo realizado em uma aeronave particular de um empresário investigado na CPI das Bets do Senado. Esse inquérito, entretanto, foi remetido ao Supremo Tribunal Federal (STF) depois que a PF constatou que quatro parlamentares acompanharam o empresário no voo: o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o senador Ciro Nogueira (PP-PI) e os deputados Doutor Luizinho (PP-RJ) e Isnaldo Bulhões (MDB-AL).

Motta afirmou, em nota, que "cumpriu todos os protocolos e determinações estabelecidos na legislação aduaneira" e aguardará a manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR). Os demais parlamentares foram procurados, mas não haviam se manifestado até a noite de ontem.

A informação foi divulgada inicialmente pelo jornal *Folha de S.Paulo*. O **Estadão** teve acesso ao relatório da PF produzido na investigação. A aeronave pertence ao empresário Fernando Oliveira Lima, sócio de uma empresa de apostas online. Ele estava com os parlamentares no voo, que ocorreu em abril de 2025, período em que a CPI das Bets estava ativa no Senado, com a participação de Ciro Nogueira. Fernando Lima foi procurado, mas não respondeu.

TRAJETO. O voo saiu da ilha de Saint Martin, considerada um paraíso fiscal do Caribe, e pousou na noite de 20 de abril do ano passado no aeroporto Catarina, em São Roque (SP), usado para aviação executiva. As suspeitas da PF surgiram a partir de uma investigação sobre corrupção de um auditor fiscal, Marco Canella, indiciado em um outro inquérito por facilitação de contrabando ou descaminho. O auditor foi procurado, mas não se pronunciou.

No caso do voo dos parlamentares, Marco Canella permitiu que um funcionário de Fernando Lima desembarcasse no aeroporto e passasse com sete volumes de bagagem por fora do raio X. O procedimento irregular foi gravado por câmeras de segurança.

Ainda não foram identificados os donos das bagagens que passaram ilegalmente pelo raio X. Como o voo era proveniente de reconhecido paraíso fiscal e o auditor já tinha sido indiciado por crimes de facilitação ao contrabando e descaminho, a PF suspeita que o conteúdo das malas possa ser ilegal.

Durante a apuração, porém, foi constatado que os parlamentares estavam no voo. Eles passaram suas malas pelo procedimento normal de raio X, mas não é possível saber até o momento se as bagagens transportadas por fora do equipamento tinham itens pertencentes aos congressistas.

RELATÓRIO. Em relatório parcial, a PF afirmou que a continuidade das investigações poderia indicar o envolvimento de algum dos parlamentares em crimes e, por isso, seria necessário o envio do caso ao STF. "Considerando que, caso as investigações tenham continuidade e indiquem que, além da conduta do auditor fiscal Marco Antônio Canella, haja outras condutas ilícitas, os autos devem tramitar pela CINQ/CGRC/DICOR/PF, e o processo, junto ao Supremo Tribunal Federal, motivo pelo qual, salvo melhor juízo, entendo ser temerária a continuidade das investigações sem a apreciação de tal situação pelo Poder Judiciário", diz o despacho.

Nas redes sociais, Fernando Lima registrou fotos da viagem, mas os parlamentares não aparecem. As imagens mostram o interior da aeronave com refeições e um mapa de bordo de Saint Martin, a aeronave chegando a uma praia e diversos momentos na praia.

O inquérito chegou nesta semana ao STF e foi distribuído ao ministro Alexandre de Moraes. Ele enviou o caso para análise da PGR, que deve opinar se há indícios de crimes. ●

Supremo

Após a PF constatar que quatro parlamentares estavam no voo, inquérito foi remetido à Corte

Poderes

Moraes faz crítica velada a Zema; escritório de mulher processa Vieira

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes criticou ontem o que classificou como uso da Corte por políticos como "escada eleitoral" para ampliar a visibilidade nas redes sociais. "Querem likes", disse. As declarações foram feitas durante julgamento pela Primeira Turma do STF de denúncia apresentada pelo deputado Gustavo Gayer (PL-GO) contra o também deputado José Nelto (União Brasil-GO).

Segundo Moraes, parlamentares têm adotado uma estratégia de confronto para gerar engajamento para a campanha. "Cada um repercute nas suas redes sociais, cada um tem muitos likes e consegue elevar o conhecimento público a seus nomes." Para ele, essa prática passou a mirar integrantes do STF. "Políticos que não têm voto necessário para atingir as candidaturas que querem acabam querendo ofender a dignidade dos membros do Poder Judiciário, utilizando-nos como escada eleitoral."

Na última semana, o ex-governador de Minas e presidenciável Romeu Zema (Novo) publicou vídeos com críticas, em tom de sátira, à atuação do ministro Gilmar Mendes e de outros integrantes da Corte. Gilmar pediu a inclusão de Zema no inquérito das fake news, sob relatoria de Moraes.

PROCESSO. Também ontem, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) disse ser alvo de processo por danos morais por parte do escritório Barci de Moraes, que pertence à família do ministro do STF. A ação é movida pela advogada Viviane Barci de Moraes, mulher de Moraes, e os filhos do casal, que pedem indenização de R$ 20 mil para cada um dos autores.

"O réu associou falsamente os autores à organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC)", diz a petição. Vieira nega.

HOMOFOBIA. Em outro desdobramento do embate entre Gilmar e Zema, a Procuradoria-Geral da República (PGR) arquivou pedido de investigação do ministro por homofobia contra o ex-governador. Para a PGR, não há elementos mínimos para instauração de inquérito.

"Isso demonstra a falta de imparcialidade da PGR", criticou Zema. ● HUGO HENUD, RAISA TOLEDO E GEOVANI BUCCI

Eleições 2026

Cleitinho lidera cenários de 1º e 2º turno na eleição para o governo de Minas Gerais

Pesquisa Genial/Quaest aponta que o senador Cleitinho (Republicanos) lidera os cenários de 1.º e 2.º turno na disputa pelo governo de Minas. Na estimulada, Cleitinho registrou 30% de menções. Atrás, estão o ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil (PDT), com 14%, e Rodrigo Pacheco (PSB), com 8%. Cleitinho mantém em torno de 35% nos cenários de 2.º turno. A pesquisa ouviu 1.482 moradores de Minas entre 22 e 26 de abril. A margem de erro é de três pontos porcentuais. O código de registro no TSE é MG-08646/2026. ●

Eleições 2026

João Campos lidera corrida ao governo de Pernambuco, à frente de Raquel Lyra

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

Levantamento da Genial/Quaest mostra que o ex-prefeito do Recife João Campos (PSB) lidera a disputa ao governo de Pernambuco contra a atual titular do cargo, Raquel Lyra (PSD). No 1.º turno, Campos tem 42% e Raquel, 34%. No 2.º turno, o ex-prefeito tem 46% e Raquel, 38%, com 8% de indecisos e 8% que querem votarem branco, anular ou não votar. A pesquisa ouviu 900 moradores de Pernambuco entre 22 e 26 de abril. O código de registro no TSE é PE-08904/2026. ●

Ines249

Futuro da energia

Emirados Árabes se retiram da Opep e enfraquecem cartel do petróleo

País reclama há muito tempo de cotas impostas pela organização, que limitam suas exportações; por trás da decisão está a divergência cada vez maior com Arábia Saudita

ABU DHABI

Os Emirados Árabes desferiram ontem um golpe nos maiores produtores de petróleo do mundo ao anunciar sua saída da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), cartel que há décadas controla os preços globais e o fornecimento de combustível.

A Opep, uma confraria de pouco mais de dez países, influencia os preços estabelecendo cotas de produção. No entanto, o poder da organização diminuiu nos últimos anos em razão do aumento da extração em países não membros, principalmente nos EUA.

Mais oferta
Com a decisão, os Emirados prometem quase dobrar sua produção de petróleo em 2027

Antes da guerra no Irã, os Emirados eram um dos maiores produtores da Opep, depois de Arábia Saudita, Iraque e Irã, bombeando 3,6 milhões de barris por dia – 3% da oferta global. A saída da Opep tem pouco impacto no momento, porque a guerra forçou os produtores a reduzirem drasticamente a produção. Mas, no longo prazo, a decisão dará mais volatilidade ao mercado, já que uma menor quantidade de petróleo estará sujeita a controle de produção.

Antes da guerra no Irã, os países da Opep forneciam mais de um quarto do petróleo do mundo. Rússia e uma meia dúzia de países produtores também coordenam suas atividades com o cartel por meio de um grupo conhecido como Opep+.

Autoridades dos Emirados vinham analisando há muito tempo a possibilidade de deixar o cartel, alegando que as cotas limitavam sua capacidade de exportar petróleo. Em um sinal da ruptura com a Opep, da qual era membro desde 1967, o governo emiradense deu um aviso prévio de menos de uma semana, informando que sairia da organização na sexta-feira.

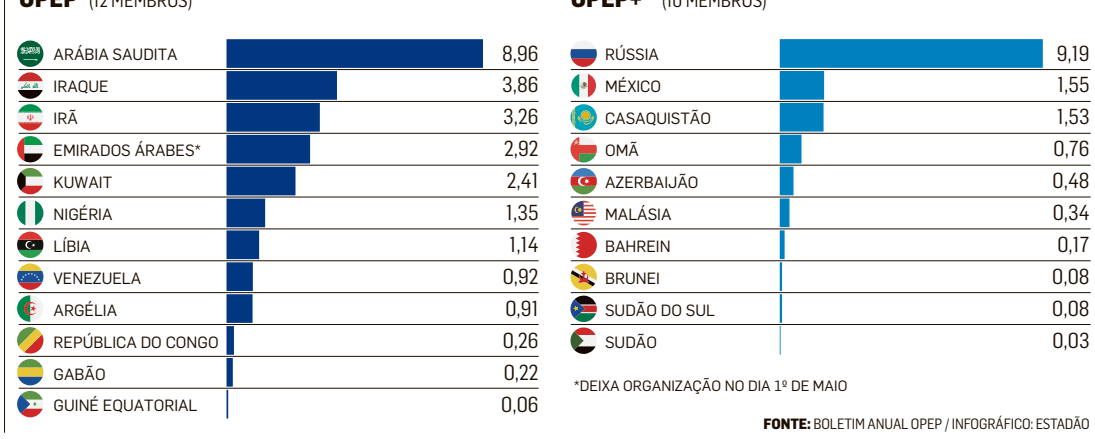
O país, que pretende aumentar sua capacidade de produção para 5 milhões de barris por dia até 2027, agora promete bombear ainda mais petróleo para atender aos seus próprios interesses. A medida só vale quando for reaberto o Estreito de Ormuz, passagem que separa o Irã da Península Arábica.

GUERRA. O estreito está fechado desde o início da guerra, no fim de fevereiro. Os Emirados têm a possibilidade de enviar parte do petróleo por meio de um oleoduto até Porto de Fujairah, do outro lado de Ormuz, mas foram obrigados a reduzir a produção em mais de um terço em março, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE).

COALIZÃO

A Opep é composta por 12 nações que controlam 40% da produção mundial de petróleo bruto e detêm 80% das reservas comprovadas do planeta. Em 2016, formou uma aliança com outros países produtores para criar a Opep+

Produção diária de barris
EM MILHÕES



*DEIXA ORGANIZAÇÃO NO DIA 1º DE MAIO

FONTE: BOLETIM ANUAL OPEP / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

"Autoridades emiradenses decidiram deixar a Opep para terem mais liberdade para atender à demanda dos consumidores", afirmou o ministro da Energia, Suhail al-Mazrouei, ao *New York Times*. "O mundo precisa de mais energia e os Emirados queriam se libertar das amarras."

O preço do Brent recuou ontem após o anúncio, mas ainda assim foi negociado com alta de mais de 2% em relação à segunda-feira. O petróleo subiu 50% desde o início da guerra. O anúncio ocorreu em meio a tensões crescentes entre Emirados e Arábia Saudita. Os dois países, que já foram aliados próximos, bateram de frente nos últimos anos. O governo emiradense tem seguido um caminho próprio, se aproximando de Israel e apoiando os separatistas no sul do Iêmen, enquanto os sauditas apoiam o governo.

A guerra no Irã acirrou a divisão. Os Emirados sofreram diversos ataques iranianos e expressaram insatisfação com a resposta de organizações multilaterais regionais, incluindo o Conselho de Cooperação do Golfo e a Liga Árabe.

TENSÃO. O petróleo é parte da tensão. "Enquanto a Arábia Saudita pretende sustentar o preço, os Emirados não sentem essa urgência", disse Bachar El-Halabi, analista da Argus Media, empresa de pesquisa de commodities em Dubai. "Como sua economia é mais diversificada, o país não necessita de preços altos do petróleo para equilibrar o orçamento, o que lhe permite priorizar o volume." ● NYT

País pode produzir até 1 milhão a mais de barris

PEDRO LIMA

A saída dos Emirados Árabes Unidos da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) pode enfraquecer a coesão do grupo, elevar a volatilidade dos preços do petróleo e inclinar o balanço de riscos para cotações mais baixas ao longo do tempo, avalia a Capital Economics.

Em relatório divulgado ontem, a consultoria afirma que a decisão dos emiradenses também pode abrir espaço para aumento da produção do país em cerca de 1 milhão de barris por dia (bpd) quando o Estreito de Ormuz voltar a operar normalmente.

Segundo a Capital, a saída dos Emirados é mais relevante do que as de Angola, Equador, Indonésia e Catar nos últimos anos, por se tratar de um produtor "muito maior e mais influente" dentro do cartel. A consultoria observa que, no curto prazo, a produção emiradense segue limitada pelo fechamento do Estreito de Ormuz, mas, com a normalização do tráfego, o país poderia elevar sua oferta para 4,5 milhões de bpd, cerca de 1% da demanda global.

Para a consultoria, ao contrário de outros ex-membros da Opep, os Emirados podem ser uma exceção, já que têm investido pesado para ampliar sua capacidade de produção e contam com balanço robusto. "A falta de investimento, provavelmente, não será um problema", afirma o relatório.

A Capital destaca que os Emirados responderam por 12% da produção da Opep e 9% da Opep+ em 2025. Sem o país, a participação da Opep+ na produção global cairia de 47% para 42%, enquanto a influência da Arábia Saudita sobre a política de produção do grupo aumentaria ainda mais. O próximo encontro da Opep está agendado para domingo.

Baixas recentes
Segundo consultoria, saída é mais relevante do que as de Angola, Equador, Indonésia e Catar

No cenário econômico, a consultoria estima que um aumento de 1 milhão de bpd poderia gerar impulso de cerca de 7% no PIB real dos Emirados. Além disso, o país estaria mais preparado para lidar com preços mais baixos do petróleo, graças à economia diversificada e às reservas em moeda estrangeira de cerca de US$ 2,5 trilhões. Ao anunciar sua saída, os Emirados disseram que ela ajudará o país a atender às mudanças na demanda, acrescentando que a produção aumentará gradualmente.

TENSÕES. No campo geopolítico, a Capital avalia que a decisão pode ampliar tensões com Riad e outros membros do Conselho de Cooperação do Golfo, além de sinalizar um aprofundamento dos laços dos Emirados com EUA e Israel. ●

Ines249

Andrés Oppenheimer

Choque com papa é risco para Trump

Se Donald Trump quiser evitar um desastre político para o seu partido nas eleições de meio de mandato, seria prudente hastear a bandeira branca em sua disputa com o papa Leão XIV, na qual ele está levando uma surra. Uma pesquisa Reuters/Ipsos, do dia 21, constatou que cerca de 60% dos americanos têm uma visão favorável do papa, em comparação a apenas 36% para Trump.

Uma pesquisa *The Economist*/YouGov, que perguntou aos americanos se concordavam com Trump ou com Leão XIV sobre a guerra no Irã, revelou que 48% apoiam o papa, enquanto apenas 28% concordam com o presidente. Outros 24% responderam que não tinham certeza. Mais importante ainda, entre o bloco crucial de eleitores independentes, 50% apoiaram o papa, enquanto apenas 15%, Trump.

O presidente chamou o papa de "fraco no combate ao crime" e insinuou que ele apoiava a ditadura do Irã, depois que o pontífice pediu o fim das hostilidades. O papa respondeu dizendo que não tem medo do governo Trump e não é do seu interesse debater com o presidente dos EUA.

A briga ganhou novas manchetes depois que Trump publicou uma imagem gerada por inteligência artificial, na qual se retratava como Jesus curando um homem doente.

Talvez não seja nenhum mistério o motivo pelo qual Trump está provocando o papa: está alinhado com sua estratégia de inundar a mídia com notícias constantes, posicionar-se no centro do debate público e tentar direcionar a agenda.

Trump terá muita dificuldade em convencer os católicos conservadores de que o papa é progressista

TIRO NO PÉ. Questionado, o arcebispo de Miami, Thomas Wenski, me disse que se trata de uma tática típica de Trump para desviar a atenção de questões que o prejudicam politicamente. "Quando as pessoas falam sobre a disputa entre o papa e o presidente, não falam sobre o Irã, nem sobre (*o criminoso sexual condenado Jeffrey, morto em 2019*) Epstein, nem sobre o preço da gasolina."

Mas, se Trump continuar atacando Leão XIV, as chances estão contra ele. Ao contrário das vezes em que Trump se desentendeu com o papa Francisco, ele terá dificuldade em convencer os católicos conservadores de que o novo papa é progressista ou de esquerda.

Leão – o primeiro pontífice americano – é falante nativo de inglês, o que o aproxima dos americanos. E é um bom orador, o que o torna menos confrontador do que o republicano. "Trump e seus aliados fariam um favor a si mesmos se parassem com essa disputa", disse Daniel Alvarez, professor de religião na Universidade Internacional da Flórida. ●

É COLUNISTA DO 'MIAMI HERALD', APRESENTADOR DO PROGRAMA 'OPPENHEIMER APRESENTA' NA CNN EM ESPANHOL

SEG. Oliver Stuenkel (quinzenalmente) ● **QUA.** Andrés Oppenheimer ● **DOM.** Lourival Sant'Anna

IMPERDÍVEL
LEILÃO DE IMÓVEL
05/05 ÀS 11H
SOMENTE ONLINE
GALPÃO - NOSSA SENHORA DE LOURDES
SANTA MARIA- RS
MAT. 53973 LOTE A
LANCE INICIAL:
R$ 10.500.000
ÁREA DE TERRENO:
20.218,03 M²
ÁREA CONSTRUÍDA:
3.422,11 M²
SANTA MARIA/RS. NOSSA SENHORA DE LOURDES. ESTRADA BR 158 - KM 23 - LOTE A, Nº 1000, GALPÃO, COM A ÁREA DE TERRENO 20.218,03M² E ÁREA CONSTRUÍDA DE 3.422,11M². INSCRIÇÃO MUNICIPAL 790900. MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB Nº 53.973 DO CARTÓRIO DE REGISTO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SANTA MARIA/RS.CONSULTE DESCRITIVO E EDITAL COMPLETO EM: WWW.SODRESANTORO.COM.BR. PARA AGENDAR SUA VISITA OU ESCLARECER DÚVIDAS: TELEFONE (11) 2464-6460, WHATSAPP (11) 97777-0753 OU E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR
IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS.
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
Banco Mercedes-Benz
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro , Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192

Visita real

Trump diz que sua mãe tinha 'queda' por Charles

Donald Trump disse ontem que sua mãe, Mary Anne Trump, tinha uma "queda" pelo rei Charles III. A mãe do presidente era escocesa e, segundo Trump, amava a rainha Elizabeth II. "Eu me lembro de ela dizer: 'Charles é tão bonito'", afirmou Trump, durante visita do rei a Washington. ●

JULIA DEMAREE NIKHINSON/AP

Inimigo político

Ex-chefe do FBI é denunciado por ameaçar Trump

A Justiça dos EUA emitiu ordem de prisão contra o ex-diretor do FBI James Comey, acusado de ameaçar Donald Trump. Ano passado, ele postou uma foto de conchas formando a expressão "86 47". Nos EUA, 86 é uma gíria para matar, e 47, segundo o governo, seria Trump, o 47.º presidente do país. ●

Ines249

Proposta do governo

Projeto na Austrália força big techs a pagar por notícias

Objetivo é proteger empresas jornalísticas; gigantes da tecnologia faturam com o consumo de conteúdo nas redes sociais

CAMBERRA

A Austrália anunciou ontem um novo projeto de lei para cobrar das gigantes da tecnologia Meta, Google e TikTok pelo uso de conteúdo jornalístico, a menos que elas cheguem a acordos com os veículos de mídia sobre o pagamento pelo que foi produzido. O governo pretende apresentar o projeto ao Parlamento até 2 de julho.

As plataformas dizem que a proposta representa um "imposto sobre serviços digitais", que demonstra uma incompreensão da evolução da indústria publicitária e não conseguiria garantir um setor de notícias sustentável.

As organizações de notícias tradicionais em todo o mundo lutam para sobreviver à medida que o público consome cada vez mais notícias via redes sociais. Em resposta, a Austrália quer exigir que as grandes empresas de tecnologia compensem os veículos de mídia locais pelo compartilhamento de artigos que geram tráfego para suas plataformas.

O primeiro-ministro, Anthony Albanese, afirmou que é necessário atribuir um valor monetário ao trabalho dos jornalistas. Segundo ele, Meta, Google e TikTok poderão firmar acordos de conteúdo com os veículos de mídia locais, mas, caso se recusem, terão de pagar uma taxa de 2,25% de sua receita na Austrália. "As principais plataformas digitais não poderão burlar as obrigações previstas no código de negociação da mídia", disse o premiê.

"Acreditamos que o investimento no jornalismo é fundamental para uma democracia saudável"
Anthony Albanese
Primeiro-ministro da Austrália

AUDIÊNCIA. O projeto de lei foi elaborado para impedir que tais empresas removam conteúdo jornalístico de suas plataformas, algo que a Meta e o Google já fizeram em outros países. Os defensores da lei apontam que as plataformas de mídia social atraem usuários com notícias e arrecadam receita de publicidade online que, de outra forma, iria para veículos de notícias.

A Universidade de Camberra constatou que mais da metade da população australiana utiliza as redes sociais como fonte de notícias. Esta é a segunda tentativa legislativa da Austrália de fazer com que as plataformas paguem pelos textos e imagens de notícias que seus usuários visualizam.

As plataformas foram pressionadas a fechar acordos com empresas para remunerar o jornalismo, em virtude de uma lei aprovada em 2021 que instituiu o Código de Negociação da Mídia Noticiosa. As empresas de tecnologia optaram por fechar acordos comerciais com os criadores de notícias, em vez de serem forçadas à arbitragem e terem um juiz definindo o preço. Mas, desde então, elas evitaram renovar esses contratos, removendo as notícias de seus serviços. ● AFP e AP

LIONEL BONAVENTURE/AFP

Enjaulado em Toulouse

Francês denuncia domínio das redes sociais

O artista francês Damien Aspe ficará trancado um mês em uma jaula na vitrine de sua galeria em Toulouse, uma crítica às redes sociais, que, segundo ele, aprisionam as pessoas. ●

Governo Trump acelera revisão das licenças de filiadas da rede ABC

A comissão reguladora de telecomunicações nos EUA ordenou ontem uma revisão antecipada das licenças de filiais da emissora ABC, depois que Donald e Melania Trump pediram a demissão do apresentador Jimmy Kimmel. A ordem da Comissão Federal de Comunicações (FCC) afeta a Disney, proprietária da ABC, e suas subsidiárias. ● AFP

ESTADO 7:00 PM 100%
Está com problemas para visualizar essa mensagem? Clique aqui e leia no seu navegador
ESTADÃO
Pílula
EXCLUSIVA PARA ASSINANTES
O Estado de S.Paulo
www.estadao.com.br
NEWSLETTER
Pílula
Um resumo leve e descontraído das principais notícias do dia.
Política, Economia, Internacional, Cultura, Saúde e muito mais!
Use o QR code ao lado para inscrever-se e receber por e-mail, de segunda a sexta, sempre no início da noite.
bit.ly/news-pilula
EXCLUSIVA PARA ASSINANTES
ESTADÃO

Ines249

Estradas

Governo suspende multas por evasão de pedágio free flow

Medida vale por 200 dias e envolve 3 milhões de infrações em vias federais e estaduais, mas exige quitação do débito; quem pagou multa será ressarcido

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Sistema de cobrança automática em rodovias elimina as praças físicas tradicionais; ministério defende medidas para favorecer o modelo

JOÃO CAIRES
BRASÍLIA

O governo federal, por meio do Ministério dos Transportes e do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), anunciou ontem a suspensão das multas por evasão de pedágio free flow (sem praças de cobrança física). As cobranças ficarão suspensas por 200 dias e voltarão a valer depois desse período caso o motorista não quite o valor. A medida também vale para os condutores que já tinham multas antes da divulgação da suspensão. Cerca de 3 milhões de infrações de trânsito emitidas em decorrência de pedágios free flow em rodovias federais e estaduais devem ser canceladas.

Se o valor do pedágio for pago dentro do prazo, a multa deixará de valer e os pontos na carteira não serão contabilizados. A penalidade por evasão de pedágio no Brasil custa R$ 195,23, conforme o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e é considerada uma infração grave. Além do valor financeiro, o condutor recebe 5 pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Os pedágios free flow são um sistema de cobrança automática em rodovias que elimina as praças físicas tradicionais. Em vez de parar o carro para pagar, o veículo passa por uma estrutura com sensores e câmeras que identificam a placa ou um dispositivo de cobrança eletrônica (tag). O valor do pedágio é cobrado depois, de forma automática.

O sistema já opera em alguns trechos, principalmente em projetos recentes de concessão. Entre os principais exemplos estão a BR-101 (Rio-Santos), que foi o projeto-piloto, e a BR-116, entre São Paulo e Rio de Janeiro. Em âmbito estadual, há pórticos em vias como a SP-333 e a SP-99, além de rodovias no Rio Grande do Sul, como a ERS-122.

Havia a expectativa de que o governo cancelasse as multas, que considerava "abusivas" desde que o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos (Psol), citou a medida em seu perfil na rede social X, em 29 de março. A ação do governo federal segue o entendimento de que houve aumento injustificado no número de multas por evasão de pedágios.

Como o não pagamento dentro do prazo é automaticamente convertido em infração de trânsito, os motoristas acabaram penalizados sem terem sido devidamente informados sobre a cobrança.

JUSTIFICATIVA. "É uma reparação mais do que justa", disse Boulos ontem, destacando que os motoristas estavam sem informação adequada sobre o novo sistema de pedágio eletrônico. "As pessoas foram multadas porque não tinham informação. O que leva a uma ideia de pegadinha. Há muito tempo não se trabalha com radar pegadinha, também não se pode trabalhar com pedágio pegadinha", afirmou durante o anúncio das medidas.

Segundo Boulos, muitas autuações ocorreram porque os usuários não tinham clareza sobre como funcionava a cobrança e onde deveriam pagar, o que acabou reforçando a percepção negativa. De acordo com o ministro, o pacote tem como foco facilitar a vida do usuário e aumentar a transparência do sistema, para que a tecnologia seja um instrumento de praticidade, e não de penalização. "A tecnologia do free flow não pode virar prejuízo ao cidadão, mas ajudar, dar praticidade, reduzir custo de tarifa, em vez de ficar gerando multas", disse.

RESSARCIMENTO. O ministro dos Transportes, George Santoro, disse que o governo federal vai enviar à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) a previsão orçamentária necessária para viabilizar a restituição de multas do sistema de pedágio eletrônico free flow já pagas por motoristas. Segundo o ministro, a estimativa é de até R$ 93 milhões em devoluções.

Essa medida fará parte de um pacote de ajustes no free flow que será publicado hoje, de acordo com Santoro. Ele afirmou que o objetivo é corrigir problemas observados na fase inicial do modelo, marcada por alto volume de autuações e dificuldade de entendimento por parte dos usuários.

Entre as mudanças, o ministro destacou a melhoria da comunicação e da transparência sobre as cobranças. A ideia é que o motorista consiga identificar de forma clara onde ocorreu a passagem que gerou a cobrança ou a multa, com consulta via app da Carteira Digital de Trânsito (CNH do Brasil).

Santoro disse ainda que as concessionárias terão 100 dias para se adequar ao novo padrão de integração virtual com a Senatran, que definiu critérios para conectar os sistemas. O ministro afirmou que o governo busca uma "virada regulatória" com o usuário no centro do sistema e pretende evitar pórticos em áreas urbanas para conter cobranças excessivas. No plano de longo prazo, ele defendeu a migração gradual dos pedágios para o free flow, apontando potencial de redução tarifária. Ele também mencionou a possibilidade de oferta de tags gratuitas por bancos, com incentivos como campanhas publicitárias, como forma de facilitar a adaptação ao modelo. ●

Contra 'cobrança excessiva'
Governo busca uma 'virada regulatória' e pretende evitar pórticos em áreas urbanas

Em valores

R$ 195,23
é o valor da multa, conforme o CTB

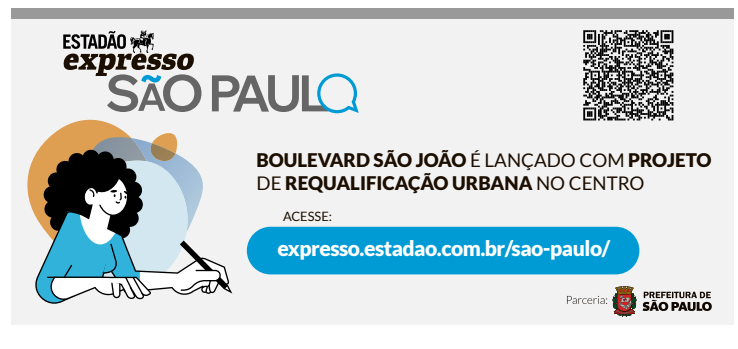
R$ 93 milhões
devem ser pagos em devoluções de multas

Para entender

- **Abrangência**
O pedágio sem cancelas e com cobrança eletrônica já funciona nos Estados de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. O início da operação foi marcado por reclamações de usuários sobre a falta de informações e opções de pagamento.

- **O que dizem as empresas**
As concessionárias, por sua vez, têm afirmado oferecer múltiplas formas para a quitação. Críticas sobre os pedágios já motivaram ações na Justiça.

- **Regulamentação**
Em março, a ANTT concluiu a regulamentação do free flow. A norma fixa prazo de até 30 dias para o pagamento sem multas. Para cobrança indevida, prevê o ressarcimento em dobro ao usuário, no prazo de até 7 dias corridos.


ESTADÃO expresso SÃO PAULO
BOULEVARD SÃO JOÃO É LANÇADO COM PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA NO CENTRO
ACESSE:
expresso.estadao.com.br/sao-paulo/
Parceria: PREFEITURA DE SÃO PAULO

Ines249

Segurança pública

Ministério Público denuncia 23 acusados em escândalo de corrupção na Polícia Civil

Grupo teria agido de 2020 a 2025 pagando, ao todo, propinas de R$ 33 milhões a policiais para evitar investigações

MARCELO GODOY

Os promotores do Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo, apresentaram na segunda-feira a primeira denúncia contra 23 policiais, advogados e empresários, investigados nas Operações Bazaar e Recidere. Os denunciados são suspeitos de ter mantido, no âmbito da Polícia Civil paulista, uma associação criminosa para a prática "de atos de corrupção ativa e fraude processual, durante ao menos quatro anos, visando a garantir a impunidade e a continuidade das práticas delitivas do grupo, que, por seu turno, resultaram na lavagem de capitais de quantias bilionárias (R$ 4 bilhões)".

A Secretaria da Segurança Pública (SSP) informou que a "Corregedoria da Polícia Civil acompanha e colabora com as investigações do Ministério Público". "A Polícia Civil reafirma que não compactua com desvios de conduta por parte de seus integrantes. Todas as medidas legais e disciplinares cabíveis serão adotadas caso sejam confirmadas quaisquer irregularidades."

PAGAMENTO DE PROPINA. O grupo teria agido de 2020 a 2025 pagando, ao todo, propinas de R$ 33 milhões a policiais para evitar investigações sobre lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio. No 16.º Distrito Policial (Vila Clementino), por exemplo, os acusados teriam pagado propinas que iam de R$ 700 mil a R$ 5 milhões. Na Divisão de Crimes Cibernéticos, do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), a propina teria sido de R$ 300 mil.

Já na 3.ª Delegacia de Crimes contra a Fazenda Pública e na 1.ª Delegacia de Crimes contra a Administração, Combate à Corrupção e Lavagem de Bens e Valores, ambas do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania (DPPC), as propinas teriam atingido mais de R$ 200 mil. Todos os casos foram alvo da Operação Bazaar, deflagrada pela Polícia Federal (PF) em 5 de março de 2026.

Na ocasião, em colaboração com a Corregedoria da Polícia Civil, os agentes federais cumpriram 25 mandados de busca e apreensão e 11 de prisão preventiva. Segundo os promotores, os acusados "transformavam as investigações criminais, muitas delas de natureza 'preliminar' ou informais, fora, portanto, do âmbito de controle do inquérito policial, em verdadeiros 'balcões de negócios', valendo-se, ainda, em diversas oportunidades, da má utilização de instrumentos de investigação como os Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras)". Ainda segundo o Gaeco, as ações dos policiais "provocaram alteração, inclusive, da jurisprudência atinente ao tema, conforme se verifica no RE (Recurso Extraordinário) 1537165 com repercussão geral (Tema 1404), de 27 de março de 2026, cuja fundamentação se pautou nos fatos apurados na presente investigação".

CIETE SILVV©RIO/GOVERNO SP

Deic seria uma das unidades onde esquema funcionava, diz o MP

Além dos 23 denunciados, em relação a um 24.º acusado, um advogado, os promotores concluíram um acordo de não persecução penal, pois entenderam que o ato criminoso que ele teria praticado seria isolado e não estava no âmbito da associação criminosa. Em relação a oito acusados, os promotores afirmaram que, ao menos desde 2020, eles teriam, de forma sistemática, feito da "corrupção policial o método de garantir a impunidade e a continuidade das práticas delitivas do grupo, que resultaram na lavagem de capitais de quantias bilionárias para os mais diversos setores criminosos".

Ao todo, dos 23 acusados, nove são policiais civis que atuavam no Deic, no DPPC e no 35.º DP (Jabaquara). Segundo os promotores, "observa-se elevada gravidade concreta de suas condutas, que subverteram a confiança depositada pela sociedade e a lealdade aos seus cargos públicos".

Agentes denunciados
Ao todo, dos 23 acusados, nove são policiais civis que atuavam no Deic, no DPPC e no 35º DP (Jabaquara)

Os promotores pediram ainda à Justiça a decretação, contra os denunciados, das seguintes medidas cautelares: proibição de ausentar-se da comarca por mais de 8 dias sem comunicação prévia ao juízo; proibição de contato com os demais denunciados e investigados nestes autos e em procedimentos correlatos; entrega de passaporte para apreensão em cartório; recolhimento noturno; monitoramento eletrônico e pagamento de fiança de R$ 50 mil. Foi também pedido o bloqueio de R$ 35 milhões de bens de sete acusados. ●

Alfândega

Operação mira contrabando no Porto do Rio e afasta 17 auditores

A Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério Público Federal deflagraram ontem a Operação Mare Liberum para combater a corrupção na alfândega do Porto do Rio. De acordo com a Receita, o esquema envolveu uma movimentação de R$ 86,6 bilhões em mercadorias, de julho de 2021 a março de 2026, com pagamento de dezenas de milhões em propinas. A associação criminosa investigada envolve importadores, despachantes e servidores públicos que atuam na facilitação de contrabando e descaminho.

Os agentes buscavam cumprir 45 mandados de busca e apreensão no Rio de Janeiro e em Vitória, no Espírito Santo. Foram afastados de seus cargos 17 auditores fiscais e 8 analistas tributários e cumpridas medidas de bloqueio de bens e restrições a atividades profissionais.

LIBERAÇÃO IRREGULAR. As investigações apontam a atuação de um grupo estruturado na liberação irregular de mercadorias, com divergências entre produtos importados e declarados, sem o pagamento de tributos.

Movimentação bilionária
Esquema movimentou R$ 86,6 bilhões em mercadorias, de julho de 2021 a março de 2026

É a maior operação da história da Corregedoria da Receita Federal, diz o órgão. A investigação foi iniciada em 2022, a partir de controles internos da corregedoria e denúncias. Mais de 100 servidores da Receita e 200 policiais federais participaram das diligências de ontem.

"A Receita Federal está estruturando imediatamente ações de apoio ao Porto do Rio de Janeiro para manter a fluidez do comércio, além de revisar as operações irregulares realizadas no período investigado", diz o Fisco.

Conforme o órgão, novas medidas ocorrerão para responsabilização de quem pagou a propina. Os investigados poderão responder por crimes como corrupção, associação criminosa, contrabando, descaminho e lavagem de dinheiro, entre outros. ● AGÊNCIA BRASIL

Feminicídio da soldado Gisele

Tenente-coronel será levado ao Tribunal do Júri

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o tenente-coronel da Polícia Militar Geraldo Leite Rosa Neto, de 53 anos, réu por feminicídio contra a soldado Gisele Alves Santana, de 32, será julgado pela Justiça Comum, na 5.ª Vara do Júri de São Paulo.

Por ser militar e acusado de cometer um crime contra outra integrante da corporação, havia a possibilidade de o caso ser analisado pela Justiça Militar. O STJ, no entanto, esclareceu que isso não se aplica, uma vez que o crime não ocorreu em contexto relacionado ao exercício da função militar.

"Ao definir a competência, o relator aplicou o entendimento recente da Terceira Seção do STJ, segundo o qual crimes dolosos contra a vida praticados por militares só se submetem à Justiça Militar quando houver vínculo direto com a atividade castrense e com a tutela da hierarquia e da disciplina", informou o tribunal em nota. "Ausente esse nexo funcional, prevalece a competência do Tribunal do Júri", acrescentou o órgão. Conforme a Constituição Federal, crimes dolosos contra a vida devem ser julgados pelo Tribunal do Júri.

O advogado de Geraldo Neto, Eugênio Carlos Balliano Malavasi, afirmou que a decisão do STJ de encaminhar o caso à Justiça Comum reforça o entendimento sustentado pela defesa desde a "primeira manifestação". "O STJ corroborou o postulado defensivo levado a efeito na audiência de custódia", declarou a defesa do réu. ● CAIO POSSATI

Ines249

Silvano Raia (1930-2026)

Morre o médico pioneiro dos transplantes de fígado

Liderou o 1.º transplante com doador falecido na América Latina e o 1.º com doador vivo no mundo

IARA MORSELLI/ESTADAO

OBITUÁRIO

Formado em 1956 na Medicina-USP, Raia também atuou na instituição como professor por mais de 40 anos

Morreu aos 95 anos o médico Silvano Mário Attílio Raia, conhecido internacionalmente na área de transplantes. O falecimento foi confirmado pela Academia Nacional de Medicina (ANM). "Raia foi um dos maiores nomes da Medicina brasileira e latino-americana, reconhecido por sua trajetória marcada pela excelência, inovação e dedicação inabalável ao ensino e à assistência médica", diz a ANM na nota. Segundo a instituição, o cirurgião morreu em decorrência de problemas pulmonares.

Ele se formou em 1956 na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), onde foi professor por mais de 40 anos. Pioneiro na realização de transplantes de fígado na América Latina, ele conduziu procedimentos históricos no Hospital das Clínicas, onde criou a Unidade de Fígado. Em 2000, tendo realizado 560 transplantes de fígado no HC, aposentou-se compulsoriamente. Na sequência, passou a atuar no Hospital Israelita Albert Einstein.

Foi Raia quem liderou o primeiro transplante hepático com doador falecido na América Latina e, em 1988, realizou o primeiro transplante do órgão com doador vivo descrito na literatura mundial.

De acordo com a Academia de Medicina de São Paulo, essa técnica, publicada na revista *Lancet* e inicialmente proposta para uso pediátrico, foi mais tarde empregada também para adultos, principalmente no Oriente Médio, onde, por motivos religiosos e culturais, é proibido o transplante com órgãos de doadores falecidos.

O Global Observatory on Donation and Transplantation refere que, até 2019, 52 mil pacientes já tinham sido submetidos a um transplante de fígado por essa técnica.

A técnica "ampliou possibilidades terapêuticas e passou a salvar milhares de vidas", como destaca o Ministério da Saúde em nota de pesar. "Junto ao Ministério da Saúde, contribuiu para a estruturação e a expansão da rede de transplantes no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), apoiando a qualificação de equipes, a implementação de serviços e a ampliação do acesso da população a procedimentos de alta complexidade em todo o País."

"Ampliou possibilidades terapêuticas e passou a salvar milhares de vidas. E contribuiu para a estruturação e a expansão da rede de transplantes no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)"
Ministério da Saúde

Nos últimos anos, o cirurgião dedicava-se intensamente às pesquisas em xenotransplante, técnica que utiliza órgãos de animais geneticamente modificados para transplante em humanos. Em março deste ano, ele liderou uma iniciativa da USP que resultou na clonagem do primeiro porco na América Latina com o objetivo de fornecer órgãos para o SUS. "Mais do que um grande cirurgião, foi um exemplo de compromisso com a ciência, com os pacientes e com o futuro da Medicina brasileira", afirmou o presidente da ANM, Antonio Egidio Nardi.

NA ACADEMIA. Ao longo de sua carreira, Raia publicou 106 trabalhos no Brasil e 47 no exterior, além de contribuir com capítulos em livros. O professor, além disso, orientou 12 dissertações de mestrado, 13 teses de doutorado e 3 trabalhos de livre-docência. "Sua atuação foi decisiva para a formação de gerações de médicos e para o avanço da ciência, sempre pautada pela inovação, pelo rigor acadêmico e pelo compromisso com a vida", enfatizou a FMUSP. ● GABRIEL DAMASCENO

PRÊMIO
LUGARES mais INCRÍVEIS PARA TRABALHAR 2026
FIA
ESTADÃO
INSCRIÇÕES ABERTAS
AS MELHORES EMPRESAS COMEÇAM PELAS PESSOAS
Analise as experiências reais dos colaboradores e participe da premiação que reconhece quem investe em ambientes de trabalho mais saudáveis e inspiradores.
VALORES QUE MERECEM RECONHECIMENTO
Atração e retenção de talentos
Clima organizacional
Engajamento das lideranças
SAIBA COMO INSCREVER A SUA ORGANIZAÇÃO
REALIZAÇÃO
FIA BUSINESS SCHOOL
ESTADÃO

Ines249

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital

Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 28/04

HOJE: MANHÃ	HOJE: TARDE	HOJE: NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA
0% 23°	20% 27°	25% 22°	1MM	70 a 95%

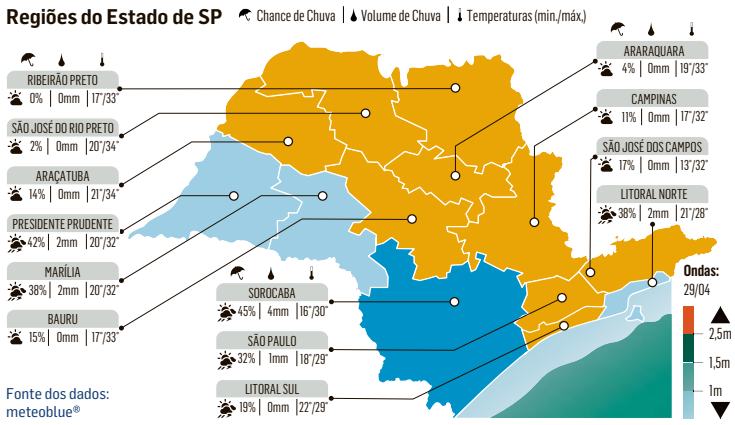
AMANHÃ	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
20°/26°	20°/27°	19°/28°	18°/20°

SOL — NASCENTE: 6h24 POENTE: 17h42

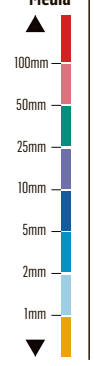
LUA: **CRESCENTE**

CRESCENTE	23/04	23h33
CHEIA	01/05	14h24
MINGUANTE	09/05	18h13
NOVA	16/05	17h03

Regiões do Estado de SP — Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperaturas (min./máx.)


RIBEIRÃO PRETO 0% | 0mm | 17°/33°
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO 2% | 0mm | 20°/34°
ARAÇATUBA 14% | 0mm | 21°/34°
PRESIDENTE PRUDENTE 42% | 2mm | 20°/32°
MARÍLIA 38% | 2mm | 20°/32°
BAURU 15% | 0mm | 17°/33°
ARARAQUARA 4% | 0mm | 19°/33°
CAMPINAS 11% | 0mm | 17°/32°
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS 17% | 0mm | 13°/32°
LITORAL NORTE 38% | 2mm | 21°/28°
SOROCABA 45% | 4mm | 16°/30°
SÃO PAULO 32% | 1mm | 18°/29°
LITORAL SUL 19% | 0mm | 22°/29°
Ondas: 29/04
2,5m
1,5m
1m

Fonte dos dados: meteoblue®



Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJÚ	50%	6mm	24°C/29°C
BELÉM	70%	15mm	25°C/29°C
BELO HORIZONTE	0%	0mm	20°C/25°C
BOA VISTA	25%	0mm	25°C/31°C
BRASÍLIA	0%	0mm	18°C/27°C
CAMPO GRANDE	35%	2mm	20°C/26°C
CUIABÁ	15%	0mm	24°C/31°C
CURITIBA	90%	27mm	14°C/19°C
FLORIANÓPOLIS	85%	36mm	18°C/20°C
FORTALEZA	65%	18mm	25°C/29°C
GOIÂNIA	10%	0mm	19°C/30°C
JOÃO PESSOA	45%	1mm	25°C/30°C
MACAPÁ	85%	10mm	26°C/30°C

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
MACEIÓ	45%	2mm	24°C/29°C
MANAUS	75%	5mm	25°C/30°C
NATAL	60%	6mm	25°C/29°C
PALMAS	25%	0mm	25°C/34°C
PORTO ALEGRE	10%	0mm	10°C/21°C
PORTO VELHO	50%	5mm	25°C/30°C
RECIFE	50%	1mm	24°C/29°C
RIO BRANCO	70%	8mm	23°C/30°C
RIO DE JANEIRO	10%	0mm	25°C/29°C
SALVADOR	45%	4mm	24°C/29°C
SÃO LUÍS	85%	13mm	25°C/29°C
TERESINA	75%	16mm	25°C/31°C
VITÓRIA	5%	0mm	22°C/29°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	-1h	14°C/22°C
ATENAS	+6h	16°C/25°C
BARCELONA	+5h	17°C/20°C
BERLIM	+5h	5°C/15°C
BRUXELAS	+5h	10°C/20°C
BUENOS AIRES	0h	13°C/21°C
CARACAS	-1h	20°C/27°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	17°C/28°C
ESTOCOLMO	+5h	3°C/13°C
GENEBRA	+5h	11°C/21°C
JOANESBURGO	+5h	9°C/20°C
LIMA	-2h	7°C/17°C
LISBOA	+4h	16°C/18°C
LONDRES	+4h	9°C/19°C

	FUSO	MÍN./MÁX.
LOS ANGELES	-4h	13°C/20°C
MADRID	+5h	14°C/18°C
MIAMI	-1h	23°C/28°C
MONTEVIDÉU	0h	11°C/20°C
MOSCOU	+6h	1°C/3°C
NOVA YORK	-1h	10°C/14°C
PARIS	+5h	16°C/23°C
ROMA	+5h	13°C/25°C
SANTIAGO	-1h	8°C/21°C
SYDNEY	+13h	17°C/23°C
TEL-AVIV	+6h	17°C/21°C
TÓQUIO	+12h	14°C/17°C
TORONTO	-1h	6°C/12°C
WASHINGTON	-1h	12°C/18°C

Metrô de SP

Com obras até de madrugada, Linha 6 começa a tomar forma

Faltando seis meses para a inauguração do primeiro trecho (Brasilândia-Perdizes), conjunto está hoje com 88% de execução

Prometida há quase 18 anos, a Linha 6-Laranja do Metrô, que vai conectar as zonas norte, oeste e central de São Paulo, deve ser inaugurada em outubro. O que antes eram tapumes com pichações, agora começa a ganhar a aparência de estação de metrô. Faltando seis meses para a inauguração do primeiro trecho (entre Brasilândia e Perdizes), cerca de 88% da obra está pronta. Para concluir o projeto a tempo, a concessionária Linha Uni tem estendido os trabalhos nos canteiros até de madrugada.

O grupo, cujo acionista majoritário é a espanhola Acciona, determinou trabalhos ininterruptos desde outubro passado até a conclusão das obras. "Durante a noite, são priorizadas atividades que causem o menor impacto possível à vizinhança", informou em nota.

Ponto final da linha nessa primeira etapa, Perdizes, na zona oeste, já está com 92% da construção concluída. O prédio de entrada dos passageiros começou a ser erguido e ganhou vidros. Também na região, a Estação Sesc-Pompeia se encontra em 84%, mas a estrutura já está em pé, envidraçada e em fase de implementação das telhas no teto.

A Estação Água Branca, onde haverá conexão com as linhas 7-Rubi e 8-Diamante, é a mais avançada. A mais atrasada da primeira entrega é a Itaberaba-Hospital Vila Penteado, na zona norte, com 72% da obra pronta. A estação será a mais profunda de São Paulo, a 66 metros do chão, ultrapassando a Santa Cruz, da Linha 5-Lilás.

PARA 2027. Apesar de ser a segunda no trajeto após a Brasilândia, na zona norte, a estação Maristela ficará de fora da primeira entrega. O progresso da unidade ainda é de 65% – a segunda mais atrasada, à frente apenas da 14 Bis-Saracura, no centro, em 15%. Ambas devem começar a operar em outubro de 2027, junto ao trecho de Perdizes até São Joaquim, onde haverá conexão com a Linha 1-Azul. ●

MALU MÕES

Porcentagens concluídas

Trecho previsto para 2026

- **Brasilândia:** 90,99%
- **Itaberaba:** 71,45%
- **João Paulo I:** 91,06%
- **Freguesia do Ó:** 85,84%
- **Santa Marina:** 94,34%
- **Água Branca:** 97,01%
- **Sesc-Pompeia:** 83,63%
- **Perdizes:** 92,02%

Ficam para 2027

Maristela, PUC, Faap, Mackenzie, 14 Bis, Bela Vista e São Joaquim

SÃO PAULO RECLAMA

Leitora cobra resposta de operadora de telefonia

Reclamação de Evelyn Levy: "Gostaria de solicitar a mediação desta coluna para resolver um problema com a empresa Claro, referente à instalação de cabo de fibra. Embora pague por fibra em minha internet, até hoje não foi instalada. Desde o dia 17 de março de 2025, estou reclamando. Fiz inúmeros contatos por telefone, em suas lojas e, finalmente, também por meio de sua ouvidoria. E, até o momento, não fui atendida. São diversas as tentativas para solucionar o problema. Já entrei em contato também com o SAC da Claro. Se necessário, posso enviar os protocolos de atendimento. Inclusive, quando liguei para a ouvidoria, responderam que o prazo desses protocolos havia vencido. Agradeço a atenção e coloco-me à disposição para enviar cópias de notas fiscais, caso necessário."

Resposta: "A Claro informa que entrou em contato com a cliente e o problema foi solucionado." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ 150 ANOS

Ytú e Sorocaba

São originaes os defensores da estrada Ytuana, até mesmo originalissimos. Depois de inventarem os balanços da companhia, contendo apenas parte do capital, e o que é ainda mais extraordinário, creando uma entidade especial, isto é, os accionistas sem acções, naturalmente chegaram também a abrir uma escola para os guarda-livros d'este generoso recommendado de escripturação mercantil.

Em referencia a estradas de ferro, é nosso dever classifical-a como escola nornal, e desejar-lhe a fortuna de uma rica e opulenta freguezia.

https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18760429-379-nac-0001-999-1-not. ●

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h às 20h horas. Sábado, domingo e feriados via WHATSAPP (11) 99181-2018 ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, RG e telefone.

MISSA DE 7º DIA

A Família de

† **LILLY TOOP REBOUÇAS**

agradece as manifestações de pesar recebidas e convida parentes e amigos para a Missa de Sétimo Dia a realizar-se na Igreja Santa Terezinha, na Rua Maranhão, 617, na quinta-feira, dia 30 de abril de 2026, às 17:00 horas.

MISSA

Julio Cerqueira Cesar Neto – Amanhã, às 11 horas, na Paróquia Santa Teresinha, na R. Maranhão, 617, Higienópolis (1 ano).

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:

Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita somente por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP-Regula). Não há funerárias particulares.

Após o falecimento de uma pessoa, o primeiro passo é procurar as agências indicadas.

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/

NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

Ines249

Ambiente

Tribunal libera obra de rodovia no meio da Amazônia

Liminar anterior suspendia edital para pavimentação da BR-319; segundo a decisão, certame não produz dano ambiental

PAULA FERREIRA
BRASÍLIA

O Tribunal Regional Federal da 1.ª Região derrubou na noite de ontem a decisão liminar que determinava a suspensão, por um prazo de 70 dias, dos editais de contratação para asfaltamento de trecho da BR-319, no coração da Amazônia. A decisão liminar atendia ao pedido do Observatório do Clima, que moveu uma ação contra a pavimentação da rodovia.

Para fundamentar a sua decisão, a desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso alegou que a liminar anterior "causa dano concreto e irreversível ao interesse público, ao passo que sua suspensão não impede o controle ambiental adequado". A liminar, da juíza Mara Elisa Andrade, determinava que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), responsável pela obra, deveria suspender imediatamente os editais de contratação e todos os atos administrativos e contratos relacionados a eles, o que foi rechaçado pela desembargadora.

"A continuidade dos certames licitatórios não produz, por si mesma, qualquer dano ambiental: os pregões constituem procedimento administrativo de seleção de propostas, sem implicar intervenção física na rodovia", escreveu a magistrada em sua decisão.

A liminar que acabou derrubada determinava que o DNIT deveria fornecer documentação e informações sobre as intervenções que serão feitas na estrada, além de detalhar os processos administrativos que levaram à decisão de dispensar a exigência de licenciamento ambiental para a obra, explicando as razões técnicas e legais por trás da medida.

O Observatório do Clima havia pedido a suspensão do projeto alegando que os editais para contratação de empresa para asfaltar a rodovia são inconstitucionais e violam o direito ambiental e administrativo.

Polêmica
Para viabilizar a obra, o DNIT utilizou a nova Lei Geral de Licenciamento

O impasse sobre o asfaltamento da BR-319 ocorre desde o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. A rodovia, que liga Manaus a Porto Velho, está em uma das regiões mais preservadas da Amazônia. E, segundo ambientalistas, sua pavimentação pode levar a uma explosão do desmatamento na região. Já representantes do agronegócio argumentam que a rota é fundamental para escoamento da produção agrícola.

PAVIMENTAÇÃO. Os editais do DNIT se referem à pavimentação de 339 km da rodovia, entre o km 250 e km 590. Para viabilizar a obra, o órgão utilizou o trecho da nova Lei Geral de Licenciamento que havia sido vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O dispositivo, posteriormente restabelecido pelo Congresso com a derrubada do veto de Lula, determina que o licenciamento ambiental para a obra é dispensado pois se trata de "serviços de manutenção e/ou melhoramento da infraestrutura em instalações preexistentes ou em faixas de domínio e de servidão, incluídas rodovias anteriormente pavimentadas". ●

LEILÕES JUDICIAIS DE IMÓVEIS
É AMANHÃ! SOMENTE ONLINE

VILA MADALENA - SÃO PAULO - SP
APARTAMENTO DUPLEX
~~1ª PRAÇA 08/04/2026 ENCERRAMENTO ÀS 11H15~~
2ª PRAÇA 30/04/2026 ENCERRAMENTO ÀS 11H15
~~1ª PRAÇA: LANCE INICIAL: R$ 1.017.426,00~~
2ª PRAÇA: LANCE INICIAL: R$ 712.197,00
30% ABAIXO DO VALOR

VILA ASSUNÇÃO - SANTO ANDRÉ - SP
APARTAMENTO
~~1ª PRAÇA 08/04/2026 ENCERRAMENTO ÀS 11H~~
2ª PRAÇA 30/04/2026 ENCERRAMENTO ÀS 11H
~~1ª PRAÇA: LANCE INICIAL: R$ 1.458.168,00~~
2ª PRAÇA: LANCE INICIAL: R$ 729.582,00
50% ABAIXO DO VALOR

CONSULTE DESCRITIVO E EDITAL COMPLETO EM: WWW.SODRESANTORO.COM.BR. PARA AGENDAR SUA VISITA A IMÓVEIS QUE PERMITEM VISITAÇÃO OU TIRAR DÚVIDAS: TELEFONE (11) 2464-6460, WHATSAPP (11) 97777-0753 OU E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR

IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS.
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP Nº 192
6ª Vara Cível da Comarca de Santo André/SP - Proc.: 0036479-43.2004.8.26.0554
6ª Vara e Ofício Cível da Comarca de Guarulhos/SP - Proc.: 0013047-82.2022.8.26.0224

Perda de florestas diminui, impulsionada pelo Brasil

A perda de florestas primárias no Brasil diminuiu 42% em 2025 em relação ao ano anterior, de acordo com o Global Forest Watch, monitoramento do World Resources Institute (WRI) em parceria com a Universidade de Maryland.

É a menor perda no País desde o início da série histórica, em 2002, o que impulsionou grande parte da queda de 36% na perda global de cobertura florestal. A diretora executiva do WRI Brasil, Mirela Sandrini, destaca a liderança do Brasil na proteção florestal. "Essa força-tarefa articulada pelo Brasil entre governo, sociedade civil, academia, comunidade local e setor privado é uma fórmula muito poderosa", disse ao **Estadão**. Por conter a maior floresta tropical do mundo, porém, o Brasil ainda lidera o ranking em termos de área perdida, com 1,63 milhão de hectares subtraídos em 2025, o equivalente a quase 11 vezes a área da capital paulista.

Além do Brasil, Bolívia, República Democrática do Congo, Indonésia e Peru compõem o "top 5" da perda de florestas primárias no mundo. ● JULIANA DOMINGOS DE LIMA

Ines249

Copa Sul-Americana

Neymar não brilha e Santos segue sem vencer no torneio

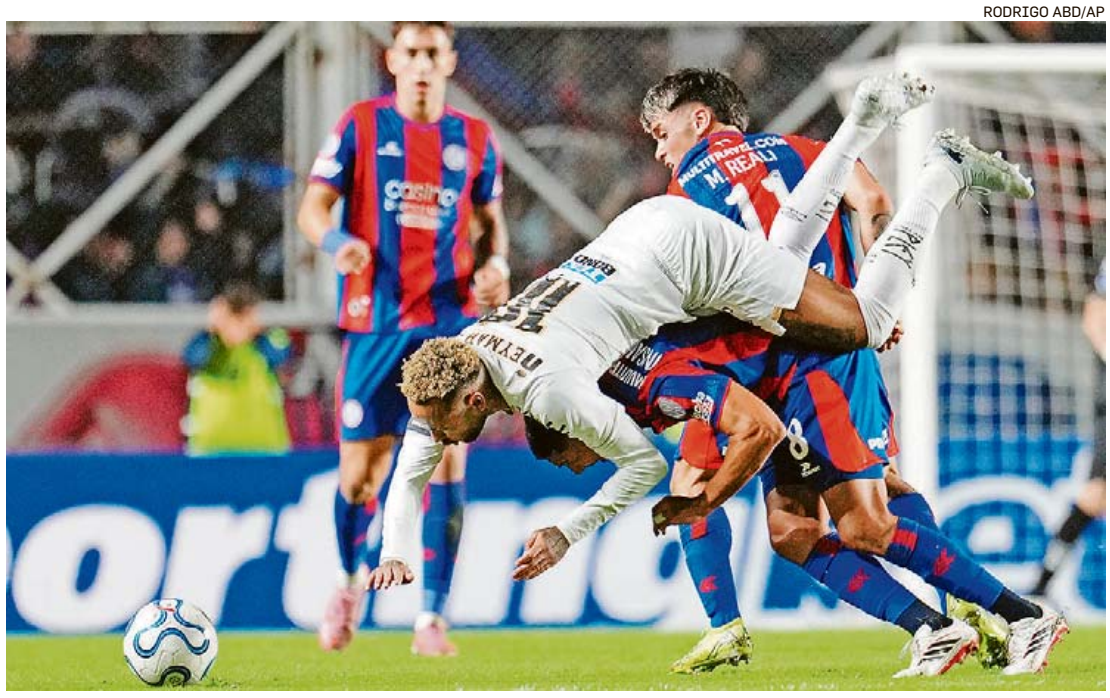
Equipe santista empata com o San Lorenzo na Argentina, continua em último lugar no Grupo D e se complica na busca pela classificação

FASE DE GRUPOS DA SUL-AMERICANA

SAN LORENZO'	SANTOS
1	1

Gols: Cuello, aos 27 minutos, e Gabriel Barbosa, aos 32, do 1º tempo.
SAN LORENZO: Gill; Herrera, Romaña, Montenegro e Tripichio; Insaurralde, Gulli (López) e De Ritis; Cuello (Gregório), Auzmendi (Herazo) e Reali (Barrios). **Técnico:** Gustavo Alvarez.
SANTOS: Gabriel Brazão; Mayke (Igor Vinícius), Lucas Veríssimo, Luan Peres e Escobar; Willian Arão (João Schmidt), Oliva e Gabriel Bontempo (Thaciano); Neymar, Rollheiser (Barreal) e Gabriel Barbosa (Mateus Xavier). **Técnico:** Cuca.
Cartões amarelos: Luan Peres, Escobar e Lucas Veríssimo.
Árbitro: Jhon Spina (COL).
Renda e público: Não divulgados.
Local: Estádio Nuevo Gasómetro, em Buenos Aires (ARG).

RODRIGO ABD/AP



Neymar tenta passar pela marcação de dois jogadores do San Lorenzo ontem à noite, em Buenos Aires

WILSON BALDINI JR.

Com Neymar em campo, o Santos voltou da Argentina com um empate por 1 a 1 com o San Lorenzo, na noite de ontem, em Buenos Aires, em duelo válido pela terceira rodada do Grupo D da Copa sul-americana. Com o resultado, a equipe da Vila Belmiro somou o segundo ponto na chave, enquanto o time argentino chegou aos cinco pontos. Faltam três jogos para o fim da fase de grupos da competição.

Cuca escalou o Santos com quatro jogadores no meio de campo, deixando Neymar mais livre e perto da área do San Lorenzo. O camisa 10 não brilhou a ponto de desequilibrar o confronto, mas participou dos principais momentos do time, especialmente no segundo tempo.

Após a partida, o treinador elogiou o desempenho do craque e disse torcer para ele chegar à Copa do Mundo.

"Ele (*Neymar*) criou jogadas inteligentes, buscou passes que poucos conseguem dar. Vejo ele forte, cada vez mais forte. Para ser convocado para a seleção é uma questão do treinador (*Carlo Ancelotti*) e da comissão técnica. Como brasileiro, torço para que isso aconteça", disse, destacando também o "carinho do povo argentino com o Neymar". "A gente fica feliz. O público aplaudindo ao final do jogo. Foi uma bela manifestação."

No entanto, sobre o futuro do Santos na Sul-Americana após o empate na Argentina, que manteve a equipe na última colocação de seu grupo, o treinador não demonstrou o mesmo otimismo.

"Duas das últimas três partidas serão em casa e temos de fazer 100% para seguir na competição", declarou Cuca, destacando que a equipe poderia ter conseguido um resultado melhor. "Lugar muito difícil de se jogar. Adversário supermotivado. Saímos atras no placar, jogo muito perigoso, muita intensidade, empatamos e tivemos chance de fazer 2 a 1. Controlamos bem dois terços do jogo, mas falhamos mais uma vez no último passe", lamentou o técnico santista.

CLASSIFICAÇÃO

	GRUPO D	PG	J	V	E	D	SG
1º	San Lorenzo	5	3	1	2	0	2
2º	D. Cuenca	4	3	1	1	1	-1
3º	D. Recoleta	3	3	0	3	0	0
4º	Santos	2	3	0	2	1	-1

● CLASSIFICADO ● PLAYOFFS DAS OITAVAS

O JOGO. Empurrado pela torcida, que lotou o estádio Nuevo Gasómetro, o San Lorenzo começou a partida pressionando e o goleiro santista Gabriel Brazão foi o jogador mais exigido nos quinze primeiros minutos, com pelo menos duas belas defesas. O Santos só foi incomodar aos 17 minutos, com um chute de longa distância do meio-campista argentino Rollheiser, que não acertou o alvo. O meia parecia estar em uma rotação superior ao restante do time do Santos, que não conseguia dar sequência às jogadas. Além disso, o setor defensivo tinha repetidas falhas na saída de bola. Em uma delas, aos 27 minutos, William Arão foi desarmado, Cuello recebeu, arriscou da intermediária e contou com um leve desvio para abrir o placar.

O Santos, porém, chegou ao empate apenas cinco minutos depois. Em boa jogada na esquerda iniciada por Neymar, e com um toque sutil de Rollheiser, Gabriel Barbosa bateu rápido para fazer 1 a 1.

O gol santista diminuiu o entusiasmo do San Lorenzo. Neymar, Rollheiser e Bontempo apresentaram entrosamento no toque de bola para manter o time brasileiro no ataque na tentativa de virar o placar, o que quase conseguiu no último lance da primeira etapa. Em contra-ataque armado por Oliva, Neymar foi lançado na meia esquerda e bateu cruzado para o gol, mas a bola saiu.

O segundo tempo começou mais 'pegado', com faltas ríspidas. As equipes se revezavam no ataque, mas, a partir dos 20 minutos, o jogo perdeu em emoção com o excesso de faltas e muita reclamação dos dois times e mais nada de gols. ●

Campeonato Brasileiro

O Santos volta a campo no próximo sábado, às 18h30, quando faz o clássico com o Palmeiras fora de casa

Reservas do São Paulo empatam na Colômbia

LEONARDO CATTO

São Paulo e Millonarios ficaram no 0 a 0 pela terceira rodada da Sul-Americana na noite de ontem, no Estádio Nemesio Camacho El Campín, em Bogotá, na Colômbia. Com reservas, a equipe brasileira mostrou pouco, deixou de produzir e precisou segurar os mandantes para não sofrer a primeira derrota no torneio.

A equipe até demonstrou que poderia competir e buscar uma vitória, mas caiu em ritmo e passou a ceder espaços aos colombianos, que não chegaram com grande perigo. Embora Roger Machado tenha tentado reagir com alterações ofensivas, não houve grande mudança em campo.

O resultado faz o São Paulo perder o aproveitamento de 100% na Sul-Americana. Ainda assim, o time tricolor lidera o Grupo C, com sete pontos.

Em campo, a equipe tricolor parecia mostrar como acertada a escolha por poupar no duelo em Bogotá. O time reserva ocupou bem o campo ofensivo. As chegadas variaram entre bola aérea e passes em profundidade, que não foram bem aproveitados por Tapia.

A maior chance do São Paulo surgiu aos 20 minutos. Cauly cobrou escanteio e André Silva completou de cabeça. A bola bateu no travessão e entraria, não fosse o bloqueio salvador de Carlos Sarabía.

No segundo tempo, Roger Machado reagiu à crescente do Millonarios com as entradas de Bobadilla, conferindo mais experiência do que Djhordney, e Ferreirinha, para desafogar a saída para o ataque, já que André Silva se mantinha isolado. O jogo perdeu em intensidade e se arrastou até o fim, com poucas chances reais de gol.

O São Paulo volta a campo no domingo, contra o Bahia, pela 14.ª rodada do Campeonato Brasileiro, no Estádio Cícero de Souza Marques, em Bragança Paulista. ●

CLASSIFICAÇÃO

	GRUPO C	PG	J	V	E	D	SG
1º	São Paulo	7	3	2	1	0	3
2º	Millonarios	4	3	1	1	1	-1
3º	O'Higgins	3	2	1	0	1	0
4º	Boston River	0	2	0	0	2	-2

● CLASSIFICADO ● PLAYOFFS DAS OITAVAS

FASE DE GRUPOS DA SUL-AMERICANA

MILLONARIOS	SÃO PAULO
0	0

MILLONARIOS: D. Novoa; C. Sarabía, Andrés Llinás, Jorge Arias e S. Valencia (Danovis Banguero); Rodrigo Ureña, Mateo García (S. Vega), S. Viveros (Beckham Castro) e David Silva (Darwin Quintero); Rodrigo Contreras e Leonardo Castro (Julian Angulo). **Técnico:** Fabián Bustos.
SÃO PAULO: Carlos Coronel; Alan Franco, Dória e Sabino; Cédric Soares, Luan (Felipe Negrucci), Djhordney (Damián Bobadilla), Cauly (Lucca) e Nicolas (Wendell); Gonzalo Tapia e André Silva (Ferreirinha). **Técnico:** Roger Machado.
Árbitro: Juan Benítez (PAR).
Cartões amarelos: André Silva, Nicolas e Carlos Coronel (São Paulo).
Público e renda: Não divulgados.
Local: Estádio Nemesio Camacho El Campín, em Bogotá, na Colômbia.

Ines249

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados do Santos Futebol Clube, em cumprimento ao artigo 46-A, da Lei 9.615/98 e o artigo 93, parágrafo quinto do Estatuto Social, o Santos Futebol Clube publica suas demonstrações financeiras.
A administração do Santos Futebol Clube submete à apreciação o Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.
Estes demonstrativos refletem com transparência os atos e operações da Administração, assim como a situação patrimonial e financeira do Clube no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.
Informamos que foram publicadas em nosso Portal da Transparência as demonstrações financeiras completas acompanhadas do Relatório de Administração e o Relatório dos auditores independentes Macso Legate Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras e notas explicativas na íntegra no endereço eletrônico: https://transparencia.santosfc.com.br/documentos.

BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	295	170
Aplicação Financeira	6	21.845	20.018
Valores a receber, líquidos	7	204.577	189.264
Despesas Antecipadas	8	5.166	6.540
Outros ativos		565	71
Total do ativo circulante		**232.448**	**216.063**
Não circulante			
Valores a receber, líquidos	7	91.444	100.462
Despesas antecipadas	8	4.533	6.425
Depósitos judiciais	15.1	13.579	9.005
Imobilizado	9	66.495	46.273
Intangível	10	214.093	68.841
Total do imobilizado e Intangível		**390.114**	**231.006**
TOTAL DO ATIVO		**622.592**	**447.069**

PASSIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores		5.685	4.563
Empréstimos e Antecipação de recebíveis	11	83.085	125.212
Contas a pagar	12	106.097	133.554
Direitos de imagem de atletas	13	25.970	16.934
Receita diferida (Obrigações de Performance)	14	108.904	59.810
Obrigações trabalhistas	16	37.706	22.426
Obrigações tributárias correntes	17.1	15.219	9.764
Obrigações tributárias parceladas	17.2	31.031	11.747
Débitos com terceiros		10.348	353
Parcelamentos de tributos - PROFUT	18	9.453	14.413
Acordos Judiciais	19	37.243	38.279
Total do passivo circulante		**470.741**	**437.055**
Não circulante			
Parcelamentos de tributos - PROFUT	18	83.501	96.555
Provisão para demandas judiciais	15.2	59.367	86.210
Contas a pagar	12	193.994	22.444
Receita diferida (Obrigações de Performance)	14	124.554	158.767
Obrigações tributárias parceladas	17.2	124.520	79.737
Acordos Judiciais	19	164.029	91.893
Empréstimos	11	11.253	4.379
Total do passivo não circulante		**761.218**	**539.985**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Patrimônio social		(557.453)	(452.760)
Reserva de reavaliação		27.482	27.995
Déficit do exercício		(79.396)	(105.206)
Total do Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)		**(609.367)**	**(529.971)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**622.592**	**447.069**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	nota	Futebol profissional	Futebol amador	Clube social, administrativo e outros desportos	Total 2025	Total 2024
Receitas operacionais						
Receitas com bilheterias e cotas de participação		28.549	–	3.777	32.326	34.342
Receitas com transmissões televisivas	21	156.020	–	152	156.172	55.481
Outras receitas líquidas - Negociação de atletas	20	136.347	(386)	(1.027)	134.934	127.028
Receitas de publicidade		122.243	2.504	17.686	142.433	89.114
Receitas com manutenção e frequência		–	–	57.224	57.224	28.032
Receitas de aluguéis		–	–	1.374	1.374	827
Receitas Timemania		–	–	600	600	600
Receita de Voluntariado Obtida	22	–	–	1.620	1.620	1.620
Receitas diversas		24.328	5.880	68.031	98.239	42.027
Total das receitas		**467.487**	**7.998**	**149.437**	**624.922**	**379.071**
Custos do departamento de esportes						
Pessoal e encargos sociais		(217.540)	(28.929)	(14.943)	(261.412)	(157.818)
Jogos e bonificações		(25.805)	(4.440)	(1.268)	(31.513)	(31.550)
Direitos de imagem e arena		(95.068)	(4.436)	(2.774)	(102.278)	(29.411)
Amortização de gastos com atletas		(86.123)	(5.141)	(8)	(91.272)	(43.944)
Outros custos		(34.448)	(24.900)	(13.102)	(72.450)	(34.938)
Total dos Custos		**(458.984)**	**(67.846)**	**(32.095)**	**(558.925)**	**(297.661)**
Despesas operacionais						
Pessoal e encargos sociais		(340)	(673)	(18.530)	(19.543)	(17.270)
Gerais e administrativas		(12.290)	(388)	1.292	(11.386)	(28.260)
Serviços profissionais		–	–	(13.071)	(13.071)	(8.636)
Depreciações		–	–	(2.499)	(2.499)	(2.563)
Amortização Intangível - software		–	–	(420)	(420)	(412)
Serviços Prestados por Voluntariado	22	–	–	(1.620)	(1.620)	(1.620)
Outras receitas (despesas) líquidas		–	(2.093)	(18.853)	(20.946)	(54.882)
Total das Despesas Operacionais		**(12.630)**	**(3.154)**	**(53.701)**	**(69.485)**	**(113.643)**
Resultado financeiro						
Atualizações monetárias de tributos		–	–	(37.905)	(37.905)	(21.769)
Juros sobre empréstimos		–	–	(28.122)	(28.122)	(13.880)
Outras despesas financeiras		(863)	–	(86.107)	(86.970)	(66.832)
Outras receitas financeiras		599	4	76.486	77.089	29.508
Total do resultado financeiro		**(264)**	**4**	**(75.648)**	**(75.908)**	**(72.973)**
(Déficit) do Exercício		**(4.391)**	**(62.998)**	**(12.007)**	**(79.396)**	**(105.206)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Receita com jogos	28.139	34.341
Receita com repasses de direitos federativos	188.517	126.757
Receita com transmissões televisivas e publicidade	249.178	55.481
Outras receitas	159.057	162.220
	624.891	**378.799**
Insumos adquiridos de terceiros:		
Custos de jogos e bonificação	(31.512)	(31.550)
Serviços de terceiros	(14.691)	(10.257)
Despesas gerais e administrativas	(25.578)	(71.934)
Outros custos	(59.474)	(30.101)
	(131.255)	**(143.842)**
Valor adicionado bruto	**493.636**	**234.957**
Depreciação e amortização	(94.192)	(46.919)
Valor adicionado líquido produzido pelo Clube	**399.444**	**188.038**

	2025	2024
Valor adicionado recebido em transferência:		
Receitas financeiras	77.090	29.509
Outras	(6.131)	(10.507)
	70.959	**19.002**
Valor adicionado total a distribuir	**470.403**	**207.040**
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal e encargos	384.051	205.055
Impostos, taxas e contribuições	12.750	4.708
Atualização monetária de tributos	37.905	21.769
Juros s/empréstimos e financiamentos	28.122	13.882
Outras despesas financeiras	86.971	66.832
Superávit (déficit) do período	(79.396)	(105.206)
Valor adicionado distribuído	**470.403**	**207.040**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Déficit do Exercício	**(79.396)**	**(105.206)**
Outros resultados abrangentes	513	512
Resultado	**(78.883)**	**(104.694)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Das atividades operacionais	2025	2024
Déficit do exercício	**(79.396)**	**(105.206)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciações	2.500	2.563
Amortizações Atletas	80.313	35.681
Amortizações Software	420	412
Baixa do ativo imobilizado e intangível	33.172	63.971
Provisão para perdas sobre valores a receber diversos	6.500	(113.016)
Atualização monetária e juros sobre empréstimos	28.122	13.880
Atualização monetária de tributos	37.906	21.769
Provisão para demandas judiciais	(26.843)	31.668
Resultado ajustado	**82.694**	**(48.278)**
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Valores a receber, líquidos	(12.794)	(27.093)
Aplicação vinculada/Depósito Caução	(1.827)	(19.461)
Outros ativos	2.773	(3.175)
Depósitos judiciais	(4.574)	(235)
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	1.122	974
Obrigações trabalhistas e tributárias	101.018	23.754
Direitos de imagem de atletas	9.036	8.332
Contas a pagar	144.093	12.754
Contas a pagar para partes relacionadas	–	–
Débitos com terceiros	9.994	(176)
Pagamento para demandas judiciais	(1.036)	11.183
Receitas diferidas	14.881	47.307
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**345.380**	**5.886**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Acréscimo de bens permanentes	(22.728)	(254)
Aquisições de atletas e outros	(259.152)	(36.564)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	**(281.880)**	**(36.818)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos bancários	75.087	80.600
Liquidação de empréstimos	(138.462)	(50.080)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	**(63.375)**	**30.520**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**125**	**(412)**
Demonstrado como segue:		
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do período	170	582
No final do período	295	170
Redução em caixa e equivalentes de caixa	**125**	**(412)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	(Déficit) Superávit do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(447.818)**	**28.507**	**(5.454)**	**(424.765)**
Incorporação do déficit ao patrimônio social	(5.454)	–	5.454	–
Realização da reserva de reavaliação	512	(512)	–	–
Déficit do exercício	–	–	(105.206)	(105.206)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(452.760)**	**27.995**	**(105.206)**	**(529.971)**
Incorporação do déficit ao patrimônio social	(105.206)	–	105.206	–
Realização da reserva de reavaliação	513	(513)	–	–
Déficit do exercício	–	–	(79.396)	(79.396)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(557.453)**	**27.482**	**(79.396)**	**(609.367)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Informações gerais

O Santos Futebol Clube ("Clube"), cujo nome é imutável, com sede social e administrativa e foro jurídico na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Rua Princesa Isabel, s/nº, Vila Belmiro. Sua praça de esportes principal fica localizada na cidade de Santos, não podendo ser transferida para outras cidades, podendo ser criados, mantidos e/ou encerrados centros de treinamentos, subsedes e praças de esportes secundários em outras cidades mediante iniciativa do Comitê de Gestão e aprovação do Conselho Deliberativo.

O Clube foi fundado em 14 de abril de 1912 com sede Administrativa na Rua Princesa Isabel, s/nº, Vila Belmiro Santos, é uma associação civil sem fins econômicos e com personalidade jurídica própria. Tem por objetivos cultivar, praticar e desenvolver atividades sociais, educacionais, recreativas culturais, cívicas, assistenciais, de benemerência, esportivas e de educação física, em todas suas modalidades. Pode exercer outras atividades cuja renda reverta em benefício dos seus objetivos sociais, podendo, ainda, participar de outras sociedades como quotista ou acionista mediante aprovação do Conselho Deliberativo do Clube.

Sazonalidade

Existem períodos específicos do ano em que os clubes de futebol podem transferir jogadores de outros países para a sua equipe ("janela de transferência"). Essa transferência é completada após registrar o jogador no novo clube através da FIFA (Federação Internacional de Futebol), que regula o processo de forma geral e estabelece que haverá duas janelas, uma no intervalo entre as duas temporadas (máximo de 12 semanas) e uma mais curta (máximo um mês) no meio de uma temporada. Os períodos específicos dependem do ciclo da temporada e são determinados pelas autoridades nacionais de futebol.

A janela de transferência de uma determinada confederação de futebol regula apenas as transferências internacionais. A janela da confederação que o jogador está deixando, não precisa estar aberta para que ocorra esta transferência.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que consideram os entendimentos dos pronunciamentos dos CPC's - Comitê de Pronunciamentos Contábeis; NBC ITG 2002 (R2) - Entidades Sem Finalidade de Lucro emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

O Clube adota, ainda, as definições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.429/13, que aprovou a Interpretação para "Entidade Desportiva Profissional" sobre os critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros contábeis e de estruturação das demonstrações financeiras em entidades de futebol profissional - ITG2003 (R2) - Entidade Desportiva.

Conforme previsto na referida resolução, os registros contábeis do Clube evidenciam as contas de receitas, custos e despesas, segregando o desporto profissional das demais atividades esportivas, recreativas ou sociais.

A conclusão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração em 31 de janeiro de 2025.

Marcelo Pirilo Teixeira - Presidente do Santos Futebol Clube

Marcia Mendes Fernandes - Contadora 1SP210846-O/6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros do **SANTOS FUTEBOL CLUBE -** Santos - SP.

OPINIÃO: Examinamos as demonstrações financeiras do **SANTOS FUTEBOL CLUBE** (Clube), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis adotadas no Brasil. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **SANTOS FUTEBOL CLUBE** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a NBC ITG 2002 (R1) - aplicável a Entidades Sem Fins Lucrativos. **BASE PARA OPINIÃO:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Clube, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades

SÓCIOREI SANTOS FC

continua

Ines249

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR:** A Administração Do Clube é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Entretanto, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Após nossa leitura, não temos nada a relatar a este respeito. **DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração do Clube, e apresentada como informação suplementar, conforme requerido pelo estatuto do Clube, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a revisão limitada das demonstrações financeiras Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Concluímos que a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a NBC ITG 2002 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Clube continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Clube ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Clube são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Clube. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Clube. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Clube a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2026

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP033482/O-3

Vagner Alves de Lira
CT CRC nº 1SP222941/O-8

SÓCIOREI SANTOS FC

www.santosfc.com.br

Seleção brasileira

Fora da Copa, Éder Militão soma nove lesões desde 2023

Defensor do Real Madrid passou por três cirurgias, ficou quase 600 dias fora e perdeu 64% dos jogos do clube em três anos

MARINA BORGES

O Real Madrid anunciou ontem que Éder Militão passou por uma cirurgia e perderá a Copa do Mundo. Sua ausência no Mundial dos Estados Unidos, México e Canadá é, no entanto, consequência de um longo histórico de lesões. Desde o fim do Mundial do Catar, em 2022, o defensor enfrenta um ciclo marcado por problemas físicos graves, que o tiraram de grande parte dos jogos do clube espanhol. Mas o zagueiro e lateral direito era ainda assim um dos jogadores de confiança do italiano Carlo Ancelotti.

Ao todo, Militão acumulou nove lesões nesse período. Longe dos gramados por 576 dias, perdeu 114 jogos pelo Real Madrid – 67% dos jogos do clube nas últimas temporadas. É um dos casos mais críticos entre jogadores de elite no atual ciclo até a Copa.

O primeiro grande problema aconteceu em agosto de 2023, quando Militão rompeu o ligamento cruzado anterior (LCA) do joelho esquerdo. A lesão exigiu cirurgia e o afastou por cerca de sete meses, ou 227 dias, até o retorno, no fim de março de 2024. Pouco depois, em novembro do mesmo ano, sofreu nova ruptura de LCA, desta vez no joelho direito – com nova cirurgia e mais 232 dias fora, até julho de 2025.

AP PHOTO/MANU FERNANDEZ

Zagueiro fez nova cirurgia e só deve retornar em outubro

"Eu me esforcei, mas infelizmente tenho que cuidar do meu corpo para jogar no Real Madrid e na seleção com confiança"
Éder Militão

Já em dezembro de 2025, quando vinha retomando ritmo e engatando uma sequência, Militão sofreu uma lesão muscular no bíceps femoral da perna esquerda, com comprometimento do tendão. Foram mais 117 dias afastado, até abril deste ano. E agora, 17 dias após voltar a atuar, foi novamente diagnosticado com uma lesão no bíceps femoral, na mesma região da coxa esquerda. O jogador passou por cirurgia ontem e a previsão de recuperação é de quatro a cinco meses, por volta do mês de outubro. Assim, Militão deve alcançar cerca de 700 dias fora entre 2023 e 2026.

DESABAFO. Após a confirmação da lesão mais recente, Militão se manifestou nas redes sociais e destacou todo o esforço para voltar à sua melhor condição física. "Quem convive comigo sabe o quanto eu me dediquei e me esforcei para estar na minha melhor condição física, mas infelizmente tenho que cuidar do meu corpo para poder jogar no Real Madrid e na seleção com confiança." O zagueiro também agradeceu o apoio recebido no momento delicado: "A todos que me enviaram mensagens de carinho e apoio, meu mais sincero agradecimento. E também a todos que estão ao meu lado, minha família, meus filhos, minha esposa @tainamilitao, saibam que a luta continua, porque o melhor ainda está por vir". ●

Ibañez ganha força na reta final para a lista de convocados de Ancelotti

A lesão de Éder Militão é mais um problema para Carlo Ancelotti na montagem da seleção brasileira para a Copa. Faltam pouco mais de 20 dias para a convocação final, em 18 de maio, e a tendência é de reposição dentro de um grupo já monitorado, considerando que o defensor, zagueiro no clube espanhol, era titular na lateral direita, posição carente no Brasil. A possibilidade de improvisação no setor deve estar, portanto, entre os parâmetros da escolha do treinador italiano.

A ideia do técnico é levar nove defensores para o Mundial e boa parte da lista está consolidada, com Marquinhos, Gabriel Magalhães, Bremer, Danilo, Wesley, Alex Sandro e Douglas Santos. Neste cenário, quem ganha força como substituto imediato é Ibañez. Revelado pelo Fluminense e hoje no Al-Ahli, o zagueiro foi testado nos amistosos contra França e Croácia, quando atuou na lateral direita. A adaptação agradou e coloca-o como alternativa para a função que seria exercida por Militão. Danilo, garantido na Copa e atleta da confiança de Ancelotti, vê a titularidade mais próxima também.

Vanderson e Alexsandro Ribeiro, também testados no breve ciclo de Ancelotti à frente do Brasil, correm por fora. O primeiro, titular do Monaco, reúne características equilibradas, com capacidade de apoiar o ataque sem comprometer defensivamente. Mas sua situação física gera dúvida e um exame no início de maio deve indicar se estará recuperado para a Copa. Já Alexsandro, do Lille, segue sendo observado pela comissão técnica, mas tem tido dificuldade em manter uma sequência no clube francês, o que reduz suas chances.

A lateral direita também pode ser herdada por Wesley, ex-Flamengo e hoje na Roma, embora, no clube italiano, não atue no setor. ● M.B.

Vaga em disputa

● **Ibañez**
Zagueiro ganha força por semelhanças com Militão, atuando como defensor e na lateral direita, onde foi testado e elogiado pelo treinador

● **Vanderson**
Lateral do Mônaco seria opção especialista da posição, mas sofre com lesões

● **Alexsandro Ribeiro**
Destaque no início da era Ancelotti, sofre para manter sequência e perdeu força

● **Wesley**
Lateral de ofício e meio-campista na Roma, é a opção mais ofensiva do treinador

Ines249

Champions League

Em noite de êxtase e 9 gols, PSG sai na frente do Bayern em Paris

Time francês vence a equipe alemã por incríveis 5 a 4 no jogo de ida das semifinais; volta será semana que vem, em Munique

PARIS

Chamada de "final antecipada", a partida de ida da semifinal da Champions League entre Paris Saint-Germain e Bayern de Munique, disputada ontem no Parque dos Príncipes, entrou para a história dos grandes jogos da competição. O jogo foi um espetáculo de futebol ofensivo, com franceses e alemães se alternando na liderança do placar e nada menos do que nove gols – melhor para o time parisiense, que venceu os bávaros por 5 a 4 de virada.

A definição do finalista ocorre na próxima quarta-feira, na Allianz Arena, em Munique, e o PSG joga pelo empate.

Após a partida, Luis Enrique, técnico do PSG, exaltou o "jogo fantástico" em Paris. "Demonstramos por que conquistamos a Champions League (*o PSG é o atual campeão*) e por que eles só perderam dois jogos até agora. Podemos ficar muito satisfeitos", declarou o espanhol.

"Na minha vida, nunca vi uma intensidade como essa, um nível físico como esse. E não é hora de dizer o que está indo bem ou mal. É preciso parabenizar todo mundo. É o melhor jogo que já dirigi como treinador", prosseguiu, encantado com o que foi apresentado por franceses e alemães em "final antecipada" da competição.

AURELIEN MORISSARD/AP

O português João Neves celebra o 2º gol do Paris Saint-Germain, que jogará pelo empate em Munique

"Merecíamos vencer, merecíamos empatar e merecíamos perder hoje. Foi um jogo fantástico", destacou o espanhol.

Luis Enrique admitiu, contudo, que vai avaliar o que ocorreu no fim da etapa final, na qual a ampla vantagem acabou se desfazendo. "Eles começaram melhor. (*Luis*) Díaz e Olise... Que jogo! Depois, sem forçar demais, viramos o placar. Fomos melhores no segundo tempo e vínhamos liderando por 5 a 2, mas preciso rever a segunda parte para entender o que aconteceu. Deixar Kimmich receber a bola sem marcação...", ressaltou.

O JOGO. Com grande intensidade, PSG e Bayern de Munique não abriram mão de atacar em nenhum momento da partida. O time alemão abriu o placar aos 17 minutos, após pênalti de Pacho em Luis Díaz – Harry Kane bateu e marcou seu 54.º gol na temporada.

Olise perdeu a chance de ampliar logo depois e o atacante georgiano Khvicha Kvaratskhelia empatou aos 24, com chute no canto de Neuer. A virada parisiense veio aos 33, com João Neves, de cabeça, mas aos 41, Olise empatou novamente para o Bayern ao fintar quatro marcadores e vencer Safonov, o goleiro russo do PSG.

Nos acréscimos do primeiro tempo, uma polêmica: Dembélé cruzou, a bola desviou no corpo de Davies e bateu em seu braço. Após consulta ao VAR, o pênalti foi anotado. O próprio Dembélé bateu forte e marcou o terceiro do PSG.

O segundo tempo começou com o PSG sufocando o rival; atordoado, o Bayern levou dois gols rápidos, com Kvaratskhelia, aos 9, e Doué, aos 11. Mas o time francês diminuiu o ritmo e os alemães voltaram para o jogo. Upamecano, de cabeça, fez o terceiro, aos 20, e Luis Díaz, aos 23, definiu o placar final. ●

SEMIFINAIS

A decisão está marcada para 30 de maio, em Budapeste (Hungria)

PSG	5	IDA - ONTEM - PARIS	FINAL	ATL. DE MADRID – IDA - HOJE - MADRI
BAYERN	4	VOLTA - 6/5 - MUNIQUE		ARSENAL – VOLTA - 5/5 - LONDRES

Outra semifinal
Atlético de Madrid e Arsenal disputam hoje às 16h (horário de Brasília) o jogo de ida, em Madri

Copa Libertadores

No Paraguai, Palmeiras busca melhorar seu desempenho

RICARDO MAGATTI

21h30: GLOBO e ESPN

Há 11 jogos invicto na temporada, mas cobrado para apresentar um desempenho melhor, o Palmeiras joga hoje, às 21h30, contra o paraguaio Cerro Porteño, no Estádio La Nueva Olla, em Assunção. A partida é a terceira da equipe na fase de grupos da Libertadores.

O time de Abel Ferreira abriu a terceira rodada na liderança do Grupo F, com quatro pontos, decorrentes de um empate com o Junior Barranquilla por 1 a 1, na Colômbia, e de uma vitória por 2 a 1 sobre o Sporting Cristal, do Peru, no Allianz Parque. O plano, portanto, é sustentar o primeiro lugar da chave contra um rival bastante conhecido.

Palmeiras x Cerro Porteño é o jogo internacional mais vezes disputado na Libertadores. Foram 16 partidas, pela fase de grupos de 1999, 2001, 2005, 2006, 2023 e 2025 e pelas oitavas de final de 2018 e 2022, ambas com classificação alviverde. Incluindo duelos locais, é o quinto confronto que mais vezes ocorreu no torneio – o primeiro é o clássico uruguaio Nacional x Peñarol, 38 vezes.

A equipe alviverde venceu os seis últimos jogos com o Cerro Porteño, todos quando já era treinado por Abel: duas vitórias em 2022, duas em 2023 e duas em 2025, com 16 gols marcados e um sofrido. Como visitante, venceu as quatro partidas mais recentes e jamais foi derrotado pelo rival.

FASE DE GRUPOS DA LIBERTADORES

CERRO PORTEÑO x PALMEIRAS

CERRO PORTEÑO: Alexis Martín; Velásquez, Pérez, Luciatti e Benitez; Paez, Piris Da Motta, Morel e Chaparro; Torres e Vegetti.
Técnico: Ariel Holan.
PALMEIRAS: Carlos Miguel; Augustín Giay, Gustavo Goméz, Murilo e Arthur; Marlon Freitas, Andreas Pereira, Jhon Arias e Allan; Ramón Sosa e Flaco López.
Técnico: Abel Ferreira.
Árbitro: Gustavo Tejera (Uruguai).
Horário: 21h30 (de Brasília).
Local: Estádio La Nueva Olla, em Assunção, Paraguai.

"É um jogo muito especial e que vale para continuarmos na liderança. Os jogos fora de casa são muito importantes para nós, sabemos como é jogar a Libertadores, como são esses jogos", destacou o meia-atacante Maurício, que se naturalizou paraguaio recentemente e passou a defender a seleção do país, com boas chances de disputar a Copa do Mundo.

"Pessoalmente para mim também será muito especial, no Paraguai, por tudo que estou passando neste ano. Vai ser um jogo muito legal e espero que eu possa ajudar a minha equipe a sair vencedora", afirmou.

O Cerro Porteño estreou com derrota para o Sporting Cristal por 1 a 0, e, na sequência, derrotou o Junior Barranquilla pelo mesmo placar. Por isso, soma três pontos. Na liga local, é o vice-líder. Ex-centroavante do Vasco, o argentino Vegetti é um dos destaques da equipe paraguaia. ●

O MELHOR DA TV

TÊNIS
● **WTA 1000 de Madri**
8h / ESPN 2

TÊNIS DE MESA
● **Mundial Equipes Mistas**
Brasil x República Checa
13h / SporTV 2
Brasil x Hungria
15h30 / SporTV 2

FUTEBOL
● **Champions League**
Atlético de Madrid x Arsenal
16h / TNT e Disney+
● **Copa Libertadores**
Mirassol x Always Ready
19h / Paramount+
Cerro Porteño x Palmeiras
21h30 / Globo e ESPN
Estudiantes x Flamengo
21h30 / Paramount+
● **Copa Sul-Americana**
Palestino x Grêmio
21h30 / ESPN 4

BASQUETE
● **NBA**
C. Cavaliers x Toronto Raptors
20h30 / ESPN 2
L.A. Lakers x Houston Rockets
23h / ESPN 2

Ines249

Desafinado

Um violino raro, de som mágico. E roubado?

Especialista garante que instrumento é um Stradivarius levado da Polônia pelos nazistas, mas seu proprietário nega

Um Stradivarius roubado pelos nazistas na Polônia reapareceu no fim de março em um concerto no nordeste da França? A especialista Pascale Bernheim, que o procura há anos, garante que é o instrumento, mas sua origem ainda está em debate.

Este violino, fabricado pelo célebre luthier italiano do Renascimento Antonio Stradivari e desaparecido há anos, tem valor estimado em mais de € 10 milhões (mais de R$ 58 milhões).

A especialista contou à AFP que suas suspeitas começaram após ler reportagem do jornal *Les Dernières Nouvelles d'Alsace* sobre uma noite em 31 de março no Museu Unterlinden, no nordeste da França, que combinava degustação de vinhos e concerto de violino.

O violinista Emmanuel Coopey tocou vários violinos diferentes, entre eles três antigos: um fabricado em 1624 pelo luthier Niccolò Amati; outro da oficina de Antonio Guarneri, de 1735; e um de 1719 de Antonio Stradivari", relatou o jornal.

"Creio que se trata do 'Lauterbach'", declara a presidente da associação Musique et Spoliations (Música e Espoliações), em referência ao violino roubado em 1944 na Polônia e assim chamado por um de seus primeiros proprietários.

O violino, levado por soldados nazistas do Museu Nacional de Varsóvia em 1944, foi visto pela última vez no início dos anos 1990 na França, após passar anos na República Democrática Alemã, segundo o jornal *Le Parisien*.

Existem apenas nove Stradivarius de 1719, dos quais dois estão desaparecidos: o "Lauterbach" e o "Lautenschlager". Este último tem uma particularidade: sua tampa traseira tem duas peças de madeira, portanto não pode ser o violino usado em Colmar, cuja parte posterior é feita de uma única peça, segundo o jornal.

O organizador da noite em Colmar é o produtor de concertos de música clássica Emmanuel Jaeger, que, em 2017, entrou em contato com a especialista para investigar a origem de um violino em posse de Jean-Christophe Graff, um luthier de Estrasburgo. Ele pensava ter um Vuillaume, de menor valor, até que, durante um colóquio, um renomado especialista mundial, o britânico Charles Beare, lhe disse: "Isso não é de forma alguma um Vuillaume, é um Stradivarius, e do período mais belo", explica Bernheim.

"Ela está equivocada. Não se trata do violino roubado"
Emmanuel Jagger
Produtor de concertos de música clássica

"Estou convencida de que é o 'Lauterbach'. Mas, se não for, então que nos digam qual é"
Pascale Bernheim
Presidente da Musique et Spoliations, em referência ao violino roubado em 1944

Graff temia estar em posse de um violino espoliado, acrescenta a especialista, que então iniciou suas investigações, identificou o proprietário do "Lauterbach" antes da Segunda Guerra – o industrial polonês Henryk Grohman, que o havia cedido ao museu polonês antes de sua morte – e localizou até mesmo seus descendentes em países como Áustria e Argentina.

DÚVIDA. Mas a origem do instrumento ainda precisa ser determinada com certeza. "Pelo que sei, Beare avaliou o violino em duas ocasiões e depois ele foi submetido a uma análise dendrocronológica", método que permite determinar, em particular, a idade de objetos de madeira, diz Pascale Bernheim.

Nem Emmanuel Jaeger nem o luthier de Estrasburgo responderam à AFP.

O primeiro declarou ao *Le Parisien*, no entanto, que a especialista estava equivocada. "Não se trata do violino roubado", afirmou ao *Les Dernières Nouvelles d'Alsace*.

Segundo o organizador da noite, o violino cedido para o concerto pelo proprietário do instrumento é outro Stradivarius de 1719. "Errar é humano e posso estar equivocada", respondeu Bernheim. "Mas, se de fato se trata de um Stradivarius de 1719 sem ser o 'Lauterbach', então que nos expliquem qual é." ● AFP

CLASSIFICADOS JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES&LEILÕES CARREIRAS&EMPREGOS
Para anunciar: (11) 3855-2001

IMÓVEIS SÃO PAULO
Alugam-se
COMERCIAIS
ZONA SUL
JD PAULISTA
4 salas,subdivididas-9 ambientes conjugadas,184m²,andar alto mobiliada,4 vagas de garagens. Dir.prop.Gustavo(11)99983-6422

INTERIOR E OUTRAS LOCALIDADES
Vendem-se
CASAS / APARTAMENTOS
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
R$3.500.000 Vendo Apto Alto Padrão Vila Adyana c/ 4 Suítes, 350m², 4 garag. c/ Hobby Box, Sala 3 ambs, lareira, lavabo, 6 banhs., Sacada c/ churras. Próx. Pq Vicentina Aranha e Santos Dumont. Tratar ☎(12)99797-4901 Whats.

Classificados Estadão
Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE

AUTOS
TOYOTA
HILUX SW4
R$325.000 21/22 Diamond 2.8 TB 4X4 Die. Aut. 70.000 km. Único dono ☎ (17)99628-4851
Classificados ESTADÃO
(11) 3855-2001

OPORTUNIDADES
EMPRESAS E PARTES SOCIAIS
MOTEL VENDO
Sul-Minas Gerais. 35.999863361
MÁQUINAS E MOTORES
EMPILHADEIRA
R$89.000,00 Clark 7 tons glp. 2010. Em bom estado !!! Tratar : ☎ (17) 99628-4851

WAN-IFRA I COLOR QUALITY CLUB 2026-28 I V1

PODCAST
Estadão Analisa
com Carlos Andreazza
Com um texto irreverente e críticas contundentes, Andreazza tem um encontro marcado com você nas manhãs para um papo intimista, em que analisa temas do momento a partir do discurso de figuras centrais da política e da economia.
Assista AO VIVO pelo canal do Estadão no Youtube.
DE SEGUNDA A SEXTA
7h DA MANHÃ
ESTADÃO

negocios& oportunidades
Serviço ao leitor de empréstimos e investimentos
Dicas para fazer um bom negócio

✓ Antes de solicitar um empréstimo, verificar a idoneidade de quem está oferecendo, solicitando documentos pessoais do fornecedor
✓ Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida
✓ O contrato deve conter a taxa de juros e a forma de devolução do empréstimo
✓ Forneça seus dados apenas pessoalmente
✓ Faça a transação apenas pessoalmente
✓ Evite documentos encaminhados via fax, eles podem ser frios
✓ Não adiante nenhum valor

Ines249

B7 **Acordo Mercosul-UE**

Lula assina decreto de promulgação do tratado entre os 2 blocos e fala em reação a Trump

ECONOMIA & NEGÓCIOS

E&N

QUARTA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 2026 O ESTADO DE S. PAULO

B1

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B24)

Política monetária **Definição dos juros**

Mercado vê novo corte de 0,25 ponto para Selic; decisão do Copom sai hoje

Preocupação com efeitos da guerra deve levar Banco Central a manter posição de cautela, afirmam economistas; taxa básica de juros está em 14,75% ao ano

Apesar dos efeitos da guerra no Oriente Médio, com o preço do barril de petróleo próximo de US$ 100, o mercado acredita que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central deve anunciar hoje mais um corte de 0,25 ponto porcentual na Selic – o que levaria a taxa básica de juros para 14,5% ao ano. Esse é o cenário projetado por 33 de um total de 37 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast. A dúvida é quanto aos movimentos futuros do Copom e como isso vai aparecer no comunicado que será divulgado pelo colegiado no fim da sua reunião.

Para o economista-chefe do Banco Bmg, Flávio Serrano, a continuidade da guerra reforça a necessidade de cautela por parte do BC, e que, por isso, o corte hoje deve ficar em 0,25 ponto. Ele chama a atenção, porém, para o tom do comunicado do BC após sua decisão, especialmente em relação ao chamado balanço de riscos para a inflação. "Se ele mudar (*para um balanço com assimetria de alta para a inflação*) é possível que as projeções para Selic no boletim Focus para o final deste ano subam ainda mais, para além dos 13%", diz ele. No último comunicado, embora o BC tenha reconhecido o aumento da incerteza após a guerra no Oriente Médio, o balanço de riscos não foi alterado.

O cenário hoje é bem diferente do que era esperado até fevereiro, quando a guerra teve início. Naquele momento, a expectativa do mercado era de dois cortes de 0,5 ponto em março e abril, e uma taxa Selic mais perto dos 12% no fim do ano. Agora, a projeção é de uma taxa de 13% em dezembro.

O sócio e economista sênior da Tendências Consultoria, Silvio Campos Neto, enumera o que aconteceu desde a última reunião, em março, quando o BC iniciou o processo de calibração da Selic com uma redução mínima. De lá para cá, o conflito no Oriente Médio persistiu, o barril de petróleo manteve-se perto de US$ 100 e as expectativas de inflação pioraram, com a última edição do Focus apontando IPCA de 4,86%, em dezembro, e 4% no fim de 2027.

"São situações que certamente devem contribuir para o BC seguir em linha conservadora e cautelosa nesse processo de ajuste", diz o economista. Campos Neto considera até que a manutenção do juro em 14,75% segue no jogo, mas reconhece que a probabilidade de não é elevada no momento. "Vemos um ajuste bem pequeno frente ao grau de aperto monetário e condizente com o processo de calibração nos juros. O mais provável é que o BC repita o corte de 0,25 ponto e ganhe tempo para as próximas decisões, que devem seguir em aberto."

ALÍVIO À FRENTE. O economista-chefe da Neo Investimentos, Luciano Sobral, também projeta que o BC repetirá o corte de 0,25 ponto. "Com o petróleo a esse preço e a piora de expectativas, tem de manter a cautela." Mas ele avalia que, até junho, o Estreito de Ormuz pode ser reaberto, com retração da cotação do petróleo. Com isso, ele projeta aceleração no ritmo de cortes na Selic para 0,50 ponto porcentual no período, e a taxa encerrando o ano em 12,5%. Campos Neto, da Tendências, também espera que haverá algum alívio da tensão no Irã à frente, movimento que deve ajudar a devolver a cotação do petróleo para níveis próximos de US$ 75 por barril. ● DANIEL TOZZI, GABRIEL JUCÁ e LETÍCIA CORREIA

PRÉVIA DA INFLAÇÃO VAI A 0,89%, MAIOR TAXA PARA ABRIL DESDE 2022. PÁG. B2

LEILÃO DE VEÍCULOS
30/04 E 04/05 ÀS 9H30
SOMENTE ONLINE
IPVA 2026 PAGO
VOLKSWAGEN GOL 1.0L MC4 20/21 - (ORIGEM: FROTA)
IPVA 2026 PAGO
RENAULT LOGAN LIFE10MT 20/21 - (FINANCIAMENTO)
IPVA 2026 PAGO
SHINERAY XY250-6B 24/25 - (FINANCIAMENTO)
IPVA 2026 PAGO
HAOJUE DR160 23/24 - (FINANCIAMENTO)
IPVA 2026 PAGO
CHEVROLET SPIN 1.8L AT LTZ 15/16 - (FINANCIAMENTO)
IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS.
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192

Ines249

Redução da jornada de trabalho: quem vai pagar essa conta?

ARTIGO

Alfredo Cotait Neto
Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)

O governo federal e o Congresso Nacional iniciaram 2026 com uma discussão que, mais uma vez, pretende jogar a conta nas costas do empreendedor brasileiro. Tramitam na Câmara e no Senado propostas de emendas à Constituição para a redução da jornada de trabalho, que, em ano eleitoral, soam como alvissareiras no Poder Executivo, sem ao menos analisar o impacto de tal medida populista na vida de quem de fato produz e gera emprego: o empresariado do País.

As propostas são diversas, mas todas têm em comum o fim da escala 6x1 e o desconhecimento da realidade dos empreendimentos, principalmente no interior do País. O setor produtivo, que mais sofrerá o impacto dessa mudança, nunca foi ouvido ou chamado para o diálogo. Os empresários, de todas as regiões do País, estão assustados com a possível mudança, que caminha de forma açodada e sem respeito aos empreendedores.

Consulta da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) a donos de pequenos negócios traz alerta sobre os riscos do fim da escala 6x1, sem o devido debate com o setor produtivo. A preocupação dos empresários passa, principalmente, pela elevação de despesas com a criação de novos turnos de trabalho para atender à demanda, aumento dos gastos com encargos trabalhistas e repasse da elevação dos custos aos preços dos produtos.

É impossível reduzir jornada sem reduzir salário. A conta não fecha

A mudança também pode levar à redução de horário e dias de funcionamento das empresas, dificuldade de cumprimento de prazos, diminuição da capacidade de investimento em melhorias e expansão, informalidade e demissões. Por causa do aumento dos preços, acreditam numa migração de consumidores para o e-commerce. O temor maior é o fechamento do negócio.

A discussão prioritária do Brasil não é diminuir as horas de trabalho, mas sim como melhorar a produtividade e tornar o País mais competitivo no mundo. É necessário adotar políticas de redução de impostos, investimento em infraestrutura, modernização da indústria, inovação nas empresas, desburocratização das leis trabalhistas, crédito, incentivos fiscais e capacitação profissional antes de reduzir a jornada de trabalho.

Caso contrário, será uma perda para empresários, governo, trabalho e consumidor. É um prejuízo para toda a Nação. Dados da Fundação Getulio Vargas sinalizam para queda do Produto Interno Bruto (PIB) em 7,4% caso essa PEC seja aprovada. É consenso que ter mais tempo para descanso, lazer e família é um benefício. Porém, é um argumento que não se sustenta na realidade das empresas brasileiras: é impossível reduzir jornada sem reduzir salário. A conta não fecha. O empreendedor não pode ser penalizado dessa forma. ●

Custo de vida **IPCA-15**

Prévia da inflação vai a 0,89%, maior taxa para abril desde 2022

Pesquisa do IBGE mostra maior pressão em alimentos e combustíveis; taxa acumulada em 12 meses bate em 4,37%

RIO
SÃO PAULO

Sob pressão da alta de preços dos combustíveis e dos alimentos, a prévia da inflação oficial no Brasil acelerou de 0,44%, em março, para 0,89% em abril, maior taxa para o mês desde 2022, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado ficou ligeiramente abaixo das estimativas mais otimistas de analistas do mercado financeiro consultados pelo Projeções Broadcast, que esperavam uma alta entre 0,90% e 1,11%, com mediana positiva de 0,98%. Ainda assim, a inflação acumulada em 12 meses voltou a acelerar, após dois meses de arrefecimento, chegando a 4,37% em abril.

Mesmo com o indicador surpreendendo para baixo, a Genial Investimentos elevou a projeção para a taxa básica de juros, a Selic, de 12,50% para 13,25% ao fim de 2026, após o IPCA-15 de abril apresentar uma composição pior do que a esperada. "O sinal aqui é de reforço da cautela para a condução da política monetária, e não o contrário", disse o economista sênior da Genial, Gabriel Pestana, em nota.

Para o chefe de macroeconomia da Kínitro Capital, João Savignon, as surpresas de baixa em abril vieram de itens voláteis, com destaque para as passagens aéreas, ao passo que medidas mais qualitativas, como os serviços intensivos em mão de obra, vieram acima do esperado.

"Numa primeira avaliação, o qualitativo segue ruim, em linha com as últimas divulgações, o que é negativo para o Copom"
João Savignon
Chefe de macroeconomia da Kínitro Capital

"Numa primeira avaliação, o qualitativo segue ruim, em linha com as últimas divulgações, o que é negativo para o Comitê de Política Monetária (*Copom, do Banco Central*), mesmo com o número cheio abaixo do esperado", disse Savignon, acrescentando que o cenário deve reforçar a cautela do colegiado, que deve manter o ritmo de redução da Selic em 0,25 ponto porcentual.

VARIAÇÕES. Os preços maiores de Alimentação e Bebidas (1,46%) e Transportes (1,34%) totalizaram juntos cerca de dois terços de toda a inflação de abril. Se somada também a contribuição do grupo Saúde (0,93%), essa fatia chega a 80% do IPCA-15 do mês.

Em razão da guerra dos EUA e Israel contra o Irã, os combustíveis subiram 6,06% em abril. A gasolina teve alta de 6,23%, o principal impacto individual sobre a inflação do mês – 0,32 ponto porcentual. O óleo diesel subiu 16%, a terceira maior fonte de pressão – 0,04 ponto porcentual. O etanol avançou 2,17%, enquanto o gás veicular recuou 1,55%.

O gasto das famílias brasileiras com a alimentação para consumo em casa subiu pelo quarto mês consecutivo em abril: uma alta de 1,77%. Houve altas na cenoura (25,43%), cebola (16,54%), leite longa-vida (16,33%), tomate (13,76%) e carnes (1,14%). Na direção oposta, ficaram mais baratos a maçã (-4,76%) e o café moído (-1,58%).

Já a alimentação fora do domicílio subiu 0,70% em abril: o lanche avançou 0,87%, enquanto a refeição fora de casa aumentou 0,65%. ● DANIELA AMORIM, CAROLINE ARAGAKI e DANIEL TOZZI

Nos EUA, projeção de Wall Street é de juros inalterados pela 3ª vez

ALINE BRONZATI
CORRESPONDENTE
NOVA YORK

Apesar de ter cogitado elevar os juros neste mês, o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) deve manter as taxas inalteradas novamente na reunião de política monetária que começou ontem e termina nesta quarta-feira. Diante do risco de alta da inflação por causa da guerra com o Irã, que caminha para o terceiro mês, a postura do banco central mais vigiado do mundo tende a ser mais rígida ("hawkish", no jargão do mercado) antes da troca de comando, com a chegada de Kevin Warsh, indicado pelo presidente Donald Trump, para substituir o atual presidente, Jerome Powell.

Assim, os juros nos EUA devem permanecer na faixa de 3,50% a 3,75% ao ano pela terceira vez consecutiva. A guerra que opõe Estados Unidos e Israel ao Irã fez com que Wall Street postergasse suas expectativas de retomada de queda das taxas para 2027, com poucos analistas ainda vendo brecha para algum movimento de flexibilização monetária neste ano.

O foco dos analistas de Wall Street deve se voltar à comunicação e à postura de Powell, neste que pode ser seu último ato antes de ceder a cadeira a Warsh. A expectativa predominante é de que ele prefira o modo "esperar para ver" diante das tensões geopolíticas e sinais de recuperação do mercado de trabalho nos EUA.

"A grande questão é se a linguagem do 'forward guidance' (*projeções futuras*) na declaração indicará que os riscos para a política são de duas vias. Achamos que não, mas é uma decisão apertada", diz o economista do Bank of America para os EUA, Aditya Bhave. Segundo ele, a perspectiva para a inflação nos EUA continua tão "incerta" quanto na reunião de março, a primeira desde o início da guerra, em 28 de fevereiro.

Despedida
Será a última reunião do Fed sob comando de Jerome Powell; indicado por Trump entra no lugar

"Embora as ações americanas estejam sendo negociadas como se a guerra com o Irã tivesse terminado, a gasolina segue acima de US$ 4,00 por galão e o tráfego pelo Estreito de Ormuz ainda está altamente interrompido", observa Bhave.

VOZ ISOLADA. Diante deste quadro, casas como o próprio Bank of America e o Goldman Sachs esperam apenas um dissidente no encontro do Comitê Federal do Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) de hoje: o diretor Stephen Miran, que deve votar a favor de um corte de 0,25 ponto porcentual. Em discurso neste mês, Miran disse que não há uma razão convincente para adiar os cortes de juros. ●

Ines249

Fábio Alves *E-mail: fabio.alves@estadao.com;* **X:***@colunafabioalve*

A briga pelas expectativas

Paira uma ameaça iminente sobre a decisão do Copom de hoje: a desancoragem das expectativas de inflação. A esmagadora maioria dos analistas aposta em um corte de 0,25 ponto porcentual da taxa Selic, para 14,50%, mas o que está em jogo é o que o Banco Central irá sinalizar no comunicado sobre os próximos passos da política monetária. O tom da mensagem será decisivo para interromper ou não a piora recente nas projeções de inflação para 2026 e 2027.

O impacto da guerra no Irã – a disparada no preço do petróleo e de outros insumos importantes, como fertilizantes – contribuiu para o salto nas estimativas para o IPCA deste ano, contaminando, por tabela, as previsões para 2027. Na semana que antecedeu o início do conflito no Oriente Médio, a pesquisa Focus mostrava uma projeção de 3,91% para a inflação deste ano. Agora, essa estimativa subiu para 4,86%, acima do teto da meta perseguida pelo BC. E essa é a mediana das previsões. Há quem projete inflação acima de 5% em 2026. Para 2027, a expectativa subiu de 3,80% para 4,0%.

Sem falar que a inflação corrente vem surpreendendo para cima, mesmo com os analistas já esperando maior pressão dos preços de combustíveis. O IPCA de março, que subiu 0,88%, superou até a projeção mais pessimista do mercado para o mês (alta de 0,82%).

A desancoragem das expectativas de inflação é ameaça que paira sobre a decisão do Copom

O IPCA de fevereiro (alta de 0,70%) também veio pior do que o consenso do mercado e perto do teto das projeções (de 0,72%). Ou seja, dois meses de números muito ruins dos índices de preços.

É bom lembrar que, na sua última reunião, em março, o Copom foi criticado por ter sido bastante tímido na sua projeção de inflação para o horizonte relevante da política monetária, o terceiro trimestre de 2027. Esse número foi revisado de 3,2% para apenas 3,3%. Há, agora, uma ansiedade do mercado em relação a uma revisão maior dessa projeção de IPCA. Aliás, a expectativa de inflação do Copom para 2026 também está bem defasada: 3,9%. Outro ponto de atenção é como será a avaliação do BC sobre a atividade econômica, cujos dados no primeiro trimestre do ano vêm apontando para uma reaceleração – ao contrário da visão do Copom na última reunião.

Assim, não há outra opção a não ser uma mensagem mais dura no comunicado, incluindo a projeção de inflação e a avaliação sobre o ritmo da economia. Isso vai dar pistas sobre o tamanho total do ciclo atual de corte de juros. O mercado prevê a Selic em 13% ao fim do ano. Mas a esse nível, as projeções de IPCA seguem acima da meta na pesquisa Focus. Na briga pelas expectativas, quão duro precisará ser o Copom? ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel ● **SEX.** Elena Landau e Marcos Jank **(revezam quinzenalmente)** ● **SAB.** Fabio Gallo ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Receita Dinheiro em caixa

Arrecadação de março bate recorde histórico

Soma de impostos e contribuições federais, de R$ 229 bi, representa alta de 4,99% na comparação com o mesmo período de 2025

MATEUS MAIA
CÍCERO COTRIM
BRASÍLIA

A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R$ 229,249 bilhões em março, informou ontem a Receita Federal. O montante ficou em linha com a mediana da pesquisa Projeções Broadcast, de R$ R$ 229,750 bilhões.

O resultado de março representou alta de 4,99% na comparação com o mesmo mês de 2025, descontada a inflação do período. Segundo a Receita, esse é o maior resultado para meses de março desde 2000, o início da série histórica.

A receita previdenciária somou R$ 61,840 bilhões, crescimento real de 4,95% frente a março de 2025. Segundo a Receita, o resultado foi puxado pela alta real de 2,0% da massa salarial em fevereiro de 2026, na comparação com o mesmo período de 2025, além da expansão de 15,10% no montante de compensações tributárias com débito da receita previdenciária no mês passado, na comparação interanual.

A arrecadação com o Imposto de Importação e com o IPI vinculado à importação somou R$ 12,687 bilhões, 31,56% acima do mesmo nível de março de 2025, descontada a inflação. Essa alta reflete aumentos reais de 37,92% na alíquota média efetiva do Imposto de Importação, de 34,51% do IPI vinculado e de 21,69% no valor em dólares das importações.

As receitas com o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), por sua vez, aumentaram 50,06% acima da inflação frente a março de 2025, e atingiram R$ 8,347 bilhões. "Esse desempenho decorre, principalmente, das operações de crédito, seguros e referentes à saída de moeda estrangeira, especialmente em decorrência de alterações legislativas implementadas em junho de 2025", diz a Receita, em relatório.

ACUMULADO NO ANO. A arrecadação de impostos e contribuições federais no ano até março de 2026 somou R$ 777,117 bilhões. O montante representou alta de 4,58% na comparação com o mesmo período de 2025, descontada a inflação do período. Segundo o órgão, também se trata do maior valor para um primeiro trimestre desde 2000.

O Fisco atribui o desempenho da arrecadação em 2026 à receita previdenciária, de R$ 187,366 bilhões, com crescimento real de 5,37%. Esse resultado decorreu, segundo o órgão, do crescimento real de 3,26% da massa salarial e de 4,56% na arrecadação do Simples Nacional previdenciário de março de 2026 em relação a março de 2025.

PIS/Pasep e Cofins totalizaram arrecadação de R$ 153,126 bilhões, crescimento real de 5,60%. ●

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500

O MELHOR DO FERIADO
É ESTAR JUNTO.
Mais do que descansar, o feriado do Dia do Trabalhador é uma oportunidade de criar memórias. Com atividades para todas as idades, gastronomia completa e cenários naturais encantadores, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 transforma cada momento em uma experiência inesquecível.
FAÇA SUA RESERVA! 12 3132-3555

Feriado do Dia do Trabalhador – 30/04 a 03/05
Pensão completa e programação especial

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500
Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!

Ines249

Trabalho **Discussão na Câmara**

Motta escolhe deputado do seu partido para relatar PEC do fim da 6x1

Do Republicanos da Bahia, Leo Prates foi relator de projeto de lei sobre redução de jornada na Comissão de Trabalho da Casa

DANIELLE BRANT
VICTOR OHANA
BRASÍLIA

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), escolheu o deputado Leo Prates (Republicanos-BA) como relator da comissão especial que vai debater o teor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de trabalho 6x1.

A medida é uma bandeira eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que chegou a enviar um projeto de lei com urgência constitucional sobre o tema para acelerar a discussão no Congresso. Motta indicou, porém, que dará prioridade aos projetos já em tramitação na Casa.

Na entrevista em que anunciou a escolha de Prates, Motta disse que a comissão especial deve desenvolver seu trabalho ao longo de maio e que a previsão é de que o texto seja votado no final do mês no colegiado.

Ele disse ainda que vai procurar o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para conversar sobre a tramitação da PEC, mas negou que haja qualquer compromisso da Casa vizinha de votar o texto.

Após a indicação de Motta, Prates afirmou que o texto "terá o pensamento médio" da Câmara. "O que nós estamos discutindo neste momento é o novo arranjo do trabalho. Isso sempre é muito difícil de fazer, porque o novo muitas vezes assusta. Mas o que estamos discutindo neste momento é que tipo de família nós queremos para o futuro do nosso País", declarou: "A partir de agora, não é que a gente esquece o passado, mas o texto será o pensamento médio desta Casa."

"O que nós estamos discutindo neste momento é o novo arranjo do trabalho. Isso sempre é muito difícil de fazer, porque o novo muitas vezes assusta. Mas o que estamos discutindo neste momento é que tipo de família nós queremos para o futuro do nosso País"
Leo Prates (Republicanos-BA)
Deputado federal e relator da PEC do fim da escala 6x1

Entidades empresariais têm criticado a iniciativa, com o argumento de que a alteração vai aumentar os custos das empresas e pode redundar em demissões como forma de compensar esse alta de custos.

Autor da PEC que vai ser apreciada na comissão, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) disse que iria apresentar emenda com o teor do projeto de lei enviado pelo governo. "Vou apresentar uma emenda prevendo redução da jornada para 40 horas semanais, escala 5x2 e sem diminuição de salário, como o acordo construído no final do ano passado."

Outro tema que deve ser debatido é uma forma de compensação a empresários para minimizar o impacto. Além de compensação, a oposição vai tentar incluir a discussão sobre hora trabalhada, conforme estabelecida em uma PEC do deputado Mauricio Marcon (PL-RS)

PROJETO ANTERIOR. Leo Prates foi relator de um outro projeto na Comissão de Trabalho que tratava da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Sob pressão, o projeto acabou sendo retirado de pauta.

Em seu parecer sobre o texto, da deputada Daiana Santos (PCdoB-RS), ele incluiu uma regra de transição para minimizar o impacto da mudança sobre as empresas. Segundo o relatório, a jornada cairia para 42 horas semanais a partir de 2027. No ano seguinte, iria para 40 horas.

Prates explicou que a transição permitiria que os empregadores buscassem ganhos de eficiência para absorver o aumento imediato do custo do trabalho. "A aplicação gradativa da alteração, portanto, harmoniza o objetivo de equidade com a necessidade de eficiência econômica de longo prazo, permitindo que os empregadores ajustem seus custos fixos e variáveis", escreveu, na ocasião.

Prazo
O presidente da Câmara quer votar a PEC do fim da escala 6x1 no plenário até o dia 28 de maio

Ele também incluiu repouso semanal remunerado de, no mínimo, dois dias, preferencialmente consecutivos, e garantindo que um dos dias coincidisse com o domingo, no mínimo, uma vez a cada três semanas. ●

e|investidor
ESTADÃO
guia gratuito
COMO DECLARAR
O IMPOSTO
DE RENDA
Fique longe da malha fina com o guia atualizado do E-Investidor, que reúne todas as novas regras para a declaração do Imposto de Renda 2026.
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado e baixe o guia.

Ines249

HÉLIO BORENSTEIN S.A. ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO

CNPJ nº 52.541.307/0001-01

Relatório da Diretoria 2025

Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Hélio Borenstein S.A. Administração, Participações e Comércio, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 comparado com o encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Mogi das Cruzes, 28 de abril de 2026

A Diretoria

Balanços patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes a caixa	**527**	9.367	**130.397**	263.173
Títulos e valores mobiliários	**5**	–	**263.318**	379.596
Contas a receber	**–**	–	**951.850**	890.385
Imóveis a comercializar	**–**	–	**2.177.495**	1.554.908
Dividendos a receber	**50.914**	–	**–**	–
Outros ativos	**1.131**	28.875	**155.365**	359.790
Total do ativo circulante	**52.577**	38.242	**3.678.425**	3.447.852
Ativo não circulante				
Contas a receber	**–**	–	**225.569**	203.361
Imóveis a comercializar	**–**	–	**1.338.310**	1.629.248
Partes relacionadas	**–**	–	**354.677**	334.825
Dividendos a receber	**14.699**	–	**–**	–
Outros ativos	**17**	17	**148.272**	207.471
Tributos diferidos	**–**	–	**17.200**	53.799
Investimentos	**1.455.699**	1.573.756	**1.026.136**	950.794
Propriedades para investimentos	**6.030**	5.563	**4.733.814**	4.880.999
Imobilizado	**23.143**	30.347	**126.281**	130.641
Intangível	**–**	–	**4.633**	4.351
Total do ativo não circulante	**1.499.588**	1.609.683	**7.974.892**	8.395.489
Total do ativo	**1.552.165**	1.647.925	**11.653.317**	11.843.341

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo e Patrimônio Líquido				
Passivo circulante				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**20.748**	104.992	**730.922**	1.084.558
Fornecedores	**15**	11	**119.224**	71.386
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	**40**	47	**40.513**	34.282
Tributos correntes com recolhimento diferido	**–**	–	**25.936**	38.805
Adiantamentos de clientes	**–**	–	**225.263**	491.156
Contas a pagar por aquisição de imóveis	**–**	–	**292.299**	343.459
Contas a pagar	**–**	3.465	**74.841**	136.548
Partes relacionadas	**28.128**	–	**108.423**	105.468
Dividendos a pagar	**50.000**	–	**108.035**	–
Total do passivo circulante	**98.931**	108.515	**1.725.456**	2.305.662
Passivo não circulante				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**263.962**	212.191	**3.102.033**	2.750.761
Tributos correntes com recolhimento diferido	**1.709**	1.515	**191.850**	219.076
Adiantamentos de clientes	**–**	–	**443.805**	326.679
Contas a pagar por aquisição de imóveis	**–**	–	**854.790**	753.678
Contas a pagar	**–**	–	**49.211**	48.852
Provisão para demandas judiciais	**–**	–	**29.479**	25.744
Dividendos a pagar	**42.000**	–	**61.081**	–
Total do passivo não circulante	**307.671**	213.706	**4.732.249**	4.124.790
Patrimônio líquido				
Capital social	**950.000**	918.000	**950.000**	918.000
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	**26.000**	21.000	**26.000**	21.000
Programa de opção compra de ações - reflexos da controlada HBR	**1.399**	1.303	**1.399**	1.303
Ações em tesouraria - reflexos da controlada Helbor e HBR	**(10.133)**	(10.307)	**(10.133)**	(10.307)
Ajuste de avaliação patrimonial	**47.520**	47.670	**47.520**	47.670
Ganho por variação de participação societária	**–**	252.272	**–**	252.272
Reserva legal	**1.901**	3.737	**1.901**	3.737
Reserva de lucros	**128.876**	92.029	**128.876**	92.029
Patrimônio líquido da controladora	**1.145.563**	1.325.704	**1.145.563**	1.325.704
Participação de acionistas não controladores	**–**	–	**4.050.049**	4.087.185
Total do patrimônio líquido	**1.145.563**	1.325.704	**5.195.612**	5.412.889
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.552.165**	1.647.925	**11.653.317**	11.843.341

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	**257**	335	**1.655.862**	1.428.414
Custos	**–**	(153)	**(1.101.921)**	(877.385)
Lucro bruto	**257**	182	**553.941**	551.029
Receitas e (despesas):				
Despesas gerais e administrativas	**(10.041)**	(9.094)	**(169.758)**	(161.215)
Despesas comerciais	**–**	–	**(99.393)**	(98.862)
Despesas tributárias	**(89)**	(172)	**(4.566)**	(8.954)
Outras receitas (despesas) liquidas	**44**	38.518	**(63.213)**	17.300
Ganho por valor justo da propriedade para investimentos	**467**	(197)	**196.623**	193.001
Resultado de equivalência patrimonial	**17.819**	45.136	**36.766**	56.960
Resultado antes do resultado financeiro	**8.457**	74.373	**450.400**	549.259
Despesas financeiras	**(62.104)**	(46.155)	**(330.771)**	(293.788)
Receitas financeiras	**797**	7.071	**80.467**	79.154
Prejuízo (Lucro) antes do imposto de renda e da contribuição social	**(52.850)**	35.289	**200.096**	334.625
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	**(194)**	(96)	**(82.106)**	(46.023)
Prejuízo (Lucro) do exercício	**(53.044)**	35.193	**117.990**	288.602
Prejuízo (Lucro) do exercício atribuível à:				
Acionistas controladores			**(53.044)**	35.193
Acionistas não controladores			**171.034**	253.409
Prejuízo (Lucro) do exercício			**117.990**	288.602

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo (Lucro) do exercício	**(53.044)**	35.193	**117.990**	288.602
Ajuste de avaliação patrimonial - reflexos de controladas	**(150)**	(3.885)	**(150)**	(3.885)
Total do resultado abrangente	**(53.194)**	31.308	**117.840**	284.717
Atribuível à:				
Acionistas controladores			**(53.194)**	31.308
Acionistas não controladores			**171.034**	253.409
Resultado abrangente do exercício			**117.840**	284.717

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1. Receitas				
1.1 Receita com vendas de imóveis	**–**	–	**1.380.411**	1.260.026
1.2 Receita com taxa de administração e serviços	**–**	–	**52.434**	32.508
1.3 Receitas com aluguel de imóveis próprios	**283**	369	**276.201**	141.776
1.4 Receitas (despesas) operacionais	**44**	38.519	**122.733**	232.887
1.5 Ajuste valor justo propriedades para investimentos	**467**	(197)	**10.882**	3.843
	794	38.691	**1.842.661**	1.671.040
2. Insumos				
2.1 Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	**–**	–	**(1.021.482)**	(840.256)
2.2 Custo de aluguel de imóveis	**–**	(153)	**(44.046)**	(33.312)
2.3 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(2.194)**	(3.172)	**(153.669)**	(132.594)
3. Valor adicionado bruto	**(1.400)**	35.366	**623.464**	664.878
4. Retenções				
4.1 Depreciação e amortização	**(7.204)**	(5.268)	**(17.662)**	(37.195)
	(7.204)	(5.268)	**(17.662)**	(37.195)
5. Valor Adicionado líquido produzido (3-4)	**(8.604)**	30.098	**605.802**	627.683
6. Valor Adicionado recebido em transferência				
6.1 Equivalência Patrimonial	**17.819**	45.136	**36.766**	56.960
6.2 Receitas Financeiras	**797**	7.071	**80.467**	79.154
	18.616	52.207	**117.233**	136.114
7. Valor total adicionado a distribuir (5+6)	**10.012**	82.305	**723.035**	763.797
8. Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos				
8.1.1 Remuneração direta	**398**	409	**86.960**	64.227
8.1.2 Benefícios	**128**	136	**24.946**	13.174
8.1.3 FGTS	**37**	14	**4.569**	2.610
	563	559	**116.475**	80.011
8.2 Impostos taxas e contribuições				
8.2.1 Federais	**357**	297	**153.251**	107.545
8.2.2 Estaduais	**13**	14	**41**	45
8.2.3 Municipais	**20**	72	**4.509**	5.174
	390	383	**157.801**	112.764
8.3 Juros e aluguel				
8.3.1 Juros	**61.954**	38.917	**319.508**	218.129
8.3.2 Outras	**149**	7.252	**11.261**	64.291
	62.103	46.169	**330.769**	282.420
8.4 Remuneração de capitais próprios				
8.4.1 Lucro (prejuízo) do exercício	**(53.044)**	35.194	**(53.044)**	35.194
8.4.2 Acionistas não controladores	**–**	–	**171.034**	253.408
	(53.044)	35.194	**117.990**	288.602
Total Distribuição do valor adicionado	**10.012**	82.305	**723.035**	763.797

Demonstrações do fluxo de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo operacional				
Das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**(52.850)**	35.289	**200.096**	334.625
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	**7.204**	5.268	**17.662**	40.565
Ajuste a valor presente	**–**	–	**14.289**	(2.833)
Provisão para demandas judiciais	**–**	–	**11.443**	2.949
Provisão para risco de crédito e distratos	**–**	–	**(21.826)**	(14.362)
Provisão para perda na realização de imóveis	**–**	–	**(26.322)**	(15.668)
Tributos diferidos - PIS e COFINS	**–**	–	**1.850**	3.883
Apropriação de juros e variação cambial sobre financiamentos	**57.868**	34.803	**528.484**	441.114
Atualização sobre contas a pagar de aquisição de imóveis	**–**	–	**20.923**	20.972
Encargos financeiros sobre financiamentos amortizados	**–**	–	**155.337**	156.490
Equivalência patrimonial	**(17.819)**	(45.136)	**(36.766)**	(56.960)
Baixa do custo de participação societária	**–**	–	**–**	4.207
Programa de opção compra de ações	**–**	–	**(174)**	(812)
Valor justo de propriedades para investimento	**(467)**	197	**37.297**	(188.282)
Efeito patrimonial sobre reversão de propriedade para investimento	**–**	–	**(125.364)**	(6.775)
Variações de ativos e passivos				
Contas a receber	**–**	270	**(76.136)**	20.172
Adiantamentos	**–**	–	**26.117**	(20.829)
Imóveis à comercializar	**–**	–	**(305.327)**	510.702
Tributos a recuperar	**–**	–	**36.599**	12.653
Depósitos judiciais	**–**	–	**2.038**	7.253
Outros ativos	**27.744**	(28.642)	**227.769**	(261.234)
Fornecedores	**4**	(22)	**47.838**	15.385
Obrigações sócias, trabalhistas e tributárias	**(7)**	(2)	**(89.612)**	4.777
Imposto de renda e contribuição social pagos	**–**	–	**(28.208)**	(29.438)
Adiantamentos de clientes	**–**	–	**(148.767)**	(280.506)
Credores por imóveis compromissados	**–**	–	**29.029**	(71.477)
Contas a pagar	**–**	–	**(61.348)**	89.884
Provisão para demandas judiciais	**–**	–	**(7.708)**	(2.729)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	**(50.491)**	(32.834)	**(474.630)**	(375.794)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	**(28.814)**	(30.809)	**(45.417)**	337.932
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos	**–**	(452)	**(40.114)**	(55.046)
Transações de capital	**–**	–	**(307)**	2.411
Imobilizado e intangível	**–**	(33.303)	**(13.584)**	(83.342)
Dividendos recebidos	**–**	–	**7.700**	7.412
Títulos e valores mobiliários	**(5)**	–	**116.278**	(62.830)
Partes relacionadas, líquidas	**28.128**	8.938	**(16.897)**	(19.823)
Propriedade para investimento	**–**	1.248	**81.453**	(655.655)
Aquisições de imóveis	**–**	–	**–**	25.239
Outras movimentações	**1**	(129)	**29.546**	1.527
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	**28.124**	(23.698)	**164.075**	(840.107)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	**165.022**	32.413	**1.314.538**	1.567.038
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	**31.700**	39.000	**31.700**	39.000
Pagamentos de principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures	**(204.872)**	(14.444)	**(1.370.756)**	(1.263.786)
Pagamentos de dividendos	**–**	–	**(18.745)**	(12.077)
Participação de acionistas não controladores	**–**	–	**(208.170)**	278.525
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamentos	**(8.150)**	56.969	**(251.433)**	608.700
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(8.840)**	2.462	**(132.775)**	106.525
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	**9.367**	6.905	**263.172**	156.647
No fim do exercício	**527**	9.367	**130.397**	263.172
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(8.840)**	2.462	**(132.775)**	106.525

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Ações em tesouraria - Reflexo da controlada HBR	Programa de opção compra de ações - reflexos da controlada HBR	Ajuste de avaliação patrimonial	Ganho por variação de participações societárias	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total das reservas	Patrimônio líquido da controladora	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**900.000**	**–**	**(11.119)**	**1.701**	**51.555**	**252.272**	**1.977**	**86.915**	**–**	**88.892**	**1.283.301**	**3.565.567**	**4.848.868**
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	35.193	35.193	35.193	253.409	288.602
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	39.000	–	–	–	–	–	–	–	–	39.000	–	39.000
Aumento de capital	18.000	(18.000)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas Helbor e HBR	–	–	–	–	1.009	–	–	(3.319)	–	(3.319)	(2.310)	–	(2.310)
Realização de ajuste a valor justo de propriedade para investimentos	–	–	–	–	(4.894)	–	–	–	–	–	(4.894)	–	(4.894)
Ações em tesouraria - Reflexo da controlada HBR	–		812	–	–	–	–	–	–	–	812	–	812
Programa de opção de compra de ações - Reflexo da controlada HBR	–	–	–	(398)	–	–	–	–	–	–	(398)	–	(398)
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	–	–	1.760	–	(1.760)	–	–	–	–
Retenção de lucros	–	–	–	–	–	–	–	33.433	(33.433)	–	–	–	–
Distribuição de lucros	–	–	–	–	–	–	–	(25.000)	–	(25.000)	(25.000)	–	(25.000)
Participação de acionistas não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	268.209	268.209
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**918.000**	**21.000**	**(10.307)**	**1.303**	**47.670**	**252.272**	**3.737**	**92.029**	**–**	**95.766**	**1.325.704**	**4.087.185**	**5.412.889**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	(53.044)	(53.044)	(53.044)	171.034	117.990
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	31.700	–	–	–	–	–	–	–	–	31.700	–	31.700
Aumento de capital	32.000	(26.700)	–	–	–	–	(1.836)	–	–	(1.836)	3.464	–	3.464
Ajuste de avaliação patrimonial - Reflexo controlada HBR	–	–	–	–	(150)	–	–	–	–	–	(150)	–	(150)
Realização de ajuste a valor justo de propriedade para investimentos - Reflexo controlada HBR	–	–	–	–	–	–	–	(70.381)	–	(70.381)	(70.381)	–	(70.381)
Ações em tesouraria - Reflexo da controlada HBR	–		174	–	–	–	–	–	–	–	174	–	174
Programa de opção de compra de ações - Reflexo da controlada HBR	–	–	–	96	–	–	–	–	–	–	96	–	96
Realização de ganho por variação de participações societárias	–	–	–	–	–	(252.272)	–	252.272	–	252.272	–	–	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	–	(92.000)	–	(92.000)	(92.000)	–	(92.000)
Absorção de prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	(53.044)	53.044	–	–	–	–
Participação de acionistas não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(208.170)	(208.170)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**950.000**	**26.000**	**(10.133)**	**1.399**	**47.520**	**–**	**1.901**	**128.876**	**–**	**130.777**	**1.145.563**	**4.050.049**	**5.195.612**

Henrique Borenstein
Presidente

Maria de Castro Borenstein
Vice-Presidente

Henry Borenstein
Diretor

Acyr de Oliveira Pereira
Contador - CRC 1SP 220.266/O-0

Ines249

pulsa

Tem gente contando calorias.

O corpo é uma calculadora ou um organismo biológico?

Na era da infoxicação, seu corpo e mente não podem pagar o preço das fake news.

Pulsa é sua nova fonte de saúde, bem-estar, cuidado e beleza.

Vem conhecer!
estadao.com.br/pulsa

@pulsa_saude

acesse aqui

Imagem ilustrativa gerada por inteligência artificial.

Apoio: ESTADÃO BLUE STUDIO

Patrocínio: Rede Américas

ESTADÃO

Ines249

Comércio internacional **Após 30 anos**

Lula assina decreto do acordo Mercosul-UE

Pacto entra em vigor na sexta-feira; presidente disse que acordo é reação à política unilateral de Donald Trump

GABRIEL DE SOUSA
GABRIEL HIRABAHASI
FLÁVIA SAID
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem o decreto de promulgação do acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE), que entrará em vigor na sexta-feira, dia 1.º de maio, após quase três décadas de negociações. Lula afirmou que o acordo é uma reação dos blocos à política unilateral do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

O acordo segue uma implementação progressiva, com a redução escalonada de tarifas para produtos sensíveis ao longo de prazos que podem chegar a até dez anos, na União Europeia, e a 15 anos no Brasil, com exceção de veículos elétricos, híbridos e novas tecnologias, que possuem prazo maior, de até 30 anos.

O pacto comercial, assinado em janeiro deste ano em Assunção, no Paraguai, prevê a redução de tarifas para 91% dos produtos importados pelo Mercosul e 95% dos produtos importados pela UE.

Segundo estimativas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), o acordo terá um efeito positivo de 0,34% (R$ 37 bilhões) sobre o PIB brasileiro, com aumento de 0,76% no investimento (R$ 13,6 bilhões) e redução de 0,56% no nível de preços ao consumidor.

Também é projetado aumento de 0,42% nos salários reais, além de impacto de 2,46% (R$ 42,1 bilhões) sobre as importações e de 2,65% (R$ 52,1 bilhões) sobre as exportações.

As empresas brasileiras que exportam hoje para a União Europeia respondem por 3 milhões de empregos no Brasil. A corrente de comércio Brasil-União Europeia teve um recorde de US$ 100 bilhões no ano passado, com ligeiro déficit para o Brasil, mas com um volume de comércio relevante (*mais informações nesta página*).

Para entender

Nasce uma das maiores áreas de livre-comércio

● Megabloco
Juntos, os dois blocos reúnem cerca de 718 milhões de pessoas e um PIB de aproximadamente US$ 22,4 trilhões

● Efeito no PIB
Segundo estimativas do Ministério do Desenvolvimento (Mdic), o acordo terá efeito positivo de 0,34% (R$ 37 bilhões) sobre o PIB brasileiro

● Salários
O ministério também projeta aumento de 0,42% nos salários reais

● Tarifa zero
Mais de 5 mil produtos brasileiros terão tarifa zero no mercado europeu a partir de maio, diz a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O montante equivale a mais de 80% das importações da UE de bens do Brasil em 2025. Desses produtos, alguns já são livres de alíquotas de importação e outros 2.932 passarão a ter isenção tarifária, sendo 93% (2.714) bens industriais

● Em valores
A União Europeia importou US$ 607,7 milhões do setor de máquinas e equipamentos brasileiro em 2025. Com o acordo, 95,8% desse valor entrará com tarifa zero no mercado europeu imediatamente

MULTILATERALISMO. "Depois que o presidente Trump tomou as medidas que ele tomou, praticando as taxações de forma unilateral contra o mundo inteiro, a resposta que a União Europeia e o Brasil deram ao mundo é de que não existe nada melhor do que a gente acreditar no exercício da democracia, no multilateralismo e na relação cordial entre as nações", afirmou.

Ainda segundo Lula, os países precisam entender que, no cenário internacional, "não existe saída individual". O presidente destacou também que o acordo entre o Mercosul e a União Europeia força a "ideia consagrada do multilateralismo". Ele também destacou a importância de o texto ter sido proposto pelos sul-americanos.

Além de assinar a promulgação do acordo, Lula enviou ao Congresso Nacional duas mensagens para a aprovação de acordos com Singapura e com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA). Em um breve discurso, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, disse esperar que os dois textos tenham uma votação célere, como foi no caso do Mercosul-UE. ●

EXTRATO DE EDITAL

Encontra-se aberto pela Delegacia Seccional de Votuporanga o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026, Processo SEI nº 058.00028796/2025-20 para contratação de empresa para prestação de serviço depósito e guarda de veículos automotores, outros tracionados e demais peças, cuja sessão pública será realizada no dia 19/05/2026, às 10:00 horas. O edital na íntegra estará disponível aos interessados nos sites www.compras.gov.br e www.doe.sp.gov.br. Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: primeiro dia útil, após a publicação no PNCP. PREGOEIRO DESIGNADO: Michele Duarte Amaral e substitutos.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01057139662026 380108 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Modalidade: Pregão Eletrônico
Nº Processo: 006.00170455/2026-70
Objeto: Contratação de serviços de impressão coorporativa por meio de Outsourcing.
Total de Itens Licitados: 1 (um)
Valor total da licitação: R$ 305.037,00 (trezentos e cinco mil e trinta e sete reais)
Disponibilidade do edital: 29/04/2026
Horário: das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h59
Endereço: Rua Major Zanani nº 04 Centro Tremembé - SP **Entrega das Propostas:** a partir de 29/04/2026 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 14/05/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

UNIDADE REGIONAL DE ENSINO DE PINDAMONHANGABA
REABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 01/2026
Contratante (UASG): Unidade Regional de Ensino de Pindamonhangaba
Objeto: Prestação de serviços contínuos de manutenção técnica, preventiva, corretiva, emergencial e conservação, incluindo fornecimento e a substituição de partes e peças, dos elevadores instalados nos prédios das Unidades Escolares pertencentes à unidade Regional de Ensino de Pindamonhangaba.
Processo SEI: 015.00038910/2026-34
Id contratação PNCP: 46384111000140-0-000031/2026
Critério de julgamento: menor preço
Modo de disputa: aberto
Entrega das propostas: a partir de 30/04/2026 às 08:00
Abertura de propostas: 15/05/2026 às 09:00
O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico https://pncp.gov.br/

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

GBS Participações S.A.

CNPJ/MF nº 41.774.224/0001-38 - NIRE nº 3530056770-6

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da GBS Participações S.A.

Nos termos do artigo 124, §1º, inciso II, do artigo 71, § 2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Cláusula 9 do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da GBS Participações S.A.*" ("Escritura de Emissão"), celebrado em 03 de março de 2022, conforme aditado de tempos em tempos, entre a **GBS Participações S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Olimpíadas, nº 205, Sala 450-B, CEP 04551-000, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.774.224/0001-38 ("Companhia" ou "GBS" ou "Emissora"), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, conjuntos 1101 e 1102 (parte), Bloco A, Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklin Paulista, CEP 04.578-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de agente fiduciário da emissão ("Oliveira Trust" ou "Agente Fiduciário"), a **Two Square Transmissions Participações S.A.** (nova denominação da **Sterlite Brazil Participações S.A.**), sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Olimpíadas, nº 205, Sala 450-A, CEP 04551-000, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.704.797/0001-27 ("Two Square"), a **Goyaz Transmissão de Energia S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Olimpíadas, nº 205, Sala 450-F, CEP 04551-000, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.095.289/0001-01 ("Goyaz"), na qualidade de intervenientes garantidoras, a **Borborema Transmissão de Energia S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Olimpíadas, nº 205, Sala 450-D, CEP 04551-000, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.109.417/0001-10 ("Borborema") e a **Solaris Transmissão de Energia S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Olimpíadas, nº 205, Sala 450-E, CEP 04551-000, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.095.322/0001-95 ("Solaris"), na qualidade de intervenientes anuentes, ficam os titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia ("Debêntures", "Debenturistas" e "Emissão", respectivamente) convocados a participarem da assembleia geral de Debenturistas, que se realizará, em primeira convocação, **no dia 11 de maio de 2026, às 15 horas, de forma exclusivamente digital** ("Assembleia" ou "AGD"), por meio da plataforma "*Microsoft Teams*", nos termos do artigo 70, inciso I, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da **Ordem do Dia** constante abaixo, tendo em vista que: **Considerando que: (a)** Nos termos da Cláusula 6.1.2, item (xiv), da Escritura de Emissão, o descumprimento pela Emissora do ICSD (conforme definido na Escritura de Emissão) configura Evento de Inadimplemento Não Automático (conforme definido na Escritura de Emissão), ensejando o Vencimento Antecipado Não Automático (conforme definido abaixo) das Debêntures; **(b)** A Emissora, tendo verificado o descumprimento do ICSD consolidado mínimo previsto na Cláusula 6.1.2, item (xiv), da Escritura de Emissão, com base nas demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social de 2025, informa a ocorrência do referido Evento de Inadimplemento Não Automático e promove a convocação da presente Assembleia para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado não automático das obrigações decorrentes das Debêntures ("Vencimento Antecipado Não Automático"); **(c)** A Emissora não entregou ao Agente Fiduciário, no prazo de 90 (noventa) dias após o término do exercício social de 2025, o relatório consolidado da memória de cálculo do ICSD, devidamente apurado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, conforme exigido pela Cláusula 7.1.1, item (i), alínea (b), da Escritura de Emissão, configurando descumprimento de obrigação não pecuniária nos termos da Cláusula 6.1.2, item (vi), da Escritura de Emissão; e **(d)** A Emissora deseja obter a aprovação da não declaração do Vencimento Antecipado Não Automático da Escritura de Emissão em razão (i) do descumprimento da obrigação prevista na Cláusula 6.1.2, item (xiv), da Escritura de Emissão, conforme apurado nas Demonstrações Financeiras auditadas da Emissora referentes ao exercício social de 2025, referente ao não atingimento do ICSD; e (ii) do descumprimento da obrigação prevista na Cláusula 7.1.1, item (i), alínea (b), da Escritura de Emissão, referente à não entrega do relatório consolidado de apuração do ICSD no prazo de 90 (noventa) dias após o término do exercício social de 2025, ambos nos termos da Cláusula 6.5 da Escritura de Emissão. **Isto posto, ficam os Debenturistas convocados para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: (i)** a aprovação da não declaração do Vencimento Antecipado Não Automático da Escritura de Emissão em razão do descumprimento da obrigação prevista na Cláusula 6.1.2, item (xiv), da Escritura de Emissão, referente ao não atingimento do ICSD consolidado mínimo, conforme apurado nas Demonstrações Financeiras auditadas da Emissora referentes ao exercício social de 2025, nos termos da Cláusula 6.5 da Escritura de Emissão; **(ii)** a aprovação da não declaração do Vencimento Antecipado Não Automático da Escritura de Emissão em razão do descumprimento da obrigação prevista na Cláusula 7.1.1, item (i), alínea (b), da Escritura de Emissão, referente à não entrega do relatório consolidado de apuração do ICSD no prazo de 90 (noventa) dias após o término do exercício social de 2025, nos termos da Cláusula 6.5 da Escritura de Emissão; e **(iii)** a aprovação de autorização para que o Agente Fiduciário, em conjunto com a GBS, adote todas as medidas necessárias em razão das deliberações tomadas na Assembleia pelos Debenturistas, incluindo, sem limitação, por meio da elaboração e celebração de quaisquer novos instrumentos e/ou aditamentos aos instrumentos existentes. **Informações Gerais:** Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma "*Microsoft Teams*" deverão solicitar o cadastro para a Companhia com cópia para o Agente Fiduciário, para os seguintes endereços eletrônicos: "fundraising@ts-transmission.com" e "af.assembleias@oliveiratrust.com.br", preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"), sendo o link disponibilizado pela Companhia. Na solicitação de Cadastro o Debenturista deverá anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na AGD, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da AGD, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81, quais sejam: (i) identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. Nos termos dos artigos 71 e 126 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da AGD, os Debenturistas deverão encaminhar para a Companhia e o Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identidade do Debenturista, representante legal ou procurador (Registro Geral - RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular; (ii) comprovante atualizado da titularidade das Debêntures, expedido pela instituição escrituradora, o qual recomenda-se tenha sido expedido, no máximo, 3 (três) dias antes da data da realização da AGD; e (iii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD. O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital. As pessoas naturais Debenturistas somente poderão ser representadas na AGD por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas Debenturistas poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04 de novembro de 2014). Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o Debenturista receberá, com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, as instruções para acesso à plataforma "*Microsoft Teams*". Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com o Agente Fiduciário, por meio do endereço eletrônico "af.assembleias@oliveiratrust.com.br", com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Qualquer dúvida, os Debenturistas poderão contatar o Agente Fiduciário diretamente pelo endereço eletrônico "af.assembleias@oliveiratrust.com.br" e/ou pelo telefone (21) 3514-0000. O Agente Fiduciário reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo remoto e digital. Na data da AGD, o *link* de acesso à plataforma "*Microsoft Teams*" estará disponível, pelo menos, 15 (quinze) minutos antes e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do Cadastro prévio. Assim, o Agente Fiduciário recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação na AGD com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação. O Agente Fiduciário ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. O Agente Fiduciário não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da AGD ainda que não realizem o cadastro prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos em **até 30 (trinta) minutos** antes do início da AGD, conforme artigo 72, parágrafo 2º, da Resolução CVM 81. Este Edital se encontra disponível na sede do Agente Fiduciário e na página eletrônica do Agente Fiduciário (www.oliveiratrust.com.br/investidor). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária. São Paulo, 24 de abril de 2026. **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Ines249

NOTAS E INFORMAÇÕES

FGC com regras mais duras

Conselho Monetário tenta colocar uma tranca na porta arrombada pelo Master

O Conselho Monetário Nacional (CMN), colegiado composto pelos ministros da Fazenda e do Planejamento e pelo presidente do Banco Central (BC), acaba de aprovar regras mais rígidas para os participantes do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

As medidas surgem após a debacle do Banco Master, que consumiu mais de R$ 50 bilhões do FGC, ou um terço do colchão de liquidez do fundo, criado em 1995 para garantir a estabilidade do sistema financeiro e proteger depositantes e investidores em situações de falência, intervenção ou liquidação.

A principal novidade, que passa a valer a partir de 1.º de junho deste ano, é a adoção de um conceito chamado Ativo de Referência (AR). Instituições que vendem produtos com garantia do FGC terão de demonstrar que têm ativos de qualidade.

Pelas novas regras, quando uma instituição captar volume de recursos com garantia do fundo que supere o AR, ela terá de "direcionar parte desses recursos para títulos públicos federais", conforme explicou o BC em nota.

Ainda de acordo com o Banco Central, as medidas buscam "mitigar o risco moral associado a captações excessivamente ancoradas na garantia do FGC".

Paralelamente, o CMN também publicou norma que exigirá que instituições financeiras enquadradas no grupo S2 – com ativos totais de 1% a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) – cumpram indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR), alinhado ao padrão de Basileia III (uma regra internacional de prudência bancária), o que antes era exigido apenas dos maiores bancos do País, que estão no grupo S1.

Assim, busca-se evitar que um novo Master usurpe os recursos do FGC. O banco de Daniel Vorcaro, como se sabe, usava o fundo como isca para que investidores comprassem produtos financeiros de alto risco, como Certificados de Depósito Bancário (CDB) com rendimentos muito acima da média do mercado.

Para a Associação Brasileira de Bancos (ABBC), entidade que representa bancos de médio porte, as "novas regras de liquidez e garantia do FGC elevam padrões prudenciais e reforçam estabilidade financeira".

O aperto de regras é obviamente necessário, mas poderia ter vindo mais cedo, já que as práticas do Master eram vistas com suspeição pelo mercado muito antes das revelações de que a instituição de Vorcaro era uma verdadeira usina de fraudes.

Independentemente do que ainda venha a ser revelado sobre o Master, a venda de CDBs com rendimentos anabolizados, por si só, oferecia um gatilho para medidas mais duras para se acessar o FGC, uma vez que o fundo recebe contribuições mensais obrigatórias dos bancos e instituições financeiras a ele associados.

Bancos que vendiam produtos alternativos com rendimentos mais modestos passam a pagar pela irresponsabilidade criminosa do Master.

Agora é esperar que o arcabouço regulatório do sistema financeiro seja aperfeiçoado de forma permanente e tempestiva. Também é importante que o FGC seja difundido como o que é, uma ferramenta de estabilização, e não uma salvaguarda para a promoção de investimentos totalmente imunes a risco – o que, como se sabe, não existe. ●

● Sistema financeiro ● Caso Master

Ex-presidente do BRB pede saída da Papuda para negociar delação

Advogados afirmam que Paulo Henrique, que está preso desde o último dia 16, quer 'cooperar com as autoridades'

AGUIRRE TALENTO
BRASÍLIA

A defesa do ex-presidente do Banco Regional de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa solicitou ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, relator do caso Master na Corte, a transferência do Complexo Penitenciário da Papuda para um local onde possa ser negociado um acordo de delação premiada.

Na petição, seus advogados não fizeram um pedido específico de unidade prisional, mas citaram que Paulo Henrique tem direito à prisão especial em sala de Estado-Maior por ser segundo-tenente da reserva das Forças Armadas.

Paulo Henrique Costa foi preso pela Polícia Federal no último dia 16, na quarta fase da Operação Compliance Zero, sob suspeita de ter negociado propina de R$ 140 milhões em imóveis em troca de favorecer os interesses do banqueiro Daniel Vorcaro em obter aportes do BRB no Banco Master.

"O requerente sinalizou interesse em cooperar com as autoridades competentes, possivelmente por meio de colaboração premiada. A formalização de proposta de colaboração, todavia, depende da convergência de alguns fatores: primeiro, a voluntariedade do candidato a colaborador; segundo, uma avaliação técnica quanto à possibilidade de eventuais relatos e fontes de prova atingirem patamares suficientes para referida candidatura; e terceiro, uma tomada de decisão esclarecida do candidato tanto quanto aos requisitos legais, como quanto aos vetores que podem levar à perda do acordo", escreveram os advogados Eugênio Aragão e Davi Tangerino.

Na semana passada, a Segunda Turma do STF ratificou por unanimidade a sua prisão preventiva. Após ter sido preso, Paulo Henrique trocou sua equipe de defesa e sinalizou interesse em um acordo de delação premiada.

SEM ESTRUTURA. Os atuais advogados dizem, na petição, que a estrutura da Papuda não permite a discussão dos detalhes do acordo de delação com o cliente. Citam, por exemplo, que o presídio não garante uma inviolabilidade nas conversas entre cliente e advogado, o que seria essencial para avançar nas tratativas de uma proposta de acordo.

"Dessa forma, respeitosamente, pede-se que, ouvida a Procuradoria-Geral da República, seja deferido o deslocamento do requerente para local em que possa exercer, de forma plena, seu direito à autodefesa, ao tempo em que a defesa técnica possa desempenhar seu papel constitucional com a maior efetividade possível, assegurando-se a máxima, senão plena, confidencialidade entre advogado e cliente", escreveram os advogados.

Na avaliação de investigadores da Polícia Federal e da PGR que acompanham o caso, a busca de um acordo de delação premiada pelo ex-presidente do BRB deve ter um impacto direto na negociação do dono do Banco Master, e pode esvaziar sua proposta de colaboração.

Uma delação premiada de Paulo Henrique, dizem esses investigadores, pode avançar mais rapidamente porque envolveria uma quantidade menos abrangente de temas a serem abordados e teria potencial de trazer mais novidades à investigação. Além disso, o "custo" para a opinião pública seria muito menor do que assinar um acordo com Vorcaro – considerado o líder de esquema montado pelo Master para desviar recursos do sistema financeiro e de institutos de previdência. ●

Para lembrar

Banco estatal tentou comprar o Master

● **Oferta de compra**
Em março do ano passado, o BRB anunciou que compraria parte relevante do Master por R$ 2 bilhões. À época, operadores do mercado financeiro estranharam a operação, pois o banco de Daniel Vorcaro já dava sinais de que não era um negócio viável

● **Veto**
A operação foi rejeitada pelo Banco Central em setembro. A partir daquele momento, a autoridade monetária passou a acompanhar a saúde financeira dos dois bancos

● **Títulos podres**
As autoridades investigam a aquisição, pelo BRB, de carteiras de crédito do Master sem nenhum lastro, ou seja, papéis que prometiam retornos muito acima do mercado, mas não tinham garantias de pagamento aos credores. A suspeita é de que as irregularidades envolvam até R$ 12 bilhões. Em razão dessas operações, Paulo Henrique Costa, então presidente do BRB, foi afastado por determinação da Justiça

● **Apuração**
Relatórios e auditorias internas do BRB, determinadas após o afastamento de Costa, mostraram que carteiras de crédito adquiridas do Master tinham problemas graves, que incluíam até dados falsos dos titulares das operações

Governadora do DF pede ajuda do Tesouro Nacional

O governo do Distrito Federal pediu ontem ao governo federal a concessão de garantia da União para um empréstimo de R$ 6,6 bilhões do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

A governadora do DF, Celina Leão (PP), quer usar o dinheiro para cobrir os prejuízos deixados pelo Master no Banco de Brasília (BRB). Ela encaminhou um ofício ao ministro da Fazenda, Dario Durigan, solicitando ajuda do governo federal, e outro documento ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para pedir uma audiência para discutir a crise.

O DF, no entanto, não está com as contas em dia e não possui nota suficiente para realizar operações com garantias da União. Estados e municípios precisam passar por uma análise da capacidade de pagamento ao realizar operações com garantias do Tesouro. A União exige notas de capacidade de pagamento entre A e B para conceder garantias em empréstimos. O DF possui nota C, abaixo do necessário. A nota não representa a posição do Tesouro Nacional, que é feita em cada pedido de garantia, mas indica o que é considerado pelo órgão na hora de fazer a avaliação. ● DANIEL WETERMAN/BRASÍLIA

Ines249

Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.

CNPJ nº 11.342.322/0001-35

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 11º andar, Sala "A", Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração - Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

São Paulo, 16 de abril de 2026

A Administração

Balanço Patrimonial

ATIVO	2025	2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	2024
CIRCULANTE			**CIRCULANTE**		
Caixa e equivalente de caixa (Nota 3)	40	45	Contas a pagar	1	1
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 4)	1.879	4.744	Imposto e contribuições a recolher	84	65
Juros sobre capital próprio a receber (Nota 5)	2.716	1.980	Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.084	726
Tributos a recuperar	1.046	668	Dividendos propostos	369	286
Outros créditos	–	3		1.538	1.078
	5.681	**7.440**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 9)**		
NÃO CIRCULANTE			Capital social	2.772.233	2.772.233
Investimentos em controlada (Nota 6)	2.810.215	2.805.762	Reserva de lucros	42.580	40.562
	2.810.215	2.805.762	Outros resultados abrangentes	(455)	(671)
				2.814.358	2.812.124
TOTAL DO ATIVO	**2.815.896**	**2.813.202**	**TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**2.815.896**	**2.813.202**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.772.233**	**1.797**	**33.325**	**(289)**	**–**	**2.807.066**
Valor de mercado de TVM - controlada	–	–	–	(411)	–	(411)
Variação cambial de investidas no exterior - controlada	–	–	–	29	–	29
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	5.726	5.726
Destinação do lucro:						
Constituição de reservas	–	286	5.154	–	(5.440)	–
Dividendos propostos (R$ 1,24 por Lote de Mil Ações)	–	–	–	–	(286)	(286)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.772.233**	**2.083**	**38.479**	**(671)**	**–**	**2.812.124**
Dividendos pagos	–	–	(5.000)	–	–	(5.000)
Valor de mercado de TVM - controlada	–	–	–	182	–	182
Variação cambial de investidas no exterior - controlada	–	–	–	34	–	34
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	7.387	7.387
Destinação do lucro:						
Constituição de reservas	–	369	6.649	–	(7.018)	–
Dividendos propostos (R$ 1,61 por Lote de Mil Ações)	–	–	–	–	(369)	(369)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**2.772.233**	**2.452**	**40.128**	**(455)**	**–**	**2.814.358**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ("Companhia"), foi constituída em 11 de novembro de 2009 e tem como objeto exclusivo congregar e deter participações acionárias (i) na Porto Seguro S.A. ("PSSA") ou em eventuais sucessoras desta; e (ii) em sociedades que sejam controladas pela PSSA. A sede da Companhia está localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 740, Torre B, 11º andar, Sala A, em São Paulo/SP - Brasil. A Companhia é controlada pela Pares Empreendimentos e Participações S.A.

O prazo de duração da Companhia é indeterminado e por deliberação da Diretoria, poderão ser instalados, transferidos ou extintos escritórios, filiais, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou no exterior.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC.

As demonstrações financeiras da Companhia são de responsabilidade da Administração e sua autorização para a conclusão e divulgação ocorreu em 16 de abril de 2026.

Demonstrações financeiras consolidadas - A Companhia não está apresentando as demonstrações financeiras consolidadas em decorrência do pleno atendimento ao disposto no item 4 do pronunciamento CPC 36 (R3). As demonstrações financeiras consolidadas são divulgadas pela controladora Pares Empreendimentos e Participações S.A.

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

(a) O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes incluem caixa e saldos disponíveis em contas bancárias.

(c) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

As aplicações referem-se aos fundos de investimentos não exclusivos. As cotas de fundos de investimentos estão registradas ao valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com base no valor da quota divulgada pelo administrador do fundo nas datas dos balanços.

(d) Investimentos em controlada e coligadas

Os investimentos em sociedade controlada e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional. São constituídos ajustes nos investimentos decorrentes do usufruto financeiro sobre as ações, o qual pertence a terceiros. No caso de variação cambial de investimentos no exterior, que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido da Companhia, e somente serão registradas ao resultado do exercício quando o investimento for alienado ou baixado por perda.

(e) Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e de exigibilidade, respectivamente.

(f) O imposto de renda é calculado à alíquota base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9%.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo é de R$ 40 (R$ 45 em 2024) refere-se a depósitos bancários.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

A Administração da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48, cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Os instrumentos financeiros estavam representados conforme segue:

Investimentos	Natureza	2025 Valor de mercado	2024 Valor de mercado
Cotas de fundos de investimento de renda fixa - não exclusivo	Privada	1.879	4.744
		1.879	4.744

5. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo é de R$ 2.716 (R$ 1.980 em 2024), refere-se ao montante líquido de juros sobre o capital próprio a receber da controlada PSSA.

6. INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA

Conforme descrito na nota explicativa 1, a Companhia possui como controlada a Porto Seguro S.A. Nesse contexto, demonstramos a seguir a composição desse investimento:

	Porto Seguro S.A. 2025	Porto Seguro S.A. 2024
Capital social	8.500.000	8.500.000
Número de ações (mil)	646.586	646.586
Participação (%)	70,82	70,82
Lucro líquido do exercício	3.380.884	2.644.845
Patrimônio líquido	15.741.223	14.050.794
Resultado da equivalência patrimonial (a)	8.407	6.577
Saldo do investimento	2.810.215	2.805.762

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto Seguro S.A. foram publicadas no jornal "O Estado de São Paulo", em 13 de fevereiro de 2026.

Movimentação dos investimentos

	Porto Seguro S.A. 2025	Porto Seguro S.A. 2024
Saldos iniciais	2.805.762	2.802.047
Ajustes reflexos de avaliação patrimonial em controlada	34	29
Ajuste de mercado de TVM reflexa de controlada	182	(411)
Dividendos recebidos de controlada	(974)	(150)
JCP creditada por controlada	(3.196)	(2.330)
Saldo final da equivalência patrimonial (a)	8.407	6.577
Saldos em 31 de dezembro	**2.810.215**	**2.805.762**
Composição do saldo		
Valor do investimento	11.147.241	9.950.154
Valor do usufruto financeiro sobre as ações (b)	(8.337.026)	(7.144.392)
	2.810.215	**2.805.762**

(a) O resultado de equivalência patrimonial correspondente ao lucro líquido gerado pela controlada PSSA. A apuração da equivalência patrimonial considera os efeitos resultantes dos direitos dos usufrutuários sobre as ações de emissão da PSSA e está demonstrada conforme a seguir:

	Porto Seguro S.A. 2025	Porto Seguro S.A. 2024
Lucro líquido do exercício	3.380.884	2.644.845
Participação - %	70,82	70,82
Resultado da equivalência patrimonial	2.394.193	1.872.963
Efeito do usufruto financeiro sobre as ações	(2.385.786)	(1.866.386)
Saldo final da equivalência patrimonial	**8.407**	**6.577**

(b) Usufruto financeiro sobre as ações da PSSA

Gravame de usufruto financeiro sobre as ações da PSSA

O capital social da Companhia foi integralizado por seus acionistas por meio da conferência da nua-propriedade de ações da PSSA. Conforme estabelecido nos respectivos atos societários, parte das ações da PSSA objeto dessas integralizações encontram-se gravadas com reserva do direito sobre dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições de lucros em dinheiro, estendendo-se essa reserva ao direito a dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições atribuídas às ações resultantes de futuras bonificações ou desdobramentos das ações originalmente gravadas ("usufruto"), enquanto que o direito a voto de cada ação será exercido pela Companhia.

Nesse contexto, das 457.883.778 ações de emissão da PSSA de sua titularidade, a Companhia possui direitos financeiros sobre 1.607.952 ações. Os direitos financeiros sobre 456.275.826 ações não pertencem à Companhia, mas aos usufrutuários dessas ações.

Dessa forma a Companhia efetuou uma provisão em seus investimentos e no cálculo da equivalência patrimonial decorrentes da aplicação do percentual de participação sobre os lucros não distribuídos da PSSA, os quais, o direito do usufruto dessa participação pertence a terceiros e não à Companhia.

A controlada PSSA constitui reserva estatutária de lucros (para manutenção de participação societária) na qual são registradas as parcelas não realizadas de lucros de cada exercício e também as decorrentes do ajuste de equivalência patrimonial do valor do investimento em controladas, as quais são contabilizadas nas controladas da PSSA na conta de "Reserva estatutária", destinada à manutenção do patrimônio líquido em montante adequado ao atendimento das exigências legais de margem de solvência e de cobertura dos passivos não operacionais destas controladas. Na medida em que os lucros destinados à reserva para manutenção de participação societária forem realizados, os valores correspondentes à realização serão revertidos e colocados à disposição da Assembleia Geral que, por proposta da Administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação, que inclui a distribuição de dividendos.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A demonstração do cálculo do IR e CSLL está abaixo apresentada:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.471	6.452
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social (25% e 9% respectivamente) - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(2.880)	(2.194)
Efeito tributário de Equivalência Patrimonial	2.858	2.236
Juros Sobre o Capital Próprio creditado por controlada	(1.086)	(792)
Outros ajustes	24	24
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(1.084)**	**(726)**
Alíquota efetiva	**12,80%**	**11,25%**

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas encontram-se demonstradas a seguir:

Nome	Natureza das transações	Saldos Patrimoniais 31/12/2025	Saldos Resultados 31/12/2025
Porto Seguro S.A.	Juros sobre capital Próprio - a Receber	2.716	3.196
		2.716	**3.196**
Porto Seguro S.A.	Investimento em controlada	2.810.215	8.407
		2.810.215	**8.407**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	Dividendos a pagar	152	–
Itauseg Participações S.A.	Dividendos a pagar	85	
Itaú Unibanco (SCLOF)	Dividendos a pagar	70	–
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	Dividendos a pagar	58	–
Itaú Seguros S.A.	Dividendos a pagar	3	–

Demonstração do Resultado

	2025	2024
RECEITAS OPERACIONAIS		
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 6)	8.407	6.577
	8.407	6.577
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		
Serviços de terceiros	(325)	(312)
Publicações legais	(20)	(29)
Despesas com tributos	(335)	(241)
Outras	(11)	(13)
	(691)	(595)
Resultado financeiro líquido	755	470
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	8.471	6.452
Imposto de renda e contribuição social corrente (Nota 7)	(1.084)	(726)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**7.387**	**5.726**
Quantidade de ações (em milhares)	228.942	228.942
Lucro líquido por lote de mil ações - R$	32,27	25,01

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	7.387	5.726
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de títulos e valores mobiliários em controladas	182	(411)
Variação cambial de controladas localizadas no exterior	34	28
	216	(383)
Total do resultado abrangente para o exercício	**7.603**	**5.343**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.387	5.726
Resultado de equivalência patrimonial	(8.407)	(6.577)
Resultado ajustado	(1.020)	(851)
VARIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS		
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.865	(1.326)
Juros sobre o capital próprio a receber	479	353
Tributos a recuperar	(378)	47
Outros créditos	3	(3)
Tributos a pagar	19	(16)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.374	638
Outras obrigações	–	(1)
	4.362	(308)
Imposto de renda e contribuições - pagos	(1.016)	(667)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.326	(1.826)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Dividendos e JCP recebidos	2.955	2.079
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	2.955	2.079
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamentos de dividendos	(5.286)	(238)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(5.286)**	**(238)**
Aumento(redução) no caixa e equivalente de caixa	(5)	15
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	45	30
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	**40**	**45**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é de R$ 2.772.233 e está dividido em 228.942 mil ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Reserva estatutária para manutenção de participações societárias

É constituída em até 90% do lucro líquido e tem por finalidade preservar a integridade do capital social da Companhia, sua capacidade de investimento e a representatividade da participação da Companhia em suas controladas e coligadas, não podendo exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros.

(c) Dividendos

Em conformidade com a previsão estatutária, a proposta de destinação de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, conforme critérios estabelecidos no Estatuto Social.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	7.387	5.726
Percentual do lucro (*)	5%	5%
Dividendos mínimos obrigatórios	**369**	**286**

(*) Conforme estatuto da Companhia.

Em ata da Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 22 de maio de 2025, foi aprovada a destinação de dividendos de R$ 286 por conta do lucro do exercício de 2024, onde foram pagos em 30 de junho de 2025.

Em ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de dezembro de 2025, foi aprovada a destinação de dividendos no montante de R$ 5.000, por conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, os quais foram pagos em 23 de dezembro de 2025.

10. PASSIVO CONTINGENTE

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não era parte em discussões de qualquer natureza tramitando na esfera judicial.

11. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro da companhia pela quantidade de ações atribuível aos acionistas. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro do exercício.

Assim sendo, o resultado por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao resultado por ação diluído, conforme apresentado abaixo:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	7.387	5.726
Número de ações no final do exercício	228.942	228.942
Resultado por ação básico e diluído	**0,0323**	**0,0250**

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não operou nem apresentou posições ativas ou passivas, decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

Diretores

Bruno Campos Garfinkel - Diretor Presidente
André Luis Teixeira Rodrigues - Diretor
Paulo Sérgio Kakinoff - Diretor

Conselho de Administração

Bruno Campos Garfinkel
Presidente do Conselho de Administração
André Luis Teixeira Rodrigues
Vice-Presidente do Conselho de Administração
Roberto de Souza Santos - Conselheiro
Paula Magalhães Cardoso Neves - Conselheira
Jayme Brasil Garfinkel - Conselheiro

Contador

Ricardo Matsubara
CRC 1SP 183216/O-0

continua→★

Ines249

continuação

Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras,a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/0
Patricia Di Paula da Silva Paz
Sócia - Contadora CRC SP-198827/0

EY Shape the future with confidence

TRANSPARÊNCIA É POSICIONAMENTO

DEMONSTRE SEUS RESULTADOS ONDE INVESTIDORES E DECISORES BUSCAM REFERÊNCIA.

Líder em conteúdo de economia & negócios.

A força do **Estadão**
+56 MM
Impactos/mês

+27,5 MM
De usuários únicos

Líderes e formadores de opinião leem o Estadão diariamente.

Fontes: Google Analytics dez/25 - Mídias Sociais - Seguidores e Inscritos. Estadão WhatsApp, Facebook, TikTok, LinkedIn, Instagram, YouTube, Threads e X (Twitter) em 15/12/25 - Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/25).

ESTADÃO RI *Publicação simultânea na plataforma de relações com investidores.*

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

AGÊNCIA ESTADO broadcast ESTADÃO

Ines249

CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO

CNPJ nº 33.649.575/00001-99

RELATÓRIO DE GESTÃO - Exercício de 2025

► Disclaimer

Os resultados de 2025, apresentados ao longo deste material, contemplam os dados do Clube consolidados, que incluem as receitas e despesas da Fla-Flu Serviços S.A., empresa responsável pela gestão do Maracanã. Os casos de exceção serão explicitados ao longo do texto.

► 1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Desempenho esportivo do Futebol Profissional Masculino e performance financeira do Clube (R$ milhões, valores atualizados pelo IPCA)

	2025	2024	2023
Copa Libertadores	**Campeão** ↑	Quartas	Oitavas
Campeonato Brasileiro	**Campeão** ↑	3° lugar	4° lugar
Copa do Brasil	**Oitavas**	Campeão	Final
Supercopa do Brasil	**Campeão** ↑	-	Final
Campeonato Carioca	**Campeão** ↑	Campeão	Final
Receita Bruta Total[1]	**2.089**	1.400	1.511
Receita recorrente	**1.571**	1.288	1.178
Venda de Atletas	**519**	113	334
Superávit / (Déficit)	**336**	(1)	352
Patrimônio Líquido	**954**	618	654

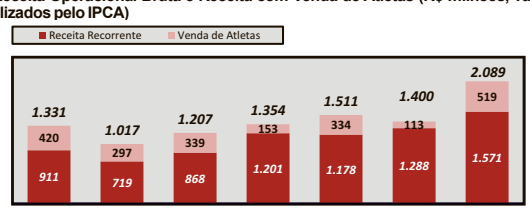
[1] Inclui a receita com vendas de atletas.

O exercício de 2025 representou um marco histórico para o Clube de Regatas do Flamengo, com o faturamento bruto total ultrapassando inéditos R$ 2 bilhões. Com superávit superior a R$ 300 milhões e redução da dívida operacional líquida, o Clube consolidou sua liderança financeira na América do Sul. O resultado foi impulsionado pela combinação de desempenho esportivo e comercial excepcional, vendas recordes de atletas e a consolidação da operação do Maracanã. A receita recorrente atingiu R$ 1.571 milhões, um crescimento real de 22% em relação a 2024, evidenciando a capacidade do Clube de gerar receitas sustentáveis independentemente da volatilidade das transferências de atletas. O crescimento foi distribuído entre todos os grupos de receita, com destaque para o grupo de broadcast, impulsionado por premiações esportivas, e para o grupo comercial, que avançou 23% frente ao ano anterior.

► 2. RECEITA OPERACIONAL BRUTA TOTAL

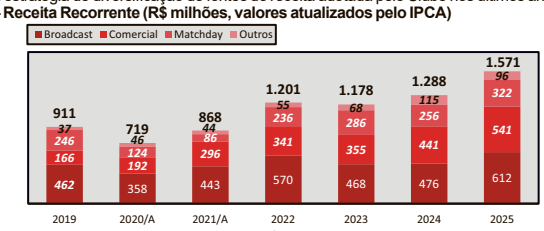
O Clube atingiu uma receita operacional bruta total (incluindo atletas) de R$ 2.089 milhões em 2025, ultrapassando pela primeira vez a marca de R$ 2 bilhões. Este patamar de receitas foi alcançado em função do desempenho esportivo em competições com premiações relevantes, do crescimento contínuo das receitas comerciais, da recuperação das receitas de matchday com a gestão plena do Maracanã e do expressivo volume de transferências de atletas no exercício. A receita com a venda de atletas totalizou R$ 519 milhões, um aumento substancial em relação ao exercício anterior, quando havia totalizado apenas R$ 113 milhões. O retorno a um patamar elevado de transferências reflete tanto a valorização dos ativos formados na base quanto negociações estratégicas de direitos econômicos de atletas profissionais.

1 - Receita Operacional Bruta e Receita com Venda de Atletas (R$ milhões, valores atualizados pelo IPCA)



O gráfico acima mostra que o faturamento de 2025 é 57% superior ao valor registrado em 2019, já descontada a inflação do período. A receita recorrente, por sua vez, cresceu a uma taxa composta de 10% ao ano desde 2019, em termos reais, demonstrando a consistência da estratégia de diversificação de fontes de receita adotada pelo Clube nos últimos anos.

2 - Receita Recorrente (R$ milhões, valores atualizados pelo IPCA)

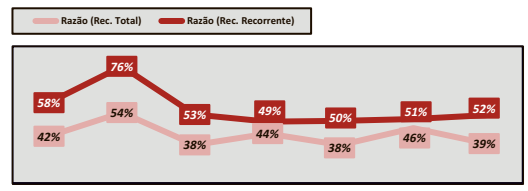


O grupo de receitas recorrentes atingiu R$ 1.571 milhões em 2025, representando um crescimento de 22% em relação a 2024. O crescimento foi impulsionado por todos os grupos de receita, com destaque para broadcast (+28%), refletindo principalmente o resultado de premiações esportivas e a participação na Copa do Mundo de Clubes compensando a receita menor com direitos de transmissão do Campeonato Brasileiro em função do novo contrato, matchday (+26%), refletindo a melhoria na operação do Maracanã, e comercial (+23%), sustentado pela expansão dos contratos de patrocínio e licenciamento.

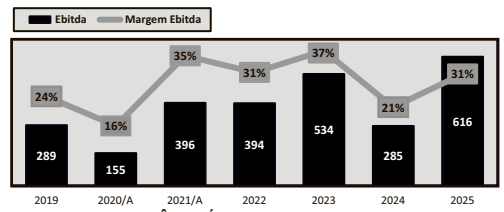
Receita Recorrente por Natureza	2025	2024	Var.
Broadcast	612	476	28%
Comercial	541	441	23%
Matchday	322	256	26%
Outros	96	115	(17%)

► 3. EFICIÊNCIA OPERACIONAL

3. Razão de Despesas de Pessoal sobre Receita Líquida. A razão de despesas de pessoal sobre a receita líquida recorrente manteve-se em patamar estável, em torno de 50%, sinalizando que o crescimento da folha se deu em linha com o crescimento das receitas. Considerando-se a receita total (incluindo transferências), o indicador apresentou melhora significativa, caindo para 39%, reflexo do maior volume de vendas de atletas.



4. EBITDA (R$ milhões, atualizados pelo IPCA) e Margem EBITDA (%). O EBITDA total do Clube apresentou forte recuperação em 2025, impulsionado pelo crescimento das receitas e pelo resultado expressivo com a movimentação de atletas. O EBITDA recorrente também apresentou crescimento, refletindo a expansão das receitas recorrentes em ritmo superior ao dos custos operacionais.

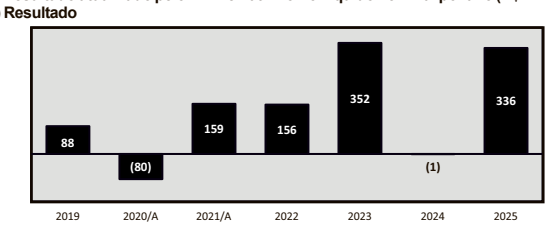


► 4. RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

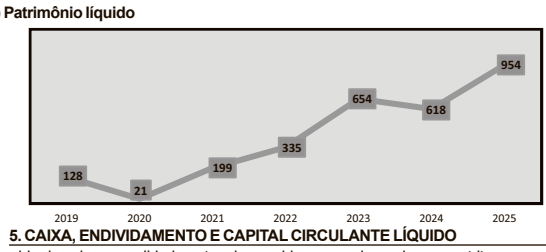
O exercício de 2025 foi marcado pela geração de um superávit de aproximadamente R$ 336 milhões, o segundo maior da história do Clube. Este resultado foi possível graças à combinação de uma receita total recorde com a retomada das receitas de transferências de atletas a patamares compatíveis com o valor de mercado do elenco rubro-negro. O patrimônio líquido do Clube atingiu R$ 954 milhões ao final de 2025, o maior patamar da série histórica, representando um crescimento de 54% em relação ao exercício anterior. Este resultado consolida a trajetória de fortalecimento patrimonial iniciada em 2019, quando o PL era de apenas R$ 128 milhões.

5. Resultado atualizado pelo IPCA e Patrimônio Líquido nominal por ano (R$ milhões)

a) Resultado



b) Patrimônio líquido

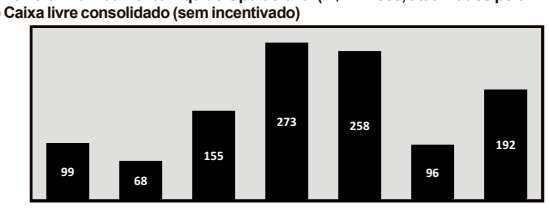


► 5. CAIXA, ENDIVIDAMENTO E CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

O saldo de caixa consolidado antes de considerar os valores de uso restrito para projetos incentivados foi de R$ 192 milhões ao final de 2025, um aumento expressivo em relação ao saldo de R$ 96 milhões verificado em 2024. A melhora reflete o forte fluxo de caixa operacional gerado no exercício, amparado pela expansão das receitas e pelo recebimento de parcelas referentes às vendas de atletas. O caixa restrito, destinado a projetos incentivados de esportes olímpicos, encerrou o exercício em R$ 51 milhões, totalizando um caixa total (livre + restrito) de R$ 243 milhões.

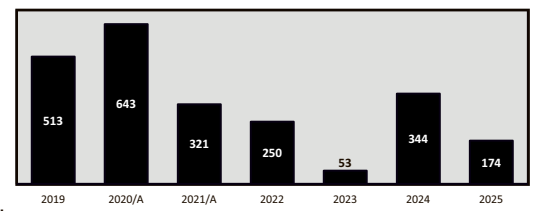
6. Caixa e Endividamento Líquido Operacional (R$ milhões, atualizados pelo IPCA)

a) Caixa livre consolidado (sem incentivado)



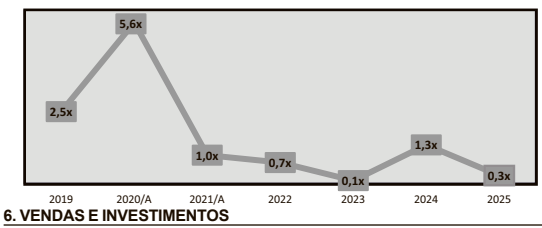
b) Endividamento

A dívida operacional líquida (DOL) apresentou redução em relação ao exercício anterior, refletindo o forte resultado operacional e o recebimento de valores referentes a transferências de atletas.



7. Alavancagem

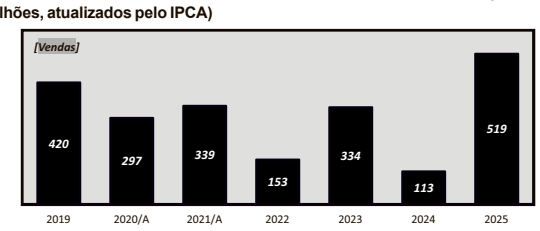
A alavancagem, medida pela razão entre a dívida operacional líquida e o EBITDA, apresentou melhora em 2025, refletindo tanto a redução da dívida quanto o crescimento do EBITDA.

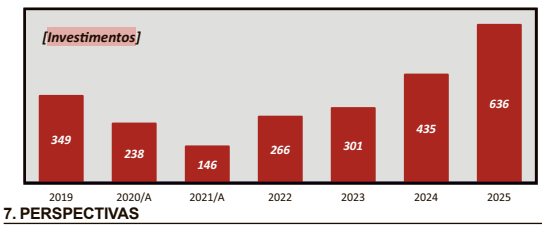


► 6. VENDAS E INVESTIMENTOS

No ano de 2025, o Flamengo realizou vendas expressivas de direitos econômicos de atletas, totalizando R$ 519 milhões, o maior valor da série histórica em termos nominais. As vendas foram diversificadas entre diversos jogadores, incluindo transferências para clubes europeus e sul-americanos, demonstrando a relevância do Flamengo no mercado internacional de transferências. Por outro lado, os investimentos na aquisição de direitos econômicos de atletas também foram relevantes, com o Clube reforçando o elenco profissional visando à competitividade nas diversas competições do calendário. Podemos trocar para jogadores.

8. Vendas e investimentos em direitos econômicos de atletas: total por ano (R$ milhões, atualizados pelo IPCA)





► 7. PERSPECTIVAS

O horizonte de 2026 apresenta-se como um ano de consolidação dos avanços conquistados ao longo dos últimos exercícios. Com um patrimônio líquido próximo a R$ 1 bilhão e uma estrutura de receitas diversificada, o Flamengo possui uma base sólida para enfrentar os desafios e oportunidades que se apresentam. A gestão do Maracanã, já em seu segundo ano completo de operação pela Fla-Flu Serviços S.A., seguirá como um pilar estratégico para o incremento das receitas de matchday e para a melhoria da experiência dos torcedores. Os investimentos em melhorias operacionais e na ampliação dos serviços oferecidos no complexo esportivo deverão contribuir para a expansão das receitas oriundas do estádio. A evolução do programa Nação, o fortalecimento da FlamengoTV como plataforma de conteúdo digital, a expansão dos contratos de licenciamento e patrocínio, e a busca contínua por eficiência operacional compõem a agenda estratégica do Clube para os próximos anos. O compromisso com a disciplina financeira permanece inabalável. O sistema de acompanhamento do orçamento e a governança financeira aprimorada seguem como pilares da gestão. O Flamengo continuará investindo nas áreas de maior retorno operacional, com foco na sustentabilidade de longo prazo. A trajetória de crescimento sustentável que construímos ao longo dos últimos anos, com receitas recorrentes que ultrapassaram a marca de R$ 1,5 bilhão, proporciona a confiança necessária para navegar por eventuais cenários adversos. O Flamengo reafirma seu compromisso com a excelência na gestão, a transparência na prestação de contas e a busca permanente pela vitória, dentro e fora de campo.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	**143.941**	70.557	**191.714**	91.841
Caixa restrito	3	**51.140**	41.662	**51.140**	41.662
Contas a receber	4	**348.380**	185.416	**344.409**	189.501
Estoques		**1.799**	1.753	**1.799**	1.753
Despesas antecipadas		**5.274**	8.487	**6.763**	8.487
Instrumentos financeiros	23.2	**3.086**	-	**3.086**	-
Outros		**5.346**	13.995	**6.064**	14.099
Total do ativo circulante		**558.966**	321.870	**604.975**	347.343
Ativo não circulante disponível para venda	6	**54.220**	81.377	**54.220**	81.377
Não circulante					
Contas a receber	4	**107.905**	36.066	**107.905**	36.066
Depósitos judiciais	13	**23.598**	49.969	**23.598**	49.969
Investimento em participação societária	5	**6.390**	2.401	**-**	-
Propriedades para investimento	6	**-**	171	**-**	171
Imobilizado	8	**440.614**	427.509	**441.424**	427.965
Intangível	7	**800.619**	605.405	**988.945**	782.747
Outros		**36**	6.273	**36**	6.273
Total do ativo não circulante		**1.379.162**	1.127.794	**1.561.908**	1.303.191
Total do ativo		**1.992.348**	1.531.041	**2.221.103**	1.731.911

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e outras obrigações	9	**334.711**	282.783	**345.941**	285.231
Impostos e contribuições sociais	10	**73.832**	44.200	**85.429**	47.291
Obrigações trabalhistas e sociais	11	**62.092**	40.814	**63.986**	41.620
Adiantamentos recebidos	12	**121.697**	136.988	**142.752**	150.728
Outorga a pagar de concessão de uso de bem público	7.1	**-**	-	**8.480**	4.931
Total do passivo circulante		**592.332**	504.785	**646.588**	529.801
Não circulante					
Fornecedores e outras obrigações	9	**226.369**	160.530	**226.369**	160.530
Impostos e contribuições sociais	10	**147.301**	151.799	**147.301**	151.799
Provisão para contingências	13	**72.221**	95.467	**72.221**	95.467
Outorga a pagar de concessão de uso de bem público	7.1	**-**	-	**171.058**	174.561
Total do passivo não circulante		**445.891**	407.796	**616.949**	582.357
Total do passivo		**1.038.223**	912.581	**1.263.537**	1.112.158
Patrimônio líquido	14				
Ajuste de avaliação patrimonial		**145.127**	174.336	**145.127**	174.336
Superávits acumulados		**808.998**	444.124	**808.998**	444.124
		954.125	618.460	**954.125**	618.460
Participação na investida do sócio não controlador		**-**	-	**3.441**	1.293
Total do patrimônio líquido		**954.125**	618.460	**957.566**	619.753
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.992.348**	1.531.041	**2.221.103**	1.731.911

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávits acumulados	Total do patrimônio líquido antes do sócio não controlador	Participação sócio não controlador	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	192.981	461.110	654.091	-	654.091
Capital social subscrito investida sócio não controlador	-	-	-	3.159	3.159
Ajustes da adoção da ITG 2003 (R2) (Nota 2.13)	-	(34.897)	(34.897)	-	(34.897)
Déficit do exercício	-	(734)	(734)	(1.866)	(2.600)
Realização do custo atribuído (Nota 14)	(18.645)	18.645	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	174.336	444.124	618.460	1.293	619.753
Superávit do exercício	**-**	**335.665**	**335.665**	**7.506**	**343.171**
Realização do custo atribuído (Nota 14)	**(29.209)**	**29.209**	**-**	**-**	**-**
Dividendo declarado por controlada a não controladores	**-**	**-**	**-**	**(5.358)**	**(5.358)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**145.127**	**808.998**	**954.125**	**3.441**	**957.566**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita operacional líquida	15	**1.393.755**	1.142.151	**1.499.741**	1.158.862
Custo das atividades sociais e esportivas	16	**(1.171.697)**	(982.446)	**(1.194.220)**	(988.412)
Resultado bruto		**222.058**	159.705	**305.521**	170.450
Despesas administrativas	17	**(121.492)**	(113.121)	**(142.285)**	(118.490)
Despesas comerciais	18	**(37.763)**	(37.759)	**(39.610)**	(37.759)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	19	**236.718**	39.389	**227.260**	31.930
Resultado de equivalência patrimonial	5	**13.939**	(3.465)	**-**	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**313.460**	44.749	**350.886**	46.131
Despesas financeiras	20	**(28.534)**	(59.474)	**(46.501)**	(61.556)
Receitas financeiras	20	**50.739**	13.991	**53.492**	15.370
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**335.665**	(734)	**357.877**	(55)
Imposto de renda e contribuição social		**-**	-	**(14.706)**	(2.546)
Superávit (déficit) do exercício		**335.665**	(734)	**343.171**	(2.600)
Atribuível ao acionista controlador		**-**	-	**335.665**	(734)
Participação na investida do acionista não controlador		**-**	-	**7.506**	(1.866)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Superávit (déficit) do exercício	**335.665**	(734)	**343.171**	(2.600)
Outros resultados abrangentes	**-**	-	**-**	-
Total do resultado abrangente	**335.665**	(734)	**343.171**	(2.600)
Atribuível a:				
Sócios controladores			**335.665**	(734)
Sócios não controladores			**7.506**	(1.866)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua >>

Ines249

CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO

CNPJ nº 33.649.575/00001-99

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Superávit (déficit) do exercício	**335.665**	(734)	**343.171**	(2.600)
Ajustes para conciliar o superávit ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Amortização dos direitos sobre jogadores	**243.716**	213.621	**243.716**	213.621
Baixa dos custos com aquisição de direitos federativos	**197.912**	-	**197.912**	-
Depreciação de imobilizado e amortização de outros ativos	**12.821**	10.651	**12.845**	11.394
Amortização outorga concessão de uso bem público	**-**	-	**9.434**	-
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	**(3.126)**	621	**(3.126)**	7.336
Provisão para contingências	**(23.246)**	7.423	**(23.246)**	7.423
Despesas financeiras - correção monetária de impostos a pagar	**14.557**	12.552	**14.557**	12.947
Outras atualizações monetárias de ativos e passivos	**10.616**	(4.300)	**10.616**	(4.300)
Equivalência patrimonial	**(13.939)**	3.465	**-**	-
Ajuste a valor presente instrumentos Financeiros	**(3.086)**	-	**(3.086)**	-
Resultado liquido na baixa de ativo imobilizado	**1.280**	-	**1.280**	-
Ganho na alienação de ativo circulante mantido para venda	**(7.010)**	(16.694)	**(7.010)**	(16.694)
IRPJ e CSLL - Companhia investida	**-**	-	**14.706**	2.546
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos				
Contas a receber	**(226.551)**	(5.798)	**(226.735)**	(19.100)
Estoques	**(46)**	2.027	**(46)**	2.027
Despesas antecipadas	**3.213**	2.785	**1.724**	2.785
Depósitos judiciais	**26.371**	13.111	**26.371**	13.111
Outros ativos	**15.057**	1.484	**14.444**	1.111
Fornecedores	**(10.263)**	128.987	**(8.550)**	134.939
Impostos e contribuições sociais	**24.860**	8.068	**32.041**	8.073
Obrigações trabalhistas e sociais	**21.278**	16.084	**22.366**	17.440
Ativo não circulante mantido para venda	**-**	3.978	**-**	3.978
Adiantamentos recebidos	**(15.291)**	15.946	**(7.976)**	29.956
Outorga concessão de uso bem público	**-**	-	**20.107**	-
Pagamento de juros	**(5.525)**	(4.762)	**(5.525)**	(4.762)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**599.263**	408.515	**679.990**	421.231
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Caixa restrito	**(9.478)**	(13.589)	**(9.478)**	(13.589)
Investimento em participação societária	**-**	(5.866)	**-**	-
Pagamento pela compra de direitos de jogadores	**(507.575)**	(382.368)	**(507.575)**	(382.368)
Investimento em software	**(1.792)**	(2.475)	**(1.792)**	(2.475)
Investimento em concessão de bem público	**-**	-	**(20.418)**	-
Compras de imobilizado	**(26.651)**	(181.376)	**(27.029)**	(181.833)
Alienação de ativo não circulante mantido para venda	**28.375**	21.027	**28.375**	21.027
Pagamento de outorga	**-**	-	**(20.061)**	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(517.121)**	(564.647)	**(557.978)**	(559.238)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Capital social integralizado em controlada pelo não controlador	**-**	-	**-**	3.159
Pagamento de impostos	**(8.758)**	(7.798)	**(22.139)**	(7.798)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	**(8.758)**	(7.798)	**(22.139)**	(4.639)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**73.384**	(163.930)	**99.873**	(142.646)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**70.557**	234.487	**91.841**	234.487
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**143.941**	70.557	**191.714**	91.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

► 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Clube de Regatas do Flamengo ("Flamengo" ou "Clube"), com sede na Avenida Borges de Medeiros nº 997, Rio de Janeiro, é uma associação sem fins lucrativos, criada com o objetivo principal de promover reuniões e diversões de caráter desportivo, cultural, cívico e recreativo, reconhecido como de utilidade pública pela Lei nº 1.516, de 8 de novembro de 1967. O Flamengo foi constituído por prazo indeterminado, com personalidade jurídica distinta de seus associados, os quais não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelo Clube. Em 31 de dezembro de 2025, o Clube apresenta um capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R$41.613 (R$182.458 negativo em 31 de dezembro de 2024). AAdministração entende que o nível de capital circulante líquido negativo não representa um risco para a continuidade operacional do Clube, considerando sua capacidade de geração operacional de caixa, que atingiu R$679.990 em 2025. Sazonalidade. Existem efeitos sazonais significativos nas operações do Clube, pois as receitas do futebol tendem a ocorrer durante os períodos das competições anuais, que no exercício de 2025 ocorreram conforme abaixo:

Competição	Período de participação do clube
Supercopa do Brasil	02/02/2025
Campeonato Carioca	de 11/01/2025 a 16/03/2025
Campeonato Brasileiro	de 29/03/2025 a 06/12/2025
Libertadores da América	de 02/04/2025 a 29/11/2025
Copa do Brasil	de 18/02/2025 a 06/08/2025
Copa do Mundo de Clubes FIFA	de 14/06/2025 a 13/07/2025
Copa Intercontinental FIFA	de 10/12/2025 a 17/12/2025

Além disso, existem períodos específicos do ano em que os clubes de futebol podem transferir jogadores de outros países para a sua equipe ("janela de transferência"). Essa transferência é completada após registrar o jogador no novo clube através da FIFA (Federação Internacional de Futebol), que regula o processo de forma geral e estabelece duas janelas, sendo uma no intervalo entre as duas temporadas (máximo de 12 semanas) e outra janela mais curta (máximo de um mês) no meio de uma temporada. Os períodos específicos dependem do ciclo da temporada e são determinados pelas autoridades nacionais de futebol. A janela de transferência de uma determinada confederação de futebol regula apenas as transferências internacionais. A janela da confederação que o jogador está deixando, não precisa estar aberta para que ocorra esta transferência. No Brasil, a janela de pré-temporada em 2025 ocorreu no período entre 03 de janeiro e 28 de fevereiro. Entre 01 e 10 de junho ocorreu a janela especial. Esta janela extra foi criada para permitir que os clubes que participaram do Mundial de Clubes da FIFA pudessem reforçar suas equipes. No entanto, todos os clubes brasileiros puderam utilizar esta janela. A janela do meio da temporada ocorreu entre 10 de julho e 02 de setembro de 2025. Porém, as janelas dos Clubes europeus destoam da brasileira, devido ao período das suas competições, que de forma geral, resulta em uma janela de pré-temporada até o fim de agosto e uma no meio da temporada, no mês de janeiro. Nesse sentido, nota-se uma movimentação relevante de compra de direitos sobre atletas nos períodos das janelas de transferência brasileira e de vendas nos períodos das janelas europeias.

► 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo Conselho Diretor ocorreu em 23 de fevereiro de 2026. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, específicas para entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Clube no processo de aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas. O Clube revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação do Clube. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. **2.1. Conversão em moeda estrangeira.** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Na determinação da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do respectivo ativo, despesa ou receita (ou parte dele) relacionada a pagamento ou recebimento antecipado, a data da transação é a data em que o Clube reconhece inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do pagamento ou do recebimento antecipado. Quando há vários pagamentos ou recebimentos antecipados, o Clube determina a data da transação para cada pagamento ou recebimento da contraprestação antecipada. **2.2. Ativos e passivos circulantes e não circulantes.** Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais. **2.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos.** Os contratos de aquisição e alienação de direitos federativos de atletas, bem como outros ativos e passivos monetários de longo prazo, tipicamente não contemplam atualização monetária dos valores das parcelas futuras. Essa característica contratual implica que os valores nominais futuros não incorporam qualquer remuneração pelo decurso do tempo, tornando necessário o ajuste a valor presente para que os saldos contábeis reflitam adequadamente a essência econômica das transações. Dessa forma, os ativos e passivos monetários de longo prazo são registrados pelo seu valor presente. Para os ativos e passivos monetários de curto prazo, o ajuste a valor presente é calculado e somente registrado quando considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado com base nos fluxos de caixa contratuais e na taxa de juros explícita ou, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.4. Instrumentos financeiros.** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. A norma de instrumentos financeiros contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensuradas ao custo amortizado; (ii) valor justo dos outros resultados abrangentes; e (iii) valor justo por meio do resultado. O Clube considerou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma. O Clube reconhece seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente pagamento de principal e juros. Essa categoria inclui caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos. Nenhuma nova mensuração de ativos financeiros foi realizada. O Clube classifica seus ativos e passivos financeiros como custo amortizado e valor justo por meio do resultado financeiro. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. *Ativos financeiros - custo amortizado.* São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. *Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado.* São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. *Ativos financeiros - mensuração inicial.* No reconhecimento inicial, o Clube mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação. *Ativos financeiros - mensuração subsequente.* • Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. *Redução ao valor recuperável.* O Clube reconhece provisão para perda de crédito esperada para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim. Na avaliação do modelo de perda de crédito esperada, a Administração levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, as características de risco de crédito das operações, seus segmentos de atuação e das contrapartes, tendo estabelecido uma matriz de provisionamento baseada em sua taxa histórica de inadimplência, ajustada por fatores prospectivos específicos para os devedores e pelo ambiente econômico. *Passivos financeiros - reconhecimento inicial.* Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação. *Passivos financeiros - mensuração subsequente.* • Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. Os principais ativos e passivos financeiros do Clube são: Caixa e equivalentes de caixa. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Contas a receber (incluindo transferência de jogadores). O saldo de contas a receber corresponde, substancialmente, aos valores a receber pela negociação de atletas no curso normal das atividades do Clube, licenciamento de marca e patrocínios. A provisão para perdas de crédito esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Clube não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e é analisada individualmente, representando a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Fornecedores e outras obrigações (incluindo a transferência de jogadores). As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Outros ativos e passivos financeiros. São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **2.5. Ativo não circulante disponível para venda.** Ativos não circulantes disponíveis para venda são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário do ativo não circulante disponível para a venda. Após o reconhecimento inicial, são apresentadas ao custo histórico, menos provisão para depreciação e, quando aplicável, por perda na redução ao valor recuperável, porém com divulgação adicional de seu valor justo, que reflete as condições de mercado na data de reporte. Ativos não circulantes disponíveis para venda são baixados quando vendidos (ou seja, na data em que o recebedor obtém o controle) ou quando ativo deixa de ser permanentemente utilizado e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Na determinação do montante oriundo do desreconhecimento da propriedade para investimento o Clube avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja). **2.6. Imobilizado.** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens. Gastos com reparos e manutenção que não aumentam a vida útil do ativo são reconhecidos como despesa quando incorridos. AAdministração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Custo atribuído. Terrenos e edificações estão demonstrados pelo custo atribuído (*deemed cost* nos termos da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.409, de 21 de setembro de 2012), calculados a partir de 1º de janeiro de 2012 (suportado por laudo de peritos independentes), deduzidos de depreciação e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*) a partir dessa data, quando aplicável. **2.7. Intangível.** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em transferência de direitos sobre atletas corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Direitos econômicos sobre atletas profissionais. Nessa rubrica são registrados os direitos econômicos de atletas profissionais adquiridos pelo Clube pelos valores nominais constantes nos contratos de compra dos atletas, líquidos das amortizações realizadas linearmente de acordo com o prazo contratual. Os pagamentos são realizados de acordo com os cronogramas financeiros previstos contratualmente. Contrato de concessão de bem público. Em 27 de setembro de 2024, a controlada Fla-Flu Serviços S.A. adquiriu a concessão para fins de exploração econômica de atividades de operação, gestão e manutenção do Complexo Maracanã, que compreende o Estádio Mário Filho (Maracanã) e o Ginásio Gilberto Cardoso (Maracanãzinho). O direito de concessão se encontra registrado pelo custo diretamente relacionado com o Termo de Concessão de uso do Complexo Maracanã, sendo amortizado ao longo do prazo da concessão, determinado em 20 anos. Referida concessão se encontra contabilizada pela controlada Fla-Flu Serviços S.A. conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A amortização do valor relativo ao direito de concessão é reconhecida na demonstração do resultado de acordo com o prazo do respectivo contrato. A infraestrutura associada ao contrato de concessão, dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da controlada em razão do contrato de concessão não lhe transferir o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse dos bens relacionados à infraestrutura para a prestação dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do Contrato de Concessão. **2.8. Impostos e contribuições.** O Clube é uma associação sem fins lucrativos, portanto, goza dos seguintes benefícios fiscais: • Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL): isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/99, e o artigo 195 da Constituição Federal. • Programa para Integração Social (PIS): pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03. • Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS): recolhimento da quota patronal à alíquota de 4,5%, incidente sobre a folha de pagamento e 5% sobre a receita bruta. Por parte da controlada Fla-Flu Serviços S.A., o imposto de renda e a contribuição social estão baseados na receita tributável e a forma de tributação é o lucro presumido. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no final de cada exercício de relatório. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos como despesa ou receita na demonstração do resultado, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. **2.9. Provisões.** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Clube espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é registrada no resultado, líquida de qualquer reembolso. O Clube é parte de diversos processos judiciais e administrativos. A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.10. Reconhecimento de receita.** A receita de contrato é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Clube espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O Clube conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, considerando que normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los. Receita de repasse de direitos federativos sobre atletas. Representa as alienações de direitos federativos registrados no ativo intangível do Clube, apresentadas na demonstração do resultado através da rubrica ´Outras receitas (despesas) operacionais líquidas', em atenção à estrutura definida pela NBC TG 26 (R5), no seu art. 82, alínea (f), item (iii). Receita de mecanismo de solidariedade. Decorrente do recebimento de um percentual destinado de todos os valores pagos pelas transferências internacionais dos atletas ao clube que participou de sua formação, conforme previsto no artigo 21 do Regulamento de Transferências da FIFA com o intuito de beneficiar os clubes formadores e de compensá-los financeiramente. Considerando que os detalhes contratuais de cada transação de venda de direitos profissionais sobre atletas não são de conhecimento público, o processo de solidariedade é efetuado através da FIFA, que centraliza a captura das informações junto ao clubes, calcula os montantes devidos e informa aos clubes formadores. Portanto, somente neste momento os valores passam a ser conhecidos, mensuráveis e as respectivas receitas reconhecidas. Receita com direito de transmissão de jogos. As receitas com direito de transmissão de jogos são contabilizadas com base nos contratos celebrados com as empresas de mídia detentoras desses direitos e reconhecidas em conformidade com a competência dos eventos vinculados a esses contratos. Nos casos de torneios como a Copa do Brasil e Libertadores, a receita é reconhecida pelos valores determinados e recebidos conforme participação em cada fase do torneio. Receitas de publicidade (patrocínios diretos). As receitas com patrocínios diretos são contabilizadas por competência com base nos contratos celebrados com os respectivos patrocinadores, de acordo com a vigência estipulada para veiculação de sua marca junto ao Clube. Receitas de publicidade (patrocínios incentivados). As receitas com patrocínios incentivados são contabilizadas com base na utilização dos recursos incentivados, pois em caso de não utilização de recursos durante o período do projeto, o mesmo pode ser prorrogado e/ou se faz necessário a devolução do saldo remanescente ao Governo que liberou a compensação, podendo ser estadual pelo ICMS ou Federal com o Imposto de Renda. Receitas de royalties (licenciamento de produtos). A receita de *royalties* é reconhecida pelo regime de competência, de acordo com a metodologia e taxas percentuais definidas nos contratos celebrados com os franqueados. Receitas com quadro social e Sócio Torcedor. A receita com associados é reconhecida pelo regime de competência, de acordo com a metodologia e taxas percentuais definidas nas associações, podendo ser de sócios do Clube, de fora do Rio e Torcedor. Receitas de bônus de assinatura (luvas). A taxa inicial não restituível é reconhecida como um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros, sendo a receita registrada quando esses bens ou serviços são prestados, pelo regime de competência. Receitas de bilheteria. As receitas de bilheteria são contabilizadas com base nos borderôs dos jogos conforme a realização dos eventos. Receita de camarotes. As receitas de camarotes são contabilizadas pela controlada Fla-Flu Serviços S.A. pelo prazo de temporada dos jogos de janeiro a dezembro observando a competência de acordo com o período dos contratos celebrados com os respectivos clientes, que determina a vigência estipulada para utilização dos espaços. Receita de locação. As receitas de aluguel do Complexo Maracanã são contabilizadas pela controlada Fla-Flu Serviços S.A. com base na utilização do espaço, levando em consideração as condições estipuladas nos contratos firmados. Receitas de visitas ao estádio (*Tour* Maracanã). A receitas de visitas ao Maracanã são geradas a partir da efetiva visitação por parte do público em geral, mediante a comercialização de ingressos de entrada. **2.11. Demonstração dos fluxos de caixa.** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **2.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** Julgamentos. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Clube requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir: *Provisões para perdas de crédito esperadas.* As provisões para perdas de crédito esperadas estão apresentadas como redução do saldo de contas a receber e são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos valores a receber, considerando o histórico de recebimento por devedor, além de análise individual dos recebíveis para capturar riscos específicos da contraparte, se houver. *Valor justo de instrumentos financeiros.* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. *Vida útil dos itens do ativo imobilizado e intangível.* A depreciação ou amortização dos itens do ativo imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.* A Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. No caso do Clube, a avaliação considerou a equipe como unidade geradora de caixa e fez uma avaliação de indicativos de *impairment* para cada um dos jogadores, para identificação de potenciais evidências claras de desvalorizações individuais. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. *Provisão para contingências.* O Clube registrou provisão para contingências, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. O Clube também está sujeito a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Clube revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 01/01/2025. Em conformidade com o item 2 da ITG 2003 (R2) - Entidade Desportiva, as regras de transição nela contidas foram integralmente implementadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A partir de 1º de janeiro de 2025, a ITG 2003 e sua alteração (R1) perderam efeito, e o Clube passou a adotar exclusivamente os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG), suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos editados pelo Conselho Federal de Contabilidade, sem a aplicação de norma interpretativa específica para entidades desportivas. A Administração avaliou os demais pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e pelo CFC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025 e concluiu que não há impactos materiais adicionais nas presentes demonstrações financeiras além dos já descritos acima. **2.13. Base de consolidação.** As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras do Clube e de sua controlada, conforme divulgado na Nota 5. O controle do Clube se deve ao fato de possuir o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o controle de uma investida ocorre se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. A consolidação de uma controlada tem início mediante a obtenção do controle em relação à controlada, e finaliza quando deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data de obtenção do controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado, e cada componente de outros resultados abrangentes, são atribuídos ao sócio controlador e ao não controlador da controlada. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras da controlada para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da controladora. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados com transações com a controlada são totalmente eliminados na consolidação. Nas demonstrações financeiras individuais, o investimento do Clube em sua controlada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as operações do Clube e de sua controlada Fla-Flu Serviços S.A., cuja participação percentual na data do balanço está apresentada na Nota 5.

► 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	**9.790**	8.201	**9.790**	8.201
Aplicações financeiras	**134.151**	62.356	**181.924**	83.640
	143.941	70.557	**191.714**	91.841
Caixa restrito	**51.140**	41.662	**51.140**	41.662
	195.081	112.219	**242.854**	133.503

O saldo de caixa e equivalentes de caixa contempla numerário em caixa, saldo em bancos e investimentos de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado e vencimentos não superior a três meses. Os equivalentes de

Ines249

CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO

CNPJ nº 33.649.575/00001-99

► 4. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Transferência de jogadores (i)	278.998	149.033	278.998	149.033
Licenciamento de marca e patrocínios	117.941	95.136	117.941	95.136
Premiações	38.175	661	38.175	661
Televisionamento	26.112	-	26.112	-
Dividendos a receber	9.951	-	-	-
Timemania	3.944	3.539	3.944	3.539
Renda de jogos	460	262	460	262
Camarotes Maracanã	-	-	12.613	6.715
Aluguel do Maracanã para a realização de jogos	-	-	82	2.655
Visita ao estádio (Tour Maracanã)	-	-	-	1.430
Outros	11.103	6.376	11.103	6.376
Provisão para perdas de crédito esperadas	(30.399)	(33.525)	(37.114)	(40.240)
	456.285	221.482	452.314	225.567
Circulante	348.380	185.416	344.409	189.501
Não circulante	107.905	36.066	107.905	36.066

(i) O Clube realiza regularmente a venda de direitos econômicos de atletas de futebol, cuja forma de pagamento é usualmente parcelada. Em 31 de dezembro de 2025, os maiores valores apresentados no contas a receber referem-se, principalmente, à venda dos seguintes atletas: (i) Wesley Vinicius Franca Lima para a Associazione Sportiva Roma, com saldo a receber de R$94.672; (ii) Carlos Jonas Alcaraz Duran para o Everton Football Club, com saldo a receber de R$60.031; e (iii) Matheus Gonçalves Martins para o Al-Ahli Club Company, com saldo a receber de R$34.268. O saldo é dividido em R$171.093 no ativo circulante (R$112.967 em 2024) e R$107.905 no ativo não circulante (R$36.066 em 2024).

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	(33.525)	(32.904)	(40.240)	(32.904)
(Constituição) reversão de provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	3.126	(621)	3.126	(7.336)
Saldo no final do exercício	(30.399)	(33.525)	(37.114)	(40.240)

Em 31 de dezembro, a composição dos saldos de contas a receber do consolidado por vencimento era como segue:

		Vencido			
	Total	A vencer	1 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	Acima de 180 dias
2025	489.428	250.357	141.284	18.231	7.567	71.989
2024	265.807	130.577	44.895	15.583	26.304	48.448

► 5. INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 30 de agosto de 2024, o Flamengo constituiu juntamente com o Fluminense Football Club (Fluminense) a sociedade anônima de propósito específico denominada Fla-Flu Serviços S.A. mediante a subscrição do capital social no total de R$20.061, com 65% de participação societária por parte do Flamengo e 35% por parte do Fluminense. Em 31 de dezembro de 2025, o Flamengo havia realizado a integralização de R$5.866 em dinheiro, havendo a expectativa de integralização do capital social remanescente no prazo máximo de 48 meses. A Fla-Flu Serviços S.A. foi constituída em razão do edital de concorrência pública nº 002/2022 publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 04 de junho de 2024, visando a exploração econômica por vinte anos das atividades de operação, manutenção e gestão do complexo esportivo do Maracanã compreendendo os equipamentos representados pelo Estádio Mário Filho (Maracanã) e o Ginásio Gilberto Cardoso (Maracanãzinho). Em 27 de setembro de 2024, foi assinado pela Fla-Flu Serviços S.A. o Contrato SECC nº 033/2024 referente à concessão onerosa de direito de uso de bem público para a gestão, exploração, operação e manutenção do complexo esportivo do Maracanã, decorrente da concorrência pública comentada acima vencida pela Fla-Flu Serviços S.A.. Os saldos relativos ao investimento, sua movimentação e as principais informações da Fla-Flu Serviços S.A. estão representados como segue:

Controlada	Participação societária	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial 2025	Dividendos declarados 2025	Saldo do investimento 2025	Saldo do investimento 2024
Fla-Flu Serviços S.A.	65%	245.137	235.306	9.831	21.445	13.939	(9.951)	6.390	2.401

► 6. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA E PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Em 22 de junho de 2018, o Clube celebrou acordo com a CBR 040 Empreendimentos Imobiliários Ltda., sendo a Cyrela Brazi Reality S/A a garantidora fiadora, para comercialização de 103 unidades do Edifício Hilton Santos, que gerou o empreendimento Rio By Yoo. O valor da contraprestação acordada foi de R$130.000, a ser adimplido pela incorporadora da seguinte forma: • R$26.000, em caixa, sendo a primeira parcela de R$6.500, recebida em 2 de fevereiro de 2018, e a segunda parcela, de R$19.500, recebida em 22 de junho de 2018. • R$104.000, através do adimplemento da obrigação de fazer a reforma e entrega ao Flamengo de 45 unidades, acrescidas de mais 1 área útil comum do condomínio, prontas e acabadas, do referido edifício, que permaneceram com o Clube. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Clube realizou a venda de 12 unidades pelo valor total de R$34.167 (7 unidades pelo valor total de R$24.396 em 31 de dezembro de 2024), apurando um ganho de R$7.010 (ganho de R$8.158 em 31 de dezembro de 2024) reconhecido na demonstração do resultado do exercício corrente. Em 31 de dezembro de 2025, o Clube possui um total de 23 unidades do empreendimento Rio By Yoo (antigo Edifício Hilton Santos) com um custo de aquisição no valor de R$54.220 (35 unidades com um custo de aquisição de R$81.377 em 31 de dezembro de 2024) registrado no balanço patrimonial como ativo não circulante mantido para venda que se encontram desocupadas e disponíveis para venda imediata, sobre as quais existe a formalização quanto a decisão pela venda por parte da Administração, corroborada na ata de reunião extraordinária do conselho deliberativo realizada em 07 de agosto de 2023. O valor justo dessas unidades foi apurado de acordo com o preço médio do metro quadrado das unidades alienadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 do empreendimento Rio By Yoo, totalizando o montante de R$73.914.

► 7. INTANGÍVEL

	Consolidado								
	2023	2024				2025			
	Valor líquido	Adições	Vendas/ Dispensas	Amortização	Valor líquido	Adições	Vendas/ Dispensas	Amortização	Valor líquido
Atletas profissionais formados	8.741	-	(3.266)	(3.182)	2.293	-	(1.204)	(766)	323
Atletas em formação (a)	34.897	-		(34.897)	-	-	-	-	-
Direitos federativos	424.026	414.808	(29.174)	(210.127)	599.533	635.605	(196.708)	(242.950)	795.480
Software	1.416	2.475	-	(312)	3.579	1.792	-	(555)	4.816
Concessão de uso de bem público	-	178.084	-	(742)	177.342	20.418	-	(9.434)	188.326
	469.080	595.367	(32.440)	(249.260)	782.747	657.815	(197.912)	(253.705)	988.945

(a) A baixa do intangível representado pelos gastos com formação de atletas está relacionado à adoção da norma contábil ITG 2003 (R2) - Entidade Desportiva, que foi refletida e divulgada como parte das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Composição das adições dos direitos federativos realizadas em 2025

Jogador	Contraparte	Intermediador	Direitos federativos e luvas	Custos com intermediação	Total
Samuel Dias Lino	Clube Atlético de Madrid S.A.D. / Luvas	Belwill Sociedad Anónima	190.897	12.104	203.001
Jorge Andrés Carrascal Guardo	JSCFC Dynamo Moscow / Luvas	Tidenal S.A.	94.331	12.979	107.310
Emerson Aparecido Leite De Souza Júnior	AC Milan SPA / Luvas	Bama Football Group	71.511	7.326	78.837
Olávio Vieira dos Santos Júnior	Qarabag Futbol Klubu LLC / Luvas	Hase Sports Consultoria Esportiva Ltda / MMB Sports e Participações Ltda.	37.065	3.026	40.091
Gonzalo Jordy Plata Jimenez	Al-Sadd Football Club	Lifepro Consultoria e Assessoria Ltda / Football Division Worldwide DSO-IFZA	36.962	2.107	39.069
Michael Richard Delgado De Oliveira	Luvas	-	28.778	-	28.778
Jorge Luiz Frello Filho	Luvas	Brezilya Futubolu e Representação Ltda / Brazil Football Ltda.	14.939	8.893	23.832
Erick Antônio Pulgar Farfan	Luvas	Fernando Felicevich	13.900	5.485	19.385
Gerson Santos da Silva	Olympique de Marseille / Luvas	TM9 Sports Ltda. / B&C Consultoria	9.720	6.040	15.760
Danilo Luiz da Silva	Luvas	-	16.894	-	16.894
Guillermo Varela Oliveira	Luvas	9 Image LLC	8.268	4.809	13.077
Outros	-	-	45.650	3.921	49.571
			568.915	66.690	635.605

Composição das adições dos direitos federativos realizadas em 2024

Jogador	Contraparte	Intermediador	Direitos federativos e luvas	Custos com intermediação	Total
Alex Sandro Lobo Silva	-	Ferreira Representações Profissionais Ltda. / Soccer Player Agenciamento Esportivo Ltda.		3.230	3.230
Allan Rodrigues de Souza	Clube Atlético Mineiro	Buga Assessoria em Marketing Esportivo Ltda.	752	2.058	2.810
Carlos Jonas Alcaraz Duran	Southampton Football Club	Roc Nation Sports Brazil Ltda.	112.334	13.303	125.637
Carlos Moises de Lima	Nova Iguaçu Futebol Clube / Mecanismo de solidariedade	JBSports-Jefferson Alexandre Batista ME / BS Soccer Publicidade e Imagens Ltda.	3.371	404	3.775
Diego Nicolas De La Cruz Arcosa	Club Atlético River Plate / Liverpool Football Club / Luvas	Tinmo Talents in Motion Agenciamento / One Management & Media LLP	92.344	10.169	102.513
Fabrício Bruno Soares de Faria	Luvas	Roc Nation Sports Brazil Ltda. / Brustolini Guerra Assessoria Esportiva Ltda.	155	3.719	3.874
Gerson Santos da Silva	Olympique de Marseille / Mecanismo de solidariedade	-	8.018	-	8.018
Gonzalo Jordy Plata Jimenez	Al-Sadd Football Club	Football Division Worldwide / Lifepro Consultoria e Assessoria Ltda.	23.858	6.260	30.118
Leonardo Rech Ortiz	Red Bull Bragantino Futebol Ltda. / Luvas	-	40.748	6.066	46.814
Luiz Araujo Guimaraes Neto	Major League Soccer LLC / Mecanismo de solidariedade	-	5.086	1.262	6.348
Matias Nicolas Vina Susperreguy	A.S. Roma / Luvas	Fernando Jesus Neira Montemurro / A.C.A. Assessoria e Adm. de Eventos	44.497	5.926	50.423
Michael Richard Delgado De Oliveira	Luvas	Duts Marketing Esportivo Ltda.	10.602	7.603	18.205
Wesley Vinícius França Lima	-	Savio Soccer Agenciamento Esportivo Ltda. / MCL Esporte Agenciamentos Ltda.	-	2.430	2.430
Outros	-	-	4.574	6.039	10.613
			346.339	68.469	414.808

Redução ao valor recuperável. Como parte da avaliação quanto à redução ao valor recuperável do ativo intangível, a Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi identificada pela Administração como sendo a equipe como um todo, sendo ainda complementada por uma avaliação individualizada sobre os indicativos de desvalorização. A Administração analisou o atual cenário e concluiu não haver indicativos de *impairment* que requeiram a realização do teste do valor recuperável. **7.1. Concessão de uso de bem público.** A concessão de uso de bem público está associada ao Contrato SECC nº 033/2024 firmado pela controlada Fla-Flu Serviços S.A. em 27 de setembro de 2024, para a gestão, exploração, operação e manutenção do complexo esportivo do Maracanã pelo prazo de 20 anos. Considerando todos os valores assumidos no contexto do Contrato firmado pela controlada Fla-Flu Serviços S.A., o montante total a pagar ao poder concedente referente à obtenção da outorga de concessão foi de R$401.218. O valor do passivo reconhecido pela controlada Fla-Flu Serviços S.A. na data da obtenção da concessão foi estimado no total de R$178.084, já considerando o ajuste ao valor presente, tendo sido registrado originalmente em contrapartida do intangível representado pela referida concessão de uso de bem público. Em 31 de dezembro de 2025, as obrigações contraídas pela controlada Fla-Flu Serviços S.A. somam o montante total de R$179.538, sendo R$8.480 no passivo circulante e R$171.058 no passivo não circulante, considerando o cronograma de pagamento estipulado em contrato que prevê parcelas trimestrais de igual valor até o mês de novembro de 2044, com os valores corrigidos pelo IPCA acumulado nos 12 meses anteriores ao pagamento de cada parcela. Para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia estimou a taxa de desconto utilizada, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, com base no prazo do contrato de concessão, ajustado à sua realidade (*spread* de crédito). Os *spreads* foram definidos para capturar os riscos específicos da concessão com *benchmarks* de projetos similares.

► 8. IMOBILIZADO

		Consolidado					
		2025			2024		
	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Benfeitorias	2%	209.419	(42.344)	167.075	169.252	(36.641)	132.611
Terreno	-	72.854	-	72.854	72.836	-	72.836
Terreno em processo de aquisição	-	146.080	-	146.080	146.080	-	146.080
Aparelhos, máquinas e acessórios	10%	34.322	(15.411)	18.911	31.971	(17.455)	14.516
Obras em andamento	-	25.772	-	25.772	51.957	-	51.957
Outros	20%	19.638	(8.906)	10.732	17.901	(7.936)	9.965
		508.085	(66.661)	441.424	489.997	(62.032)	427.965

Movimentações do custo e depreciação	2023	Adições	Alienações/ baixas	2024	Adições	Alienações/ baixas	Transferências	2025
Custo								
Benfeitorias	166.344	2.908	-	169.252	4.569	(3)	35.601	209.419
Terreno	57.466	15.370	-	72.836	18		-	72.854
Terreno em processo de aquisição	-	146.080	-	146.080	-	-	-	146.080
Aparelhos, máquinas e acessórios	27.226	4.745	-	31.971	10.667	(8.316)	-	34.322
Obras em andamento	32.767	19.190	-	51.957	9.416	-	(35.601)	25.772
Outros	15.372	2.529	-	17.901	2.359	(622)	-	19.638
	299.175	190.822	-	489.997	27.029	(8.941)	-	508.085
Depreciação								
Benfeitorias	(31.619)	(5.022)	-	(36.641)	(5.705)	2	-	(42.344)
Aparelhos, máquinas e acessórios	(13.202)	(4.253)	-	(17.455)	(4.686)	6.730	-	(15.411)
Outros	(6.560)	(1.376)	-	(7.936)	(1.899)	929	-	(8.906)
	(51.381)	(10.651)	-	(62.032)	(12.290)	7.661	-	(66.661)
Imobilizado líquido	247.794	180.171	-	427.965	14.739	(1.280)	-	441.424

Terreno em processo de aquisição. Em 02 de agosto de 2024, foi publicado no Diário Oficial da Cidade do Rio de Janeiro a homologação da vitória do Clube no leilão para aquisição do terreno situado na Avenida São Cristóvão nº 1200 pelo valor de R$138.195, juntamente com a petição inicial da ação de desapropriação do referido terreno acompanhada da certidão de distribuição movida pelo Município do Rio de Janeiro perante a 8ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro (processo nº 0900053-11.2024.8.19.0001). O valor em questão foi efetivamente pago pelo Clube em 02 de setembro de 2024. Em 16 de agosto de 2024, foi assinado o termo de promessa de compra e venda, sob condição suspensiva, do terreno objeto do referido leilão, entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e o Clube de Regatas do Flamengo. Posteriormente, em 23 de setembro de 2024, foi pago o valor adicional de R$7.885 ao lance do leilão, requerido judicialmente após apresentação do laudo realizado pela perícia judicial. Em 03 de outubro de 2024, foi celebrado Termo de Pré-Acordo nº 001/2024/CCAF/CGU/AGUJRP-JR entre o Clube, a CEF, Caixa Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha (FII PM), União Federal, Município do Rio de Janeiro e Companhia Carioca de Parcerias de Investimento (CCPAR) como interveniente anuente, comprometendo-se as partes a assinar o Termo de Conciliação Definitivo a posteriori. Em 18 de dezembro de 2025, as partes - CRF, CEF, Caixa Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha (FII PM), União Federal, Município do Rio de Janeiro e Companhia Carioca de Parcerias de Investimento (CCPAR) -, após uma série de audiências no âmbito da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal, realizaram ajustes finais com vistas à celebração do Termo de Acordo Definitivo que garantirá ao CRF a posse definitiva do terreno. Análise de impairment do imobilizado. A Administração avaliou a existência de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, e não identificou evidências que poderiam indicar deterioração ou perda de valor dos itens que compõem o ativo imobilizado.

► 9. FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Transferência de jogadores (i)	497.310	369.280	497.310	369.280
Fornecedores nacionais	48.851	63.152	60.081	65.600
Fornecedores internacionais	600	4.089	600	4.089
Outros	14.319	6.792	14.319	6.792
	561.080	443.313	572.310	445.761
Circulante	334.711	282.783	345.941	285.231
Não circulante	226.369	160.530	226.369	160.530

(i) O saldo refere-se às obrigações assumidas pelo Clube na aquisição de direitos federativos de atletas profissionais, incluindo intermediações e luvas, cujos pagamentos são usualmente parcelados conforme condições negociadas com as contrapartes. Em 31 de dezembro de 2025, os principais saldos a pagar referem-se às aquisições dos seguintes atletas: (i) Samuel Lino no total de R$131.287; (ii) Carlos Alcaraz no total de R$65.356; (iii) Emerson Aparecido no total de R$52.633; (iv) Matias Viña no total de R$34.341; e (v) Jorge Carrascal no total de R$43.452. O saldo é dividido em R$302.534 no passivo circulante (R$221.974 em 2024) e R$194.776 no passivo não circulante (R$147.306 em 2024). O saldo já considera o ajuste a valor presente de acordo com as diretrizes estabelecidas no CPC 12 (R1) em relação às obrigações referentes aos contratos de direitos federativos de atletas de longo prazo que não sofrem atualizações monetárias contratuais. A taxa utilizada para mensuração de ativos e passivos a valor presente e registrados em real é de 1,12% ao mês e a taxa para valorização de ativos e passivos em moeda estrangeira é de 0,39% ao mês.

► 10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Parcelamentos Lei nº 13.155 (i)				
IRRF	48.699	49.945	48.699	49.945
INSS	65.806	67.489	65.806	67.489
FGTS	5.590	7.192	5.590	7.192
Parcelamento Lei nº 14.148 (ii)				
IRRF	42.221	40.732	42.221	40.732
	162.316	165.358	162.316	165.358
Encargos sobre salário	52.366	21.812	52.366	22.618
Outros impostos a recolher	6.451	8.829	13.573	8.253
IRPJ/CSLL	-	-	4.025	2.494
PIS/COFINS	-	-	450	367
	221.133	195.999	232.730	199.090
Circulante	73.832	44.200	85.429	47.291
Não circulante	147.301	151.799	147.301	151.799

(i) Parcelamento de acordo com a Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, que regulamentou o PROFUT. Em 23 de setembro de 2015, foi emitida a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.340, que regulamentou o parcelamento junto a estes órgãos, com o pagamento ao longo de 20 anos e desconto de 70% na multa, 40% nos juros e 100% nos encargos legais, resultando em uma redução das obrigações de aproximadamente R$91.000, registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Desde setembro de 2015, o Clube está recolhendo os tributos incluídos no referido Programa de acordo com as condições estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.340. Dentre as condições estabelecidas pela portaria destaca-se o inciso 2º, do artigo 5º que determina que a entidade desportiva poderá reduzir: • 50% da 1ª a 24ª parcela; • 25% da 25ª a 48ª parcela; • 10% da 49ª a 60ª parcela. (ii) Em agosto de 2023, com base na Lei n°14.148/21, o Clube obteve uma redução de R$46.376 sobre o parcelamento constituído originalmente com base na Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, que regulamentou o PROFUT. Referida redução obtida pelo Clube no contexto das condições do parcelamento realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi reconhecida no resultado do exercício, conforme Notas 21 e 22. De acordo com a portaria da PGFN nº 7.917/2021 as novas condições de pagamento são as seguintes: • Da 1ª a 12ª prestação: 0,3% do saldo devedor; • Da 13ª a 24ª prestação: 0,4% do saldo devedor; • Da 25ª à 36ª prestação: 0,5% do saldo devedor; • Da 37ª em diante: percentual correspondente à divisão do saldo devedor restante pela quantidade de prestações. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo de longo prazo possui o seguinte cronograma de vencimento:

2025		2024	
Ano	Valor	Ano	Valor
2026	15.832	2025	13.559
2027	15.832	2026	14.023
2028 a 2035	130.652	2027 a 2035	137.776

Adicionalmente, a manutenção do Clube no programa de parcelamento acima mencionado está condicionada ao atendimento de certas condições, sobretudo do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da lei, e do pagamento dos tributos correntes, bem como do cumprimento de outras exigências previstas no Programa. Durante o ano de 2016, parte dos débitos referente ao parcelamento da Lei nº 13.155 foi homologada pela autoridade fiscal. Em janeiro de 2025, em decorrência de mudança de jurisdição, os processos administrativos relacionados ao parcelamento PROFUT Previdenciário foram transferidos para a Delegacia de Maiores Contribuintes da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro (DEMAC/RJO), vinculada à Superintendência Regional da 7ª Região Fiscal (SRRF07). No despacho de encaminhamento para nova jurisdição o Clube recebeu a confirmação de consolidação do parcelamento na modalidade PROFUT, de forma que as obrigações referentes aos parcelamentos se encontram totalmente homologadas em 31 de dezembro de 2025.

► 11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários a pagar	13.508	13.404	13.980	13.768
Provisão de férias	26.963	17.095	27.813	17.185
Rescisões a pagar	2.255	2.630	2.255	2.630
Bônus a pagar	16.613	5.500	16.613	5.500
Outros	2.753	2.185	3.325	2.537
	62.092	40.814	63.986	41.620

► 12. ADIANTAMENTOS RECEBIDOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Televisionamento (i)	45.402	56.745	45.402	56.745
Licenciamentos de marcas e patrocínio (ii)	13.609	35.308	13.609	39.883
Projetos incentivados (iii)	51.924	41.464	51.924	41.464
Receita a realizar - Sócio Torcedor	-	846	-	846
Adiantamento dos camarotes (iv)	-	-	21.055	9.165
Adiantamento de venda de jogadores (v)	6.794	-	6.794	-
Outros adiantamentos	3.968	2.625	3.968	2.625
	121.697	136.988	142.752	150.728

(i) Em 2024, o Clube assinou novo contrato de longo prazo para televisionamento dos jogos de futebol do Campeonato Brasileiro para as temporadas de 2025 a 2029. O adiantamento em aberto se refere a esse contrato, o qual será apropriado durante a vigência do referido contrato. (ii) Os adiantamentos recebidos de licenciamento de marcas e patrocínio refere-se, principalmente, aos seguintes contratos: (i) em 20/02/2024, o Clube assinou novo contrato com a Brax Produção e Publicidade Ltda. pelo valor bruto de R$330.255 com validade até 31/12/2029, havendo um saldo de adiantamento de R$8.507 em 31/12/2025 que será apropriado ao longo de 2026; (ii) em 30/07/2025, o Clube assinou novo contrato com o patrocinador Hapvida Assistência Médica S.A., havendo saldo de adiantamento remanescente de R$1.966 que será apropriado ao longo de 2026; (iii) em 15/01/2025, o Clube assinou novo contrato com o patrocinador Shps Tecnologia e Serviços Ltda., havendo saldo de adiantamento remanescente de R$475 que será apropriado ao longo de 2026; (iv) em 09/06/2025, o Clube assinou novo aditivo ao contrato com o patrocinador Ambev S.A., havendo saldo de adiantamento remanescente de R$1.451 que será apropriado ao longo de 2026; e (v) outros contratos de patrocínio pulverizados que possuem saldos adiantados no montante de R$1.209 que serão apropriados ao longo de 2026. (iii) Leis federais e estaduais atualmente vigentes permitem que os contribuintes invistam parte do que pagariam a título de impostos em projetos esportivos aprovados pelo poder público. Os percentuais a serem destinados aos projetos como incentivo fiscal variam de acordo com o imposto em questão (ex. IRPJ, IRPF, ICMS) e a natureza do contribuinte - pessoas físicas ou jurídicas. Geralmente, os recursos obtidos pelo Clube são administrados em conta bancária específica, segundo procedimentos definidos pelos órgãos competentes, e estão sujeitos à prestação de contas, com o posterior arquivamento do projeto concluído. (iv) Valores referentes aos adiantamentos recebidos pela controlada Fla-Flu Servicos S.A. decorrentes do aluguel de camarotes para a temporada de 2026. (v) Trata-se de valor recebido do Club Universidad Nacional, A.C. referente à venda dos direitos federativos do atleta Olavo Vieira dos Santos Júnior.

► 13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

O Clube é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, sendo essas discussões, quando aplicável, amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

Composição do saldo

	Controladora e Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisão para contingências	
	2025	2024	2025	2024
Trabalhistas (i)	8.173	16.074	65.441	83.135
Cíveis	1.577	27.784	6.780	12.332
Tributários	13.848	6.111	-	-
	23.598	49.969	72.221	95.467

(i) Entre as provisões para contingências trabalhistas, destaca-se as causas relacionadas com a Superintendência Regional do Trabalho/Rio de Janeiro no montante de R$23.885, referente a diversas autuações da área trabalhista/previdenciária, tendo como principais motivos o não pagamento do FGTS e multa indenizatória de 40% no momento da demissão de colaboradores. Estas causas estão na esfera administrativa e tiveram início no período de 2013 a 2017. O saldo remanescente provisionado de R$41.556 se encontra pulverizado em diversas causas trabalhistas. Movimentação das provisões para contingências:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	88.044
Adições e atualizações (i)	24.684
Reversão (ii)	(17.261)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	95.467
Adições e atualizações (i)	15.346
Reversão (ii)	(38.592)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	72.221

(i) Adições e atualizações. No exercício findo em 31/12/2025, as principais adições decorrem de: (a) R$2.005 referentes à atualização do processo nº 0099428-16.2001.8.19.0001, movido pela Segil Vigilância e Segurança Ltda.; (b) atualização monetária dos demais processos existentes; e (c) constituição de novas provisões referentes a processos distribuídos em diversas esferas trabalhista, cível e fiscal. No exercício findo em 31/12/2024, as principais adições decorrem de: (a) R$4.328 referente ao processo nº 043782716.2016.8.19.0001, movido pela Companhia Brasileira de Distribuição — valor integralmente revertido no mesmo exercício em decorrência de acordo indenizatório celebrado entre as partes; (b) R$3.118 referente ao processo nº 010060395.2022.5.01.0054; e (c) demais adições distribuídas em diversos outros processos. (ii) Reversões. No exercício findo em 31/12/2025, as principais reversões decorrem de: (a) R$16.920 relativos à alteração de prognóstico de perda de "provável" para "remoto" em processos administrativos trabalhistas promovidos pela Superintendência Regional do Trabalho; (b) R$8.931 relativos à alteração de prognóstico de perda de "provável" para "possível" em processo administrativo trabalhista promovidos pela Superintendência Regional do

continua >>

Ines249

CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO

CNPJ nº 33.649.575/00001-99

Trabalho,; (c) R$3.118 referente ao processo nº 010060395.2022.5.01.0054; e (d) demais reversões distribuídas em diversos outros processos cíveis e trabalhistas. No exercício findo em 31/12/2024, as principais reversões decorrem de: (a) R$7.025 referentes ao processo nº 043782716.2016.8.19.0001 com a Companhia Brasileira de Distribuição e (b) R$9.384 referentes à provisão constituída em favor da Federação da Associação dos Atletas Profissionais (FAAP), ambas em decorrência de acordos indenizatórios celebrados entre as partes, cujos desembolsos correspondentes foram registrados como saída de caixa nas atividades operacionais da DFC; e (c) demais reversões de provisões trabalhistas distribuídas em diversos outros processos. Perdas possíveis. Os processos envolvendo riscos de perda avaliados como possíveis, para os quais não foram registradas provisões, são resumidos como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Fiscais e previdenciárias	**9.494**	16.216
Trabalhistas (a)	**47.516**	46.639
Cíveis (b)	**68.620**	100.478
	125.630	163.333

(a) Os processos são relacionados principalmente a reclamações de horas extras, 13º salário, aviso prévio, férias e FGTS. As principais discussões referem-se a: processo 0000452-39.2012.5.01.0033, promovido pelo Sindicato dos Empregados em Clubes e discutindo o pagamento de dissídios coletivos de 2007 a 2012, no valor de R$6.948 e NDFC 20012513346215.015212/2013-08 - SRTE/RJ, no valor de 8.931, relativa a recolhimento de FGTS entre 2011 e 2013. (b) As principais discussões referem-se: (i) à ação de desapropriação Processo 0900053-11.2024.8.19.0001, na qual o Município do Rio de Janeiro requer a imissão provisória na posse mediante o depósito da oferta expropriatória e requer, ao final, a procedência do pedido, com a transferência do domínio útil do imóvel em favor do Município do Rio de Janeiro em R$37.085; (ii) à ação popular com o intuito de ver declarado nulo os contratos de patrocínios entre a CEF e o Clube, no valor original de R$25.000, distribuído sob o número 0010906-78.2014.4.01.3400, sendo a ação julgada improcedente em 28/10/2016, processo arquivado; (iii) processo 0030722-25.1994.8.19.0001 no valor de R$13.799 que se trata de ação promovida pela Cosan Combustíveis e Lubrificantes S.A. referente à ação revisional de aluguel; (iv) processo 0876930-18.2023.8.19.0001 no valor de R$5.515 que se trata de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro correspondente ao pedido de reparação por danos materiais e morais envolvendo a plataforma Eleven360.

► 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Conforme mencionado na Nota 1, o Flamengo foi constituído por prazo indeterminado, com personalidade jurídica distinta de seus associados, os quais não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelo Clube. O Clube reconheceu, em exercícios anteriores, como ajuste de avaliação patrimonial, os efeitos da aplicação do custo atribuído sobre determinados itens do seu ativo imobilizado e das propriedades para investimento, com os referidos saldos sendo realizados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 por meio da depreciação dos ativos que lhe deram origem e suas correspondentes baixas, quando aplicável.

► 15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional bruta	**1.454.299**	1.210.329	**1.570.724**	1.227.040
Impostos e contribuições	**(45.873)**	(47.168)	**(56.312)**	(47.149)
Direito de arena	**(14.671)**	(21.010)	**(14.671)**	(21.029)
Receita operacional líquida	**1.393.755**	1.142.151	**1.499.741**	1.158.862

Receita operacional bruta por atividade

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mídia e publicidade convencional	**611.553**	453.543	**611.553**	453.543
Direitos de transmissão fixos	**203.368**	141.948	**203.368**	141.948
Participação, exposição e performance	**378.797**	132.374	**378.797**	132.374
Mídias digitais e serviços on demand	**29.388**	179.221	**29.388**	179.221
Licenciamento, patrocínio e publicidade	**532.445**	417.742	**541.296**	420.227
Licenciamento e royalties	**131.044**	97.720	**131.044**	97.720
Patrocínio e publicidade	**401.401**	320.022	**410.252**	322.507
Operações de jogos	**241.587**	250.788	**321.976**	262.501
Bilheteria (i)	**142.490**	118.062	**142.490**	118.062
Estádio	**11.398**	54.961	**91.787**	66.673
Sócio Torcedor	**87.699**	77.766	**87.699**	77.766
Diversos	**68.714**	88.255	**95.899**	90.769
Quadro social	**35.183**	25.298	**35.183**	25.298
Escolas esportivas	**9.020**	7.750	**9.020**	7.750
Visitação (Museu e Tour Maracanã)	**-**	7.709	**26.549**	12.126
Outros	**24.511**	47.498	**25.147**	45.595
	1.454.299	1.210.329	**1.570.724**	1.227.040

(i) O Clube obteve R$142.490 em rendas de jogos no exercício de 2025 (R$118.062 em 2024), conforme detalhado a seguir:

2025	Renda bruta dos jogos	Custos diretos dos jogos	Resultado líquido	% do resultado líquido sobre a renda bruta	Quantidade de jogos
Libertadores	34.320	(11.797)	22.523	66%	6
Campeonato Carioca	20.515	(10.648)	9.867	48%	15
Campeonato Brasileiro	80.593	(31.248)	49.345	61%	19
Copa do Brasil	**5.417**	**(2.826)**	**2.591**	**48%**	**2**
Futebol Masculino Profissional	**140.845**	**(56.519)**	**84.326**	**60%**	**42**
Mundial Sub-20	1.261	(1.286)	(25)	-2%	1
Basquete	**384**	**(1.773)**	**(1.389)**	**-362%**	**33**
Outros campeonatos	**1.645**	**(3.059)**	**(1.414)**	**-86%**	**34**
Total	**142.490**	**(59.578)**	**82.912**	**58%**	**76**

2024	Renda bruta dos jogos	Custos diretos dos jogos	Resultado líquido	% do resultado líquido sobre a renda bruta	Quantidade de jogos
Libertadores	14.511	(12.135)	2.376	16%	5
Campeonato Carioca	23.904	(18.621)	5.283	22%	15
Campeonato Brasileiro	53.370	(36.753)	16.617	31%	19
Copa do Brasil	**24.505**	**(13.115)**	**11.390**	**46%**	**5**
Futebol Masculino Profissional	**116.290**	**(80.624)**	**35.666**	**31%**	**44**
Mundial Sub-20	893	(1.596)	(703)	-79%	1
Basquete	**879**	**(1.441)**	**(562)**	**-64%**	**33**
Outros campeonatos	**1.772**	**(3.037)**	**(1.265)**	**-71%**	**34**
Total	**118.062**	**(83.661)**	**34.401**	**29%**	**78**

► 16. CUSTO DAS ATIVIDADES SOCIAIS E ESPORTIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários, encargos e benefícios a funcionários (i)	**(525.089)**	(386.020)	**(525.089)**	(386.020)
Amortizações de direitos sobre atletas	**(243.716)**	(213.309)	**(243.716)**	(213.309)
Gastos com jogos e competições	**(131.954)**	(124.586)	**(131.195)**	(123.229)
Direito de imagem	**(171.094)**	(138.020)	**(171.094)**	(138.020)
Materiais	**(25.814)**	(28.396)	**(25.814)**	(28.396)
Manutenção	**(12.070)**	(22.422)	**(19.486)**	(24.607)
Luz, telefone e gás	**(5.854)**	(11.689)	**(4.278)**	(12.253)
Serviços profissionais	**(10.414)**	(13.547)	**(18.402)**	(13.547)
Depreciação de imobilizado/ amortização de outros ativos	**(10.195)**	(9.731)	**(10.195)**	(9.731)
Água e esgoto	**(4.680)**	(7.106)	**(12.316)**	(9.835)
Assessorias e consultorias	**(6.716)**	(6.151)	**(6.716)**	(6.151)
Frete e transportes	**(353)**	(188)	**(443)**	(207)
Outros	**(23.748)**	(21.281)	**(25.476)**	(23.107)
	(1.171.697)	(982.446)	**(1.194.220)**	(988.412)

(i) O acréscimo em relação a 2024 reflete, principalmente, a evolução da folha salarial do futebol profissional masculino e premiações decorrentes do desempenho esportivo alcançado no exercício.

► 17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários, encargos e benefícios a funcionários	**(76.691)**	(59.540)	**(89.563)**	(61.819)
Acordos diversos e provisão para contingências	**(10.875)**	(15.237)	**(10.875)**	(15.237)
Assessorias e consultorias	**(18.445)**	(19.024)	**(19.017)**	(19.024)
Honorários de advogados	**(3.888)**	(4.922)	**(4.151)**	(6.344)
Serviços de terceiros	**(3.545)**	(4.888)	**(7.733)**	(5.574)
Outras despesas	**(8.048)**	(9.510)	**(10.946)**	(10.492)
	(121.492)	(113.121)	**(142.285)**	(118.490)

► 18. DESPESAS COMERCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Anúncios e publicações	**(14.931)**	(16.008)	**(15.942)**	(16.008)
Manutenção	**(10.116)**	(9.929)	**(10.116)**	(9.929)
Serviços profissionais	**(6.023)**	(2.924)	**(6.023)**	(2.924)
Materiais	**(4.382)**	(5.608)	**(4.382)**	(5.608)
Fretes e transportes	**(471)**	(424)	**(471)**	(424)
Outras despesas	**(1.840)**	(2.866)	**(2.676)**	(2.866)
	(37.763)	(37.759)	**(39.610)**	(37.759)

► 19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depreciação e amortização de outros ativos	**(1.913)**	(1.466)	**(11.371)**	(2.210)
Constituição de provisão de perdas de crédito esperadas e realização efetiva de perdas	**(14.647)**	(621)	**(14.647)**	(7.336)
Movimentação de atletas (i)	**267.360**	47.233	**267.360**	47.233
Outras despesas	**(14.082)**	(5.757)	**(14.082)**	(5.757)
	236.718	39.389	**227.260**	31.930

(i) Movimentação de atletas	2025	2024
Outras receitas		
Vendas de direitos federativos (ii)	**503.811**	102.085
Empréstimos de atletas	**1.440**	1.902
Mecanismo de solidariedade	**13.490**	3.397
Total das receitas com movimentação de atletas	**518.741**	107.384
Outras despesas		
Baixa dos custos com aquisição de direitos federativos	**(184.140)**	(29.050)
Gastos com negociação de atletas	**(67.241)**	(31.101)
Total das despesas com movimentação de atletas	**(251.381)**	(60.151)
Total	**267.360**	47.233

(ii) Vendas de direitos federativos - 2025

Atleta	Clube	Moeda	Valor	Valor - R$
Gerson Santos	Futebol Clube Zenit São Petersburgo	EUR	**25.000**	**158.425**
Wesley Vinícius	Associazione Sportiva Roma S.P.A.	EUR	**25.000**	**151.387**
Carlos Alcaraz	Everton Football Club	EUR	**15.000**	**90.799**
Matheus Gonçalves	Al-Ahli Club Company	EUR	**8.500**	**51.030**
Fabrício Bruno	Cruzeiro Esporte Clube	EUR	**7.000**	**43.699**
Matheus Sávio	Kashiwa Reysol	USD	**812**	**4.768**
Kaua Morais	Eintracht Frankfurt Fussball Ag	EUR	**200**	**1.339**
Shola Ogundana	Football Club Dynamo Kyiv	USD	**200**	**1.087**
Rafael Santos de Souza	Moreirense Futebol Clube	EUR	**55**	**350**
Daiane Limeira Santos Silva	National Womens Soocer League	USD	**60**	**348**
Aderbar Melo dos Santos Neto	Fortaleza Esporte Clube	USD	**50**	**304**
Hugo Moura	Club Athletico Paranaense	BRL	**275**	**275**
Total				**503.811**

(ii) Vendas de direitos federativos - 2024

Atleta	Clube	Moeda	Valor	Valor - R$
Aderbar Melo dos Santos Neto	Fortaleza Esporte Clube	USD	**1.050**	**5.122**
Matheus França Silva	Sport Club Corinthians Paulista	EUR	**4.000**	**21.480**
André Luiz Inácio da Silva	CFEA - Club Football Estrela, SAD	EUR	**500**	**2.736**
Thiago Maia Alencar	Sport Club Internacional	EUR	**4.000**	**23.819**
Gabriel Rodrigues Noga	Leixões Sport Club, Futebol SAD	EUR	**100**	**595**
Werton De Almeida Rego	Leixões Sport Club, Futebol SAD	EUR	**1.000**	**5.955**
Igor Jesus Lima	CFEA - Club Football Estrela, SAD	EUR	**2.000**	**12.514**
Kauã Morais Vieira dos Santos	Eintracht Frankfurt Fussball AG - meta atingida	EUR	**600**	**3.802**
Pablo Mari	Football Association Limited	EUR	**389**	**2.289**
Richard Rios Montoya	Guarani Futebol Clube	BRL	**375**	**375**
Otávio Ataíde	FC Porto	EUR	**3.240**	**17.433**
Haruna Rassan	Esporte Clube XV DE Novembro de Piracicaba	USD	**100**	**578**
Hugo Souza	Sport Club Corinthians Paulista	BRL	**4.904**	**4.904**
Maria Eduarda Francelino	Al Nassr Club Company	USD	**80**	**483**
Total				**102.085**

► 20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras				
Correção monetária	**(14.557)**	(12.552)	**(14.557)**	(12.552)
Variação cambial	**-**	(35.302)	**-**	(35.302)
Ajuste a valor presente	**-**	(4.574)	**-**	(4.574)
Juros sobre direito de concessão	**-**	-	**(16.873)**	(1.409)
IOF	**(10.555)**	(2.118)	**(10.569)**	(2.118)
Outros	**(3.422)**	(4.928)	**(4.502)**	(5.601)
Total despesas financeiras	**(28.534)**	(59.474)	**(46.501)**	(61.556)
Receitas financeiras				
Atualização monetária	**10.616**	6.152	**10.621**	7.166
Variação cambial	**10.820**	-	**10.820**	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	**17.955**	7.774	**20.703**	8.139
Ajuste a valor presente	**8.164**	-	**8.164**	-
Resultado líquido valor justo	**3.086**	-	**3.086**	-
Outros	**98**	65	**98**	65
Total receitas financeiras	**50.739**	13.991	**53.492**	15.370
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**22.205**	(45.483)	**6.991**	(46.186)

► 21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

i) Remuneração do pessoal-chave da administração e da governança

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e encargos sociais	**18.728**	9.756	**20.903**	10.173
	18.728	9.756	**20.903**	10.173

O pessoal-chave da Administração e da governança representa os diretores do Clube que atuam no dia a dia das operações. ii) Relações comerciais com a controlada Fla-Flu Serviços S.A.. A Clube possui relações comerciais com sua controlada Fla-Flu Serviços S.A. representadas pela cobrança do aluguel do estádio para a realização de partidas de futebol em que o Clube é o mandante. Os valores praticados são estabelecidos no contrato firmado com a controlada Fla-Flu Serviços S.A., e nas mesmas condições aplicadas ao acionista do Clube, Fluminense Football Club.

► 22. DIVULGAÇÃO ADICIONAL DE RESULTADO

2025	Futebol (prof. e amador)	Esportes olímpicos	Clube social	Marketing e administrativo	Total
Receita operacional bruta	1.310.026	41.018	50.366	52.889	1.454.299
Deduções	(57.988)	(721)	(9)	(1.826)	(60.544)
Custo das atividades sociais e esportivas	**(1.043.579)**	**(82.212)**	**(36.827)**	**(9.079)**	**(1.171.697)**
Resultado Bruto	208.459	(41.915)	13.530	41.984	222.058
Despesas (receitas) operacionais					
Despesas administrativas	(4.432)	-	(3.349)	(113.711)	(121.492)
Despesas comerciais	(1.143)	-	(1.213)	(35.407)	(37.763)
Outras despesas/receitas	271.244	(1.001)	(3)	(33.522)	236.718
Equivalência Patrimonial	**-**	**-**	**-**	**13.939**	**13.939**
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**265.669**	**(1.001)**	**(4.565)**	**(168.701)**	**91.402**
	474.128	(42.916)	8.965	(126.717)	313.460

2024	Futebol (prof. e amador)	Esportes olímpicos	Clube Social	Marketing e administrativo	Total
Receita operacional bruta	1.046.735	61.410	29.736	72.448	1.210.329
Deduções	(64.761)	(1.150)	-	(2.267)	(68.178)
Custo das atividades sociais e esportivas	**(861.810)**	**(76.897)**	**(32.758)**	**(10.981)**	**(982.446)**
Resultado Bruto	120.164	(16.637)	(3.022)	59.200	159.705
Despesas (receitas) operacionais					
Despesas administrativas	(4.896)	-	(1.545)	(106.680)	(113.121)
Despesas comerciais	(1.278)	-	(897)	(35.584)	(37.759)
Outras despesas/receitas	36.309	(551)	(4)	3.635	39.389
Equivalência Patrimonial	**-**	**-**	**-**	**(3.465)**	**(3.465)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**30.135**	**(551)**	**(2.446)**	**(142.094)**	**(114.956)**
	150.299	**(17.188)**	**(5.468)**	**(82.894)**	**44.749**

► 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

23.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria. Valor justo hierárquico. Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo podem ser mensurados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado, conforme abaixo: • Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos. • Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). • Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo. Os quadros a seguir apresentam a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

			Controladora		Consolidado	
Ativos financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	143.941	70.557	191.714	91.841
Contas a receber	Custo amortizado	-	456.285	221.482	452.314	225.567
Despesas antecipadas	Custo amortizado	-	5.274	8.487	6.763	8.487
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	3.086	-	3.086	-
Depósitos judiciais	Custo amortizado	-	23.598	49.969	23.598	49.969
			632.184	350.495	677.475	375.864

			Controladora		Consolidado	
Passivos financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	2025	2024	2025	2024
Fornecedores e outras obrigações	Custo amortizado	-	561.080	443.313	572.310	445.761
Obrigações trabalhistas e sociais	Custo amortizado	-	62.092	40.814	63.986	41.620
Adiantamentos recebidos	Custo amortizado	-	121.697	136.988	142.752	150.728
			744.869	621.115	779.048	638.109

Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas. **23.2. Gestão de riscos.** As atividades do Clube a expõem a diversos riscos: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Administração tem a responsabilidade de estabelecer e supervisionar a estrutura de gerenciamento de risco do Clube, e é também responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento destas políticas. As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual o Clube está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Clube. Os principais riscos para o Clube são analisados a seguir. a) Risco de mercado e taxas de juros. Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos resultados do Clube ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. A Administração do Clube monitora ativamente as oscilações de mercado, mas não opera com instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção contra riscos de mercado, utilizando sempre que possível, a proteção natural proveniente do contas a pagar e do contas a receber mantidos em moeda estrangeiras em valores mais próximos possíveis. O Clube sofre ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Nesse sentido, os riscos de mercado estão relacionados com as taxas de juros das aplicações de curto prazo ou do endividamento bancário. b) Risco de liquidez. Risco de liquidez é o risco de o Clube encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Clube na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Clube. O Clube monitora também, através do orçamento e revisões mensais, o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de terceiros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras obrigações, também a análise do risco através dos indicadores do *fair play* financeiro recentemente adotado pela CBF. c) Risco de crédito. A risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. O Clube está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente, com relação ao Contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, o Clube registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização. d) Risco cambial. O Clube mantém contas a receber e contas a pagar denominadas em moeda estrangeira, predominantemente em dólares norte-americanos (USD) e euros (EUR), decorrentes de operações internacionais relacionadas, principalmente, à aquisição e transferência de direitos econômicos e federativos de atletas profissionais. O risco cambial associado a esses ativos e passivos monetários refere-se à possibilidade de o Clube incorrer em perdas financeiras resultantes de variações adversas nas taxas de câmbio entre a moeda funcional e as moedas estrangeiras às quais está exposto. *Instrumentos de proteção cambial.* Com o objetivo de mitigar a exposição ao risco cambial, o Clube adota as seguintes estratégias: i) *Aplicações em fundo de índice cambial*. Parte das disponibilidades é aplicada em cotas de fundo de índice (ETF) referenciado à variação cambial do dólar norte-americano, negociado em bolsa de valores. Essa estratégia proporciona proteção econômica contra a desvalorização do Real frente às obrigações denominadas em moeda estrangeira. ii) *Contratos de câmbio a termo*. O Clube utiliza contratos de câmbio a termo (*forward*) com instituições financeiras de primeira linha. Esses contratos estabelecem a compra de moeda estrangeira a uma taxa de câmbio predeterminada, com liquidação em data futura, permitindo maior previsibilidade dos fluxos de caixa em reais. Os contratos de câmbio a termo são negociados diretamente com as contrapartes bancárias, não sendo instrumentos padronizados negociados em bolsa. As principais características da carteira em 31 de dezembro de 2025 são:

Moeda	Nocional (ME)	Vencimentos	Contrapartes
USD	9.183	Fev a Ago/2026	Banco Itaú Unibanco S.A.
EUR	7.225	Mai a Jul/2026	Banco BTG Pactual S.A.

O valor justo desses instrumentos é apurado com base em metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando curvas de juros e cupom cambial divulgadas pela B3 S.A. (taxas referenciais de swaps), enquadrando-se no Nível 2 da hierarquia de valor justo estabelecida pelo CPC 46. Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo líquido dos contratos a termo apresentava saldo positivo de R$3.086, registrado no ativo circulante, na rubrica 'Instrumentos financeiros'. *Exposição cambial.* A exposição cambial líquida, calculada pela diferença entre o passivo e o ativo consolidados em moeda estrangeira (excluídos os instrumentos financeiros), representa 12% em 31 de dezembro de 2025 e 19% em 31 de dezembro de 2024. Considerando o efeito dos instrumentos de proteção cambial contratados, a exposição líquida ajustada representa 2% em 31 de dezembro de 2025.

► 24. SEGUROS

O Clube possui contratos de seguro de vida de todos os atletas, incluindo aqueles que possuem bolsa aprendizagem, conforme estabelecido no Art. 45 da Lei 9.615/98 e alterações posteriores. O prêmio total contratado é de R$30 para 592 atletas, com capital total segurado de R$219.652. O Clube possui contratos de seguros para cobertura operacional (danos materiais) com vigência até 07 de agosto de 2026, para os seguintes ativos: (i) Sede Gávea - R$91.555; e (ii) Centro de Treinamento George Helal - R$96.407. O Clube possui contratos de seguros de responsabilidade civil com cobertura para Gávea e o Centro de Treinamento, com limite máximo de indenização de R$40.000 e vigência até 25 de julho de 2026.

► 25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Venda de direitos federativos: • Atleta Olávio Vieira dos Santos Júnior vendido em 08 de janeiro de 2026 por USD 5.000 ao Club Universidad Nacional, A.C. • Atleta Victor Hugo Gomes da Silva vendido em 15 de janeiro de 2026 por USD 2.000 para o Clube Atlético Mineiro. • Atleta Iago Teodoro da Silva Nogueira vendido em 02 de fevereiro de 2026 por USD 1.200 para a Major League Soccer L.L.C.. Compra de direitos federativos: • Atleta Vitor Eduardo da Silva Matos comprado em 05 de janeiro de 2026 por EUR5.500 junto ao Sport Club Internacional. • Atleta Andrew da Silva Ventura comprado em 14 de janeiro de 2026 por EUR1.500 junto ao Gil Vicente Futebol Clube. • Atleta Lucas Tolentino Coelho de Lima comprado em 29 de janeiro de 2026 por EUR42.000 junto ao West Ham United Football Club Limited.

DIRETORIA

Luiz Eduardo Baptista Pinto da Rocha - Presidente

CONTADOR

Cristiano Siqueira Zubelli - Contador - CRCRJ 087966/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

O Conselho Fiscal do Clube de Regatas do Flamengo, no uso das atribuições definidas pelo artigo 115 do Estatuto Social, em deliberação realizada nesta data, com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e havendo procedido à análise das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, as quais incluem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, bem como o Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S, ciente das observações registradas nesse Relatório, é de opinião que as referidas Demonstrações Financeiras representam adequadamente, quanto aos aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Clube de Regatas do Flamengo em 31 de dezembro de 2025 e, por conseguinte, estão em condições de serem submetidas para aprovação do Conselho Deliberativo. Rio de Janeiro, 18 de março de 2026. **Paulo Roberto Gomes** - Presidente/Relator. **Francisco Carlos dos Santos Gularte** - Vice-Presidente. **Karina de Moraes Bugallo Lopes Pereira** - Secretária/Conselheira efetiva. **Leonardo Vinícius Correia de Melo** - Conselheiro efetivo. **Paulo Henrique Barros Bergqvist** - Conselheiro efetivo. **Benny Kessel** - Conselheiro efetivo. **Paulo Mauricio Mantuano de Lima** - Conselheiro efetivo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria do **Clube de Regatas do Flamengo. Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Clube de Regatas do Flamengo (Clube), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Clube em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Clube e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Clube continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Clube ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Clube e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Clube e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Clube. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Clube a não mais se manter

Ines249

INSTITUTO ACQUA - AÇÃO, CIDADANIA, QUALIDADE URBANA E AMBIENTAL

CNPJ: 03.254.082/0001-99
Avenida Lino Jardim, 905 - Vila Bastos - Santo André - SP CEP 09.041-031

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

	31.12.2024	31.12.2025
Circulante	**858.288.826,29**	**3.273.441.988,76**
Disponibilidades	**44.616.795,49**	**97.843.677,34**
Caixa	181.688,35	45.964,04
Bancos Cta. Movimento	5.889.827,36	1.640.925,54
Bancos Cta Aplic. Financeiras	38.545.279,78	96.156.787,76
Créditos	**813.672.030,80**	**2.407.465.039,09**
Estoques de Consumo	276.245.358,85	163.384.229,62
Impostos a Recuperar	13.186.605,68	689.310,36
Contratos/Parcerias	348.243.981,45	777.334.941,92
Adiantamentos	175.996.084,82	1.466.056.557,19
Clientes a Receber	**-**	**768.133.272,33**
Contratos de Gestão - Recebimentos	-	767.514.723,99
Créditos a Receber	-	618.548,34
Não Circulante	**209.095.282,86**	**1.492.617.322,12**
Realizável a Longo Prazo	**155.986.918,16**	**1.437.737.622,18**
Créditos Bloqueados	8.656.673,15	19.048.672,71
Títulos a Receber	14.322.116,76	14.323.017,94
Contratos a Receber	133.008.128,25	1.397.033.859,63
Créditos a Receber	-	7.332.071,90
Imobilizado	**52.897.324,42**	**54.670.284,03**
Bens Móveis	**28.272.851,92**	**30.038.094,99**
Máquinas e Equipamentos	17.373.704,93	18.015.434,01
Móveis e Utensílios	8.822.206,74	11.192.566,01
Ferramentas	3.090,48	4.490,48
Veículos	111.722,00	111.722,00
Computadores e Periféricos	6.140.134,69	7.749.000,44
Livros	7.035,87	6.956,03
Instalações	446.851,06	450.471,06
Instrumentos Cirurgicos	2.322.295,44	2.383.531,60
(-) Depreciações Acumuladas	(6.954.189,29)	(9.876.076,64)
Bens de Terceiros	**23.665.390,35**	**23.673.106,89**
Computadores e Periféricos - SESA	775.508,99	1.688.491,59
Computadores e Periféricos - Três Lagoas	598.396,20	598.396,20
Máquinas e Equipamentos - SESA	14.564.551,42	14.627.851,42
Máquinas e Equipamentos - Três Lagoas	9.186.965,59	9.186.965,59
Móveis e Utensílios - SESA	978.755,84	1.124.750,02
Móveis e Utensílios - Três Lagoas	573.892,89	573.892,89
(-) Depreciações Acumuladas	(3.012.680,58)	(4.127.240,82)
Bens de Uso - UVV	**959.082,15**	**959.082,15**
Computadores e Periféricos - UVV	152.658,05	152.658,05
Máquinas e Equipamentos - UVV	458.414,52	458.414,52
Móveis e Utensílios - UVV	348.009,58	348.009,58
Intangível	**211.040,28**	**209.415,91**
Software	218.106,00	218.106,00
Marcas e Patentes	840,00	840,00
(-) Amortização	(7.905,72)	(9.530,09)
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	**1.655.431,47**	**1.655.431,47**
Contrato de Gestão (SESA)	1.655.431,47	1.655.431,47
TOTAL DO ATIVO	**1.069.039.540,62**	**4.767.714.742,35**

PASSIVO

	31.12.2024	31.12.2025
Circulante	**735.491.566,97**	**2.674.954.396,17**
Fornecedores	226.476.710,38	246.907.711,36
Obrigações Trabalhistas	27.885.407,83	39.557.519,88
Obrigações Sociais	7.836.449,06	14.118.182,69
Provisão Fundo Especial	103.943.531,84	129.034.133,61
Obrigações Tributárias	10.270.980,14	13.470.126,38
Recursos Públicos Gestão	272.498.708,70	776.395.387,47
Outras Contas a Pagar	86.579.779,02	1.455.471.334,78
Não Circulante	**164.616.054,81**	**1.437.146.406,14**
Obrigações a Longo Prazo	**159.686.199,18**	**1.424.834.207,34**
Contrato de Gestão - Bens Cedidos SESA - ES	16.318.816,25	17.441.093,03
Contrato de Gestão - Recebimentos	133.008.128,25	1.397.033.859,63
Contrato de Gestão - Três Lagoas	10.359.254,68	10.359.254,68
Parcelamentos Longo Prazo	**4.929.855,63**	**3.911.670,15**
Parcelamentos Débitos Municipais	4.929.855,63	3.911.670,15
Contrato de Gestão - Estoques	**-**	**1.070.783,02**
Estoque Inicial Cedido - Serra	-	1.070.783,02
Obrigações a Pagar LP	**-**	**7.329.745,63**
Obrigações a Pagar - Himaba	-	7.329.745,63
Patrimônio Social	**167.276.487,37**	**653.958.508,57**
Fundo Patrimonial	**168.400,00**	**168.400,00**
Fundo Patrimonial	168.400,00	168.400,00
Superavit-Deficit Acumulado	**167.108.087,37**	**653.790.108,57**
Superavit-Deficit do exercício anterior	143.535.916,52	166.244.063,26
Superavit-Deficit do exercício	15.768.587,19	18.915.295,16
Ajustes de Exercicios Anteriores	7.803.583,66	468.630.750,15
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	**1.655.431,47**	**1.655.431,47**
Contrato de Gestão (SESA)	1.655.431,47	1.655.431,47
TOTAL DO PASSIVO	**1.069.039.540,62**	**4.767.714.742,35**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31.12.2024	31.12.2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
(+/-) Resultado do período	15.768.587,19	18.915.295,16
(+) Depreciação e amortização	3.363.388,71	4.038.071,96
(=) AJUSTES P/ CONC.RESULT. ÀS DISP. GER. P/ ATIV. OPER.	**19.131.975,90**	**22.953.367,12**
(=) SUPERAVIT BRUTO ANTES DAS MUD. NO CAP. DE GIRO	**19.131.975,90**	**22.953.367,12**
(=) VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	**(64.848.981,47)**	**1.308.458.910,69**
(+/-) Aumento/Redução de Créditos e Outros	(137.617.815,46)	(2.372.319.181,36)
(+/-) Aumento/Redução em Fornecedores	(3.656.170,34)	20.431.000,98
(+/-) Aumento/Redução em contas a pagar e provisões	76.425.004,33	3.660.347.091,07
(=) CAIXA LIQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(45.717.005,57)**	**1.331.412.277,81**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIV. DE INVESTIMENTOS:		
(-) Aquisição de Imobilizado	(9.740.837,05)	(5.809.407,20)
(=) CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIV. DE INVESTIMENTOS	**(55.457.842,62)**	**1.325.602.870,61**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:	**60.993.014,94**	**(1.272.375.988,76)**
Contratos a Receber L/P	58.068.517,69	(1.271.357.803,28)
Parcelamentos L/P	2.924.497,25	(1.018.185,48)
(=) CAIXA LÍQ. GERADO PELAS ATIV. DE FINANCIAMENTOS	**60.993.014,94**	**(1.272.375.988,76)**
(+/-) AUMENTO/DIMINUIÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	**5.535.172,32**	**53.226.881,85**
DISPONIBILIDADE - NO INÍCIO DO PERÍODO	**39.081.623,20**	**44.616.795,49**
DISPONIBILIDADE - NO FINAL DO PERÍODO	**44.616.795,49**	**97.843.677,34**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	31.12.2024	31.12.2025
RECEITAS DE PARCERIA	**-**	**26.278.667,25**
Receitas de Parcerias	-	26.278.667,25
RECEITAS DE ORGÃOS PÚBLICOS	**1.645.959.924,37**	**2.187.265.509,29**
Receitas de Contrato de Gestão	1.489.919.551,69	2.020.329.732,73
Receitas Financeiras Apl. Excl.	1.653.472,25	2.742.682,68
Receitas Créditos a Receber	-	36.233.259,26
Descontos Obtidos	81.597,57	246.805,71
Receitas com Isenção da Cota Patronal do INSS	88.007.683,92	103.106.735,58
Receitas com Isenção PIS Cebas	3.143.504,40	3.712.866,14
Receitas PEC Piso Enfermagem	66.461.619,79	59.365.491,24
Receitas com Isenção CT PATR INSS - Piso Enfermagem	1.919.875,53	2.469.364,00
Receitas com Isenção PIS Cebas - Piso Enfermagem	71.601,73	92.134,87
Receitas Financeiras Apl. Excl. - Piso Enfermagem	22.130,23	114.780,52
Correção Monetária do Ativo	6.530,49	2.149,08
(-) Glosa SESA - Assistencial Himaba	(5.327.643,23)	(4.917.233,26)
(-) Créditos a Receber	-	(36.233.259,26)
RECEITAS PRÓPRIAS DA ENTIDADE	**2.540.437,69**	**2.175.089,17**
Receitas c/ Serviços Próprios na Área da Saúde	-	103.095,00
Receitas de Doações	2.293.943,56	2.071.994,17
Receitas Financeiras Rec.Próprios	246.494,13	-
=RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**1.648.500.362,06**	**2.215.719.265,71**
	-	-
CUSTOS/DESPESAS	**(1.632.731.774,87)**	**(2.196.803.970,55)**
CUSTOS GRATUIDADES - CASA ACQUA	**(826.571,88)**	**(1.084.924,59)**
Custos com Pessoal Gratuidades	(386.468,99)	(477.946,27)
Custos com Encargos Sociais Gratuidades	(29.772,91)	(41.213,41)
Custos Serviços de Terceiros Gratuidades	(144.828,54)	(332.597,01)
Custos Operacionais Gratuidades	(244.601,10)	(219.824,32)
Custos Tributários Gratuidades	(9.260,73)	(2.950,05)
Custos Financeiros Gratuidades	(11.639,61)	(10.393,53)
DESPESAS DOS CENTROS DE CUSTOS	**(1.631.905.202,99)**	**(2.195.719.045,96)**
Despesas com Pessoal Contrato de Gestão	(539.318.314,39)	(604.607.009,95)
Despesas com Encargos Sociais Contrato de Gestão	(122.754.971,35)	(160.339.241,29)
Despesas Serviços de Terceiros Contrato de Gestão	(798.670.298,06)	(975.508.679,18)
Despesas Operacionais Contrato de Gestão	(166.527.503,12)	(451.606.272,63)
Despesas Tributários Contrato de Gestão	(2.671.455,58)	(1.021.695,02)
Despesas Financeiras Contrato de Gestão	(1.962.660,49)	(2.636.147,89)
= SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCÍCIO	**15.768.587,19**	**18.915.295,16**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DESCRIÇÃO	Superávit/Déficit do Exercício	Superávit/Déficit Acumulados	Patrimônio Social
Fundo Patrimonial			168.400,00
Superávit/Déficit de Exercícios Anteriores		166.244.063,26	166.244.063,26
Ajustes dos Exercícios Anteriores	460.827.166,49	7.803.583,66	468.630.750,15
Superávit/Déficit do ano de 2025	18.915.295,16	-	18.915.295,16
SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025	**479.742.461,65**	**166.244.063,26**	**653.958.508,57**

NOTAS EXPLICATIVAS EM 31.12.2025

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL: O Instituto Acqua – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental, com foro e sede na cidade de São Paulo, SP, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter cultural filantrópico, assistencial, promocional recreativo, educacional e esportivo, sem cunho político ou partidário, com objetivo de ações voltadas à saúde pública, campanhas educativas, preventivas e de atendimento médico à população, legalmente constituída por tempo indeterminado. Tem como finalidade estatutária, dentre outras, conforme artigo 5º do Estatuto Social: a) Produzir e executar serviços de pesquisas científicas, medicina e de saúde pública, em todas as modalidades permitidas por lei; b) Apoiar as necessidades dos setores público e privado, dentro das especializações adquiridas pelo ACQUA, que permitam simultaneamente o atendimento dos objetivos citados, treinamento e formação de pessoal especializado; c) Na realização de preparação de mão de obra técnica voltada para o desenvolvimento de novas tecnologias na comunidade onde atuar; d) Na realização de apoio técnico-consultivo, voltados para o desenvolvimento da saúde pública, no aperfeiçoamento dos serviços prestados à população em todas as áreas da medicina de interesse da comunidade; e) Manter estreito intercâmbio com instituições, empresas e entidades prestadoras de serviços nacionais e internacionais, da iniciativa privada ou pública e organismos internacionais, em matéria de seus objetivos e competência na forma de convênio, parceria, ou qualquer outra modalidade contratual legalmente permitida; f) Elaborar planos, programas e projetos de pesquisas de interesse regional, estadual, nacional e internacional; financiar a execução de planos, programas e projetos de pesquisa, investigação e experimentação científica; editar livros com finalidades pedagógicas, filosóficas, científicas e congêneres. g) Desenvolver atividades de assessoria, consultoria e prestação de serviços a entidades da iniciativa privada, públicas federais, estaduais e municipais e organismos internacionais se possível em todas as aspirações e necessidades.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis de 2025 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a Lei nº 11.638/07, a Lei nº 6.404/76 e a legislação aplicável às entidades sem fins lucrativos, em especial a Lei nº 12.101/09.Foram consideradas as disposições da Resolução CFC nº 1.374/11 (Estrutura Conceitual), da NBC TG 26 (Resolução CFC nº 1.376/11) e da ITG 2002 (Resolução CFC nº 1.409/12), bem como o CPC 26 (R1), no que se refere à apresentação das demonstrações contábeis, critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação em notas explicativas.

NOTA 3 - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000): A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme de seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As Demonstrações Contábeis, incluindo as Notas Explicativas, elaboradas em conformidade com as disposições legais e estatutárias, serão transcritas no Livro Diário da entidade. A documentação contábil é composta por todos os documentos, registros e demais elementos que suportam e integram a escrituração contábil.

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS : As Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas com as seguintes práticas contábeis: a) Caixa e Equivalência de Caixa: Compostos de valores existentes em contas correntes e aplicações financeiras acrescidos dos rendimentos apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência; b) Recuperação de Crédito Tributários Representado por impostos e contribuições retidos na fonte a recuperar; c) Imobilizações estão demonstrados ao custo de aquisição.

NOTA 5 - CONCESSÃO DE GRATUIDADES: Em cumprimento a Resolução CFC n° 1409/12 a Entidade possui segregado (por procedimentos médicos realizados) as gratuidades concedidas, conforme apresentado nas Demonstrações do Resultado do Período. Firmou Termo de Cooperação com o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde com objetivo de estabelecer atendimento ambulatorial em especialidades médicas denominado "CASA ACQUA" de forma filantrópica para cidadãos em geral em regime de mútua cooperação técnica sendo custeado integralmente por recursos próprios do Instituto Acqua.

NOTA 6 - ISENÇÕES USUFRUIDAS /GRATUIDADES CONCEDIDAS: A entidade usufruiu de isenções previdenciárias no exercício, porém, concedeu gratuidades direcionadas a Projetos Sociais voltados a saúde, conforme consta na Demonstração de Resultado do Exercício. O Instituto Acqua através da Secretaria de Estado de Saúde do Maranhão recebe pacientes para fins de realização de atendimento ambulatorial em especialidades médicas no Projeto "Casa Acqua". O Projeto é custeado integralmente por recursos próprios, e teve um dispêndio financeiro no decorrer de 2025 no valor de R$ 1.084.924,59. As Despesas incorridas para manter o Projeto estão relacionadas a Gastos com Pessoal, Serviços de Terceiros e Despesas Operacionais, que podem ser evidenciadas no quadro abaixo:

CUSTOS - PROJETO CASA ACQUA	VALOR DAS DESPESAS
Custo com Pessoal	519.159,68
Custos com Serviços de Terceiros	332.597,01
Custos Operacionais	219.824,32
Custos Financeiros/Tributários	13.343,58
TOTAL DESPESAS PROJETO CASA ACQUA	1.084.924,59

PROCEDIMENTOS REALIZADOS - PROJETO CASA ACQUA	NÚMERO DE ATENDIMENTOS
Consulta de Profissionais de Nível Superior na Atenção Especializada (Exceto Médico)	8.786
Consultas Medicas Especializadas (Clinica Medica, Cardiologia, Ginecologia, Dermatologia, Geriatria, Endocrinologia e Pediatria	2.648
Terapia em Grupo	79
Terapia Individual	1.024
Aferição de Pressão Arterial	8.887
Avaliação Antropométrica	8.887
Glicemia Capilar	6.599
Retirada de Pontos de Cirurgias	33
Curativos	1.468
Coleta de Exames Citopatologicos (Papanicolau)	43
Fisioterapias Motoras	965
Atividade Educativa / Orientação em Grupo	133
Prática Corporal / Atividade Física em Grupo	122
Exames de Analises Clinicas	3.497
Exames de Imagem - Eletrocardiograma	306
TOTAL GRATUIDADES CONCEDIDAS	**43.477**

NOTA 7 - SUBVENÇÕES E/OU CONVÊNIOS PÚBLICOS PARA CUSTEIO (Resolução CFC nº 1.305/10 – NBC TG 07: São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. A Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda a documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os Convênios firmados estão de acordo com suas finalidades. A Entidade, para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendendo a Resolução nº 1.305/10 – NBC TG 07, do CFC.

CONTRATOS DE GESTÃO/TERMOS DE PARCERIA	REPASSES
Projetos Maranhão (Mat.de Alta Complex do Maranhão, Benedito Leite e Juvêncio de Mattos)	339.674.681,04
Projeto Nossa Senhora da Penha - MA	20.737.662,42
Projeto Hosp.Reg.da Baixada Maranhense - MA	120.668.322,02
Projeto Ninar - MA	4.093.903,39
Projeto Tomas Martins - MA	165.114.356,15
Projeto Casa de Apoio Ninar - MA	32.163.098,11
Projeto Balsas - MA	71.558.432,81
Projeto Sorrir - MA	26.980.331,27
Projeto Dr.Carlos Macieira - MA	285.444.978,91
Projeto Colinas - MA	75.184.902,23
Hospital Dr.José de Simone Netto - MS	57.008.287,78
Hospital Infantil e Maternidade Alzir Bernardino Alves - HIMABA	190.552.152,90
Hospital Regional Três Lagoas - MS	65.580.120,54
Hospital Municipal Materno Infantil da Serra	16.703.494,72
Hospital Regional Público da Transamazônica - PA Contrato 003/SESPA 2024	46.929.354,12
Pronto Socorro Dr. Roberto Macedo - Benguí	65.627.315,14
Hospital Público da Mulher Senhora de Nazaré	73.220.000,00
TOTAL DOS REPASSES IMPUTADOS AO RESULTADO NO ANO DE 2025	1.657.241.393,55

NOTA 8 - CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICIENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEBAS: Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de Dezembro de 2021 que dispõe da certificação das entidades beneficientes de assistência social, em seu § 2º do artigo 40, defere e concede ao Instituto Acqua – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental o CEBAS, pela aplicação de 20% (Vinte Por Cento) da receita efetivamente recebida da prestação de saúde em gratuidade, em 17 de Dezembro 2022.

NOTA 9 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA: O Instituto ACQUA, é uma entidade que possui Imunidade Tributária do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), nos Municípios de Pinheiros (MA), Parauapebas (PA), Ponta Porã (MS), Santo André (SP) e Vila Velha (ES).

NOTA 10 - DO CUMPRIMENTO DO ART.14 DO CTN: a) A Entidade aplica integralmente o seu eventual resultado líquido na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, conforme previsto em seu Estatuto Social. b) Não remunera dirigentes, conselheiros, associados, benfeitores ou equivalentes, nem concede vantagens ou benefícios direta ou indiretamente, em razão das competências, funções ou atividades que lhe são atribuídas, não distribuindo lucros, dividendos ou bonificações, conforme previsto em seu Estatuto Social. c) A Entidade mantém escrituração de suas receitas e despesas com registros completos em conformidade com as formalidades legais que asseguram a sua exatidão.

NOTA 11 - RECONHECIMENTO PROVISÃO TRABALHISTA: Foram constituídas provisões trabalhistas ao longo de 2025 com o objetivo de mensurar, reconhecer e evidenciar adequadamente os saldos correspondentes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais aplicáveis.

NOTA 12 - BENS TERCEIROS IMOBILIZADO TRÊS LAGOAS: De acordo com notas fiscais emitidas em nome do Fundo Estadual de Saúde do Estado do Mato Grosso do Sul houve o registro contábil de Bens Patrimoniais Cedidos - Três Lagoas, totalizando o valor de R$ 10.359.254,68, na conta de BENS TERCEIROS. A contabilização desses valores foi realizada em 14/12/2022, tendo em vista o registro do saldo dos bens do Hospital Regional Três Lagoas- conforme demonstra quadro abaixo:

CONTA	VALOR
Conta 10123: Máquinas e Equipamentos	R$9.186.965,59
Conta 10124: Móveis e Utensílios	R$573.892,89
Conta 10125: Computadores e Periféricos	R$598.396,20
TOTAL	**R$10.359.254,68**

NOTA 13 - CONTRATO DE GESTÃO CONTÁBIL - HIMABA: A prestação de serviços contábeis do Contrato de Gestão do Hospital Estadual Infantil e Maternidade Alzir Bernardino Alves - HIMABA, a partir de março/2022, não foi executada pela empresa Contábil CR-Razão Consultoria S/S LTDA.

NOTA 14 - NOVOS CONTRATOS: O Instituto Acqua, ao longo do ano de 2025, celebrou contratos de prestação de serviços com o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul – CASSEMS; com o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, tendo por objeto o gerenciamento e a execução dos serviços de saúde do Hospital de Referência Estadual de Alta Complexidade da Região Tocantina (HRT); com o Estado do Espírito Santo, por meio de contrato firmado com a Secretaria Municipal de Saúde (SESA) do Município da Serra, tendo por objeto o gerenciamento das atividades e a prestação de serviços de saúde no Hospital Municipal Materno Infantil da Serra (HMMIS); e com o Estado do Pará, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde Pública, para fins de gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Público da Mulher Senhora de Nazaré.

NOTA 15 – PISO ENFERMAGEM: No ano de 2025 foram recebidos Repasses Complementares da União, em virtude do Piso Nacional da Enfermagem para enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e para parteiras contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de acordo com a lei n° 14.434/2022.

NOTA 16 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES: Conforme Lei 6.404/76, foram escriturados junto ao Patrimônio Social, conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, decorrentes de divergências imputáveis do exercício anterior, que não podem ser atribuídos a fatos subsequentes, assim como saldos equivocados oriundos do exercício anterior. A retificação destes valores foram realizadas no mês de janeiro de 2025, tendo em vista à decisão pela realização dos ajustes ter acontecido após elaboração e publicação do balanço e demais demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2024.

NOTA 17 – SERVIÇOS PRÓPRIOS NA ÁREA DA SAÚDE: O Instituto Acqua realizou, ao longo do ano de 2025, um total de 676 teleatendimentos, abrangendo as especialidades de Psicologia e Nutrição. Os atendimentos foram realizados por meio de tele consulta, com o objetivo de ampliar o acesso aos serviços de saúde, promover a continuidade do cuidado e oferecer suporte multiprofissional aos pacientes atendidos.

Santo André, 31 de Dezembro de 2025.

Samir Rezende Siviero
CPF: 283.655.498-32
Diretor Presidente

Carmem Lúcia Marques de Fraga
CPF: 392.828.720-68
CRC /RS "S" "SP" - 052930/0-5 - Contadora

PARECER CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal do Instituto Acqua - Ação, Cidadania, Qualidade, Urbana e Ambiental, no cumprimento de suas atribuições estatutárias e legais em reunião realizada em 16/03/2026 examinou o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, do patrimônio e demonstração do fluxo de caixa, juntamente com as notas explicativas relacionadas ao exercício de 2025. Com base na análise realizada, sugere a aprovação da citadas demonstrações pela assembléia geral.

Angelita Zutin Moreira - CPF 259.949.588-16 Rosana Cardoso Barrozo - CPF 344.788.008-20
David Cartiano Dias - CPF 217.406.688-20

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Acqua - Ação, Cidadania, Qualidade, Urbana e Ambiental, inscrito no CNPJ sob o nº 03.254.082/0001-99 que compreendem o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de Dezembro de 2025, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, relativas ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis adotadas no Brasil e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A administração do Instituto Acqua - Ação, Cidadania, Qualidade, Urbana e Ambiental, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, baseada na auditoria, conduzida de acordo com as normas internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorções relevantes. A auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Na avaliação de riscos, se considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Instituto Acqua - Ação, Cidadania, Qualidade, Urbana e Ambiental, contemplando as unidades mantidas, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias. A auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. As evidências de auditoria obtidas são suficiente e apropriadas para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

OPINIÃO SEM RESSALVA

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, refletem e apresentam adequadamente em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Acqua - Ação, Cidadania, Qualidade, Urbana e Ambiental, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Santo André, 23 de março de 2026.

L & Medeiros Auditores Eireli
CRC/RS 007704/O
Luiz Edgar Medeiros
Contador CRC /RS "S" "SP" 32.851

Ines249

Gás e energia **Abertura de capital**

Compass deve quebrar jejum de quatro anos com IPO de até R$ 5 bi

Controlada pela Cosan, empresa pode estrear na Bolsa com valor de mercado de R$ 25 bilhões

ALTAMIRO SILVA JUNIOR

A Compass Gás e Energia deve colocar fim ao jejum de mais de quatro anos sem ofertas iniciais de ações (IPO, na sigla em inglês) no mercado brasileiro. A abertura de capital, cujo valor exato será conhecido amanhã, pode fazer com que a empresa chegue à Bolsa (B3) avaliada entre R$ 20 bilhões e R$ 25 bilhões. Caso venda o lote-base de ações e o suplementar (previsto se houver demanda elevada), a companhia pode captar mais de R$ 5 bilhões no mercado.

A Compass pertence ao grupo Cosan e é uma empresa especializada na compra e venda, infraestrutura e distribuição de gás natural. No ano passado, sua receita líquida somou R$ 16,6 bilhões, e o lucro líquido alcançou R$ 1,46 bilhão, com geração de caixa de quase R$ 5 bilhões.

Na área de distribuição de gás, a Compass é dona de sete empresas estaduais, sendo a maior delas a paulista Comgás. Também são suas controladas a Sulgás (RS) e a Compagas (PR). Uma de suas subsidiárias, a Commit (joint venture com o grupo Mitsui), é dona da SCGás (SC), MS-Gás (MS) e Gasap (AP).

COMGAS/DIVULGAÇÃO

A Comgas é uma das empresas da Compass: retomando os IPOs na B3

A seca de IPOs no Brasil ocorre após um boom de entradas em 2020 e 2021, quando 74 empresas protagonizaram uma corrida rumo à B3. Segundo analistas, essa situação está ligada a uma série de fatores macroeconômicos e estruturais, como a manutenção de juros elevados (o que eleva o custo de capital das empresas) e maior foco no mercado estrangeiro (companhias brasileiras têm buscado a Nasdaq, nos EUA, por exemplo). A disputa eleitoral neste ano também é apontada como motivo para maior cautela dos empresários.

ACORDO. Em novembro de 2024, a Compass vendeu suas participações em distribuidoras da Região Nordeste (como Bahiagás, Cegás, Copergás, entre outras) para a Infra S.A., como parte de um acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

As operações de infraestrutura da Compass são voltadas à regaseificação e ao transporte (distribuição por meio de dutos), e estão concentradas principalmente no Sudeste, com destaque para o Porto de Santos. Essa é uma das áreas que mais têm recebido investimentos, com o objetivo de criar uma malha própria de suprimento e redes de distribuição. Nos últimos dois anos, os aportes da Compass superaram os R$ 2 bilhões anuais.

A companhia também tem uma frente de comercialização e trading no mercado livre de gás e energia, por meio da Edge. Segundo a empresa, essa estrutura funciona como uma "ponte" estratégica entre a oferta de gás/energia e a demanda de grandes consumidores.

Numa parceria com a Orizon Gestão de Recursos, a Edge inaugurou, em março, a One-Bio, maior produtora de biometano do Brasil e da América Latina. Com investimentos de R$ 450 milhões, a unidade usa biogás gerado a partir da decomposição de resíduos sólidos urbanos no Ecoparque da Orizon, em Paulínia (SP), que substituiu um antigo aterro sanitário.

OFERTA INICIAL. A venda das ações da Compass na Bolsa está sendo feita pela Cosan, que vai usar o dinheiro para reduzir seu endividamento, e por fundos das gestoras Atmos, Prisma Capital e Brasil Capital, além da Bradesco Previdência e da Manaslu, empresa com sede nos EUA. Foi estabelecido um período de restrição de venda ("lock-up") de 180 dias para esses vendedores, após a conclusão do IPO.

A faixa sugerida de preço das ações vai de R$ 28 a R$ 35. O lote-base, com 89,3 milhões de ações, pode ser aumentado em mais 56,3 milhões de papéis dos lotes-base e suplementar, o que pode levar a oferta a R$ 4,6 bilhões, considerando um preço na média da faixa.

No azul

Dona da Comgás, empresa faturou R$ 16,6 bilhões e registrou lucro líquido de R$ 1,46 bilhão em 2025

O prospecto da oferta de ações citou a guerra no Irã e a crise da Raízen, que também pertence ao grupo Cosan, entre os fatores de risco para o negócio. Também foram mencionados eventuais conflitos entre o BTG e o Bradesco, os maiores acionistas da Cosan Dez, que detém 88% da Compass.

No caso da Raízen, o prospecto ressalta que eventual deterioração da situação financeira da companhia, que pertence ao grupo Cosan e está em processo de renegociação de dívida com credores, "poderá afetar a percepção de risco de credores e investidores" em relação à Compass. ●

COLUNA SECOVI SP
A CASA DO MERCADO IMOBILIÁRIO
Informe Publicitário
Jornalista Responsável: Silvia Carneiro - MTb 19.466 Ano 43 Nº 2.282 - 29 de abril de 2026 secovi.com.br

Secovi-SP recebe Gilberto Kassab e Ronaldo Caiado

Encontro proporciona aprofundada análise dos cenários político e econômico

O presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, e o pré-candidato à Presidência da República e ex-governador de Goiás, Ronaldo Caiado, participaram, em 13/4, de reunião do Núcleo de Altos Temas do Secovi-SP, coordenado pelo vice-presidente da entidade, Flavio Amary.

O evento foi prestigiado por mais de 150 convidados, com destacada presença de autoridades públicas e de lideranças empresariais e institucionais de diversos segmentos.

"Há muito a se fazer neste Brasil, começando com a busca do equilíbrio fiscal, básico para possibilitar a queda dos juros. A sociedade está exausta de aumento de carga tributária, e não se vê qualquer movimento para o corte das despesas administrativas", pontuou o presidente do Secovi-SP, Jorge Cury.

Kassab, Cury, Caiado e Amary em reunião do NAT

Conforme Gilberto Kassab, o País tem vários problemas estruturais e as eleições representam uma brecha para apresentar um projeto para transformar o Brasil.

"Sou extremamente otimista. Peguei o estado de Goiás mergulhado em corrupção e criminalidade, e com uma dívida de R$ 6 bilhões. Hoje, o cenário é outro. Os investimentos avançam, as licitações foram modernizadas e nosso programa de casas a custo zero é uma realidade. É possível fazer. Superar a atual desordem institucional, reduzir o déficit fiscal. A sociedade quer mudanças substantivas", sentenciou Ronaldo Caiado.

LEIA MAIS

Varejo alimentar **Ranking**

Carrefour é a rede que mais fatura no País

O varejo alimentar brasileiro movimentou R$ 1,145 trilhão em 2025, o equivalente a 9,02% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo o Ranking Abras 2026, divulgado ontem pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras). O levantamento mostra também que o Carrefour Brasil se manteve na liderança do setor, seguido por Assaí Atacadista e pelo Grupo Mateus.

O Carrefour Brasil faturou R$ 123,6 bilhões no ano passado, à frente do Assaí, com R$ 84,7 bilhões, e do Grupo Mateus, com R$ 43,5 bilhões. Completam o top 5 do setor o Supermercados BH, com R$ 25,7 bilhões, e o GPA/Pão de Açúcar, que faturou R$ 20,6 bilhões. Juntas, as cinco maiores redes do País somaram R$ 298,2 bilhões em vendas.

'CICLO DE CRESCIMENTO'. Com cerca de 9 milhões de empregos diretos e indiretos, o varejo alimentar segue entre os maiores empregadores do País e mantém forte capilaridade, com atendimento diário a cerca de 30 milhões de consumidores em mais de 439 mil lojas.

"O varejo alimentar vive um novo ciclo de crescimento, com ganhos de eficiência, inovação e proximidade com o consumidor", afirmou o presidente da Abras, João Galassi.

O estudo da Abras, feito em parceria com a NielsenIQ, considera diferentes formatos, como atacarejos, supermercados, minimercados, lojas de conveniência, hortifrútis e e-commerce. ●

Ines249

BUNGE FERTILIZANTES S.A.

C.N.P.J 61.082.822/0001-53

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R$ com exceção para a quantidade de ações)

Relatório da Administração: Prezados Acionistas: Nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, submetemos à consideração de Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio líquido, do Fluxo de Caixa e/ou notas explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.

São Paulo (SP), abril de 2026 **A Administração**

Balanços Patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.691	1.474	26.756	11.732
Contas a receber de clientes	–	–	10.906	12.859
Partes relacionadas	40.545	–	40.545	–
Impostos a recuperar	7.180	4.081	7.422	4.191
Dividendos a Receber	35	–	35	–
Outras contas a receber	2.722	2.673	2.721	2.669
Total do ativo circulante	54.173	8.228	88.385	31.451
Não Circulante				
Impostos a recuperar	29.892	284.422	29.892	284.422
Depósitos judiciais	46.662	41.673	46.668	41.679
Partes relacionadas	290.721	263.909	290.721	263.909
Outras contas a receber	1.868	2.139	4.149	4.420
	369.143	592.143	371.430	594.430
Investimentos:				
Investimentos em controladas e coligadas	162.798	151.727	5.098	4.992
Propriedade para investimentos	–	–	125.739	125.740
Total do ativo não circulante	531.941	743.870	502.267	725.162
Total do Ativo	586.114	752.098	590.652	756.613

	Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante				
Fornecedores	1.792	582	1.825	632
Partes relacionadas	142	280	426	549
Impostos a recolher	1.229	288	1.230	291
Provisão para benefícios e custos com aposentadoria	15.061	14.214	15.061	14.214
Outras contas a pagar	3.701	1.663	4.209	2.232
Total do passivo circulante	21.925	17.027	22.751	17.918
Não Circulante				
Provisão para riscos	328.964	306.288	330.676	307.916
Provisão para benefícios e custos com aposentadoria	120.212	114.711	120.212	114.711
Outras contas a pagar	–	–	2.000	2.000
Total do passivo não circulante	449.176	420.999	452.888	424.627
Patrimônio Líquido				
Capital social	141.110	341.110	141.110	341.110
Reservas de lucros	51.834	38.495	51.834	38.491
Outros resultados abrangentes	(77.931)	(65.533)	(77.931)	(65.533)
Total do patrimônio líquido	115.013	314.072	115.013	314.068
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	586.114	752.098	590.652	756.613

Demonstração do Resultado

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Receita Operacional Líquida	–	–	13.388	12.905
Custo de Produto Vendido	–	–	(70)	–
Lucro Bruto	–	–	13.318	12.905
Receitas (Despesas) Operacionais				
Gerais e administrativas	(4.206)	(2.839)	(7.762)	(7.754)
Equivalência patrimonial	11.107	10.698	141	(1.170)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(33.244)	(41.102)	(33.325)	(38.846)
Prejuízo antes do Resultado Financeiro	(26.343)	(33.243)	(27.628)	(34.865)

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Resultado Financeiro				
Receitas financeiras	78.530	56.756	81.073	60.217
Despesas financeiras	(29.630)	(29.202)	(29.639)	(29.312)
Variações cambiais, líquidas	36	809	36	809
(Prejuízo)/Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	22.593	(4.880)	23.842	(3.151)
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Imposto de renda e contribuição social correntes	(9.254)	2.223	(10.503)	494
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	602	–	602
(Prejuízo)/Lucro Líquido do Exercício	13.339	(2.055)	13.339	(2.055)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

		Reservas de Lucros				
	Capital social	**Reserva legal**	**Retenção lucros**	**Lucros acumulados**	**Outros resultados abrangentes**	**Total**
Em 31 de Dezembro de 2023	341.110	22.177	78.373	–	(19.733)	421.927
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(2.055)	–	(2.055)
Perda de mudanças de premissas atuariais líquido de imposto	–	–	–	–	(45.810)	(45.810)
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	10	10
Absorção de reserva de retenção de lucros	–	–	(2.055)	2.055	–	–
Dividendos pagos	–	–	(60.000)	–	–	(60.000)
Em 31 de Dezembro de 2024	341.110	22.177	16.318	–	(65.533)	314.072
Lucro líquido do exercício	–	–	–	13.339	–	13.339
Perda de mudanças de premissas atuariais líquido de imposto	–	–	–	–	(12.399)	(12.399)
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	1	1
Constituição de reserva legal	–	667	–	(667)	–	–
Constituição de reserva de retenção de lucros com lucro do exercício	–	–	12.672	(12.672)	–	–
Redução de capital	(200.000)	–	–	–	–	(200.000)
Em 31 de Dezembro de 2025	141.110	22.844	28.990	–	(77.931)	115.013

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	13.339	(2.055)	13.339	(2.055)
Ajustes por:				
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.295)	(6.851)	(10.295)	(6.851)
Juros apropriados de arrendamento	–	–	–	(1.413)
Depreciação	–	–	1	1
Resultado de equivalência patrimonial	(11.107)	(10.698)	(141)	1.170
Saldos com empresas ligadas, empréstimos e financiamentos	(63.708)	(23.162)	(63.708)	(23.289)
Provisão para riscos e atualizações monetárias	23.856	15.341	23.939	15.421
Provisão para benefícios e custos com aposentadoria	16.123	7.982	16.123	7.982
Resultado da venda de ativos imobilizados	–	(56)	–	(2.593)
Impairment de investimento	–	17.548	–	17.549
Juros sobre imposto de renda pessoa jurídica	(6.748)	(25.599)	(6.748)	(25.648)
Imposto de renda e contribuição social	9.254	(2.825)	10.503	(1.096)
Provisão (reversão) para perdas com empréstimos de partes relacionadas	14.714	–	14.714	–
	(14.572)	(30.375)	(2.273)	(20.822)
Aumento/(redução) nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	10.295	6.851	12.248	(6.008)
Impostos a recuperar	4.575	4.131	4.258	4.120
Partes relacionadas	3.907	1.542	3.907	31.334
Dividendos recebidos	–	22.500	–	–
Depósitos judiciais	(4.989)	15.333	(4.989)	15.247
Outras contas a receber	224	683	225	(14.033)
Imposto de renda e contribuição social - restituição	244.350	106.778	244.350	106.778
Bens destinados à venda	–	–	–	515
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	1.210	(103)	1.193	(53)
Impostos a recolher	941	42	939	45
Partes relacionadas	(138)	135	(123)	114
Provisões para riscos	(1.180)	(4.277)	(1.180)	(4.277)
Provisão para benefícios pós-emprego e custos com aposentadoria	(25.733)	(11.999)	(25.733)	(11.999)
Outras obrigações	5.597	(37.202)	5.536	(39.256)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	224.487	74.039	238.358	61.705
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	–	–	(1.064)	(1.686)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	224.487	74.039	237.294	60.019
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Concessão e Capitação de empréstimos - partes relacionadas	(1.162.368)	(327.911)	(1.162.368)	(327.911)
Recebimento de empréstimos concedidos partes relacionadas	1.140.098	314.644	1.140.098	321.737
Recebimento de caixa resultante da venda de ativo imobilizado	–	56	–	3.920
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(22.270)	(13.211)	(22.270)	(2.254)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Redução Capital	(200.000)	–	(200.000)	–
Dividendos pagos	–	(60.000)	–	(60.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(200.000)	(60.000)	(200.000)	(60.000)
Aumento/(Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.217	828	15.024	(2.235)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.474	646	11.732	13.967
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.691	1.474	26.756	11.732
Aumento/(Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.217	828	15.024	(2.235)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Bunge Fertilizantes S.A. ("Companhia") tinha como atividade preponderante a fabricação, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização de fertilizantes, produtos e subprodutos para a agricultura e pecuária. Sua sede está localizada na cidade de São Paulo - SP, na Rua Diogo Moreira, 184 e, e tem como acionista controlador final a Bunge Limited, sediada em Bermuda, com ações negociadas na "New York Stock Exchange - NYSE" (Bolsa de Valores de Nova Iorque). Atualmente as operações que geram o resultado para a Companhia referem-se a receita com o arrendamento de suas controladas, sendo elas: Monte Dourado Agropecuária S.A. e Ramata Empreendimentos e Participações S.A. que possuem por objeto social principal a exploração de atividade rural para a produção de uso próprio para produção de cana-de-açúcar e seus derivados. Em maio de 2013 os acionistas decidiram por vender os ativos e passivos operacionais da Companhia relacionados as operações de comercialização de fertilizantes, bem como determinadas participações em certas entidades, à Yara International S.A. Mesmo que a Companhia não tenha atividades operacionais, não se encontra em situação de liquidação. Em 13 de junho de 2023, a Bunge Limited celebrou um acordo definitivo de combinação de negócios com a Viterra. A operação foi concluída em 1º de julho de 2025, após a fase de aprovação pelos órgãos de Defesa Econômica em esfera global. No Brasil, a aprovação para a fusão já havia sido concedida. Espera-se que esta aquisição crie uma empresa global inovadora do agronegócio para atender às demandas de mercados cada vez mais complexos e servir melhor os agricultores e clientes finais. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e de suas controladas a seguir relacionadas:

	Participação	
	2025	**2024**
Ramata Empreendimentos e Participações S.A.	100%	100%
Usina Monteverde Agro-Energética S.A.	–	–
Monte Dourado Agropecuária S.A.	100%	100%

2. Patrimônio Líquido: **2a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social autorizado e integralizado está representado por 1.428.664.557 (1.428.664.557 ações em 2024) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, autorizadas, emitidas e distribuídas. Em 11 de dezembro de 2025, houve redução de capital no montante de R$200.000,00 devido a estratégias dos negócios. A composição do capital social subscrito e integralizado é como segue:

Sócios	**Quotas**	**Valor**	**%**
Bunge Brasil Holdings B.V.	1.428.336.267	141.077	99,98%
Bunge Holdings B.V.	328.290	32	0,02%
Total	1.428.664.557	141.109	100%

2b. Reserva de Lucros: 2b.1 - Reserva legal: Constituída inicialmente mediante a apropriação de 5% do lucro líquido no fim do exercício social limitada a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **2b.2 - Retenção de Lucros:** Constituída no exercício corrente e destinada à aplicação em investimentos futuros em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. **2c. Dividendos:** Aos acionistas poderá ser atribuído em cada exercício, depois de deduzidos os prejuízos acumulados e a reserva legal, dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da lei societária. O estatuto da Companhia estabelece que valores pagos a título de dividendos antecipados ou de juros sobre o capital próprio poderão ser integrados aos dividendos mínimos obrigatórios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram pagos dividendos. **2d. Juros sobre capital próprio:** Durante o exercício de 2025, não houve pagamento de juros sobre o capital próprio para os acionistas. **2e. Reserva de retenção de lucros:** Constituída no exercício corrente e destinada à aplicação em investimentos futuros em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Em 2025 foi constituído reserva legal de R$667 (R$0 em 2024), sendo o saldo total dessa reserva em 31 de dezembro 2025 em R$22.844 (R$22.177 em 2024). **3. Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras:** Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia, autorizando sua conclusão nesta data.

A Diretoria

Contador: Donisete Inacio Garcia Junior - CRC SP 315.228/O-0

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01057143972026
UASG – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Modalidade: Pregão Eletrônico
Nº Processo: 006.00122029/2026-20
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis
Total de Itens Licitados: 03 (três)
Valor total da licitação: sigiloso
Disponibilidade do edital: 29/04/2026
Horário: das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h59
Endereço: Rua Major Zanani nº 04 Centro Tremembé - SP
Entrega das Propostas: a partir de 29/04/2026 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 13/05/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01057556282026
UASG – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Modalidade: Pregão Eletrônico
Nº Processo: 006.00178349/2026-34
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios hortifrutigranjeiros
Total de Itens Licitados: 02 (dois).
Valor total da licitação: sigiloso
Disponibilidade do edital: 29/04/2026
Horário: das 08h00 às 12h00 e 13h00 ás 17h59.
Endereço: Rua Major Zanani , 04. Centro, Tremembé-SP
Entrega das Propostas: a partir de 29/04/2026 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 13/05/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

ESTADÃO RI
Publicação simultânea na plataforma de relações com investidores.
CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL:
(11) 3856-2442
AGÊNCIA ESTADO
broadcast
ESTADÃO

TRISUL VILA CLEMENTINO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.

CNPJ/MF nº 54.804.011/0001-53 - NIRE 35.263.719.048

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Data, hora e local: Aos 27 (vinte e sete) de março de 2026, às 10h00min, na sede da sociedade **TRISUL VILA CLEMENTINO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.** ("Sociedade") situada na Alameda dos Jaúnas, nº 70, CEP: 04522-020, Moema, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos sócios, nos termos do artigo 1.072, § 2° da Lei n° 10.406/02. **Mesa:** Sr. Jorge Cury Neto, Presidente; e Sr. Fernando Salomão, Secretário. **Ordem do Dia:** Autorizar a assinatura de contrato de financiamento para a construção de empreendimento imobiliário. **Deliberações:** Os sócios aprovam por unanimidade e sem reservas, a obtenção de empréstimo pela Sociedade mediante a assinatura do Contrato de Financiamento Imobiliário - SFH, perante o Banco Bradesco S.A., no valor de até **R$ 245.000.000,00 (duzentos e quarenta e cinco milhões de reais),** para a construção de empreendimento no terreno objeto da **matrícula nº 266.472** do **14º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP**, bem como a prestação de garantia de hipoteca, penhor/cessão fiduciária dos recebíveis e aval e/ou fiança em favor das pessoas físicas que serão detentoras das frações ideais de terreno até a expedição do habite-se. Ficam desde já os administradores da Sociedade autorizados a proceder ao quanto necessário para a boa execução das deliberações. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. **Presenças:** Mesa: Jorge Cury Neto, Presidente; Fernando Salomão, Secretário. Sócios: Trisul S.A. e **Incosul Incorporação e Construção Ltda.** São Paulo, 27 de março de 2026. **Jorge Cury Neto -** Presidente**; Fernando Salomão -** Secretário. **Sócios: Trisul S.A. -** p. Diretores Jorge Cury Neto e Fernando Salomão; **Incosul Incorporação e Construção Ltda. -** Administradores Jorge Cury Neto e Fernando Salomão. **JUCESP** nº 179.222/26-0 em 24/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Imobiliária e Desenvolvimento Sul América S.A.

CNPJ. 43.337.146/0001- 30 NIRE. 35.3.0006024- 5

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 24.03.2026

DATA, HORA E LOCAL: Às 09:00 horas do dia 24 de março de 2026, na sede social na Av. Paulista 1754, Bairro Bela Vista conj. 152, 15º andar, nesta Capital. **PRESENÇA:** Acionistas representando a maioria do capital social com direito a voto, conforme assinaturas apostas no "Livro Presença de Acionistas". **MESA DIRETORA:** De acordo com o parágrafo 2º do Artigo 11º dos Estatutos Sociais Sr. **Kazuo Yamaoka** - Presidente, que convidou a mim **José Donizeti Luiz** para secretário. **PUBLICAÇÕES:** Rel. da diretoria, balanço patrimonial e demais demonst. financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2025, publicado nos Jornais "O Estado de São Paulo" á fl. B10 no dia 11/03/2026. **CONVOCAÇÃO:** Os Editais foram publicados no jornal "O Estado de São Paulo" às fls B15, B10 e B13 nos dias 10, 11 e 12/03/26, na fora do disposto no artigo 124 da Lei 6.404/76. **ORDEM DO DIA:** A) Exame, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025. B) Destinação do resultado do exercício findo. C) **Eleição dos membros da diretoria para o exercício dos anos de 2026/2027**. D) Outros assuntos de interesse social. **DELIBERAÇÕES:** Todas as matérias constantes da ordem do dia foram analisadas, discutidas, votadas e aprovadas por unanimidade e sem restrições, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, como segue: **A)** Aprovação do Rel. da diretoria, Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025, ficando ratificadas e aprovadas todas as contas, atos, reuniões e deliberações da diretoria. **B)** Que o resultado positivo de 31/12/2025 no valor de R$ 3.812.986,42 (Três milhões oitocentos e doze mil, novecentos e oitenta e seis reais e quarenta e dois centavos), seja transferido para conta de reserva de lucros. **C) Eleição dos membros da diretoria para o exercício de 2026/2027**, de acordo com o parágrafo 1º do Artigo 9º dos Estatutos Sociais, a saber: **DIRETOR PRESIDENTE: Sr. KAZUO YAMAOKA**, japonês, casado, comerciário, RNE nº W205234-D e CPF 059.405.418-44, residente à Av. Paulista, 1195 – Apto. 124, Bela Vista, São Paulo/SP e **DIRETOR: Sr. MASATO NINOMIYA**, bras. casado, advogado, OAB nº 26.565, RG 4.118.309 e CPF 806.096.277-91, residente à Rua Macapá, nº 104 , Sumaré, São Paulo/SP e declarando igualmente que não estão incursos em nenhuma penalidade da lei que os impeçam de exercer atividades mercantis. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém se manifestou, deu por encerrado os trabalhos por tempo necessário para a lavratura da presente Ata em livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida e achada conforme e aprovada por unanimidade, vai assinada por todos os presentes. Ass.: Kazuo Yamaoka – Presidente; José Donizeti Luiz – Secretário. **ACIONISTAS:** Reinaldo Gow Sato (p.p.Fumio Nakagawa). e Kazuo Yamaoka. Certifico que a presente Ata é cópia fiel do original lavrada em livro próprio. São Paulo, 24 de março de 2026. (aa) Kazuo Yamaoka - Presidente; Fumio Nakagawa - (p.p) Reinaldo Gow Sato; Kazuo Yamaoka - Acionista; Masato Ninomyia - Diretor; José Donizeti Luiz - Secretario. JUCESP - Registro nº 179.653/26-0, em 24.04.2026. (a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu **Regulamento de Compras**, cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br).

CONCORRÊNCIA

FFM 0204/2026-00 - "REFORMA DA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE - LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO – 2º ANDAR DO PAMB"

Câmara Municipal de Mairiporã – Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90002/2026
Órgão/Entidade: Câmara Municipal de Mairiporã – SP
Processo Administrativo nº 624/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de limpeza, higienização e conservação, com disponibilização de mão de obra exclusiva (incluindo supervisão) e fornecimento de materiais de limpeza, saneantes domissanitários, insumos, máquinas e equipamentos necessários à execução dos serviços, para atendimento das necessidades desta Casa, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos. **Tipo:** Menor preço global. **Data de realização da sessão pública:** 18/05/2026, às 9h. **Local de Realização da Sessão Pública:** será realizada por meio eletrônico no Sistema de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras. **Contato:** (11) 4604-0800, ramal 253; e-mail: compras@mairipora.sp.leg.br. **Edital:** disponível em www.mairipora.sp.leg.br, Atividades Legislativas, Portal da Transparência – Licitações e Contratos e no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP.

Yanmar do Brasil S.A.

CNPJ N.º 49.444.888/0001-40 NIRE 35.300.043.529

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 24.03.2.026

DATA, HORA E LOCAL: Às 13:00 horas do dia 24.03.2026, na sede social na Av. Pres. Vargas, 1400, Galpão 1, Bloco A. Indaiatuba/SP. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social com direito a voto, conforme assinaturas apostas no "Livro Presença de Acionistas". **MESA DIRETORA:** De acordo com o Artigo 21º dos Estatutos Sociais, Sr. **GILBERTO SAITO** - Presidente, que convidou a mim, **José Donizeti Luiz** para secretário. **PUBLICAÇÕES**: - Relatório da diretoria, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2025, publicados à pg. B3 no Jornal " O Estado de São Paulo" no dia 06/02/2026; **CONVOCAÇÃO:** Os Editais de convocação foram publicados no Jornal "O Estado de São Paulo", nas pgs. B15, B17 e B7, nos dias 10, 11 e 125 de março de 2026, na forma do disposto no artigo 124 da Lei 6.404/76. **ORDEM DO DIA:** A) Exame, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2025. B) Destinação do resultado do exercício findo. **C) Eleição dos Membros da Diretoria para o exercício dos anos 2026/2027**. D) Outros assuntos de interesse social. **DELIBERAÇÕES:** Todas as matérias constantes da ordem do dia foram analisadas, discutidas, votadas e aprovadas por unanimidade e sem restrições, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, como segue: A) Aprovação do Relatório da diretoria, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2025, ficando ratificadas e aprovadas todas as contas, atos, reuniões e deliberações da diretoria. B) Que o resultado positivo de 31.12.2025 no valor de R$ 4.305.612,07 (Quatro milhões, trezentos e cinco mil, seiscentos e doze reais e sete centavos), seja transferido para conta Lucros acumulados. **C) Eleição dos membros da Diretoria para os exercícios dos anos de 2026/2027**, de acordo com Artigo 12º dos Estatutos Sociais, a saber: **DIRETOR PRESIDENTE:** Sr. **GILBERTO SAITO**, brasileiro, casado, Engenheiro Mecânico, RG.14.834.100-7 e CPF 093.164.768-10, com endereço comercial a Av. Pres. Vargas, 1400-Indaiatuba-SP; **DIRETOR:** Sr. **KAZUO YAMAOKA**, japonês, casado, comerciário, RNE W205234-D e CPF 059.405.418-44, residente e domiciliado à Av. Paulista, 1195, Apto. 124, Bela Vista, São Paulo/SP, e declarando igualmente que se encontram incursos em nenhuma penalidade da lei que os impeçam de exercer atividades mercantis. Conforme o Artigo 17º dos Estatutos Sociais, ficam os senhores diretores dispensados de caucionar ações próprias ou alheias. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, deu por encerrado os trabalhos por tempo necessário para lavratura da presente Ata em livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida e achada conforme e aprovada por unanimidade, vai assinada por todos os presentes. Ass.: Gilberto Saito – Presidente; José Donizeti Luiz - Secretário. **ACIONISTAS:** Yanmar Power Techonology. Ltd (p.p. Masato Ninomiya , e por Imobiliária e Desenvolvimento Sul América S.A. Kazuo Yamaoka. Certifico que a presente Ata é cópia fiel do original lavrada em livro próprio. Indaiatuba, 24 de março de 2.026. (aa) Gilberto Saito - Presidente; Yanmar Power Techonology Ltd. (p.p) Masato Ninomiya; Kazuo Yamaoka - Imobiliária Sul América S.A.; Jose Donizeti Luiz - Secretário. JUCESP - Registro nº 179.652/26-6, em 24.04.2026. (a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

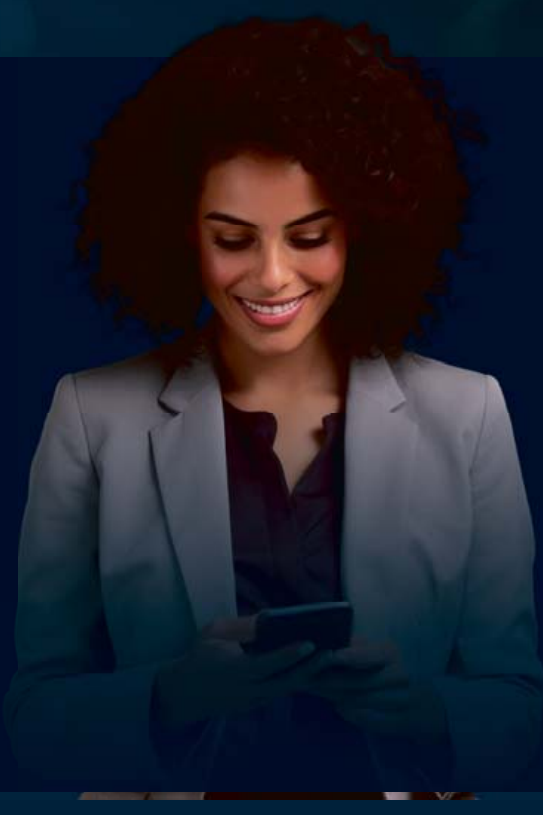
Ines249

TRANSPARÊNCIA É POSICIONAMENTO

DEMONSTRE SEUS RESULTADOS ONDE INVESTIDORES E DECISORES BUSCAM REFERÊNCIA.

O **Estadão** conecta sua empresa ao olhar qualificado do mercado.

Publique seus balanços e atos societários com segurança institucional.



Líder em conteúdo de economia & negócios.

A força do **Estadão**

+56 MM

Impactos/mês

+27,5 MM

De usuários únicos

Líderes e formadores de opinião leem o Estadão diariamente.

Fontes: Google Analytics dez/25 - Mídias Sociais - Seguidores e Inscritos. Estadão WhatsApp, Facebook, TikTok, LinkedIn, Instagram, YouTube, Threads e X (Twitter) em 15/12/25 - Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/25).

ESTADÃO RI

Publicação simultânea na plataforma de relações com investidores.

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

AGÊNCIA ESTADO broadcast ESTADÃO

Ines249

TRANSPARÊNCIA É POSICIONAMENTO

DEMONSTRE SEUS RESULTADOS ONDE INVESTIDORES E DECISORES BUSCAM REFERÊNCIA.

O **Estadão** conecta sua empresa ao olhar qualificado do mercado.

Publique seus balanços e atos societários com segurança institucional.

ESTADÃO RI

Publicação simultânea na plataforma de relações com investidores.

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

AGÊNCIA ESTADO broadcast ESTADÃO

RDA IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

Companhia Fechada

CNPJ n° 12.647.827/0001-70 - NIRE 35.300.580.788

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 23/04/2026, às 10h00 (dez horas), foi realizada uma AGE, de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico de participação à distância, da **RDA IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E SERVIÇOS S.A.** ("Cia. ou Emitente"), localizada em São Paulo/SP, Rua Marcial, n° 184, Bairro Mooca, CEP 03.169-040 ("Assembleia"). **2. MESA:** Richard de Albanesi Professiori - Presidente; e Ricardo Perpétuo - Secretário. **3. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação ante a verificação da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Cia., nos termos do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76/76, conforme alterada a ("Lei das Sociedades por Ações"). **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** as condições da emissão, pela Cia., de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia real, com garantia fidejussória adicional, objeto do *"Termo de Emissão da 2ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da RDA Importação, Exportação e Serviços S.A."* a ser celebrada entre a Emitente, o Avalista (conforme abaixo definido) e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, CNPJ/MF nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário representante da comunhão dos interesses dos titulares das Notas Comerciais Escriturais ("Agente Fiduciário"), conforme disposto nos artigos 45 e seguintes da Lei nº 14.195, de 26/08/2021, conforme alterada ("Lei nº 14.195", "Notas Comerciais Escriturais", "Termo de Emissão" e "Emissão", respectivamente); **(ii)** as condições da oferta pública de distribuição pelo rito de registro automático de distribuição das Notas Comerciais Escriturais, nos termos da Lei nº 6.385, de 7/12/1976, conforme alterada ("Lei de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, no montante total de R$ 60.000.000,00 ("Oferta"); **(iii)** a outorga, pela Cia., da cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes da conta vinculada por onde transitarão recebíveis advindos de determinados contratos comerciais de locação de painéis de LED e demais equipamentos da Cia. em favor dos titulares das Notas Comerciais Escriturais ("Cessão Fiduciária"), para assegurar o pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos no âmbito da Emissão, sejam principais ou acessórios, presentes ou futuros, por meio da formalização do "*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Emitente e o Agente Fiduciário, nos termos do art. 66-B da Lei nº 4.728, os artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, as disposições pertinentes do Código Civil, e demais legislações aplicáveis ("Contrato de Cessão Fiduciária"); e **(iv)** a autorização à administração da Cia. para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas nos itens "(i)", "(ii)" e "(iii)" acima, à Emissão e à Oferta, incluindo, mas não se limitando a, negociação e a celebração do Termo de Emissão, do Contrato de Distribuição e os Contratos de Cessão Fiduciária, bem como celebrar todos os documentos necessários para depósito das Notas Comerciais Escriturais na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"). **5. DELIBERAÇÕES:** Instalada a Assembleia, foram tomadas as seguintes deliberações, sem qualquer restrições, por unanimidade de votos dos acionistas representando a totalidade do capital social da Cia.: **(A)** Aprovar a Emissão e a Oferta pela Cia., nos seguintes termos e condições: **(i) Número da Emissão:** a Emissão constitui a 2ª emissão de notas comerciais escriturais da Cia.; **(ii) Valor Total da Emissão:** R$60.000.000,00 na Data de Emissão (conforme definido abaixo); **(iii) Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais Escriturais será a data a ser prevista no Termo de Emissão ("Data de Emissão"); **(iv) Série:** A Emissão será realizada série única; **(v) Público-alvo**: A Oferta terá como público-alvo exclusivamente Investidores Profissionais (conforme abaixo definido). Nos termos dos artigos 11 e 13 da Resolução CVM nº 30, de 11/05/2021, conforme alterada ("Resolução CVM 30"), e para fins da Oferta, serão considerados "Investidores Profissionais": (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) Cias. seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$ 10.000.000,00 e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo A à Resolução CVM 30; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) assessores de investimento, administradores de carteira de valores mobiliários, analistas de valores mobiliários e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; (viii) investidores não residentes; e (ix) fundos patrimoniais; **(vi) Procedimento de Distribuição:** as Notas Comerciais Escriturais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, em regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão, com a intermediação de uma instituição financeira atuando na qualidade de coordenador da Oferta ("Coordenador Líder"), nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública pelo Rito de Registro Automático, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, da 2ª Emissão da RDA Importação, Exportação e Serviços S.A.*", a ser celebrado entre a Emitente e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"); **(vii) Prazo e Datas de Vencimento:** Observado o disposto no Termo de Emissão, o vencimento final das Notas Comerciais Escriturais ocorrerá em data a ser prevista no Termo de Emissão ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais ou de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido no Termo de Emissão) da totalidade das Notas Comerciais Escriturais, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, nos termos do Termo de Emissão; **(viii) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais será de R$1.000,00, na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **(ix) Quantidade de Notas Comerciais Emitidas:** Serão emitidas 60.000 Notas Comerciais Escriturais; **(x) Remuneração das Notas Comerciais Escriturais:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over* extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* (sobretaxa) de 3,00% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Sobretaxa" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração" ou "Remuneração das Notas Comerciais Escriturais"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, desde a Data de Início da Rentabilidade, ou Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais (conforme definido abaixo) imediatamente anterior (inclusive), até a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais em questão, data de pagamento por vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo) ou na data de uma eventual Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) que resulte no resgate da totalidade das Notas Comerciais Escriturais, o que ocorrer primeiro (exclusive); **(xi) Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais:** O pagamento efetivo da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais será feito (i) mensalmente, sem carência, sempre no dia 10 de cada mês, sendo o primeiro pagamento em 10/04/2026 e o último na Data de Vencimento, conforme disposto no Termo de Emissão; (ii) na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado; e/ou (iii) na data em que ocorrer o resgate antecipado das Notas Comerciais Escriturais, conforme previsto no Termo de Emissão (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). O pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais será feito pela Emitente aos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, de acordo com as normas e procedimentos da B3; **(xii) Amortização do Valor Nominal Unitário:** Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado, nos termos previstos no Termo de Emissão e na legislação aplicável, o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais será amortizado mensalmente, a partir do 13º mês (inclusive) contado da Data de Emissão, sempre no dia 10 de cada mês, sendo o primeiro pagamento em 10/05/2027 e o último na Data de Vencimento, conforme cronograma constante do Anexo I do Termo de Emissão (cada uma, uma "Data de Pagamento da Amortização") **(xiii) Local de Pagamento**: Os pagamentos a que fizerem jus as Notas Comerciais Escriturais serão efetuados pela Emitente no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3, para as Notas Comerciais Escriturais custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Notas Comerciais Escriturais que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na B3; **(xiv) Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente; **(xv) Conversibilidade:** As Notas Comerciais não serão conversíveis em quotas, ações, bônus de subscrição ou qualquer instrumento que represente a posse de parte ou do todo do capital social da Emitente ou de emissão da Emitente; **(xvi) Amortização Antecipada Obrigatória:** As Notas Comerciais não poderão ter amortização antecipada compulsória; **(xvii) Resgate Antecipado Obrigatório Taxa DI:** Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emitente e os Titulares de Notas Comerciais Escriturais representando, no mínimo, 75% das Notas Comerciais Escriturais em circulação, em primeira ou segunda convocação, a Emitente deverá resgatar a totalidade das Notas Comerciais Escriturais, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data da realização da respectiva AG de Titulares de Notas Comerciais Escriturais, pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculadas *pro rata temporis*, a partir da Primeira Data de Integralização, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso; **(xviii) Resgate Antecipado Facultativo:** A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais Escriturais, sendo vedado o resgate parcial, com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais Escriturais, de acordo com os termos e condições previstos no Termo de Emissão; **(xix) Amortização Extraordinária Facultativa:** A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar a amortização extraordinária das Notas Comerciais Escriturais limitada a até 98% do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Notas Comerciais Escriturais mediante notificação prévia aos Titulares de Notas Comerciais Escriturais com cópia para o Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador e B3 ou, alternativamente, mediante publicação de aviso aos Titulares de Notas Comerciais Escriturais nos termos do Termo de Emissão, com antecedência mínima de 10 Dias Úteis do pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa. **(xx) Oferta de Resgate Antecipado:** A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, a partir da Data de Emissão, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais Escriturais, com o consequente cancelamento da Notas Comerciais Escriturais, endereçada para a totalidade dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, sem distinção, assegurada igualdade de condições para todos os Titulares de Notas Comerciais Escriturais para aceitar a oferta de resgate antecipado das Notas Comerciais Escriturais de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos do Termo de Emissão; **(xxi) Aquisição Antecipada Facultativa**: A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, condicionado ao aceite do respectivo Titular das Notas Comerciais Escriturais vendedor, a qualquer momento, adquirir Notas Comerciais Escriturais por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, observado o disposto no art. 55, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emitente, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras estabelecidas na Resolução da CVM nº 77, de 29/03/2022, conforme alterada; **(xxii) Vencimento Antecipado Automático:** As Notas Comerciais estarão sujeitas às hipóteses de vencimento antecipado, de forma automática e não automática, a serem definidas no Termo de Emissão; **(xxiii) Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais e do disposto no Termo de Emissão, ocorrendo atraso imputável à Emitente no pagamento de qualquer quantia devida aos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% ao mês sobre o montante devido e não pago, além das despesas incorridas para cobrança; **(xxiv) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade das Notas Comerciais Escriturais**: As Notas Comerciais Escriturais serão emitidas sob a forma escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais Escriturais será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, na qualidade de responsável pela escrituração das Notas Comerciais Escriturais, e, adicionalmente, com relação às Notas Comerciais Escriturais que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Titular de Notas Comerciais Escriturais, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais Escriturais; **(xxv) Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos captados pela Emitente por meio das Notas Comerciais Escriturais serão usados para a liquidação da exposição detida com o Banco Bradesco S.A. em linhas bancárias de **(i)** Operação 4.131 com Swap nº 336824 - Luxemburgo, celebrado em 30/08/2024, no valor de US$ 2.000.000,00; **(ii)** Capital de Giro - FGI nº 016044880, celebrado em 27/01/2023, no valor de R$ 3.000.000,00; **(iii)** Capital de Giro - FGI nº 016156453, celebrado em 05/05/2023, no valor de R$ 2.000.000,00; e **(iv)** Capital de Giro - FGI nº 017297162, celebrado em 29/08/2025, no valor de R$ 4.890.000,00 e o residual será usado para pagamento futuro ou reembolso, conforme aplicável, para investimentos de bens de capital (Capex) da Emitente e uso geral no curso normal de seus negócios; **(xxvi) Registro Anbima**: A Oferta será objeto de registro na ANBIMA, nos termos do art. 19 do "Código de Ofertas Públicas" ("Código ANBIMA") e dos artigos 15 e 19, § 1º, das "Regras e Procedimentos de Ofertas Públicas" ("Regras e Procedimentos da ANBIMA", em conjunto com Código ANBIMA, "Normativos ANBIMA"), ambos expedidos pela ANBIMA, conforme em vigor, no prazo máximo de 7 dias a contar da data de divulgação do Anúncio de Encerramento. **(xxvii) Aval:** Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios, devidos pela Emitente nos termos das Notas Comerciais Escriturais e do Termo de Emissão, bem como eventuais indenizações, honorários devidos ao Agente Fiduciário e/ou ao Escriturador, gastos com assessores legais e/ou honorários advocatícios sucumbenciais, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, inclusive em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais Escriturais e do Termo de Emissão ("Valor Garantido"), nos termos do art. 897 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada ("Código Civil"), a RDA Holding Participações Investimentos e Serviços Ltda. CNPJ/MF nº 28.509.477/0001-16, na condição de avalista ("Avalista"), neste ato, se obriga, solidariamente com a Emitente, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Titulares de Notas Comerciais Escriturais, representados pelo Agente Fiduciário, como Avalista e principal pagador, responsável pelo Valor Garantido, até o pagamento integral do Valor Garantido, quer seja pela Emitente ou pelo Avalista, independentemente de outras garantias contratuais que possam vir a ser constituídas pela Emitente no âmbito da Oferta ("Aval"); **(xxviii) Garantia Real:** A garantia real será formalizada por meio do Contrato de Cessão Fiduciária e seus eventuais aditamentos; **(xxix) Depósito para Distribuição e Negociação:** As Notas Comerciais Escriturais serão depositadas para: **(i)** distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e **(ii)** a negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Notas Comerciais Escriturais custodiadas eletronicamente na B3; **(xxx) Classificação de Risco**: Não será contratada agência de classificação de risco para atribuição de rating às Notas Comerciais Escriturais; e **(xxxi) Formador de Mercado**: Em conformidade com o disposto no art. 4º, inciso II, das Regras e Procedimentos ANBIMA, o Coordenador Líder recomendou à Emitente a contratação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários para realizar a atividade de formador de mercado para as Notas Comerciais Escriturais, com a finalidade de fomentar a liquidez das Notas Comerciais Escriturais. Contudo, apesar da recomendação do Coordenador Líder, a Emitente optou por não contratar instituição para prestação do serviço de formador de mercado. **(B)** Autorizar a Cia. a outorgar a seguinte garantia real em favor dos titulares das Notas Comerciais Escriturais, representados pelo Agente Fiduciário, para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento do pagamento integral de todas e quaisquer Obrigações Garantidas (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e das demais obrigações assumidas no âmbito do Termo de Emissão, no documento de garantia abaixo descrito, bem como no âmbito de quaisquer outros contratos e/ou instrumentos a eles relacionados: **(i)** Cessão Fiduciária: Para garantir o fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emitente e/ou pela Avalista nos termos do Termo de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), incluindo, mas sem limitação, **(i)** as obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, da Remuneração, dos Encargos Moratórios, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais, ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos deste Termo de Emissão; **(ii)** todos e quaisquer outros pagamentos devidos pela Emitente e/ou pela Avalista no Termo de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária e nos demais documentos da Emissão, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando, às obrigações de pagar despesas, custos, encargos, multas e/ou comissões relativas às Notas Comerciais Escriturais subscritas e integralizadas, ao Termo de Emissão e à totalidade das obrigações acessórias, bem como os honorários do Agente Fiduciário; e **(iii)** o ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Titulares de Notas Comerciais Escriturais (conforme definido no Termo de Emissão) venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção da Cessão Fiduciária, bem como todos e quaisquer custos e/ou despesas incorridas pelos Titulares de Notas Comerciais Escriturais e/ou pelo Agente Fiduciário em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais e da excussão da Cessão Fiduciária, nos termos dos respectivos contratos, conforme aplicável ("Obrigações Garantidas"), a Emitente, de forma irrevogável e irretratável, cede e transfere fiduciariamente em garantia, nos termos do art. 66-B da Lei nº 4.728, de 14/07/1965, conforme em vigor ("Lei 4.728/65"), com a nova redação dada pelo art. 55 da Lei nº 10.931, de 2/08/2004, conforme em vigor, dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514 de 20/11/1997, conforme aplicável e em vigor, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta aos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, representados pelo Agente Fiduciário e seus sucessores, para os fins e efeitos do inciso IV do art. 1.362 do Código Civil, nos termos do "*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças*" ("Contrato de Cessão Fiduciária"), de: **a.** de direitos creditórios, de titularidade da Emitente, advindos de determinados contratos comerciais de locação de painéis de LED e demais equipamentos da Emitente, conforme detalhados no Anexo IV do Contrato de Cessão Fiduciária ("Contratos Comerciais"), incluindo os direitos principais e acessórios, atuais ou futuros, inclusive seus aditamentos, multas, acréscimos, garantias, direitos ou opções ("Direitos Creditórios Contratos"); **b.** todos os direitos creditórios, atuais e/ou futuros, principais e acessórios, da conta vinculada nº 96176, agência 1416, de titularidade da Emitente, mantida junto ao Banco Depositário (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e movimentável exclusivamente pelo Banco Depositário ("Conta Vinculada - Fluxo"), na qual deverão transitar recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Contratos da Emitente ("Direitos Creditórios Conta Vinculada - Fluxo"); **c.** da conta corrente nº 96583, de titularidade da Emitente, agência 1416, mantida junto ao Banco Depositário ("Conta Vinculada - Aplicação Financeira" e, quando referida em conjunto com a Conta Vinculada - Fluxo, as "Contas Vinculadas"), em que será retido o Montante Mínimo Retido (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), decorrente de títulos de emissão do Banco Depositário, quais sejam, certificados de depósito bancário ("CDB"), letras de crédito imobiliário ("LCI"), letras de crédito do agronegócio ("LCA"), letras financeiras ("LF"), e em fundos de investimentos classificados como renda fixa, sendo certo que a escolha das aplicações financeiras será feita pela Emitente ("Direitos Creditórios - Aplicação Financeira"); e **d.** de todos e quaisquer direitos, atuais e/ou futuros, detidos e a serem detidos pela Emitente, com relação às Contas Vinculadas, quaisquer valores ou recursos nelas depositados e/ou a serem depositados, a qualquer tempo, independente da fase em que se encontrem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, nos termos aqui previstos, quaisquer investimentos, recursos, direitos, rendimentos, remunerações, frutos, acréscimos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados às Contas Vinculadas, incluindo-se os recursos investidos nos Investimentos Permitidos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) ("Rendimentos", e quando em conjunto com os Direitos Creditórios Contratos, os Direitos Creditórios Conta Vinculada - Fluxo e os Direitos Creditórios Conta Vinculada - Aplicação Financeira, os "Direitos Cedidos" e, respectivamente, "Cessão Fiduciária"). **(C)** Autorizar a administração da Cia. a praticar todos e quaisquer atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários à execução das deliberações ora aprovadas, incluindo, mas sem limitação, praticar os atos necessários à: **(a)** celebração dos seguintes documentos, seus eventuais aditamentos e documentos que deles derivem: **(i)** Termo de Emissão; **(ii)** Contratos de Cessão Fiduciária; e **(iii)** Contrato de Distribuição e outros documentos necessários à realização da Emissão e à outorga da Cessão Fiduciária, **(ii)** incluindo seus eventuais aditamentos e procurações eventualmente necessárias à realização de registros e excussão de garantias; e **(b)** contratação do Banco Liquidante, do Escriturador, do Agente Fiduciário, do Banco Depositário, dos assessores jurídicos, e das demais instituições cuja contratação eventualmente se faça necessária para a realização da Emissão e para a outorga da Cessão Fiduciária, fixando-lhes os respectivos honorários. A administração da Cia. fica também autorizada a realizar a publicação e o registro dos documentos de natureza societária ou outros relativos à Emissão perante os órgãos competentes, inclusive o respectivo pagamento de eventuais taxas que se fizerem necessárias. **(D)** Ratificar todos e quaisquer atos até então adotados pela Cia. para a implementação da Emissão e da Oferta, conforme as deliberações constantes na ordem do dia. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa para lavratura da presente ata, que foi lida e aprovada eletronicamente pelos acionistas titulares da totalidade das ações representativas do capital social da Cia. **7. ASSINATURAS:** Richard de Albanesi Professiori - Presidente; e Ricardo Perpétuo - Secretário. **Acionistas Presentes:** Richard de Albanesi Professiori e RDA Holding Participações Investimentos e Serviços Ltda. (*p.p. Richard de Albanesi Professiori).* São Paulo/SP, 23/04/2026 Mesa: **RICHARD DE ALBANESI PROFESSIORI -** Presidente, **RICARDO PERPÉTUO -** Secretário. Acionistas Presentes: **RICHARD DE ALBANESI PROFESSIORI, RDA HOLDING PARTICIPAÇÕES INVESTIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. -** *p.p. Richard de Albanesi Professiori.*

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTE RODOVIARIOS DE ITÁPOLIS - SP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

O Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviários de Itápolis - SP, CNPJ: 02.344.168/0001-40 vem através do seu presidente Daniel de Oliveira com endereço para correspondência na Avenida dos Amaros nº 873, Bairro: centro, Itápolis - SP, CEP: 14900-225, convoca todos os trabalhadores em transportes rodoviários, de passageiros, transportes urbanos, suburbanos, fretamentos, turismo e transportes escolar, transportes de cargas secas e molhadas, ajudantes de caminhão, arrumadores de cargas, operadores de empilhadeiras, entregador das empresas de gás liquefeito de petróleo – (GLP), tratoristas e operadores de máquinas agrícolas motorizadas das usinas de açúcar e destilarias de álcool no município de Itápolis no Estado de São Paulo, para a Assembleia Geral, no dia **20/05/2026** às **18h00 em 1ª convocação** e às **19h00 em 2ª convocação** na Avenida dos Amaros nº 873, Bairro: centro, Itápolis - SP, CEP: 14900-225, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Alteração Estatutária; 2) Aprovação do Estatuto Social com a alteração estatutária.

Itápolis-SP, 28 de abril de 2026
Daniel de Oliveira
Presidente da entidade

STC - SISTEMA DE TRANSMISSÃO CATARINENSE S.A.

CNPJ nº 07.752.818/0001-00 - NIRE nº 42.3.0003005-8

COMUNICADO

Comunicamos que a STC - SISTEMA DE TRANSMISSÃO CATARINENSE S/A possuirá disponibilidade para compartilhamento de infraestrutura Classe 3, de 02 (duas) Fibras Ópticas não ativadas, nos termos da Resolução Conjunta ANEEL, ANATEL e ANP nº 001/99, no trecho da Subestação Lages até a Subestação Rio do Sul com extensão de 106 km, conforme termos e condições disponíveis aos possíveis interessados através do e-mail: masilva@tbe.com.br.

HBR 66 - Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 40.737.912/0001-65 - NIRE 35 236 820 361

Extrato da Ata da Reunião de Sócios Realizada em 24/03/2026

Em 24/03/2026, às 08:30min, na sede social em Mogi das Cruzes/SP, com a totalidade do capital social. **Mesa Diretora:** Alexandre Reis Nakano (presidente da mesa e administrador da sociedade) e Carlos Eduardo Toledo Ferraz (administrador de uma das sócias). **Deliberação:** Feitos os esclarecimentos sobre a matéria em pauta, os sócios aprovaram por unanimidade a redução do capital social de R$ 33.010.000,00 para R$ 14.210.000,00 mediante o cancelamento de 18.800.000 quotas e o rateio dos R$ 18.800.000,00 representativos de tais quotas, conforme a participação de cada sócio na sociedade. O montante devido aos sócios em razão da redução das respectivas participações societárias será pago pela administração da Sociedade em moeda corrente nacional, sendo que os sócios se comprometem, neste ato, a restituir para o patrimônio da Sociedade o valor total recebido, caso haja a oposição de algum credor, nos termos do artigo 1.084 e parágrafos do Código Civil. Ficam os administradores da sociedade autorizados a tomarem todas as providências necessárias para fazer valer as matérias decididas e aprovadas nesta reunião. Nada mais. **Mesa:** Alexandre Reis Nakano - *Presidente;* Carlos Eduardo Toledo Ferraz - *Secretário*. **Mesa: HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A. -** *Alexandre Reis Nakano, Alexandre Dalpiero de Freitas;* **TF 45 Empreendimento Imobiliário Ltda. -** *Carlos Eduardo Toledo Ferraz, Cid Vinhate Ferrari Filho;* **Landcorp Empreendimentos e Participações Ltda. -** *Caio Cotait Maluf;* **L2 Empreendimentos e Participações Ltda. -** *Murilo Reggiani;* **TMB3 do Brasil Participações Ltda. -** *Thomaz Andrade Conde.*

ESTADÃO RI

Publicação simultânea na plataforma de relações com investidores.

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

AGÊNCIA ESTADO broadcast ESTADÃO

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 43.776.491/0001-70

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026 - UASG 263101

PROCESSO CETESB Nº 43/2025/308 e-Ambiente: 050396/2025-79

A CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO torna público que realizará Pregão eletrônico em conformidade com a LF nº 13.303/16, seu Regulamento Interno de Licitações e subsidiariamente com o Art. 28, Inc. I da LF nº 14.133/21, visando do fornecimento de ULTRAFREEZER.
Endereços para consulta do edital: www.gov.br/compras ; www.cetesb.sp.gov.br/acontece/licitacoesecontratos ; www.doe.sp.gov.br/e-negocios-publicos
Início da abertura da sessão pública: 13/05/2026 às 09:00h.
A Sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada por meio do Sistema COMPRAS.GOV.BR - www.gov.br/compras/pt-br.

CETESB — Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Ines249

CYNTHIA DECLOEDT, ALTAMIRO SILVA JUNIOR
E JÚLIA PESTANA
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
X: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

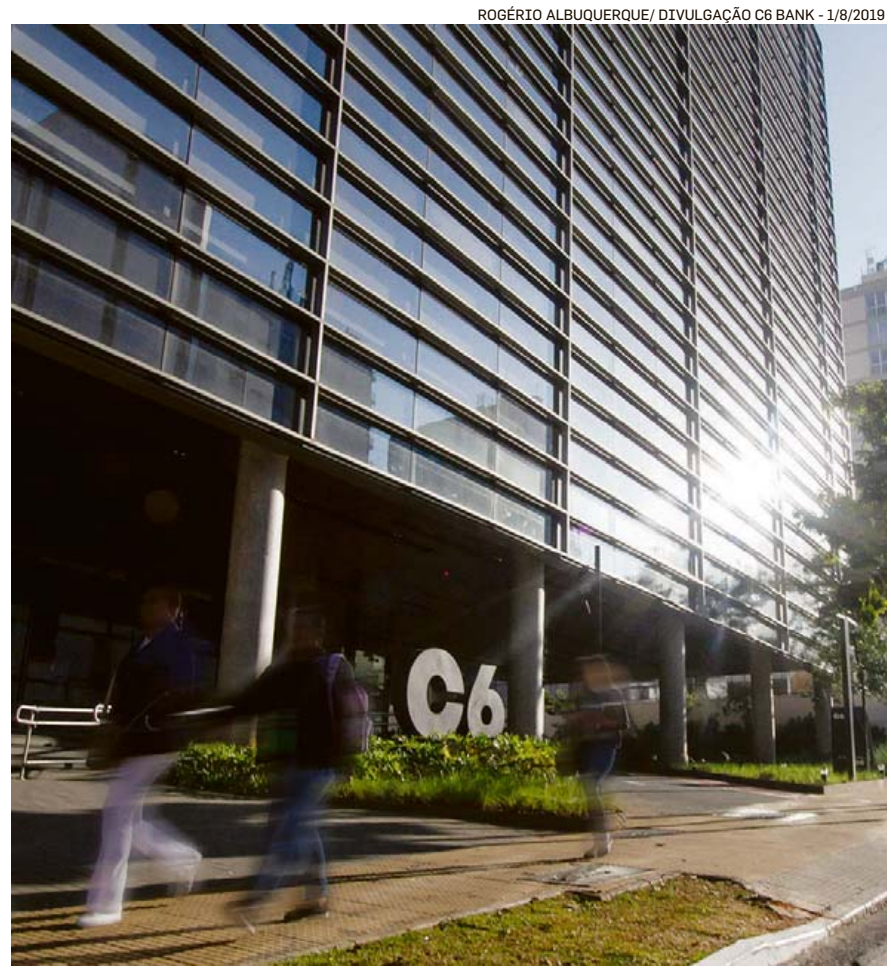
Coluna do Broadcast

C6 adia estreia em emissões no exterior com mercado volátil

Taxa exigida pelos investidores era maior do que a prevista inicialmente

O C6 Bank engavetou a emissão de títulos de dívida (bonds) de três anos que pretendia realizar no exterior, que marcaria sua estreia no mercado internacional de dívida. O banco fez encontros na semana passada com investidores, que exigiram prêmio maior do que o inicialmente sinalizado pelas instituições coordenadoras da operação. Segundo fontes, o C6 tinha intenção de captar ao menos US$ 300 milhões. A emissão teria a International Finance Corporation (IFC) como âncora em montante de até US$ 50 milhões. No entanto, O CFO do C6, Philippe Katz, disse à *Coluna* que não está descartada uma emissão privada somente junto à IFC. "Vamos sentar e conversar e ver qual o melhor cenário", disse. Segundo ele, os bancos coordenadores sinalizaram aos investidores uma taxa de retorno ao redor de 6,20%, mas o prêmio pedido estava em torno de 6,50%. O C6 queria diversificar suas fontes de captação junto a estrangeiros, mas não a qualquer preço. "Nesse patamar de taxa, não faz sentido essa diversificação."

ROGÉRIO ALBUQUERQUE/ DIVULGAÇÃO C6 BANK - 1/8/2019



Inapetência ● O ambiente de volatilidade pelas idas e vindas do conflito no Oriente Médio está deixando o investidor mais arredio ao risco e a nomes novos, dizem fontes

Plano geral é captar US$ 5 bilhões

A operação estava sendo coordenada pelo JP Morgan, que tem participação no C6, tendo o Bradesco BBI, Deutsche Bank, Goldman Sachs, Itaú BBA, Safra e UBS Investment Bank no sindicato. A captação faz parte de um programa de títulos de prazo médio e seniores que visa conseguir até US$ 5 bilhões, segundo a Moody's.

300 milhões
de dólares, é quanto o C6 pretendia captar em sua primeira emissão de títulos de dívida no exterior

US$ 2 bilhões
foi o valor levantado lá fora por Minerva, J&F, Banco do Brasil e Rede D'Or no período de 15 a 22 de abril

● **VOLÁTIL.** O ambiente de volatilidade pelas idas e vindas do conflito no Oriente Médio está deixando o investidor mais arredio ao risco e a nomes novos, disseram fontes que costumam comprar papéis de dívida lá fora. O C6 tentava aproveitar uma pequena janela que se abriu com um breve arrefecimento na tensão, a partir de indicações de que os Estados Unidos e o Irã estavam dispostos a cessar o conflito e reabrir o Estreito de Ormuz, passagem do Golfo Pérsico ao mar aberto por onde é escoada uma parte relevante da produção mundial de petróleo.

● **JANELA.** Nesse período, de 15 a 22 de abril, quatro empresas (Minerva, J&F, Banco do Brasil e Rede D'Or) levantaram US$ 2 bilhões com a emissão de bonds, enquanto o Tesouro brasileiro fez sua maior captação, de 5 bilhões de euros. No início de abril, a JBS USA captou US$ 500 milhões.

● **ANTES.** Antes disso, a última captação tinha sido do Tesouro, de US$ 4,5 bilhões, no início de fevereiro. Entre o primeiro e o segundo mês de 2026, dois bancos (BTG e Bradesco) captaram US$ 750 milhões cada. Sabesp levantou US$ 1,5 bilhão e Azul, US$ 1,3 bilhão, dentro de seu plano de recuperação judicial. Outros US$ 500 milhões foram levantados pela FSBio.

● **TEM ESPAÇO.** O varejo alimentar apoia a adoção da jornada 5x2, mas defende a criação de um modelo de contratação por hora para evitar aumento de custos e preservar a competitividade, especialmente entre empresas de menor porte, disse à *Coluna* o presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), João Galassi.

● **NA CONTA.** Segundo o empresário, estudos do setor indicam que o 5x2 é viável do ponto de vista operacional, mas a combinação com a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, sem mecanismos de flexibilização, pode pressionar a estrutura de custos das empresas.

● **COMO É.** A principal proposta da Abras é a adoção do chamado modelo "horista", no qual o trabalhador é remunerado por hora, mantendo todos os direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como férias e FGTS. De acordo com Galassi, o formato permitiria ajustar as escalas à demanda das lojas e reduzir a necessidade de contratações adicionais.

● **CUSTOS.** A proposta é defendida pelo setor no Congresso Nacional por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que já reuniu 171 assinaturas, mas ainda não avançou para votação. Apesar do avanço institucional, Galassi avalia que a mudança na jornada, sem a criação de um modelo mais flexível, pode ter impacto relevante sobre o setor, especialmente entre pequenos e médios varejistas, que operam com equipes enxutas.

SOBE

Gerdau e Metalúrgica lideram altas do Ibovespa após balanço

As ações da Gerdau e da Metalúrgica Gerdau subiram 4,16% e 4,55% ontem, respectivamente. O apetite refletiu a boa receptividade ao balanço do primeiro trimestre da Gerdau que, na visão do Itaú BBA, veio acima do esperado, puxado pela América do Norte.

DESCE

Resultados desapontam e Assaí recua 5,74% na Bolsa

Segunda maior queda do Ibovespa, as ações do Assaí caíram 5,74% ontem, refletindo o desapontamento do investidor com o resultado do primeiro trimestre, considerado "fraco" pela Ativa Investimentos, "frustrante" pelo Safra e "sem surpresas" pelo Itaú BBA.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 188.618,69 PTS. | Dia -0,51% | Mês 0,62% | Ano 17,06%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
GERDAU MET PN N1	9,87	4,44	12.398
GERDAU PN N1	22,51	3,92	34.609
COSAN ON NM	5,18	3,60	28.144

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

HAPVIDA ON NM	12,01	-8,67	21.506
ASSAI ON NM	9,00	-6,05	21.508
CYRELA REALTPN	21,85	-3,57	3.051

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

25/4 a 25/5	0,1388	0,9411	0,6395	0,5000
26/4 a 26/5	0,1688	0,9908	0,6696	0,5000
27/4 a 27/5	0,1706	1,0405	0,6715	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	49.141,93	-0,05	6,04	2,24
FRANKFURT - DAX	24.018,26	-0,27	5,90	-1,93
LONDRES - FTSE	10.332,79	0,11	2,02	4,04
TÓQUIO - NIKKEI	59.917,46	-1,02	17,34	19,03

TESOURO DIRETO (*)

	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/8/2032	7,59	2.965,10
	15/8/2040	7,05	1.779,59
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2037	7,35	4.368,70
PREFIXADO	1º/1/2029	13,62	712,49
	1º/1/2032	13,72	484,08
SELIC	1º/3/2031	0,08	18.821,73

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Fevereiro	Março	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,56	0,91	1,87	3,77
IGP-M (FGV)	-0,73	0,52	0,19	-1,83
IGP-DI (FGV)	-0,84	1,14	0,50	-1,30
IPC (FIPE)	0,25	1,02	0,46	3,51
IPCA (IBGE)	0,70	0,88	1,92	4,14
CUB (Sinduscon)	0,10	0,10	2,28	5,95
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,25	0,42	0,83	4,36

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	0,9817	IPCA (IBGE)	1,0414
IGP-DI (FGV)	0,9870	INPC (IBGE)	1,0377
IPC-FIPE	1,0351	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (ABRIL)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.621,00	7,5%
DE R$ 1.621,01 ATÉ R$ 2.902,84	9%
DE R$ 2.902,85 ATÉ R$ 4.354,27	12%
DE R$ 4.354,28 ATÉ R$ 8.475,55	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.621,00 A 8.475,55	20%	DE 324,20 A 1.695,11

VENCIMENTO 15/05. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	14,43	-0,14	-1,43	-3,15
CDI	14,65	0,00	0,00	-1,68

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/26	14,11	34.352	13,83	14,16	0,27
CAFÉ NY*	JUL/26	290,70	80.650	288,75	294,60	3,65
SOJA CBOT**	MAI/26	11,73	61.524	11,67	11,777	-1,75
MILHO CBOT**	JUL/26	4,76	736.653	4,687	4,76	6,25

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

SOJA	Ult. Var. (%)	Var. 1 ano(%)
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	121,83	0,71	-6,19
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	358,40	-2,30	10,65
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	66,67	0,00	-17,17
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1774,88	-9,15	-33,23

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	4,9824	0,01	-3,79	-9,23
DÓLAR TURISMO	5,1570	0,10	-4,22	-8,14
EURO	5,8350	-0,09	-2,54	-9,51
OURO US$/ONÇA-TROY	4593,50	-83,40	-2,71	4,33
WTI US$/BARRIL	99,5400	3,03	-1,83	73,54
IBRENTUS$/BARRIL	104,000	-4,32	0,52	70,86

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,1715	1,3522	0,2010
EURO	0,854	1,0000	1,1543	0,1709
FRANCO SUÍÇO	0,789	0,9245	1,0672	0,1580
LIBRA ESTERLINA	0,740	0,8663	1,0000	0,1486
IENE	159,610	186,9395	215,8210	31,9450

AS MOEDAS NA VERTICAL: VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

Ines249

Indiana Seguros

Indiana Seguros S.A.

CNPJ nº 61.100.145/0001-59 - NIRE 353.000.148-39

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 24 de Fevereiro de 2026

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 24 de fevereiro de 2026, às 11:00 (onze) horas, na sede da **Indiana Seguros S.A.**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 61.100.145/0001-59, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, nº 110 - 13º andar - Parte E - Brooklin Novo, CEP 04571-020 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), em virtude da presença de sua única Acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de "Presença de Acionistas" da Companhia. **3. Mesa:** Presidida pelo Sr. **Eduardo Stefanello Dal Ri** e secretariada pelo Sr. **Reinaldo Amorim Lopes**. **4. Ordem do dia:** As matérias que compõem a ordem do dia são as seguintes: **4.1.** Deliberar sobre a inclusão do novo Parágrafo 3º no artigo 10 do Estatuto Social da Companhia para formalizar que a Diretoria deverá designar, por deliberação em Reunião de Diretoria, um ou mais representantes legais perante a Receita Federal do Brasil, investidos de poderes gerais para cumprimento das obrigações fiscais e acessórias da Companhia, incluindo a obtenção e/ou renovação do certificado digital, bem como a prática de todos os atos necessários ao desempenho dessas atividades.**4.2.** Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **4.3.** Deliberar sobre a concessão de autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas nesta data. **5. Deliberações:** De conformidade com a ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas, pela única Acionista da Companhia: **5.1.** Foi aprovada a inclusão do novo parágrafo 3º no artigo 10 do Estatuto Social da Companhia para formalizar que a Diretoria deverá designar, por deliberação em Reunião de Diretoria, um ou mais representantes legais perante a Receita Federal do Brasil, investidos de poderes gerais para cumprimento das obrigações fiscais e acessórias da Companhia, incluindo a obtenção e/ou renovação do certificado digital, bem como a prática de todos os atos necessários ao desempenho dessas atividades. Dessa forma, o artigo 10 do Estatuto Social passa a vigorar acrescido do novo parágrafo 3º abaixo transcrito, permanecendo inalterados o seu caput e os demais parágrafos não expressamente modificados por esse instrumento: *"**Artigo 10 - (...) Paragrafo 3°** - Um ou mais representantes legais perante a Receita Federal do Brasil serão designados pelos Diretores da Companhia, por deliberação em Reunião de Diretoria, e ficarão investidos dos poderes gerais para o cumprimento das obrigações fiscais e acessórias da Companhia, em especial com competência para requerer a obtenção e/ou renovação do certificado digital da Companhia, podendo, para tanto, requerer, registrar, peticionar, prestar esclarecimentos, juntar e retirar documentos e guias, cumprir exigências, acompanhar processos, receber notificações e intimações, solicitar certidões de qualquer natureza, assinar solicitações (termos de titularidade e responsabilidade), bem como praticar quaisquer outros atos necessários ao desempenho das atividades aqui mencionadas."* **5.2.** Em virtude das deliberações anteriores, os acionistas decidiram consolidar o Estatuto Social da Companhia, o qual, já refletidas as alterações ora aprovadas e ratificadas as demais cláusulas não alteradas pelo presente instrumento, passará a vigorar com a redação constante do texto Anexo I à presente Ata. **5.3.** Foi autorizado que a administração da Companhia pratique todos os atos, registros e averbações que se fizerem necessários para a formalização e efetivação das deliberações aprovadas nesta data. **6. Encerramento:** Nada mais sendo tratado, lavrou-se a Ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária, que, depois de lida, foi aprovada pela unanimidade dos Acionistas presentes, que a assinam juntamente com os membros da Mesa. **Declaração:** Declaramos, para os devidos fins que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. São Paulo, 24 de fevereiro de 2026. **Mesa: Eduardo Stefanello Dal Ri -** Presidente da Mesa; **Reinaldo Amorim Lopes -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 179.216/26-0 em 24/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral. **Anexo I - Estatuto Social Consolidado - Indiana Seguros S.A. -** CNJP/ME nº 61.100.145/0001-59 - NIRE 353.000.148-39 - **"Estatuto Social da Indiana Seguros S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Jurisdição e Duração - Artigo 1°** - A Companhia opera sob a denominação de Indiana Seguros S.A. e se rege por este Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2°** - A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira nº 110, Brooklin Novo, CEP 04571-020, a cuja jurisdição está sujeita. **Parágrafo Único** - A Companhia pode, através de deliberação da Diretoria, abrir ou encerrar filiais, de qualquer tipo, em qualquer parte do território nacional, determinando, para todos os fins legais, o capital de cada uma delas. **Artigo 3°** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Objeto Social - Artigo 4°** - A Companhia tem por objeto a realização das operações de seguros de danos e de pessoas, tal como definido na legislação em vigor. **Capítulo III - Capital Social - Artigo 5° -** O capital social, expresso em moeda corrente nacional, é de R$ 311.199.136,67 (trezentos e onze milhões, cento e noventa e nove mil, cento e trinta e seis reais e sessenta e sete centavos), dividido em 37.548.261 (trinta e sete milhões, quinhentas e quarenta e oito mil, duzentas e sessenta e uma) ações, todas nominativas, sem valor nominal, sendo 30.673.261 (trinta milhões, seiscentas e setenta e três mil, duzentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 6.875.000 (seis milhões, oitocentas e setenta e cinco mil) ações preferenciais. **Parágrafo Único** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação integralizada dá ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo IV - Administração - Artigo 6° -** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **Parágrafo 1° -** Além das atribuições e sem perda das demais responsabilidades descritas na Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), o Conselho de Administração e a Diretoria são responsáveis pela estratégia de risco da Companhia, a qual (i) expressa as decisões de longo prazo da Companhia relacionadas à aceitação de riscos; e (ii) define o procedimento para o controle de riscos da Companhia, a ser implementado através de um sistema de monitoramento que possa garantir a identificação de eventos que venham a constituir-se numa ameaça a perenidade da Companhia, conforme definido pelos Manuais de Risco do Grupo Talanx. **Artigo 7° -** O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 3 (três), e, no máximo, 7 (sete) membros eleitos pela Assembleia Geral, que também elegerá o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho. O mandato será de 2 (dois) anos, permitindo-se a reeleição. **Parágrafo 1°** - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, no mínimo, 2 (duas) vezes por ano, dentro de 30 (trinta) dias após a conclusão das Demonstrações Financeiras semestrais, e exigirão um "quórum" de, no mínimo, a maioria dos membros eleitos. As suas deliberações serão tomadas por, pelo menos, os votos favoráveis da maioria dos membros eleitos. As reuniões serão presididas por um membro do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia, indicado pelos membros eleitos, que convidará um outro membro do Conselho de Administração ou da Diretoria para agir como Secretário. **Parágrafo 2° -** Fica facultada a participação dos Conselheiros nas reuniões por telefone, videoconferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. O Conselheiro, nessa hipótese, será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais, e incorporado à ata da referida reunião, devendo ser referendado por escrito pelo Conselheiro ausente no prazo máximo de 30 (trinta) dias e anexado na ata da reunião. **Parágrafo 3° -** Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são atribuídas por Lei: **(a)** aprovar a estrutura da organização; **(b)** estabelecer a política geral dos negócios e os objetivos principais; **(c)** aprovar os orçamentos operacionais e de investimentos e verificar o cumprimento dos mesmos; **(d)** aprovar projetos especiais, inclusive novas linhas de seguros; **(e)** aprovar a cessação de operação em linhas de seguros deficitárias; **(f)** eleger e destituir os membros da Diretoria e estabelecer seus poderes, funções e remuneração; **(g)** estabelecer os limites para as operações previstas no regulamento de competência da Diretoria. **Artigo 8° -** A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 (dois), e, no máximo, 10 (dez) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 9 (nove) Diretores Vice-Presidentes, todos eleitos pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 1°** - Os Diretores permanecerão em seus cargos por um mandato de 2 (dois) anos, permitindo-se a reeleição, e poderão ser substituídos a qualquer momento por deliberação do Conselho de Administração. **Parágrafo 2° -** Compete ao Diretor Vice-Presidente responsável pelos Controles Internos as funções de: **(a)** orientar e supervisionar (i) a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo a integração prevista no artigo 14, inciso I, da Resolução CNSP nº 416/2021, e (ii) as atividades da Unidade de Conformidade e da Unidade de Gestão de Riscos, **(b)** prover a Unidade de Conformidade e a Unidade de Gestão de Riscos com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, em especial quanto ao disposto no artigo 10, § 6º, inciso I da Resolução CNSP nº 416/2021, **(c)** informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, a Diretoria, o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria (na qualidade de Comitê de Riscos) da Companhia acerca de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando a riscos novos ou emergentes, níveis de exposição a riscos, bem como eventuais limitações e incertezas relacionados a sua mensuração, ações relativas à gestão de riscos e deficiências relativas à Estrutura de Gestão de Riscos e ao Sistema de Controles Internos e seu respectivo saneamento, e **(d)** aprovar os relatórios elaborados anualmente pela Unidade de Conformidade e pela Unidade de Gestão de Riscos e encaminhá-los à Diretoria, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria (na qualidade de Comitê de Riscos) da Companhia para ciência e eventuais providências cabíveis. **Parágrafo 3° -** Os Diretores estarão isentos de prestar garantia em relação ao exercício de seus cargos e poderão receber uma remuneração a ser estabelecida pela Assembleia Geral e contabilizada na conta geral de despesas da Companhia. **Artigo 9° -** A Companhia adota um Comitê de Auditoria único, liderado pela HDI Seguros S.A., por ser integrante do conglomerado financeiro do Grupo Talanx, formado por membros com atribuições e encargos estabelecidos na regulação em vigor e em eventuais regulamentos e/ou normas internas, que funcionará também como seu Comitê de Riscos para os fins da Resolução CNSP nº 416/2021, conforme expressamente permitido pela regulamentação aplicável. **Artigo 10 -** A Companhia obrigar-se-á pela: **(a)** assinatura de quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto; **(b)** assinatura de 2 (dois) procuradores em conjunto, sempre que assim determinado na respectiva procuração e na medida dos poderes outorgados pela mesma; **(c)** assinatura de 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, sempre que assim determinado na respectiva procuração e na medida dos poderes outorgados pela mesma; e **(d)** assinatura individual de qualquer Diretor ou de 1 (um) procurador, sempre que assim determinado pela respectiva procuração e na medida dos poderes outorgados pela mesma, ressalvado, entretanto, que a representação individual da Companhia nestas condições se restringirá a: atos de rotina perante repartições públicas e autarquias federais, estaduais e municipais, Secretaria da Receita Federal e suas delegacias, inspetorias e agências, Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), empresas públicas e mistas, Banco Central do Brasil, o Departamento de Comércio Exterior (DECEX), Companhia Brasileira de Correios e Telégrafos, TELESP, ferrovias e empresas de transportes em geral; atos de rotina relacionados ao departamento de recursos humanos (tais como assinar carteiras de trabalho, recibos de férias, de pagamentos, dentre outros); atos de rotina junto a instituições financeiras com as quais a Companhia tenha relacionamento; propostas de contratação de seguro, apólices e atos correlatos nos ramos em que a Companhia estiver autorizada a operar e nos limites das alçadas definidas pela Diretoria; certificados/cartas de cobertura securitária; compra, venda e transferência a terceiros de bens móveis considerados salvados nos limites da alçadas definidas pela Diretoria; propostas para licitações privadas; atuação como preposto diante de tribunais trabalhistas; quitações por pagamentos feitos à Companhia em cheques nominais e endosso de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia; emissão e endosso de duplicatas, letras de câmbio e outros instrumentos negociáveis, exclusivamente para cobrança bancária ou desconto e depósito subsequente em conta da Companhia. Os procuradores "ad judicia" poderão também representar a Companhia individualmente. **Parágrafo 1° -** As procurações "ad negotia" outorgadas em nome da Companhia deverão ser assinadas por 2 (dois) Diretores, ter prazo de validade determinado e vedar o substabelecimento sob pena de nulidade. As procurações outorgadas a advogados, para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, poderão ser assinadas, individualmente, por qualquer um dos Diretores, ter prazo de validade indeterminado e permitir o substabelecimento. **Parágrafo 2° -** Excepcionalmente e mediante prévia aprovação da Diretoria, as procurações "ad negotia" poderão permitir o substabelecimento de toda ou parte dos poderes outorgados, de acordo com os limites e alçadas definidos pela Diretoria. **Paragrafo 3°** - Um ou mais representantes legais perante a Receita Federal do Brasil serão designados pelos Diretores da Companhia, por deliberação em Reunião de Diretoria, e ficarão investidos dos poderes gerais para o cumprimento das obrigações fiscais e acessórias da Companhia, em especial com competência para requerer a obtenção e/ou renovação do certificado digital da Companhia, podendo, para tanto, requerer, registrar, peticionar, prestar esclarecimentos, juntar e retirar documentos e guias, cumprir exigências, acompanhar processos, receber notificações e intimações, solicitar certidões de qualquer natureza, assinar solicitações (termos de titularidade e responsabilidade), bem como praticar quaisquer outros atos necessários ao desempenho das atividades aqui mencionadas. **Artigo 11 -** A prática de atos ou a celebração de acordos e outros documentos que impliquem em obrigações para a Companhia e/ou isentem terceiros de responsabilidades em relação à mesma e que não façam parte da rotina normal dos negócios da Companhia exigirão sempre, para sua implementação, a autorização prévia da Assembleia Geral. **Artigo 12 -** Todo e qualquer ato praticado por Diretores, procuradores ou funcionários da Companhia, estranhos aos objetivos e negócios da Companhia, tais como, avais, fianças, endossos e outras garantias serão expressamente proibidos e legalmente nulos e sem efeito, a não ser que sejam autorizados previamente pelo Conselho de Administração. **Capítulo V - Assembleia Geral - Artigo 13 -** As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias dos Acionistas serão convocadas, instaladas e realizadas com a maioria dos Acionistas e todas as deliberações também deverão ser tomadas pelo voto da maioria dos Acionistas. **Parágrafo Único -** A Assembleia será presidida por um membro do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia, indicado pelos Acionistas, que convidará um outro membro do Conselho de Administração ou da Diretoria para agir como Secretário. **Capítulo VI - Conselho Fiscal - Artigo 14 -** A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto por 4 (quatro) membros e seus respectivos suplentes, sem caráter permanente, que será eleito e instalado pela Assembleia Geral quando assim solicitado por Acionistas, nos termos da lei. **Capítulo VII - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação dos Lucros - Artigo 15 -** O exercício social iniciar-se-á em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo 1° -** O lucro líquido do exercício, apurado na forma da lei, terá a seguinte destinação: **(a)** 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; **(b)** 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei das S.A., para pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos Acionistas, a não ser que os Acionistas decidam de modo contrário; e **(c)** a parcela remanescente do lucro líquido será destinada para a constituição de reserva estatutária a fim de expandir seus negócios sociais. Esta reserva não poderá ultrapassar o montante do capital social, conforme o disposto no artigo 199 da Lei das S.A. e terá por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (ii) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (iii) manter níveis adequados de solvência da Companhia. **Parágrafo 2° -** A Companhia levantará, obrigatoriamente, Demonstrações Financeiras semestrais com o objetivo de demonstrar os lucros do período, e tais lucros poderão ser distribuídos ou capitalizados, por deliberação da Assembleia Geral. **Capítulo VIII - Liquidação - Artigo 16 -** A cessação das operações da Companhia poderá ser: (i) voluntária, por deliberação dos Acionistas em Assembleia Geral, na forma do artigo 13º deste Estatuto Social, que deverá ser submetida ao Ministério da Fazenda, por intermédio da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), para fins do cancelamento da autorização da Companhia para funcionar como sociedade seguradora; ou (ii) compulsória, por ato do Ministério da Fazenda; em ambos os casos observados os termos e o procedimento estabelecido na legislação aplicável. **Capítulo IX - Alterações - Artigo 17 -** Este Estatuto poderá ser alterado a qualquer tempo, em qualquer um dos seus artigos, através de deliberação tomada pela Assembleia Geral por maioria dos votos dos Acionistas, observadas as demais disposições legais. **Capítulo X - Lei Aplicável - Artigo 18 -** Este Estatuto será regido pelas disposições da Lei das S.A., conforme definida acima."

Japão Logística S.A.

CNPJ/MF nº 03.726.905/0001-31

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Relatório da Administração

Senhores acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, colocando-se à disposição para qualquer esclarecimento. São Paulo, 28 de abril de 2026. A Administração.

Aviso: as demonstrações financeiras apresentadas são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. As demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação aplicável, incluindo o respectivo parecer do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/. O referido parecer do auditor independente foi emitido em 28 de abril de 2026, sem modificações.

Balanço Patrimonial

Ativo		
Circulante	**2025**	**2024**
Caixa e equivalentes de caixa	5.671	5.617
Dividendos a receber	6.746	5.737
Total do ativo circulante	12.417	11.354
Não Circulante		
Impostos a recuperar	967	845
Investimentos em coligadas	55.720	48.974
Total do ativo não circulante	56.687	49.819
Total do Ativo	**69.104**	**61.173**
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante	**2025**	**2024**
Contas a pagar	2	12
Obrigações com partes relacionadas	20	20
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	6.850	5.760
Outras obrigações	8	7
Total do passivo circulante	6.880	5.799
Patrimônio Líquido		
Capital social	3.166	3.166
Reserva legal	633	633
Reserva de lucros	55.779	48.821
Ajustes de avaliação patrimonial	2.646	2.754
Total do patrimônio líquido	62.224	55.374
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**69.104**	**61.173**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**3.166**	**633**	**42.955**	**2.861**	**49.615**
Lucro líquido do exercício	-	-	11.519	-	11.519
Dividendos mínimos obrigatórios propostos do exercício	-	-	(5.760)	-	(5.760)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	107	(107)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	**3.166**	**633**	**48.821**	**2.754**	**55.374**
Lucro líquido do exercício	-	-	13.700	-	13.700
Dividendos mínimos obrigatórios propostos do exercício	-	-	(6.850)	-	(6.850)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	108	(108)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	**3.166**	**633**	**55.779**	**2.646**	**62.224**

Demonstrações do Resultado

	2025	2024
Resultado de Equivalência Patrimonial	**13.492**	**11.474**
Despesas/ Receitas Operacionais		
Gerais e administrativas	(494)	(518)
Resultado financeiro, líquido	744	577
Lucro Operacional Antes do IR e da CS	**13.742**	**11.533**
IR e CS	**(42)**	**(14)**
Lucro Líquido do Exercício	**13.700**	**11.519**
Lucro Líquido por Ação (Básico e Diluído) - R$	**2,21**	**1,86**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício	**13.700**	**11.519**
Outros resultados abrangentes	108	107
Resultado Abrangente Total do Exercício	**13.808**	**11.626**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxo de Caixa das	2025	2024
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	13.700	11.519
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Equivalência patrimonial	(13.492)	(11.474)
Variação nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(122)	(176)
Variação nos passivos operacionais:		
Contas a pagar	(10)	10
Outras obrigações	1	-
Caixa usado nas operações, antes dos dividendos recebidos	77	(121)
Dividendos recebidos	5.737	5.860
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	5.814	5.739
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	(5.760)	(5.947)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(5.760)	(5.947)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**54**	**(208)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.617	5.825
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.671	5.617
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**54**	**(208)**

Notas Explicativa

1. Contexto Operacional: A Japão Logística S.A. ("Companhia") tem como objetivo principal a participação societária em outras sociedades, e possui sede localizada na cidade de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.842 - 23º andar. Conforme descrito na Nota 6, a Companhia detém participação na Libraport Campinas S.A. ("Libraport"), cuja principal atividade consiste na operação, transporte e armazenagem de cargas e contêineres no terminal intermodal interior da cidade de Campinas, Estado de São Paulo, conforme autorizado pela Superintendência da Receita Federal. A estrutura societária da Companhia tem como controladora a Tri-Net Logística do Brasil Ltda. (TLB), detentora de 75% das ações ordinárias, enquanto os 25% restantes pertencem à Meiko America, Inc. (participação não controladora). A Mitsui & Co. (Brasil) S.A. é a acionista controladora da TLB, com participação direta de 60% das ações ordinárias, e a controladora final do grupo é a Mitsui & Co. Ltd., que detém 99,99% das ações da Mitsui & Co. (Brasil) S.A. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável, conforme descrito nas práticas contábeis (nota 3). O custo histórico, de modo geral, é baseado no valor justo das contraprestações pagas na aquisição dos ativos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão devidamente evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme Orientação Técnica OCPC 07 (R1). **3. Principais Práticas Contábeis:** Na data de aprovação das demonstrações financeiras, a Companhia possui uma expectativa razoável de que o Grupo dispõe de recursos suficientes para continuar operacional no futuro previsível. Dessa forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional (going concern). As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras podem ser resumidas da seguinte forma: **a) Reconhecimento de receitas e despesas:** As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. **b) Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais brasileiros (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, salvo indicação em contrário. **c) Transações e saldos em moeda estrangeira:** São convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se das taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os itens do balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente ao final de cada período. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado. **d) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado, quando houver. Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber, assim como contas a pagar a fornecedores, sendo reconhecidos pelo custo amortizado. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras de curto prazo são altamente líquidas e registradas ao custo acrescido dos rendimentos apropriados até as datas de encerramento dos exercícios, sem prazos fixados para resgate, e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração de valor. **f) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL está baseada no lucro tributável, às alíquotas vigentes ao final de cada exercício. O IRPJ e a CSLL diferidos ("impostos diferidos") referem-se basicamente aos tributos calculados sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis e fiscais de ativos e passivos, registrados pelo seu valor estimado de realização. **g) Investimento em coligada:** O investimento em empresa coligada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. O investimento é revisado quanto à recuperabilidade (impairment) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil do investimento exceder seu valor recuperável (definido como o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso), é reconhecida uma perda por impairment no resultado. **h) Outras provisões:** Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou presente como resultado de um evento passado, e é provável que uma saída de recursos será necessária para cumprir com a obrigação. Provisões são reconhecidas baseando-se na melhor estimativa do risco envolvido. **4. Novas normas, alterações e interpretações de normas revisadas vigentes e ainda não vigentes: a) Alterações às normas brasileiras e novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente:** As normas brasileiras (CPC) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, foram adotadas nas informações financeiras. A adoção dessas normas novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o exercício corrente.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao pronunciamento técnico CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis	Alteram os critérios de classificação de passivos em circulante ou não circulante, considerando apenas covenants a serem cumpridos até ou na data do relatório para avaliar o direito de postergar a liquidação por pelo menos 12 meses. Não afetam mensuração e nem reconhecimento.
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeito nas mudanças nas taxas de câmbio	Especificam quando uma moeda é considerada conversível ou não, como determinar a taxa de câmbio quando não há conversibilidade observável e novas exigências de divulgação sobre os efeitos da falta de conversibilidade.
OCPC 10 – Créditos de carbono, permissões de emissão e crédito de descarbonização (CBIO)	Estabelece orientação técnica para reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono e instrumentos similares, alinhada à regulamentação da CVM para companhias abertas.

b) Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:

Pronunciamento	Descrição
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	Substitui a IAS 1 (CPC 26 (R1)) – Apresentação das Demonstrações Financeiras e introduz novas exigências para apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; apresentar divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração; e melhoria em requisitos de agregação e desagregação de informações. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.
IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40(R1)) – contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza	Adicionar orientações de aplicação à IFRS 9 (CPC 48) para tratar se um contrato de compra de eletricidade, gerada a partir de uma fonte dependente de condições naturais, é mantido para uso próprio da entidade (own-use). Permitir que uma entidade designe uma quantidade nominal variável de eletricidade como item objeto de hedge quando aplicar os requisitos de contabilidade de hedge da IFRS 9 (CPC 48) e designar um contrato com quantidade nominal variável como instrumento de hedge. Adicionar requisitos de divulgação relacionados à IFRS 7 (CPC 40 (R1) que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender os efeitos desses contratos em termos de valores, prazo e incerteza de fluxos de caixa futuro. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.
IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40(R1)) – alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros	alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros que alteram a IFRS 9 (CPC 48) e a IFRS 7 (CPC 40 (R1)) e que abordam os seguintes tópicos: Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica; Classificação de ativos financeiros – termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo; ativos financeiros com características sem recurso; instrumentos contratualmente vinculados; Divulgações – investimentos em instrumentos patrimoniais designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes; termos contratuais que podem alterar a época ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

A Administração da Companhia, preliminarmente, não identificou efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras decorrentes da aplicação desses pronunciamentos. Contudo, ao longo de 2026, efetuará análise mais aprofundada para avaliar a existência de eventuais impactos, se algum.

Shunsuke Mochizuki - Diretor-Presidente
Eduardo Yoshimitsu Hidaka - Contador – CRC 1 SP 219788/O-1

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS, URBANOS E DAS INDÚSTRIAS DE CANA DE AÇÚCAR DE ARARAQUARA E REGIÃO.
Rua Dr. Freire Júnior, 43, Vila Furlan, Araraquara – SP.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam **CONVOCADOS** todos os trabalhadores pertencentes à categoria profissional representada pela Entidade Profissional supramencionada, filiados e os não filiados, empregados da empresa: **USINA IACANGA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL S.A.**, para a **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, que será realizada no Pátio da Usina, no dia 06/05/2026, às 06:00.

A **ORDEM DO DIA** para as deliberações:

1) Composição e consequente apresentação da Pauta de Reivindicações a ser apresentada à Empregadora, por ocasião da data base da categoria que é em maio;

2) Autorização à Entidade para o encaminhamento das reivindicações à Empregadora, bem como de instaurar Dissídio se for o caso;

3) Aprovação ou não das Contribuições Confederativa/Assistencial, a se rem descontadas dos trabalhadores, conforme faculta o Tema 935 do STF e Artigo 611-A da CLT;

4) Outros assuntos de interesse da categoria.

TRABALHADORES DA USINA IACANGA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL S.A. LOCAL: PÁTIO DA USINA IACANGA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL S.A DIA 06/05/2026 ÀS 06:00.

ATENÇÃO: Trabalhador – sua ausência na Assembleia lhe tira o direito de impugnar as decisões deliberadas e aprovadas pelos seus companheiros presentes.

Araraquara, 28 de abril de 2026.
Rogério Adriano Bandeira
Presidente.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 90002/2026

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90002/

Ines249

Ines249

Saned Engenharia e Empreendimentos S/A

CNPJ nº 68.976.224/0001-77

Demonstrações Contábeis do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025 - Em Reais

Balanço Patrimonial	2025	2024
Ativo/Circulante	**43.377.682**	**42.639.731**
Caixa e equivalentes de caixa	28.380.128	29.773.870
Contas a receber	5.024.193	5.081.900
Adiantamentos	5.173.046	1.547.477
Impostos a recuperar	3.361.154	3.111.855
Obras em andamento	1.439.162	3.124.628
Não circulante	**177.209.136**	**80.802.742**
Outros Créditos LP	9.033.979	985.158
Investimentos	94.229.429	71.021.708
Investimentos em SCP	69.056.045	4.458.026
Imobilizado	4.889.684	4.337.849
Total do ativo	**220.586.818**	**123.442.473**

Balanço Patrimonial	2025	2024
Passivo/Circulante	**134.179.751**	**10.970.655**
Fornecedores	5.830.863	6.454.674
Obrigações fiscais	1.048.903	680.273
Obrigações sociais	267.080	610.212
Outras obrigações	124.400.822	–
Provisões trabalhistas	759.817	490.259
Antecipação de faturamento	1.872.266	2.735.236
Não circulante	**61.631.761**	**–**
Obrigações Fiscais LP	2.730.599	–
Outras obrigações LP	58.901.162	–
Patrimônio líquido	**24.775.306**	**112.471.818**
Capital	22.500.000	15.920.000
Outras reservas	2.275.306	2.275.306
Reserva de lucros retidos	–	94.276.512
Total do passivo	**220.586.818**	**123.442.473**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Capital Social Subscrito	Outras Reservas	Reserva de Lucros	Total
Saldos de 31/12/23	**15.920.000**	**2.275.306**	**43.713.406**	**61.908.712**
Aumento de Capital	–	–	–	–
Ajuste de Exercícios Anteriores	–	–	–	–
Lucro Líquido do Exercício	–	–	74.203.105	74.203.105
Distribuição de Lucros	–	–	(23.640.000)	(23.640.000)
Saldos em 31/12/24	**15.920.000**	**2.275.306**	**94.276.512**	**112.471.818**
Aumento de Capital	6.580.000	–	–	6.580.000
Ajuste de Exercícios Anteriores	–	–	–	–
Lucro Líquido do Exercício	–	–	36.244.350	36.244.350
Distribuição de Lucros	–	–	(130.520.862)	(130.520.862)
Saldos em 31/12/25	**22.500.000**	**2.275.306**	**–**	**24.775.306**

Demonstração do resultado do Exercício

Descrição	2025	2024
Receita bruta	**48.558.551**	**54.612.718**
Impostos sobre o faturamento	**(3.318.241)**	**(2.003.009)**
PIS e COFINS	(1.781.724)	(1.995.115)
ISS	(1.536.517)	(7.894)
Custo dos Serviços Prestados	**(22.457.725)**	**(7.113.728)**
Lucro bruto	**22.782.585**	**45.495.981**
Despesas e receitas operacionais	**(12.880.847)**	**(18.336.434)**
Despesas administrativas	(12.720.641)	(16.591.229)
Despesas tributárias	(160.206)	(1.745.205)
Lucros com SCP	**17.505.363**	**46.511.745**
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	**27.407.102**	**73.671.292**
Receitas financeiras líquidas	2.621.331	1.933.377
Despesas financeiras líquidas	(186.978)	(164.259)
Outras receitas operacionais	11.327.062	1.126.947
Resultado antes do IRPJ e CSL	**41.168.517**	**76.567.357**
Contribuição social	(1.397.768)	(826.277)
Imposto de renda	(3.526.399)	(1.537.975)
Resultado líquido do período	**36.244.350**	**74.203.105**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Descrição	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	36.244.350	74.203.105
Geração Bruta de Caixa	**36.244.350**	**74.203.105**
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Clientes	57.708	2.161.383
Impostos a recuperar	(3.874.868)	(367.360)
Obras em andamento	1.685.467	(2.081.783)
Adiantamentos	–	(43.058)
Outros Créditos LP	(8.048.821)	–
Fornecedores	(623.811)	2.385.895
Tributos a recolher	368.629	148.409
Contas a pagar	4.410.971	874.085
Provisões Trabalhistas	269.558	–
Outras obrigações em SCP	94.105.520	–
Obrigações Fiscais LP	2.730.599	–
Antecipação de faturamento	(862.970)	(2.247.186)
	90.217.982	**830.385**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos	(87.805.739)	(31.306.257)
Aquisição de imobilizado	(551.834)	(445.650)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento	**(88.357.574)**	**(31.751.907)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Reserva de lucros	(39.498.500)	(23.639.999)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades de financiamento	**(39.498.500)**	**(23.639.999)**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**(1.393.742)**	**19.641.583**
Caixa e Equivalentes de caixa		
Disponibilidades e valores equivalentes no início do período	29.773.870	10.132.287
Disponibilidades e valores equivalentes no fim do período	28.380.128	29.773.870
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**(1.393.742)**	**19.641.583**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1 - Contexto Operacional: A empresa **Saned Engenharia e Empreendimentos S/A.,** é uma sociedade anônima, constituída em 22 de Outubro de 1992, localizada em capital de São Paulo, na Alameda Santos, 455, conjunto 305 - Bairro Cerqueira Cesar e tem por objeto social: a. **Código e Descrição da Atividade Econômica Principal 41.20-4-00 - Construção de edifícios;** b. **Código e Descrição das Atividades Econômicas Secundárias 42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas: 2 - Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. **3 - Principais Práticas Contábeis: Caixa e Equivalentes de Caixa:** Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e investimentos temporários que possam ser sacados a qualquer momento com riscos irrelevantes de alterações de valor. **Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, que levam em consideração a vida útil dos bens, tendo como contrapartida o resultado. A administração da sociedade entende que as taxas de amortização utilizadas estão de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens. **Passivo Circulante:** Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis. **Receitas e Despesas:** As despesas da sociedade são registradas de acordo com o regime de competência. Aportes dos sócios tem suportado o prejuízo apurado pela ausência de receita operacional do período. **4 - Patrimônio Líquido:** O Patrimônio Líquido é composto pelo Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, no valor de **R$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais),** um saldo em Reservas de Reavaliação de **R$ 2.275.306,00 (dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil, trezentos e seis reais).**

Luana Ferreira Alves - Representante legal

Ademir Creado Navas - Contador - CRC nº 1SP125442/O-9

NEWSLETTER
Política
Notícias e colunas sobre o cenário político nacional.
Tudo que você precisa saber sobre bastidores do poder, votações legislativas, eleições e outros temas que interferem no futuro do País.

Geração Participações S.A.

CNPJ: 08.661.030/0001-50

Relatório da Administração: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a V.Sas., as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 acompanhadas das Notas Explicativas. A Diretoria está à disposição dos senhores acionistas para as informações que julgarem necessárias. São Paulo, 24 de abril de 2026. **A Diretoria**

Balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2025 - (Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	2025	2024
Circulante	**28.370.238,39**	**28.272.935,26**
Disponível	138.726,68	99.011,62
Impostos a recuperar	866.719,84	866.719,81
Adiantamentos	154.430,81	94.430,81
Outros créditos	6.593,78	5.734,57
Estoques	27.203.767,28	27.203.767,28
Despesas Antecipadas	–	3.271,17
Não circulante	**891.795,82**	**1.006.720,06**
Imobilizado	891.795,82	1.006.720,06
Total do ativo	**29.262.034,21**	**29.279.655,32**

Passivo	2025	2024
Circulante	**42.201.378,48**	**41.770.074,50**
Fornecedores	91.574,65	79.468,12
Obrigações fiscais	16.238,89	11.041,44
Outras obrigações	42.093.564,94	41.679.564,94
Não circulante	**2.285.188,22**	**2.285.188,22**
Outras Contas a Pagar	2.285.188,22	2.285.188,22
Patrimônio líquido	**(15.224.532,49)**	**(14.775.607,40)**
Capital	10.000.000,00	10.000.000,00
Lucros(Prejuízos) acumulados	(25.224.532,49)	(24.775.607,40)
Total do passivo	**29.262.034,21**	**29.279.655,32**

Demonstração do resultado do exercício

Descrição	2025	2024
Receita operacional bruta	**657.601,73**	**491.065,93**
Impostos sobre o faturamento	**(24.002,45)**	**(17.923,92)**
PIS e COFINS	(24.002,45)	(17.923,92)
Custo dos Imóveis Vendidos	**–**	**–**
Lucro bruto	**633.599,28**	**473.142,01**
Despesas operacionais	**954.814,97**	**1.679.306,09**
Despesas administrativas	954.814,97	1.679.306,09
Despesas tributárias	–	–

Descrição	2025	2024
Resultado antes das Receitas e Despesas	**(321.215,69)**	**(1.206.164,08)**
Resultado financeiro líquido	(77.183,02)	6.081,80
Outras despesas operacionais		(18.600.000,00)
Resultado antes do IRPJ e CSL	**(398.398,71)**	**(19.800.082,28)**
Contribuição social	(18.947,41)	(14.148,85)
Imposto de renda	(31.578,97)	(23.581,41)
Resultado líquido do período	**(448.925,09)**	**(19.837.812,54)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Capital Social Subscrito	Capital Social a integralizar	AFAC	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**10.000.000,00**	**–**	**–**	**(4.937.794,86)**	**5.062.205,14**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	(19.837.812,54)	(19.837.812,54)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**10.000.000,00**	**–**	**–**	**(24.775.607,40)**	**(14.775.607,40)**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	(448.925,09)	(448.925,09)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**10.000.000,00**	**–**	**–**	**(25.224.532,49)**	**(15.224.532,49)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício

Descrição	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(448.925,09)	(19.837.812,54)
Geração Bruta de Caixa	**(448.925,09)**	**(19.837.812,54)**
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes do imposto		
Depreciação	114.924,24	114.924,24
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Estoques	–	4.600.000,00
Despesas Antecipadas	3.271,17	6.845,75
Fornecedores	12.106,53	62.481,55
Outras Obrigações	414.000,00	15.107.000,00
Tributos a recolher	5.197,45	(14.588,53)
Provisões	–	(28.134,57)
	373.715,91	**19.741.342,18**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**39.715,06**	**18.453,88**
Caixa e Equivalentes de caixa		
Disponibilidades e valores equivalentes no início do período	99.011,62	80.557,74
Disponibilidades e valores equivalentes no fim do período	138.726,68	99.011,62
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**39.715,06**	**18.453,88**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Nota 1 - Contexto Operacional: A empresa **Geração - Participações S.A.,** é uma sociedade anônima, constituída em 15 de fevereiro de 2007, com sede na capital de São Paulo, na Rua Frederic Chopin, 245 - Jd. Paulistano, São Paulo-SP, CEP: 01.454-030 e tem por objeto social: a. Código e Descrição da Atividade Econômica Principal **64.62-0-00 - Holdings de Instituições Não Financeiras .** b. Código e Descrição das Atividades Econômicas Secundárias **68.10-2-01 - Compra e Venda de Imóveis Próprios.**

Nota 2 - Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

Nota 3 - Principais Práticas Contábeis: Caixa e Equivalentes de Caixa: correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e investimentos temporários que possam ser sacados a qualquer momento com riscos irrelevantes de alterações de valor. **Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, que levam em consideração a vida útil dos bens, tendo como contrapartida o resultado. A administração da sociedade entende que as taxas de amortização utilizadas estão de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens. **Passivo Circulante:** demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis. **Receitas e Despesas:** As despesas da sociedade são registradas de acordo com o regime de competência. Aportes dos sócios tem suportado o prejuízo apurado pela ausência de receita operacional do período.

Nota 4 - Patrimônio Líquido: O Patrimônio Líquido é composto pelo Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, no valor de **R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e prejuízos acumulados em R$ 25.224.532,49 (vinte e cinco milhões, duzentos e vinte e quatro mil, quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e nove centavos).**

Diretoria

Antonio Luiz Polverini - Diretor Presidente

Contador

Ademir Creado Navas - CRC nº 1SP125442/O-9

Use o QR code abaixo para **inscrever-se** e receber as edições por e-mail, **de segunda a sexta.**
bit.ly/news-politica

TRANSPARÊNCIA É POSICIONAMENTO
DEMONSTRE SEUS RESULTADOS ONDE INVESTIDORES E DECISORES BUSCAM REFERÊNCIA.
ESTADÃO RI
Publicação simultânea na plataforma de relações com investidores.
CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442
AGÊNCIA ESTADO broadcast ESTADÃO

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ Nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 3292/2026

CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 8895/2026 – ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a empresa **KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS** – CNPJ nº 71.256.283/0001-85, para fornecimento de **SISTEMA RADIOLOGIA DIGITAL DR,** com base no **Regulamento de Compras da FFM.**

EDITAL DE CANCELAMENTO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA

O SINDICATO DOS EMPREGADOS DE COOPERATIVAS MÉDICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SECMESP – CNPJ 61.054.623/0001-31, pelo presente edital de cancelamento de convocação para assembleia convocada para o próximo dia 30/04/2026, cujo edital de convocação foi publicado no jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, PÁGINA B-7, EDIÇÃO DE 18/04/2026, informa aos empregados da **UNIMED DE MARÍLIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO,** que fica cancelada aquela convocação e que a assembleia não se realizará naquele dia, sendo que este cancelamento decorre de questões técnicas, sendo que o SECMESP oportunamente publicará novo edital de convocação designando nova data para a sua realização. Campinas, 28 de abril de 2026.

EDSON PEREIRA DA SILVA - PRESIDENTE DO SECMESP

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.036/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.028/2024 - A Prefeitura do Município de Osasco, por intermédio da Secretaria Executiva de Compras e Licitações, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MENOR PREÇO** nos termos da legislação vigente, especialmente da Lei nº 14.133/2021, bem como das demais normas regulamentares aplicáveis. **Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA O HOSPITAL E MATERNIDADE AMADOR AGUIAR – HMAA – EMENDA DA DEPUTADA FEDERAL SÂMIA BOMFIM.** O Edital e seus anexos estarão disponíveis para consulta e retirada nos seguintes endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br, https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cod=245 **Recebimento das Propostas: a partir de 30/04/2026 - Abertura da Sessão Pública: 14/05/2026**, às **10h**, por meio do sistema eletrônico no endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Osasco, 27 de abril de 2026.

Meire Regina Hernandes
Secretária Executiva de Compras e Licitações

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ Nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 3504/2026

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade de direito privado sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** para contratação de empresa especializada no serviço de **Manutenção Preventiva e Ensaio de Segurança Elétrica de Mesas Cirúrgicas,** cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras e Contratação da FFM.**

COMPRA REGULAMENTO FFM 3505/2026

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade de direito privado sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** para contratação de empresa especializada no fornecimento de **Peças para Processadores de Tecidos Excelsior AS,** cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras e Contratação da FFM.**

Ines249

Alexandre Chiavegatto Filho

Instagram: @alexandre_pcf

IA está contratando

Quase tudo que você ouviu nos últimos anos sobre o impacto da IA no mercado de trabalho não se confirmou. Isso inclui manchetes alarmistas, relatórios de consultorias projetando dezenas de milhões de empregos eliminados e prognósticos sombrios feitos por alguns dos maiores nomes da computação.

O caso da radiologia é o exemplo mais didático que a discussão sobre IA no mercado de trabalho já produziu. Em 2016, o pioneiro de "deep learning" Geoffrey Hinton, hoje laureado com o Nobel, declarou em uma palestra famosa que deveríamos parar imediatamente de formar radiologistas.

Dez anos depois, a realidade não poderia ser mais diferente. Na semana passada, a Medscape divulgou novos dados mostrando que radiologistas ocupam o primeiro lugar na renda entre os médicos especialistas, com um patrimônio líquido de US$ 5 milhões. Os resultados se basearam em uma pesquisa com cerca de 7 mil médicos de aproximadamente 30 especialidades.

O mesmo tem acontecido com programadores, a outra profissão que a IA iria substituir. Nos últimos 15 anos, salários em engenharia de software mais que dobraram, e nos últimos anos, em particular, o crescimento tem sido expressivo. A mediana salarial da profissão nos Estados Unidos saltou de aproximadamente US$ 115 mil, em 2024, para próximo de US$ 130 mil em 2025.

A história tem mostrado que novas tecnologias criam demanda, mercados e também ocupações

Esse discurso alarmista sobre o impacto da tecnologia parte de uma premissa que a teoria econômica tenta refutar há mais de um século: a falácia da quantidade fixa de empregos.

Essa ideia equivocada considera que existe uma quantidade fixa de trabalho a ser feito numa economia, como se fosse um bolo. Se uma máquina passa a fazer parte desse trabalho, sobram menos pedaços para os humanos.

O raciocínio é bastante intuitivo, mas empiricamente falso. A realidade é que a quantidade de trabalho não é fixa: novas tecnologias criam novas necessidades, expandem mercados antes inviáveis e geram demandas completamente novas.

Quando uma profissão se torna mais eficiente naquilo que faz, e quando a demanda pelo serviço final é elástica, ocorre um aumento da demanda pelo seu trabalho. Radiologistas equipados com IA laudam mais exames e com mais precisão e, por isso, os outros médicos solicitam mais exames de imagem porque o custo marginal de obter uma resposta diagnóstica caiu.

Isso não significa que a IA seja inócua para o trabalho. Mas o debate público não pode continuar refém de previsões que enxergam apenas parte do processo. A tecnologia que elimina algumas tarefas é a mesma que abre mercados, reduz custos, expande demandas e cria profissões que ninguém antecipou. ●

PROFESSOR LIVRE DOCENTE DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA USP

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel ● **SEX.** Elena Landau e Marcos Jank **(revezam quinzenalmente)** ● **SAB.** Fabio Gallo ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

SÃO PAULO INNOVATION WEEK

Catharina Doria

'ChatGPT não é Deus; só é bom em fingir que está certo'

Para influenciadora, IA generativa é boa em prever palavras, mas não sabe o que está falando

ENTREVISTA

Especialista em ética na IA, é influenciadora e fundadora da rede The AI Survival Club, que debate riscos do uso excessivo da tecnologia

LUCAS AGRELA

A influenciadora Catharina Doria deixou a carreira tradicional no mercado de tecnologia para ensinar sobre ética na inteligência artificial (IA) nas redes sociais. Para ela, as ferramentas de IA generativa, como ChatGPT ou Claude, oferecem riscos como dependência cognitiva, homogeneização dos pensamentos e propagação de vieses preconceituosos, além de muitas vezes trazerem informações erradas ou incompletas.

"O ChatGPT não é Deus, não está correto o tempo todo. Ele só é muito bom em fingir que está correto. Temos de tomar muito cuidado com qual ajuda pedimos a essa ferramenta e tentar entender mais as suas limitações", diz Catharina.

A especialista será um dos grandes nomes da programação de IA do São Paulo Innovation Week (SPIW). O festival, que vai ocupar o Pacaembu e a Fundação Armando Alvares Penteado (Faap) em maio, é uma realização do **Estadão**, em parceria com a Base Eventos.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

A IA se tornou um dos temas mais discutidos na sociedade, furando a bolha do pessoal da tecnologia. Como você tem falado sobre os benefícios e os riscos do uso da ferramenta?
Eu trabalhei na indústria de tecnologia por bastante tempo, em empresas no Vale do Silício. Tive conversas sobre IA nos maiores níveis tecnológicos. O que acontecia muitas vezes é que, enquanto eu estava nessas reuniões onde falávamos sobre o futuro da tecnologia, a minha mãe me ligava falando: 'Olha esse vídeo desse bichinho' – e era um conteúdo feito com IA. Com os meus irmãos, era a mesma coisa. Isso começou a me deixar muito preocupada. Se, de um lado, eu falava sobre essa tecnologia em um nível de alto escalão empresarial, do outro eu via as pessoas ao meu redor não entendendo o que é a IA e o impacto dela. A decisão de criar conteúdo e a maneira como eu falo com o público vêm dessa fonte. Então, eu tento ser muito didática, criar vídeos divertidos e curtos. Eu quero mostrar a IA de uma maneira mais humana, responsável e crítica. IA é um tema muito falado por influenciadores e experts, mas, no final das contas, são conteúdos falando da adoção da tecnologia sem pensar. Será que ela é necessária? Pode ser prejudicial? Tento trazer o contraponto da IA de uma maneira didática, divertida e aberta às pessoas.

TECMUNDO/ESTADÃO

"Eu quero mostrar a IA de uma maneira mais humana, responsável e crítica. IA é um tema muito falado por influenciadores e experts, mas, no final das contas, são conteúdos falando da adoção da tecnologia sem pensar. (...) Tento trazer o contraponto da IA de uma maneira didática, divertida e aberta às pessoas"

Muito se fala sobre a eficiência trazida pela IA. A ética vai na contramão do uso da tecnologia para essa finalidade, seja nas empresas ou na vida das pessoas?
Ela pode ser contra a ética, mas o mais importante nessa discussão é a otimização de tempo. As pessoas falam da produtividade trazida pela IA, mas novos estudos estão mostrando que não é bem assim. A IA não necessariamente está ajudando as pessoas a serem mais rápidas e produtivas. Tem bastante 'hype' nessa conversa, mas os dados não estão acompanhando essa mística sobre a IA. Podemos falar na questão ética de utilizar a IA para ser mais produtivo ou não, mas é mais interessante a pergunta: será que a IA está nos ajudando a sermos mais produtivos? Na realidade, não é bem assim.

Na sua visão, o que todo mundo precisa saber sobre o uso de ferramentas baseadas em IA, como ChatGPT e Gemini?
Uma questão muito importante é que essas ferramentas de IA generativa, como o ChatGPT, não são inteligentes. Elas não têm uma superinteligência, não entendem o que estão nos falando. Essas tecnologias funcionam fazendo previsões. Existem frases que a gente já ouviu várias vezes e o seu cérebro sabe como ela vai terminar antes de eu acabar de falar. Isso não acontece porque somos muito inteligentes, mas porque ouvimos aquelas frases várias vezes. O ChatGPT está fazendo a mesma coisa. Ele não sabe, ele não é inteligente. Ele sabe que, depois de uma palavra, a chance probabilística e matemática é de que venha outra palavra. Se eu falo 'eu te', ele completa com 'amo' ou 'odeio'. É uma máquina de probabilidade de palavrinhas que monta uma resposta que parece correta, mas que não necessariamente é. As pessoas estão vendo o Claude ou o ChatGPT como bíblias, como se fossem seres que vão nos dar todas as respostas corretas e que podemos aprender com eles. O ChatGPT não é Deus, não está correto o tempo todo. Ele só é muito bom em fingir que está correto. ●

Venda de ingressos

● **O festival de inovação, tecnologia e empreendedorismo será realizado de 13 a 15 de maio na Arena Pacaembu e na Fundação Armando Alvares Penteado (Faap). O 1.º lote de ingressos está à venda e assinantes do Estadão têm 35% de desconto no passaporte para os três dias do evento.**

NA WEB
Ingressos para o SPIW podem ser adquiridos pelo QR Code ao lado
saopauloinnovationweek.com.br

Ines249

C6 e C7 A fundo

Como ‘Euphoria’ deu a Hollywood suas novas estrelas

THEA TRAFF/THE NEW YORK TIMES

C2 e C3 Cinema

Maturidade bem-vinda

Aos 43 anos e com um olhar mais leve para a vida, Anne Hathaway volta às telas com ‘O Diabo Veste Prada 2’

Ines249

Anne Hathaway

‘Achei que estava na seção independente e estranha da carreira’

Atriz fala sobre decisão de deixar os blockbusters e do retorno ao gênero com ‘O Diabo Veste Prada 2’

ENTREVISTA

Intérprete tem cinco filmes a serem lançados este ano, incluindo a sequência do longa com Meryl Streep, que chega quinta aos cinemas

JOE COSCARELLI
JON CARAMANICA
THE NEW YORK TIMES

Após estourar ainda adolescente com *O Diário da Princesa*, da Disney, Anne Hathaway se equilibrou na corda bamba de Hollywood com maestria. Houve sucessos de bilheteria (*O Diabo Veste Prada*), produções premiadas (*Os Miseráveis*, pelo qual venceu o Oscar em 2013) e esforços autorais (*O Casamento de Rachel*). Mas, em meio a um certo esgotamento pessoal, uma família em crescimento e uma reação negativa do público (o “Hathahate”), Hathaway, agora com 43 anos, distanciou-se um pouco nos últimos anos, estabelecendo-se em um lugar mais tranquilo. “Achei que estava na seção pequena e estranha de filmes independentes da minha carreira”, disse Hathaway ao *Popcast*, programa de debate cultural do *The New York Times*.

Este ano, Hathaway estrela três filmes amplamente díspares, começando com *Mother Mary*, um retrato assombrado do diretor David Lowery sobre uma cantora – uma mistura de Taylor Swift e Lady Gaga –, passando por um período sombrio (com canções escritas e produzidas por Charli XCX, Jack Antonoff e FKA Twigs). O filme estreou nos Estados Unidos na sexta-feira, 24, mas ainda não tem data para chegar ao Brasil. Em seguida, vem a reprise de um de seus papéis mais amados, a outrora assistente Andy Sachs em *O Diabo Veste Prada 2*. Em julho, Hathaway aparecerá como Penélope em *A Odisseia*, de Christopher Nolan – e ela tem mais dois filmes previstos antes do fim do ano: *Verity*, de Michael Showalter, adaptação do best-seller de Colleen Hoover, e *O Fim da Rua*, drama sobre sobrevivência ambientado nos anos 1980.

Não foi antes de 2024 que Hathaway se sentiu preparada para um holofote tão intenso novamente. “Dei um passo atrás e pensei: ‘Ok, estou pronta para o que quer que venha com o pop, o que quer que venha com o argumento de que realmente precisamos de um público global para que este filme seja um sucesso’”, explicou ela. “Antes disso, eu sentia que não estava pronta como pessoa. Não estava pronta como artista. Eu precisava me desenvolver mais, caso contrário eu simplesmente seria devorada viva.”

Essa fase madura da carreira – junto com a confiança para não se preocupar se os comentaristas da internet estão correndo atrás dela com machados – também a levou a uma espécie de suavização pessoal. “Eu costumava ser uma pessoa muito movida pelo medo”, disse Hathaway. “Eu tinha um sistema de proteção como uma cerca elétrica, e não estou mais tão interessada nisso. Algo aconteceu quando fiz 40 anos e percebi que estava vivendo minha vida como se fosse um ensaio geral. E que, na verdade, era a hora do show.”

Onde começou para você a busca pela personagem de *Mother Mary*, essa estrela pop torturada. Foi um projeto de pesquisa ou baseado mesmo na imaginação?
As duas coisas. Eu tive um instinto sobre a personagem desde a primeira leitura – a fragilidade dela, tudo relacionado ao diálogo e à atuação. Todo o resto exigiu muita pesquisa. Toda a parte das performances acabou sendo um processo de anos, para que eu aprendesse a ser uma estrela pop.

No papel de Mother Mary, você interpreta músicas de Charli XCX e FKA Twigs, mas, no início das filmagens, você ainda não tinha ideia de como ela seria.
Recebi uma mensagem do Jack e ele disse: “Ei, você quer vir aqui e pegar uma vibe?”. Eu sabia o que era uma vibe, mas pensei: “Isso é um termo técnico? Siri, o que é uma vibe?”. Tipo, eu nunca tinha considerado arte baseada em vibe antes, entende? Para mim, fazer cinema vem de um lugar muito, muito diferente, e atuar vem de um lugar muito diferente. Para meu horror e consternação, percebi que não tinha ideia de como cantar em um microfone, porque todo o meu treinamento foi no palco. A música pop é o oposto. É poder sem esforço, o que não é muito a minha praia. Eu sou toda baseada no esforço.

Sua mãe era atriz e uma ótima cantora de teatro. O pop era tabu na sua casa enquanto você crescia, no sentido de que o teatro é onde a arte séria acontece?
Com certeza, sim. O pop não era valorizado na minha casa. Cantores de verdade faziam Broadway. E muito da minha exposição musical precoce foi baseada no teatro. Meu irmão mais velho curtia muito rap, depois entrou no straight edge hardcore. Eu amo meu irmão mais velho, então, obviamente, eu ouvia aquilo. E, no meu período no ensino médio, foi quando as princesas do pop surgiram e o *TRL* da MTV era enorme. Eu me sentia muito confusa, porque sabia que amava Britney Spears. Mas havia a voz dos meus pais na cabeça dizendo: “Mas Stephen Sondheim é música de verdade”.

“Quando o primeiro ‘O Diabo...’ saiu, comecei a receber roteiros e pensei: ‘São todos a mesma personagem’. E lembro de pensar: ‘É a isso que você tem que resistir agora’”

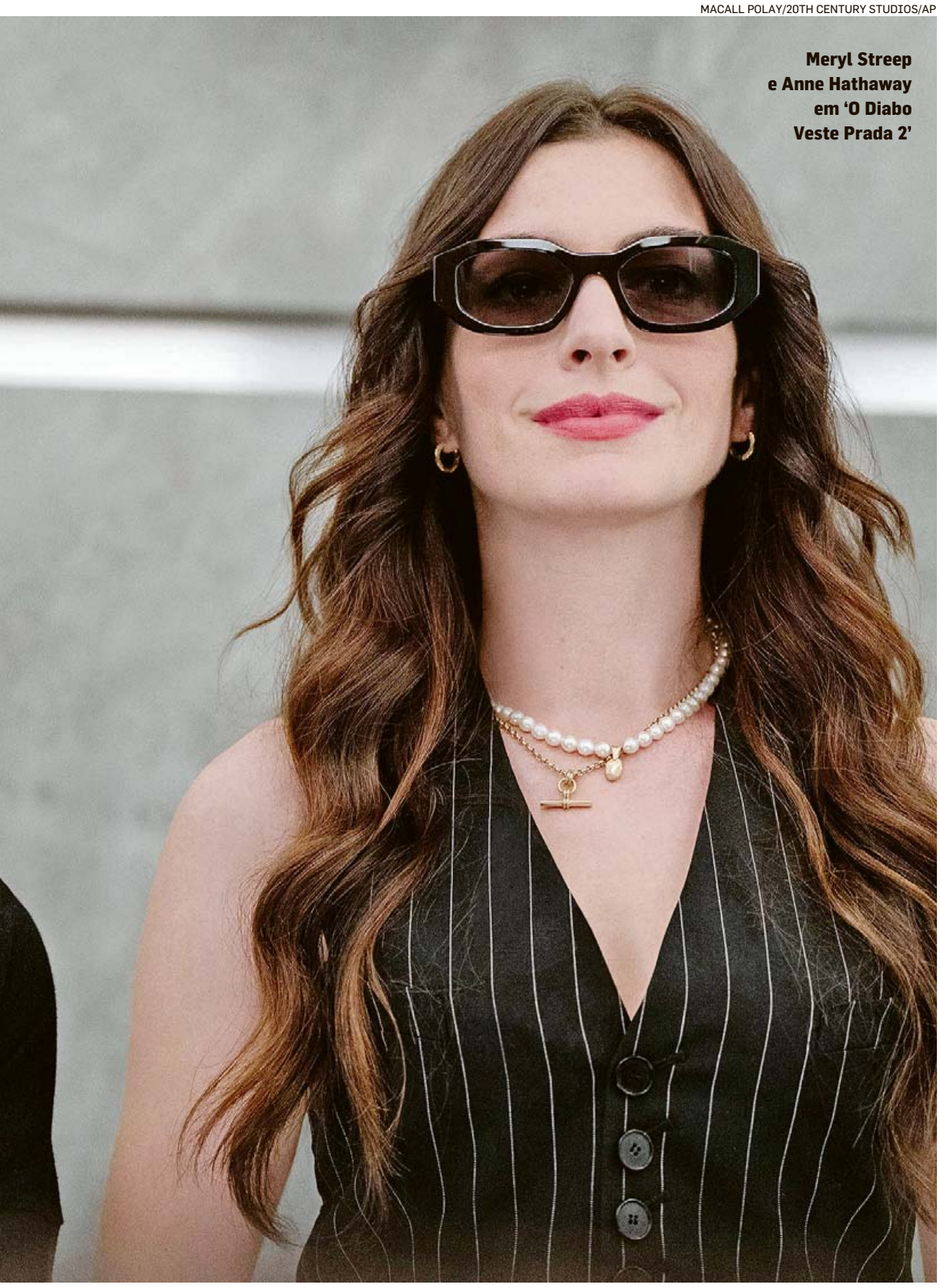
“O que eu amo fazer é compartilhar o que passei através de um avatar. Mas eu não preciso falar sobre isso. Com uma estrela pop, a imagem que você está projetando é baseada em você mesma. E então você é o seu próprio avatar”

Que conversas teve com o diretor David Lowery sobre as referências pop para *Mother Mary*?
Você conhece o David e ele é obviamente gótico: as unhas dele estão pintadas de preto e a camiseta dele nunca deixa de ter uma caveira. Achei tão charmoso quando descobri que ele é um Swiftie ferrenho. Ele tinha essa playlist louca e longa com todos os tipos de música – digo, artistas obscuros de que eu nunca tinha ouvido falar, mas também *Green Light*, da Lorde, e Max Richter. A playlist servia para mostrar não necessariamente como a *Mother Mary* soava, mas a sensação de que a música dela poderia passar. E bem no meio daquela playlist estava *Anti-Hero*.

A COLUNA DE ALICE FERRAZ É PUBLICADA ÀS TERÇAS, QUINTAS, SÁBADOS E DOMINGOS

Ines249

MACALL POLAY/20TH CENTURY STUDIOS/AP



Meryl Streep e Anne Hathaway em 'O Diabo Veste Prada 2'

Eu sempre gostei muito da Taylor, mas aquela foi a música em que eu pensei: "Oh não, espera, ela está dominando meu cérebro". E então me aprofundei mais na música dela. E, uma vez que você vê, não tem como "desver". Você fica tipo: "Ah, ela é um gênio".

Você tem agora uma era favorita da Taylor Swift?
Não, acho que todas conversam entre si. A era *Eras*. Ter uma retrospectiva daquelas na idade que ela tem, e perceber que ela teve uma visão que não existia no mundo, e que ela literalmente criou o espaço que queria para si mesma.

Como diferenciamos as estrelas pop dos atores?
Quando terminei, pensei: "Uau, eu não sou uma estrela pop". O que eu amo fazer é compartilhar o que passei, as partes secretas da minha alma, através de um filtro, através de um avatar com o qual posso me identificar privada e secretamente. Mas eu não preciso nunca falar sobre isso e nunca preciso revelar isso. Com uma estrela pop, a imagem que você está projetando é baseada em você mesma. E, então, você é o seu próprio avatar.

Na sua carreira, você tem sido muito cuidadosa com sua vida real e com o seu lado humano. As pessoas talvez pensem que a conhecem, mas, ao contrário de uma estrela pop, elas não têm como projetar você quando a veem nesses papéis icônicos.
É engraçado, porque aconteceu essa coisa incrível comigo logo de cara: eu estive em um filme clássico que uma geração guardou no coração: *O Diário da Princesa*. Então, não penso em mim mesma em termos icônicos. Sou uma atriz. Tive sorte de fazer parte desses filmes que dão conforto para várias gerações. Tentei fazer o meu melhor para respeitar esse legado, ao mesmo tempo que me desenvolvia como artista, sendo também apenas uma pessoa que pode andar na rua e ser o mais normal que puder.

"Eu costumava ser uma pessoa muito movida pelo medo. Aos 40 anos, percebi que estava vivendo minha vida como se fosse um ensaio. E que, na verdade, era a hora do show"

"Estive em um filme clássico que uma geração guardou no coração. E esse filme foi 'O Diário da Princesa'. E tentei fazer o meu melhor para respeitar e proteger o legado disso, ao mesmo tempo que me desenvolvia como artista"

***O Diário da Princesa* e *'O Diabo Veste Prada* – mulher jovem, nova no mundo, com muitos sistemas impostos sobre ela dizendo que, na verdade, o que você precisa é de rigor. E *Mother Mary, Um Senhor Estagiário* – uma personagem bem estruturada que precisa aprender a se desestruturar, a encontrar uma incerteza interior.**
Quando *O Diabo Veste Prada* saiu, aconteceu aquela coisa em que, de repente, você começa a receber um monte de roteiros e pensa: "Ah, são todos a mesma personagem". Eu tinha 24 anos e lembro de pensar: "É assim que você é vista. É a isso que você tem de resistir". Tive tanta sorte com esses dois; foram marcos tão altos, que pensei no seguinte: se fizesse outros e eles fossem tipos de versões genéricas daquilo, como eu iria me sentir?

Você fez *O Segredo de Brokeback Mountain*, com o diretor Ang Lee, *O Casamento de Rachel*...
Com Jonathan Demme. Esta é uma das razões pelas quais me sinto tão atraída pelo David Lowery como artista: você percebe que talvez minha sensibilidade seja mais indie-autoral, mas também quero manter as luzes acesas. Quero respeitar o legado. Então, a cada poucos anos, você pensa: "Provavelmente é hora de fazer um *Idas e Vindas do Amor*".

Ao voltar a esses personagens de *O Diabo Veste Prada 2* e *O Diário da Princesa 3*, em andamento, você teve reserva em relação a mexer nesses sucessos?
Achei que estava na seção pequena e estranha de filmes independentes da carreira. Achei que era lá que eu iria viver. E, então, estou, na verdade, muito encantada por alguém ter me pedido para voltar e basicamente fazer o equivalente a uma turnê em estádios.

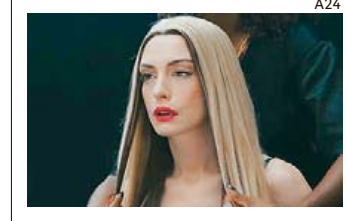
Sua *Eras Tour*!
Como eu saí e fiz minhas coisas estranhas, eu valorizo, de uma forma que não conseguia quando era tão jovem, a arte dos sucessos. Há uma razão pela qual eles são amados. Eles são muito bons. *O Diabo Veste Prada* é um filme maravilhoso.

Você gosta de trabalhar nessa velocidade – cinco filmes este ano – ou é apenas um caso de "tenho de aproveitá-los enquanto surgem"?
Esse tipo de ritmo é insustentável. Tenho filhos pequenos. Eu apenas encarei os últimos três anos como uma anomalia. Não vejo ninguém me pedindo para manter esse ritmo quando meus filhos saírem de casa, o que será lá pelos meus 50 e tantos, 60 e poucos anos. Então, vejo isso como uma espécie de evento único, e estou apenas aproveitando porque nunca vai acontecer de novo. ●

Outros projetos

Os próximos lançamentos da estrela americana

A24

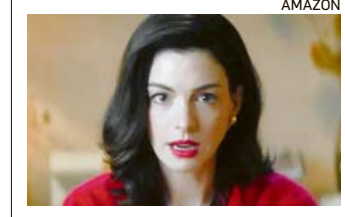


● **'Mother Mary'**
Drama psicológico e de suspense retrata diva pop de sucesso, vivida por Anne Hathaway, que enfrenta uma fase sombria. Sem previsão de estreia no Brasil.

UNIVERSAL

● **'A Odisseia'**
Filme de Christopher Nolan, que adapta poema de Homero, traz o herói grego Odisseu em busca de Penélope (Hathaway), sua mulher. Estreia prevista para 16/7

AMAZON



● **'Verity'**
Na adaptação do best-seller de Colleen Hoover, Anne é autora contratada para terminar livros que escritora best-seller só começou. Estreia prevista para 2/10

Ines249

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Vida mais abundante
Data estelar: Lua cresce em Libra

Ainda que tenhas inúmeras cobranças para fazer às pessoas com que te relacionas, e também que elas tenham muito a cobrar de ti, declara uma trégua, porque a iminência da Lua Cheia mais importante do ano, que acontece na sexta-feira próxima, só pode ser aproveitada em conjunto.

A Vida de todas as vidas circula com mais força por ocasião dos alinhamentos estelares da próxima Lua Cheia, e para aproveitarmos essa condição única temos de aceitar que nossa presença individual não é capaz de suportar tamanha força, mas que por meio de relacionamentos de solidariedade, amor fraternal e cooperação a recepção é graciosa.

Declara uma trégua nas cobranças e elabora a lista de agradecimentos a todas as pessoas que existem dentro do círculo infranqueável dos teus relacionamentos, e todas serão agraciadas com vida mais abundante. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

As contrariedades e limitações que foram impostas a você podem até ter feito sua alma sofrer bastante e se preocupar, porém, desde sempre foram temporárias, não anunciavam o fim do mundo. O renascimento acontece.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Quando vida mais abundante circula pela alma é difícil administrar sabiamente a situação, porque, na prática, todos ignoramos o funcionamento desse organismo colossal que chamamos de Universo, e o tememos.

LEÃO 22-7 a 22-8

A seriedade de tudo que anda acontecendo não há de eclipsar sua alegria, porque mesmo que certos acontecimentos provoquem temor e receio de tudo dar errado, se você confiar no mistério da vida, verá que tudo dá certo.

LIBRA 23-9 a 22-10

Tudo que você precisa para se sentir confortável e preservar a segurança que agrega serenidade ao coração, pode até oscilar e criar temor de faltar, porém, você há de manter a confiança na vida, ela sempre provê.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

Para preparar bem sua alma para a Lua Cheia próxima, melhor tomar distância do barulho social e das notícias alarmantes, e fazer orações sinceras de agradecimento, tanto quanto pedidos de proteção. Uma preparação.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Considere ser este um momento em que você pode, manobrando bem, se livrar de um grande peso do passado e, assim, decolar na direção de um futuro, que mesmo sendo desconhecido, acena com alegria e entusiasmo. Em frente.

TOURO 21-4 a 20-5

O desejo de se livrar de certas pessoas não há de eclipsar o entendimento de que há uma necessidade sobre a qual se baseiam os relacionamentos, e mesmo que você não a compreenda ou não a aceite, ela está aí.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Você emergirá do período atual conhecendo melhor a natureza das pessoas, ciente de que sempre haverá nelas um toque de ambiguidade, da mesma forma com que em sua própria alma também há esse toque. Importante saber disso.

VIRGEM 23-8 a 22-9

Há todo um entendimento mais amplo do que andou acontecendo que serve para você abandonar velhas preocupações e se focar nos desafios que a vida trouxe até sua porta, indicando um caminho de progresso possível.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

As pessoas não discutem para encontrar algo em comum e se entenderem, em geral as pessoas discutem para ter a razão do lado delas, e não adianta sair pela tangente dizendo "não quero ter razão, quero ser feliz".

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Conhecer pessoas novas, ou conhecer melhor as que supostamente seriam conhecidas, eis um exercício muito oportuno para o momento atual. Os relacionamentos humanos estão de ponta-cabeça, requerem atenção.

PEIXES 20-2 a 20-3

Abrir a mente não é uma figura de linguagem apenas, é uma atitude de que para você se tornou indispensável, porque sem haver uma ampliação de seu entendimento sobre a vida e as pessoas os conflitos vão recrudescer.

Festival

Longa brasileiro vai participar da Marché du Film em Cannes

Em 'Minha Querida Alice', Rafa Kalimann vive professora que sobrevive a uma tentativa de assassinato

Minha Querida Alice, longa-metragem dirigido por Rogério Sagui e estrelado pela atriz mineira Rafa Kalimann, será exibido no Festival de Cannes 2026.

O filme integra o circuito do Marché du Film, voltado para produções em fase de pós-produção.

GLOBO/ANGÉLICA GOUDINHO

Ex-BBB, atriz diz que a história do filme precisava ser contada

Além de estrelar como a protagonista Alice, a ex-integrante do reality Big Brother Brasil também assina o projeto por intermédio de sua produtora, Kalimann Produções.

"Eu fiquei impactada do início ao fim. Foi um ponto de virada pessoal, mas, sobretudo, um compromisso com uma história que precisava ser contada com coragem e sensibilidade", escreveu Kalimann nas redes sociais.

O filme, um drama psicológico, narra a história de Alice, uma professora cuja vida é marcada por traumas familiares e pela sobrevivência a uma tentativa de assassinato. Após o ocorrido, ela enfrenta uma jornada de reconstrução pessoal e de enfrentamento do passado.

A estreia de *Minha Querida Alice* nos cinemas brasileiros está prevista para o segundo semestre de 2026. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

COMO É QUE VOCÊ CONSEGUE COMER TODA ESSA PORCARIA TODOS OS DIAS, SENHOR?
A VIDA É MAIS DO QUE PALITOS DE CENOURA, MARCIE.
APOSTO QUE VOCÊ NUNCA NEM TENTOU SENHOR.
O QUE UM ESTÔMAGO QUE ESTÁ ESPERANDO UMA BARRA DE CHOCOLATE VAI DIZER QUANDO RECEBER UM PALITO DE CENOURA?
EXPLICA PRA ELE QUE VOCÊS SÃO TODOS PARTE DE UM MESMO TIME, SENHOR. ELE VAI AGRADECER POR PARTICIPAR.

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Mauricio de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

O ASTRONAUTA SPIFF SE APROXIMA DA NAVE ALIENÍGENA!
O ESTÚPIDO ALIENÍGENA IGNORA SUA DESTRUIÇÃO IMINENTE.
NOSSO HERÓI TRAVA A MIRA NO ALVO E PREPARA SEU CANHÃO DE RAIOS!
PROFESSORA!!
SURGE UM CAÇA GORKON! MANOBRA EVASIVA!

Frank & Ernest Bob Thaves

BIRÔ DE CURRÍCULOS CRIATIVOS
E, EM VEZ DE SE CHAMAR DE "INDECISO", DIGA QUE É "ESPECIALISTA EM INCORPORAR VÁRIOS PONTOS DE VISTA".

BEM PENSADO | *"Os homens não querem conhecimento, mas a certeza"* **B. Russell**

Ines249

Roberto DaMatta

Quem quer dinheiro?

Perguntava um fulgurante Silvio Santos, para ouvir do auditório um sonoro "EU" de maravilhada expectativa, porque o apresentador jogava notas de dinheiro em forma de aviãozinho para a plateia. O programa virava um espaço encantado pelo milagre de ver alguém distribuindo o que deveria ser entesourado, e o público testemunhava um rico capaz de transformar sovinice em generosidade.

Os tais "ricos", como revela o dr. Michel Alcoforado no livro *Coisa de Rico*, formam uma categoria particular. Pois um dos poderes dos ricos é dar dinheiro para os outros, em vez de colocá-lo num cofre, como manda a tradição das sociedades patrimonialistas, nas quais cada estamento detém um tipo de riqueza. Nelas, o dinheiro enriquece, não enobrece, mas todo mundo aspira a "ficar rico" como revela essa epidemia de sites de apostas, as loterias e o brasileiríssimo jogo do bicho, por mim estudado com Elena Soárez, que, só Deus sabe por que, continua proibido.

Ganhar dinheiro pela sorte sempre foi um sonho nas sociedades aristocráticas fundadas na desigualdade, concebida como uma realidade do mundo.

Não preciso lembrar que esse foi o nosso caso. Formados que fomos com e pela escravidão, quando havia o indigno direito de ter gente proprietária de gente.

Quanto mais iníquas as diferenças, mais se desvaloriza o trabalho a ser realizado por escravizados e por "gente sem eira nem beira". Em tal sistema, o dinheiro é muito mais símbolo de luxo e onipotência do que um instrumento de progresso e um símbolo de trabalho. Afinal, o ideal das malandragens é enriquecer sem trabalhar!

Como apontou Max Weber, trabalhar para viver e não viver para o trabalho, como ocorreu na América puritana, não é o nosso caso. Daí a ambiguidade em querer ser rico e, ao mesmo tempo, negar que se é rico. Como pensar que o trabalho enriquece, se ele era coisa de escravizados negros e marginais? Ganhar dinheiro pelo trabalho é burrice. Aqui é mais fácil enriquecer, como ensina o Master, entrando numa turma com o poder de manipular regras, com o privilégio de não precisar honrá-las.

Em matéria de corrupção, a nossa modernidade revela a sofisticação de roubar usando bancos. Se o capitalismo financeiro é ladrão e as leis nada valem, nós atingimos o cume, usando ambos para enriquecer. Não há dúvida de que roubar dos bancos com um banco e em sociedade com magistrados é um avanço na velha roubalheira da sociedade pelos altos funcionários do Estado.

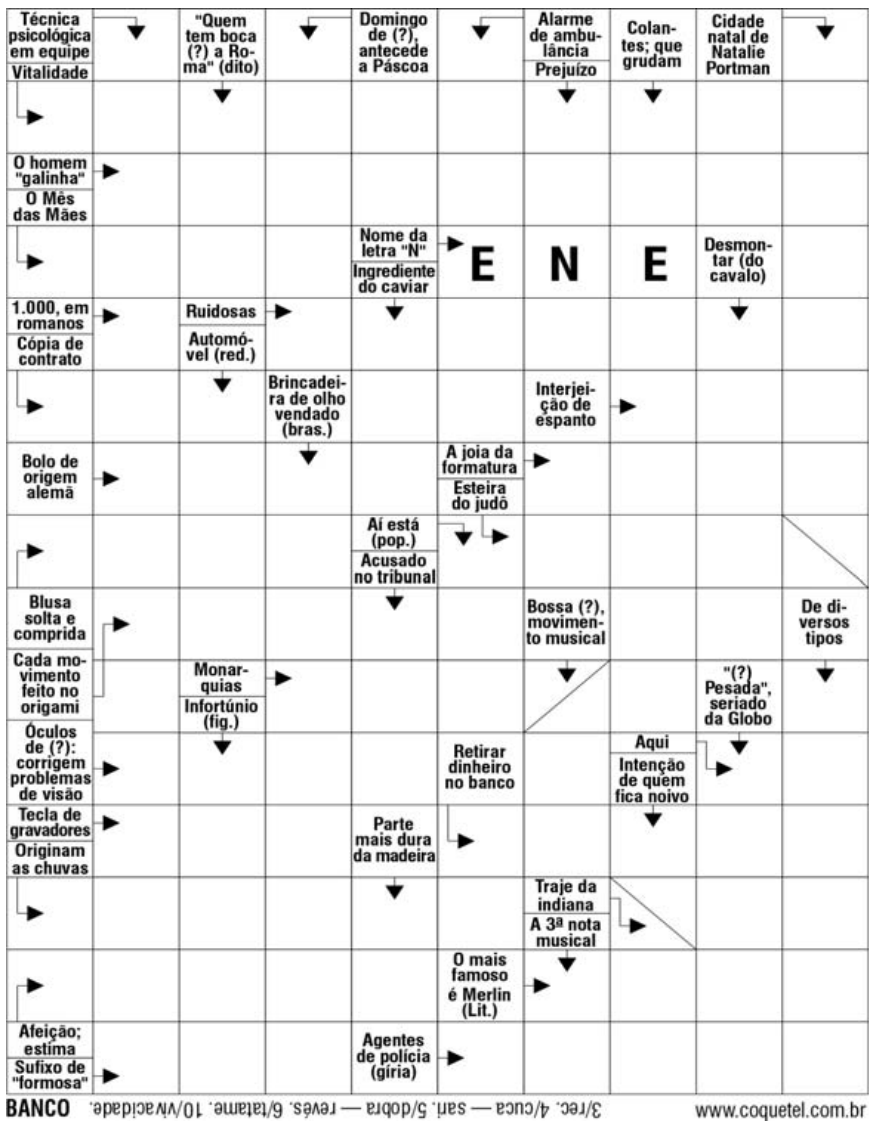
No capitalismo, todos querem dinheiro, mas, como adverte Câmara Cascudo no seu *Dicionário do Folclore Brasileiro*, "dinheiro dado pelo diabo, pelo saci-pererê – e eu acrescento, por banqueiros – deve ser benzido, sob pena de desaparecer ou transformar-se em folhas secas". Ou em desmoralização nacional com o absurdo suporte de supremos negacionismos. ●

É ANTROPÓLOGO, ESCRITOR E AUTOR DE 'CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS'

TER. Alice Ferraz, Patrícia Ferraz, Sergio Martins **(quinzenal)** ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Alice Ferraz, Patricia Ferraz ● **SEX.** Carol Prado, Lusa Silvestre **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues **(quinzenal)** ● **SAB.** Alice Ferraz, Suzana Barelli e Luciana Garbin **(quinzenal)** ● **DOM.** Alice Ferraz, Leandro Karnal, Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **estadao.com.br/e/cruzadas**



CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, a região geográfica brasileira localizada no entorno da Baía de Todos os Santos.

Atributo do samurai.	1	2		3	4	5	6
Estimular; entusiasmar.	7	6	8		9	7	10
Inserção de créditos no celular.	10	5		3	10	4	3
Enrolado; embrulhado.	5	11	12		9	13	2
Animal símbolo da Antártica.	8	7		4	14	7	6
Açúcar cristalino e incolor.	4	9	7		2	15	5
Modo de aplicação da vacina Sabin.	12	7		2	10	3	9
Que entrou em estado de ebulição.	16	5	10		7	17	2
Deles são feitas as canoas indígenas.	13	10		11	1	2	15
Compositor e cantor brasileiro, coautor de "Arrastão".	5	17	14	9	2		2
Mexer em machucado.	16	14	13	14	1		10
Alteração de juízo da realidade.	17	5	9	7	10		2
Questionar; interpelar.	7	11	17	3	4		10
Brejo; lodaçal.	8	3	11	13	3		2
Povo germânico que conquistou a Gália (pl.).	16	10	3	11	1		15

© Revistas COQUETEL

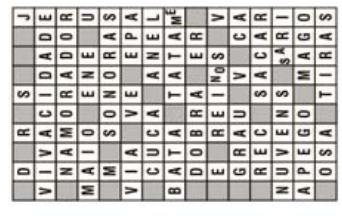
SUDOKU

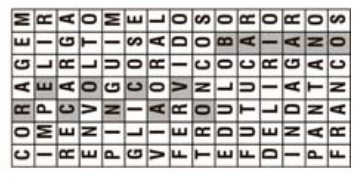
NA WEB | Jogue o sudoku **estadao.com.br/e/sudoku**

Nível Fácil

	9	8		5		6	7	
3			4		7			2
	3		7	6	5		4	
1								7
	6		9	1	8		5	
6			3		2			8
	2	1		4		9	3	

SOLUÇÕES





SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA
#FaçaCoquetel /editoracoquetel @coquetel
COQUETEL
ASSINE AGORA!
www.coquetel.com.br

Ines249

Sidney Sweeney, Zendaya e Jacob Elordi fizeram da série trampolim para o sucesso no cinema

Como 'Euphoria' deu a Hollywood suas novas estrelas

DANIEL MCFADDEN/LIONSGATE

JOE COSCARELLI
THE NEW YORK TIMES

Quando *Euphoria* estreou em 2019, seus jovens protagonistas deram um mergulho ambicioso e indecente nas mentes fraturadas de tóxicos de estudantes do ensino médio. E, nos anos seguintes, Zendaya, Sydney Sweeney e Jacob Elordi se tornaram os principais arquétipos da celebridade moderna.

Zendaya, a magnata moderna do cinema, passou de uma adolescente coadjuvante a uma figura multifacetada de destaque ao interpretar a atormentada viciada em drogas Rue.

Sydney Sweeney, a atriz polêmica e lucrativa, não muito diferente de sua personagem Cassie, usou os debates sobre objetificação para se tornar ela própria um campo de batalha cultural.

E Jacob Elordi, o galã intelectual, evitou se tornar um ídolo genérico da Netflix ao abrir caminho até conquistar uma indicação para o Oscar, entre as temporadas em que interpretou o atleta angustiado Nate.

Com a estreia da terceira (e potencialmente última) temporada da série chegando à HBO (em episódios semanais, aos domingos), relembre como o trio se consagrou entre os principais astros de Hollywood com menos de 30 anos.

Primeiros anos

Em 2009, aos 12 anos, Sweeney apareceu como Pequena Garota em um episódio da 4.ª temporada da série *Heroes*, da NBC, e depois teve breves participações em *Criminal Minds*, *Grey's Anatomy* e *Pretty Little Liars*. Enquanto isso, Zendaya se tornou a rainha das pré-adolescentes: foi modelo da Old Navy, cantou como vocalista principal na versão Kidz Bop de *Hot N Cold*, de Katy Perry, e virou a aspirante a dançarina Rocky Blue, aos 14 anos, na série da Disney *Shake It Up*, que estreou em 2010. Caprichando no visual; de olho na vida além do estrelato infantil, cruzou o tapete vermelho na estreia do filme de Justin Bieber de 2011, *Never Say Never*, vestindo uma saia Alexander Wang e um blazer metálico. Lançou um álbum e estrelou uma segunda série da Disney, *Agente K.C.*

Swenney, por sua vez, tentou a sorte em Hollywood. Conseguiu seus primeiros créditos no cinema: *Angels in Stardust* (2014), *The Martial Arts Kid* (2015) e *Dead Ant* (2017).

Enquanto isso, Jacob Elordi estrelou uma produção escolar de *Seussical*. "Assim que me vi cantando e dançando com aquele chapéu soube que era isso que eu queria fazer", ele lembrou mais tarde sobre seu papel como O Gato da Cartola.

Antes de 'Euphoria'

O esforço de Zendaya compensou. Após conseguir seu primeiro convite para o Met Gala, aos 20 anos, apareceu na capa da *Vogue* em 2017 e fez seus primeiros longas – *Homem-Aranha: De Volta ao Lar*, ao lado de seu futuro marido, Tom Holland; e *O Rei do Show*.

HBO

3.ª temporada
Novos episódios, que encerram a produção, estão sendo lançados semanalmente, aos domingos, na plataforma HBO Max

A ascensão de Sweeney a levou a papéis coadjuvantes em projetos mais densos lançados em 2018: uma série da Netflix sobre o ensino médio no estilo *Freaks and Geeks* (*Everything Sucks!*); uma minissérie sombria da HBO (*Objetos Cortantes*); e um filme neonoir (*Sob o Lago de Prata*). E imprimiu uma expressão de ingenuidade sob uma escuridão latente como uma noiva infantil de 15 anos no pesadelo distópico de *The Handmaid's Tale*.

Elordi começou a ganhar fama na comédia romântica teen *A Barraca do Beijo* (2018), da Netflix. Mas ele logo buscou se distanciar da frivolidade do projeto, posicionando-se como um ator que admirava ícones rebeldes, como Marlon Brando e James Dean

2019

Euphoria chegou chocando e impressionando. Quando a primeira temporada estreou em 16 de junho de 2019, Zendaya estava a apenas duas semanas do lançamento da sequência de *Homem-Aranha*. No mesmo mês, Sweeney apareceu, brevemente, em *Era uma Vez em... Hollywood*, de Quentin Tarantino. *Euphoria* imediatamente conferiu um aspecto bruto e transgressor à imagem de seus astros brilhantes: a Rue de Zendaya sofreu uma recaída nas drogas; o Nate de Elordi ameaçou uma colega trans e espancou um rival; e a Cassie de Sweeney tentou provar seu valor com a sexualidade explícita.

Sweeney tornou-se produtora. A Fifty-Fifty colocou foco em narrativas femininas. Zendaya tornou-se a mais jovem vencedora do Emmy de melhor atriz em série dramática. Já Elordi ficou estereotipado: seus projetos paralelos – como a comédia australiana *The Very Excellent Mr. Dundee* – pouco fizeram para provar sua versatilidade.

2021

Zendaya apostou em uma imagem mais madura e sexy. *Malcolm & Marie*, que ela estrelou e produziu com o criador de *Euphoria*, Sam Levinson, é um drama cru sobre um casal tempestuoso navegando por Hollywood. Mas na sequência vieram *Homem-Aranha: Sem Volta para Casa* e *Duna*, no qual apareceu em um papel de introdução, preparando o terreno para uma presença maior nas sequências.

2022

Sweeney expandiu seu repertório com um papel na primeira temporada de *The White Lotus* e acabou recebendo duas indicações para o Emmy, por *Lotus* e *Euphoria*.

Elordi continuou tentando. Apareceu ao lado de Ben Affleck e Ana de Armas em *Águas Profundas*, um suspense erótico dirigido por Adrian Lyne. E Zendaya foi definida como "ícone cultural em formação" ao aparecer na capa da *Time* como uma das pessoas mais influentes de 2022. No mesmo ano, levou o seu segundo Emmy pelo papel de Rue, tornando-se a primeira atriz negra a vencer duas vezes a categoria de melhor atriz em série dramática.

2023

Tanto nas telas quanto como produtora, Sweeney se inclinou para o arquétipo da ingênua típica de Hollywood, que assumiu seu próprio poder ao defender histórias femininas. Mas a busca por legitimidade e seriedade foi, de certa forma, ofuscada por ruídos extracurriculares que também elevaram seu perfil. Primeiro, uma longa polêmica sobre bonés no es-

Ines249

Caminho de Sidney Sweeney envolveu polêmicas, críticas pela falta de posições políticas declaradas e o flerte com o mundo da moda; ao lado, a atriz em cena de 'A Empregada'

NIKO TAVERNISE/METRO-GOLDWYN-MAYER

Zendaya, a magnata moderna do cinema, passou de adolescente coadjuvante a uma figura múltipla, com filmes com grandes diretores; ao lado, em cena de 'Rivais', de Luca Guadagnino

FOREGONE FILM PSC

Jacob Elordi, o galã intelectual, evitou se tornar um ídolo genérico da Netflix ao abrir seu caminho até conquistar indicação para o Oscar; ao lado, em cena de 'Oh, Canadá'

tilo MAGA na festa de 60 anos de sua mãe. (Ela esclareceu que os bonés vermelhos na verdade diziam "Make Sixty Great Again" ou "Torne os 60 incríveis de novo", em português.) Depois, seu papel no clipe de uma nova música dos Rolling Stones a mostrou se contorcendo sobre um conversível vermelho usando couro, abraçando sua crescente reputação como símbolo sexual. Após alguns fracassos de bilheteria, Sweeney estrelou, ao lado de Glen Powell, uma comédia romântica nostálgica, *Todos Menos Você*, impulsionada pelas especulações sobre um romance entre os protagonistas

Elordi aprendeu as regras do jogo. Experimentou a filosofia do "um para eles, um para mim" (alternando blockbusters e projetos pessoais). Seus fracassos (alguém lembrou de *A Caminho do Desastre?*) deram lugar a um projeto que lhe conferiu credibilidade no circuito underground (*A Doce Costa Leste*); a uma atuação de prestígio como Elvis em *Priscilla*, de Sofia Coppola, e a um autêntico hit da cultura pop com *Saltburn*, de Emerald Fennell. "Ele simplesmente tem um carisma, ele causa um efeito nas mulheres que imagino ser semelhante ao de Elvis", disse Coppola.

● 2024

Mesmo após um grande sucesso em Hollywood, Sweeney lutou para encontrar um terreno firme, oscilando entre tentativas de filmes "pipoca" (*Madame Teia*, *Imaculada*) e produções voltadas para premiações (*Christy*, interpretando uma boxeadora lésbica vítima de abuso doméstico), nenhum dos quais realmente engrenou.

Mais bem-sucedida foi uma campanha nas redes sociais com a Ford que explorou a sua imagem de "vizinha boazinha" – de olhos azuis e valores tradicionais americanos.

Zendaya, por sua vez, complicou as coisas (no bom sentido, claro). *Duna: Parte Dois*, em que a personagem Chani floresceu como o interesse amoroso de Paul Atreides (Timothée Chalamet), arrecadou US$ 715 milhões em todo o mundo. Em *Rivais*, dirigido por outro cineasta moderno, Luca Guadagnino, ela explorou facetas ainda inéditas de si mesma – interpretando uma mãe e símbolo sexual manipuladora –, provando ser uma protagonista capaz de sustentar a abertura de um grande filme de estúdio para adultos que não seja baseado em uma franquia já existente. Pelo trabalho, conquistou uma indicação para o Globo de Ouro de melhor atriz.

Elordi começou a projetar bom gosto. Embora suas tentativas iniciais de amadurecer e evoluir possam ter sido atrasadas pela pandemia e pelas forças maiores das mudanças no mercado de Hollywood, o esforço de Elordi para trazer complexidade à sua imagem de "galã dos sonhos" começou a surtir efeito fora das telas.

Combinando bolsas de grife em fotos de paparazzi com um livro de bolso sempre à mão, Elordi se tornou o "namorado da internet" com alma, à medida que libertou seu cinéfilo interior.

● 2025

Sweeney mergulhou na guerra cultural. Após evitar cuidadosamente os ventos do "anti-woke", optou por encará-los, ainda que de forma sutil, em um comercial de jeans da American Eagle focado em seus "belos genes". Alguns gritam "apito de cachorro da eugenia!", enquanto o vice-presidente dos EUA J.D. Vance tentou defendê-la de críticos da internet, minimizando o caso como apenas uma "garota bonita fazendo um comercial de jeans". (O presidente Donald Trump acrescentou, na rede social Truth Social: "Vá com tudo, Sydney!".)

Embora continue se esquivando de perguntas sobre suas afiliações políticas – "Não estou aqui para dizer às pessoas o que pensar. Estou aqui apenas para abrir os olhos delas para ideias diferentes" –, Sweeney pareceu apreciar o papel de símbolo sexual maliciosa, escalando o letreiro de Hollywood para promover sua linha de lingerie em uma metáfora quase perfeita demais.

Elordi, enfim, consolidou-se como galã erudito. Seus esforços parecem ter surtido efeito na mente dos diretores com quem ele tanto ansiava trabalhar. O roteirista e diretor Paul Schrader (*Taxi Driver*, *Gigolô Americano*), que trabalhou com ele em *Oh, Canada*, comparou Elordi favoravelmente a Richard Gere: "Ele é, de certa forma, um resgate de um tipo de estrela de cinema das antigas". Em outubro, Elordi conseguiu fazer com que as pessoas se sentissem atraídas pela Criatura do Dr. Frankenstein na adaptação de Guillermo del Toro da história para a Netflix, um esforço que lhe rendeu uma indicação para o Oscar de melhor ator coadjuvante.

"Estou trilhando este caminho único, seriamente, desde os 15 anos – 365 dias por ano, durante todas as horas em que estou acordado, meu cérebro é consumido por atuação, filmes, atores, narrativa e drama", disse ele em entrevista à CBS. "Sou inteiramente consumido pelo ofício de atuar e pelo negócio que é o cinema, e isso ainda não diminuiu."

Uma segunda colaboração com Fennell, no papel de Heathcliff em *O Morro dos Ventos Uivantes*, contracenando com a atriz Margot Robbie, reuniu um pouco de todas as suas facetas como ator e garantiu um longo momento na cultura pop, arrecadando mais de US$ 200 milhões nas bilheterias.

Sweeney lucrou alto. Antes da estreia em dezembro do filme *A Empregada*, como uma ajudante que mora com um casal lindo e cheio de segredos, ela fez uma espécie de "limpeza" nos bastidores, terminando o noivado com seu namorado e parceiro de negócios na Fifty-Fifty.

Ela começou a namorar o magnata da música (e ocasional antagonista de estrelas pop) Scooter Braun e gerou um milhão de memes com uma entrevista em vídeo para a *GQ*, na qual se recusou a ser rotulada, chamando o alvoroço sobre seus genes de "surreal". *A Empregada* faturou US$ 400 milhões com orçamento de US$ 35 milhões.

● 2026

Zendaya pairou acima de tudo isso, mantendo seu prestígio em alta na vida adulta ao conseguir se tornar uma das protagonistas mais reconhecidas e menos controversas de sua geração. Extremamente reservada, mesmo com fãs e tabloides implorando por informações sobre seu relacionamento com o Homem-Aranha, ela apareceu apenas para desmentir fotos de casamento geradas por IA ou para promover seus projetos.

E não são poucos. Zendaya, que agora ostenta mais de 175 milhões de seguidores no Instagram, tem cinco grandes projetos planejados para este ano: além de *Euphoria* e *O Drama* (da A24), há *A Odisseia*, de Christopher Nolan – sucessor de *Oppenheimer* –, além de *Homem-Aranha: Um Novo Dia* e *Duna: Parte Três*. "Só espero que vocês não se cansem de mim este ano", diz ela. ●

Ines249

Artes Visuais

Bienal de São Paulo de 2027 terá dupla brasileira de curadores

Amanda Carneiro, do Masp, e Raphael Fonseca, da Fundação Culturgest, baseada em Portugal, estarão à frente da mostra

SABRINA LEGRAMANDI

A Fundação Bienal de São Paulo anunciou na terça-feira, dia 28, os curadores-chefes da 37.ª edição da Bienal de São Paulo. Previsto para ocorrer no segundo semestre do próximo ano, no Parque do Ibirapuera, o evento vai contar com um modelo curatorial completamente brasileiro, com Amanda Carneiro e Raphael Fonseca à frente da mostra.

A dupla foi escolhida após o trabalho de um comitê de seleção curatorial conduzido pela Fundação Bienal. Amanda Carneiro é curadora do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp) desde 2018, no qual organizou mostras como as dedicadas aos artistas Santiago Yahuarcani (atualmente em cartaz); Hulda Guzmán (apresentada em 2025); e Abdias Nascimento (2022). Ela ainda foi organizadora artística da 60.ª Exposição Internacional de Arte da Bienal de Veneza, de 2024.

Já Raphael Fonseca é curador de artes visuais da Fundação Culturgest, com sedes em Lisboa e no Porto, em Portugal, e do Pavilhão de Taiwan na 61.ª Exposição Internacional de Arte da Bienal de Veneza deste ano. Além disso, também é curador at large de arte moderna e contemporânea latino-americana no Denver Art Museum, nos Estados Unidos, cocurador do festival Sequences, em Reykjavik, na Islândia, previsto para o próximo ano, e integra o grupo curatorial da 3.ª Counterpublic Triennial.

VISÃO. É a primeira vez que dois curadores brasileiros assumem, juntos e em paridade, a liderança artística do evento. "É uma decisão que nasce de um processo de seleção criterioso, coletivo e de uma convicção clara: existe, no Brasil, uma geração curatorial com o talento, a experiência e a visão necessários para manter a Bienal de São Paulo no centro do debate artístico do nosso tempo", comentou, em nota oficial, Andrea Pinheiro, presidente da Fundação Bienal de São Paulo.

A Bienal de São Paulo é considerada o maior evento de arte da América Latina. No ano passado, o projeto curatorial do evento teve como tema Nem Todo Viandante Anda Estradas – Da Humanidade Como Prática, inspirado por Conceição Evaristo e idealizado pelo curador camaronês Bonaventure Ndikung. Ele trabalhou com uma equipe de cocuradores composta pela marroquina Alya Sebti, a suíça Anna Roberta Goetz e pelos brasileiros Thiago de Paula e Keyna Eleison.

A mostra propunha uma reflexão sobre a humanidade. "É difícil nos centrarmos nela quando sentimos que o mundo está colapsando em todos os níveis, da crise ecológica às guerras. Há essa urgência de repensar e redefinir, mas também relembrar que a humanidade é uma prática", disse a cocuradora Alya Sebti ao **Estadão** na época da abertura da exposição.

FÉ ÁVILA/FUNDAÇÃO BIENAL DE SP

Amanda Carneiro e Raphael Fonseca no prédio da Bienal

"É uma decisão que nasce de um processo de seleção criterioso, coletivo e de uma convicção clara: existe, no Brasil, uma geração curatorial com o talento, a experiência e a visão necessários para manter a Bienal de São Paulo no centro do debate artístico do nosso tempo"
Andrea Pinheiro
Presidente da Fundação Bienal de São Paulo

"Não é um jeito individualista e arrogante que está destruindo o mundo. É o oposto, algo que está sempre em movimento. E, sim, é um posicionamento político dizer que é mais importante do que nunca reconhecer que eu não posso existir sem você e celebrar essa interconectividade; que alegria e beleza são necessárias para o estado do mundo. Ser humano também é isso." ●

Música

Mick Jagger quase morreu após overdose em 1976, diz nova biografia

Lançado nos EUA, livro de Bob Spitz reproduz depoimento de Marshall Chess, ex-presidente da Rolling Stone Records

Uma nova biografia dos Rolling Stones afirma que Mick Jagger sofreu uma overdose quase fatal em 1976. Segundo a *People*, o novo livro traz depoimentos de Marshall Chess, ex-presidente da Rolling Stone Records, que diz ter reanimado o astro após os dois ingerirem um grama de heroína.

The Rolling Stones: The Biography, escrita por Bob Spitz, autor de biografias de Bob Dylan, dos Beatles e do Led Zeppelin, lembra o momento em que tudo ocorreu, após uma turnê da banda pela Europa. Segundo Chess, Jagger teria ligado para ele e dito estar entediado. O vocalista, então, foi até a casa do empresário.

Chess afirma que o músico aparentava estar ansioso e embriagado, possivelmente sob o efeito de cocaína. Após conseguir heroína com um traficante, o empresário afirma que ele e o artista compartilharam um grama da droga. Cerca de dez minutos depois, Jagger desmaiou.

AZUL. Foi então que Chess tentou reanimar o astro. "Os lábios dele estavam ficando azuis. Não sabia o que fazer. Fiquei apavorado", disse. O empresário então ligou para a emergência e teria realizado respiração boca a boca no artista enquanto aguardavam a chegada do socorro. Após ser levado para o Hospital Lenox Hill, Jagger teria ficado em um quarto privativo, para evitar sua exposição. ●

FELIPE RAU/ESTADÃO – 27/2/2016

Após ingerir heroína, Jagger desmaiou e foi reanimado

Pop

Ed Sheeran fará show da Loop Tour no Allianz Parque no início de dezembro

O britânico Ed Sheeran voltará ao Brasil para apresentação no Allianz Parque no dia 5 de dezembro. O show integra a Loop Tour. Os ingressos serão vendidos pela Eventim para clientes das categorias Private e Select do Santander no dia 4 de maio. Os demais correntistas poderão adquirir as entradas no dia 5; a venda geral vai começar no dia 6 de maio.

GREG WILLIAMS

Rock

Hayley Williams, do Paramore, anuncia apresentação em SP dedicada a projeto solo

Hayley Williams, vocalista do Paramore, anunciou seu primeiro show solo no Brasil. A apresentação será realizada em São Paulo no dia 12 de novembro, no Espaço Unimed. Intitulado *The Hayley Williams Show*, o espetáculo terá canções do projeto solo da cantora, *Ego Death at A Bachelorette Party*, lançado em novembro do ano passado, de forma independente. A pré-venda de ingressos começa no dia 4 de maio, e vale para fãs que estiverem cadastrados no HWHQ, central oficial de comunicação da artista (é possível se cadastrar até hoje). A venda geral começa no dia 6 de maio, às 10h, pelo site da Eventim, e na bilheteria física do Espaço Unimed, às 11h.

Ines249

JORNAL DO CARRO
JC
QUARTA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 2026 • ANO 44 • Nº 2223 O ESTADO DE S. PAULO
D1
DESTAQUE O JORNAL DO CARRO (D1 A D4)

Estreia

Lotus confirma chegada ao Brasil prometendo trazer portfólio completo

Foco principal da empresa sino-britânica no País será esportivos como o Emira, a combustão, e o SUV elétrico de luxo Eletre, que compete com Lamborghini e Ferrari

LOTUS/DIVULGAÇÃO

Linha atual da marca inclui carros a combustão, híbridos e elétricos

A marca britânica Lotus, atualmente sob o comando do grupo chinês Geely, confirmou sua chegada ao País. A operação brasileira ficará a cargo da LTS Brasil, do empresário e ex-piloto Clemente Faria Júnior. A chegada da empresa sino-britânica ao mercado brasileiro foi antecipada pelo *Jornal do Carro* em dezembro.

A proposta inicial é oferecer toda a linha da Lotus no País. A LTS Brasil cuidará do processo de importação dos veículos, da comercialização de peças de reposição, da abertura de concessionárias, do atendimento de pós-venda e da garantia.

O portfólio atual da Lotus, comprada pelos chineses em 2017, inclui veículos a combustão, híbridos e elétricos. Um dos principais destaques é o Emira, modelo 2.0 turbo de quatro cilindros mais veloz já fabricado pela Lotus. Com 365 cv de potência, o veículo produzido na Inglaterra atinge velocidade máxima de 291 km/h e aceleração de 0 a 100 km/h em 4 segundos.

Há também o modelo Eletre, SUV 100% elétrico com 918 cv de potência, aceleração de 0 a 100 km/h em 2,95 segundos, 265 km/h de velocidade máxima e autonomia de até 500 quilômetros, dependendo da versão. Pelo porte, o Eletre compete com outros SUVs de luxo, como o Lamborghini Urus e a Ferrari Purosangue.

"Trazer a Lotus para o Brasil é assumir o compromisso de construir uma marca com visão de longo prazo. Mais do que vender carros, a Lotus no Brasil entregará uma experiência de luxo completa", prometeu Faria Junior em um comunicado à imprensa.

Faria Junior tem experiência na área. Quando era piloto, disputou competições de kart até fazer a transição para os monopostos. Em 2007, foi campeão da Fórmula 3 Sul-Americana. Participou de outras competições, como a British Formula 3.

Presença

Importação, peças, pós-venda, abertura de lojas e garantia ficarão a cargo da LTS Brasil

Como empresário, Faria Junior é responsável pela Bamaq, que trabalha com marcas de luxo, como Porsche e Mercedes-Benz, além de GWM, e com veículos pesados de marcas como New Holland.

A Lotus será a quinta marca da Geely a vender carros no Brasil. Além da própria Geely, Zeekr, Volvo e Riddara comercializam seus produtos no mercado nacional. A Lynk & Co. também se juntará ao time em 2026.

A operação da Lotus no Brasil, porém, não terá nada a ver com a Geely nem com a Zeekr – que abriga a Lynk & Co. sob seu guarda-chuva. A loja da importadora, em área nobre de São Paulo, será um espaço nos moldes de marcas como Ferrari, Aston Martin e McLaren.

TRADIÇÃO. A Lotus tem uma trajetória de sete décadas. Fundada pelo britânico Colin Chapman, a empresa fez história no automobilismo. Sob a batuta de Chapman, a Lotus ingressou na Fórmula 1 em 1958. Considerado o pai do efeito solo, solução aerodinâmica capaz de gerar aderência por meio do ar que passa por baixo do carro, o britânico liderou a equipe na conquista de sete campeonatos mundiais de construtores e seis de pilotos.

A ligação da Lotus com o Brasil é forte. Emerson Fittipaldi conquistou seu primeiro título na Fórmula 1, em 1972, pela equipe britânica. Ayrton Senna correu pela Lotus entre 1985 e 1987. E a primeira vitória do tricampeão mundial na F1 veio justamente com um Lotus. Pilotando o 97T desenhado por Gérard Ducarouge, o ídolo brasileiro venceu o GP de Portugal de 1985, realizado em Estoril.

Após a morte de Chapman, em 1982, a Lotus passou pelas mãos da GM, de um empreendedor italiano e da Proton, até ser adquirida pela Geely. ●

LEXUS | COLLECTION | JK
A MARCA DE LUXO COM PADRÃO INCOMPARÁVEL.
VIVA A EXPERIÊNCIA NA COLLECTION JK.
ATÉ 10 ANOS GARANTIA
Pagamos 100% da FIPE no seu usado*
PRONTA ENTREGA
RX 500h F-SPORT HÍBRIDO 2026
NX 350h HÍBRIDO 2026
AV. PRES. JUSCELINO KUBITSCHEK, 1444
A UMA QUADRA DA AV. FARIA LIMA - SÃO PAULO
DESACELERE, SEU BEM MAIOR É A VIDA
11 3708-4000
RECEBA UM ATENDIMENTO PERSONALIZADO PELO WHATSAPP
*Condição para Promoção de até 100% da tabela Fipe no Veículo seminovo na troca: veículo deve ser de fabricação nacional, de ano 2020 a 2025, com todos os opcionais de fábrica, com todas as revisões feitas em concessionária, com no máximo 10.000 km rodados por ano e em ótimo estado de conservação interna e externa, sem vestígios de reparos de funilaria, colisões e sinistros, com perícia aprovada por empresa de vistoria contratada pela Collection. Não se aplica para veículos importados, exceto Toyota e Lexus. Promoção válida até 30/04/2025, apenas para veículos em estoque. Fotos ilustrativas

Ines249

Estratégia

Nissan admite momento difícil no Brasil, mas quer ampliar presença

Fabricante mantém o foco em organizar o presente por meio de seus lançamentos recentes, mas discute novas possibilidades

MARCUS CELESTINO
ENVIADO ESPECIAL A TÓQUIO

Apesar de admitir que não vive um bom momento no Brasil, a Nissan pretende ampliar seu portfólio no País. A fabricante japonesa mantém o foco em organizar o presente, especialmente por meio de seus lançamentos mais recentes por aqui, como o Kicks e o Kait, mas discute novas possibilidades para o futuro.

A primeira é eletrificada e envolve um produto já conhecido dos brasileiros. Trata-se do Nissan Kicks híbrido, com tecnologia e-Power. O modelo já é vendido em alguns mercados, mas ainda em sua primeira geração. Nos EUA, a nova encarnação eletrificada é prometida para muito breve.

E no Brasil as portas estão abertas. "Se a situação econômica for favorável, podemos levar (*o Kicks híbrido*)", afirmou o CEO da Nissan, Ivan Espinosa, em entrevista para jornalistas da América Latina. O executivo, contudo, salientou que a operação não seria simples.

"É um mercado complicado, competitivo. (*Vender o Kicks híbrido*) não é tão simples, mas continuaremos a buscar flexibilidade", disse Espinosa. "No entanto, seguiremos buscando novas oportunidades de negócio e podemos levar novas tecnologias para o Brasil."

Cogitado para o País anteriormente, o Nissan Magnite já não é uma certeza. O SUV compacto flertou, de fato, com nosso mercado. Mas a fabricante optou pelo Kait – uma repaginação do Kicks Play.

O Magnite, contudo, ainda pode ter uma vida no Brasil. Richard Candler, head global de produto da Nissan, ressaltou o sucesso do modelo em mercados emergentes.

"(O Brasil) É um mercado complicado, competitivo. No entanto, seguiremos buscando novas oportunidades de negócio e podemos levar novas tecnologias para o Brasil"
Ivan Espinosa
CEO da Nissan

De acordo com o executivo, o Magnite poderia, no futuro, atuar como substituto do Kait. "Nós sempre avaliamos os produtos, as possibilidades para cada mercado. O Magnite é um veículo que teria chances de fazer sucesso no Brasil como já faz em outros países."

O movimento, porém, é incerto. E, caso ocorra, ficará para um futuro ainda distante, porque o atual Magnite é um projeto antigo, feito sobre uma derivação da mesma plataforma do Renault Kwid.

Candler afirmou que o Magnite só seria vendido no Brasil em uma geração futura, fabricada sobre nova plataforma, ainda sem previsão exata de lançamento. O executivo também disse que, por ora, a empresa está muito satisfeita com o desempenho do Kait.

No acumulado de 2026, o Kicks Play repaginado teve 6.400 emplacamentos. Ao todo, 8.961 unidades do novo Kicks foram licenciadas no mesmo período.

NOVO X-TRAIL. A Nissan revelou a nova geração do SUV X-Trail, em Yokohama, no Japão, no dia 14. Mas enquanto fala em futuro em âmbito global, a marca deve deixar o Brasil lidar com o passado. Apresentado ao lado do Nissan Juke elétrico, o novo X-Trail, com tecnologia e-Power, faz parte de uma estratégia de reposicionamento global da fabricante. Mas no Brasil a tendência é que seja comercializada a geração atual, já conhecida em outros mercados.

A Nissan não revelou a ficha técnica, mas deu pistas sobre o novo X-Trail. O futuro SUV manterá a base modular CMF-CD, a mesma do modelo atual, mas o veículo passará por uma repaginação estética completa. A dianteira assume protagonismo, com uma grade trapezoidal acompanhada de assinaturas em LED. Nas laterais, os vincos são mais pronunciados, enquanto a traseira aposta em um desenho mais geométrico e robusto.

O sobrenome e-Power não está presente no novo X-Trail por acaso. Na apresentação acompanhada pelo *Jornal do Carro* foi possível notar a nomenclatura, que denuncia a presença do sistema híbrido proprietário da marca, que segue uma lógica diferente dos híbridos tradicionais.

O motor a combustão funciona exclusivamente como gerador de energia para a bateria, não traciona as rodas. É uma experiência mais próxima de um elétrico que não dependa da tomada.

A solução – adotada recentemente por outras montadoras – vem sendo refinada há anos pela Nissan. No papel, é um sistema que resolve a equação de eficiência energética com uso simplificado. Falta saber como isso se traduzirá em números na nova geração.

A apresentação do X-Trail ocorreu no contexto de um plano de ressurreição da Nissan, uma estratégia que tenta recolocar a empresa nos trilhos após anos de turbulência e até mesmo incorporar inteligência artificial em seus modelos. A ideia é enxugar o portfólio global de 56 para 45 modelos, com foco em produtos mais bem definidos e com função clara.

Boa largada
Este ano, o Kait teve 6,4 mil emplacamentos, ante 8.961 unidades do novo Kicks licenciadas

No entanto, o mercado brasileiro segue um compasso próprio. Enquanto o novo X-Trail encarna um futuro mais racionalizado e tecnológico, o Brasil continuará com uma solução mais conservadora, conforme apurou o *Jornal do Carro* no Japão.

Posicionamento e estratégia industrial ainda falam mais alto por aqui. Além disso, a Nissan já deu início a um cronograma para o X-Trail no Brasil que é incapaz de esperar por uma nova geração. O modelo chega ao nosso país, vale lembrar, ainda este ano. Enquanto isso, a próxima encarnação, apresentada no Japão, será lançada em 2027. ●

O REPÓRTER VIAJOU A CONVITE DA NISSAN

MERCEDES-BENZ/DIVULGAÇÃO

Mercedes Classe C elétrico aposenta a submarca EQ

A Mercedes-Benz apresentou mundialmente o novo Classe C, agora totalmente elétrico. O sedã também simboliza o fim da submarca EQ e recebeu a denominação C400 4Matic Electric. A bateria tem capacidade de 94,5 kWh, e a montadora informa que o modelo é capaz de recuperar cerca de 320 km de autonomia em apenas dez minutos de carga rápida. A arquitetura elétrica é de 800 volts, e o coeficiente aerodinâmico (Cx) de 0,22 significa pouca resistência à passagem do ar. O sedã vem com ChatGPT-4o e Google Gemini. Ainda não há previsão de chegada do modelo ao Brasil. ●

● **TUBARÃO DA BYD.** Mako – conhecido por ser o tubarão mais rápido do mundo – foi o nome escolhido pela BYD para sua picape, que chega para rivalizar com a Fiat Toro. Segundo informações do colunista Jorge Moraes, da CNN Brasil, a picape será produzida na fábrica de Camaçari (BA) e deve ser lançada oficialmente em setembro. O novo modelo vem para dar continuidade à linha Ocean da marca, que já conta com a Shark, também fazendo referência aos famosos predadores dos mares. O movimento também sinaliza uma expansão da BYD no setor que hoje é dominado por modelos como Fiat Toro, Ram Rampage e Ford Maverick. Há expectativa de que o conjunto seja híbrido flex, baseado na mesma arquitetura do Song Pro, unindo motor a combustão e sistema elétrico.

● **YAMAHA HÍBRIDA.** A Yamaha lançou no Brasil, na semana passada, o scooter ZR Hybrid Connected (*foto*), modelo de entrada equipado com sistema híbrido leve. O conjunto mecânico Blue Core Hybrid conta com motor de 125 cm³, de 8,2 cv de potência e 1,0 kgfm de torque, e assistência elétrica, que atua por alguns segundos em situações como arrancadas e retomadas, além do sistema Stop & Start, que desliga o motor em paradas e religa automaticamente. A Yamaha ZR Hybrid Connected será oferecida nas cores prata, vermelho e preto, com preço sugerido de R$ 13.990 (sem frete). A garantia é de quatro anos. A produção será em Manaus, com chegada às lojas prevista para o mês que vem.

YAMAHA/DIVULGAÇÃO

● **MAIS SEGURANÇA.** A Honda Pop 2027 ganhou freios combinados. Dessa forma, o manete direito continua responsável pelo freio dianteiro, enquanto o esquerdo distribui a força entre as rodas dianteira e traseira, proporcionando frenagens mais equilibradas. Com isso, o pedal de freio traseiro, acionado pelo pé direito, foi eliminado. Outra mudança importante na linha 2027 é a adoção de rodas de liga leve no lugar das tradicionais raiadas. Os pneus passam a ser sem câmara, além de mais largos e altos, o que levou a ajustes na geometria. A Pop passou de R$ 10.380 para R$ 10.588 (sem frete e encargos). A Honda informa que 25% dos compradores da Pop 110i ES utilizam a motocicleta para trabalho de entregas por aplicativo.

Ines249

Avaliação

Novo Tiguan é o mais potente da história, com dinâmica exemplar, mas sem IA

FOTOS: VOLKSWAGEN/DIVULGAÇÃO

1

2

3

1. Com base do Golf, Tiguan é SUV médio que mais se aproxima de condução esportiva
2. Tela de 15" é destaque interno
3. Logo da marca recebe iluminação

SUV chega à terceira geração com motor 2.0 turbo de 272 cv, mas sem o pacote tecnológico do similar vendido na Europa

ISADORA CARVALHO

O Tiguan é um dos SUVs da Volkswagen mais populares no mundo, com mais de 8 milhões de unidades vendidas. E isso explica por que sua terceira geração ganha a mesma plataforma do novo Golf, a MQB Evo, motor 2.0 turbo e ainda tração integral.

O novo modelo do Tiguan começa a ser vendido oficialmente no dia 7, desembarcando no País diretamente do México, onde é produzido, com a dura missão de encarar um segmento com cada vez mais rivais tecnológicos. Entre eles, o Haval H6, o SUV híbrido mais vendido do Brasil, e o BYD Song Plus, na segunda colocação. Entre os SUVs médios, o Jeep Compass continua liderando com certa folga.

Visualmente, o Tiguan abandonou as linhas retas em favor de uma silhueta mais aerodinâmica. Pela primeira vez no Brasil, a Volkswagen adota o logotipo e a grade iluminados na dianteira e na traseira, criando uma identidade visual inconfundível à noite.

Os faróis trazem a tecnologia IQ. Light Matrix. O conjunto conta com mais de 750 lúmens e iluminação adaptativa e antiofuscamento. Esse atributo é bem-vindo especialmente em rodovias de pista simples, por controlar a iluminação de forma precisa. As lanternas recebem iluminação exclusiva com desenhos geométricos que se formam ao trancar ou destrancar o SUV.

O carro ficou levemente menor em comprimento. Passou de 4,73 metros do AllSpace para 4,69 metros, deixando de carregar sete ocupantes. O porta-malas também diminuiu, de 686 litros para 550 litros, ainda na média do segmento. Já o entre-eixos cresceu 2 mm, para 2,79 metros.

A cabine passou por uma digitalização. O seletor de marchas migrou para a coluna de direção, liberando espaço no console central para o inédito Seletor de Experiências. Por meio desse comando rotativo, o motorista controla o volume do som, modos de condução e até a iluminação ambiente (com 30 opções de cores).

Importado
O novo Tiguan começa a ser vendido no dia 7, vindo diretamente do México, onde é fabricado

A central multimídia agora é uma tela imponente de 15 polegadas, levemente voltada para o motorista, que integra a nova assistente de voz "IDA". No quesito conforto, os bancos dianteiros oferecem ajustes elétricos, memória, aquecimento, ventilação e – um luxo vindo de segmentos superiores – oito opções de massagem.

Diferentemente do modelo europeu, o novo Tiguan estreia por aqui sem a opção de integração com o ChatGPT, função que seria bem-vinda pela infinidade de funções que a IA pode trazer para motorista e passageiros. E infelizmente também não há a função "over the air", portanto não existe a possibilidade de atualização remota do software da central que permitiria a curto prazo o recurso de IA ou outras funções – e essa tecnologia também está disponível na Europa.

COMO RODA. O grande destaque do novo Tiguan reside sob o capô. A nova geração é equipada com o motor EA888 Evo5, o 2.0 turbo mais potente já oferecido no modelo em solo nacional. São 272 cv de potência e 35,7 kgfm de torque, acoplados a uma transmissão automática de oito velocidades. Há mais duas motorizações no modelo europeu que podem, eventualmente, chegar por aqui: o híbrido leve com sistema de 48V, com o motor 1.5 turbo, e o híbrido plug-in, que oferece a mesma potência do 2.0 turbo, mas traz a grande vantagem de proporcionar uma autonomia elétrica na casa dos 100 km.

Para os entusiastas, a melhor notícia é o retorno da tração integral 4Motion. O sistema Haldex distribui a força entre as rodas de forma automática, adaptando-se a diferentes terrenos. O novo modelo conta com seis modos de condução (Eco, Normal, Sport, Individual, Snow e Off-road), configuráveis no console.

O *Jornal do Carro* teve um contato breve com o novo Tiguan durante o evento de apresentação do SUV, mas suficiente para identificar alguns dos principais predicados: bom desempenho, isolamento acústico e comportamento dinâmico.

ESPORTIVIDADE. O Tiguan não figura entre os mais potentes da categoria, mas o 2.0 turbo vai bem em acelerações e retomadas vigorosas, e as trocas de marcha são quase imperceptíveis. O máximo de torque é entregue a 1.900 rpm, tornando a sensação de agilidade presente. Há um leve turbo lag ao pisar fundo, também chamado de kickdown, mas é pequeno e não incomoda.

O que poderia incomodar seria algum ruído na cabine, que se mostrou silenciosa graças ao excelente isolamento acústico combinado a um motor que só se torna um pouco mais ruidoso no modo Sport, e que é uma característica bem-vinda nessa condição de esportividade.

O novo Tiguan é de longe o SUV médio que mais se aproxima de uma condução esportiva. O acerto da suspensão, apesar de privilegiar o conforto, traz uma rigidez digna de SUVs esportivos. A suspensão trabalha de forma coordenada para que a carroceria se mantenha estável mesmo em curvas acentuadas e transmite segurança ao volante. É um comportamento que segue o DNA Volkswagen, mas que é levado a outro nível, claramente superior aos rivais chineses.

O novo Tiguan traz pacote completo de segurança ativa, com controle de velocidade adaptativo, frenagem autônoma e monitoramento de saída de faixa. O recurso Emergency Assist é capaz de parar o veículo caso detecte incapacidade do motorista, e o alerta de desembarque avisa se houver veículos ou ciclistas se aproximando ao abrir as portas.

O SUV será oferecido em versão única R-Line. O pacote já inclui teto solar panorâmico e custa R$ 299.990 – cerca de R$ 50 mil mais caro que o Haval H6 e o Song Plus, ambos híbridos plug-in e que oferecem autonomia elétrica na casa dos 100 km. Mas é incontestável que o SUV da VW oferece dinâmica superior e um pacote de tecnologias do mesmo nível. ●

Ficha técnica

● **Tiguan R-Line**

Preço (básico)	R$ 299.990
Motor	2.0 turbo
Potência (cv)	272
Consumo (km/l)	8,9 (cid.)
Tração	Integral
Câmbio	Automático, 8 m.
Entre-eixos (m)	2,79
Peso (kg)	1.820
Comprimento (m)	4,69

FONTE: VOLKSWAGEN

Prós & contras

Dirigibilidade
Com potência, tração integral e suspensão acertada, comportamento é de esportivo.

Tecnologia
SUV chega sem ChatGPT e atualização remota, presentes no modelo europeu.

Ines249

Avaliação

Leapmotor B10 é SUV elétrico chinês que sabe falar 'português das ruas'

FOTOS: PEDRO BICUDO/DIVULGAÇÃO

Impressão ao volante é de um SUV que prima pela fluidez

Segundo modelo da marca que pertence à Stellantis foi calibrado para as condições locais; avaliação mostra bom comportamento

MARCUS CELESTINO

Foi nas instalações da Stellantis em Betim, Minas Gerais (leia-se Fiat) que o chinês Leapmotor B10 fez – digamos – um processo de aclimatação antes de seguir para as concessionárias. E, andando no SUV elétrico que chega às lojas por R$ 182.990, a conclusão é que a engenharia nacional do grupo fez um bom trabalho de tropicalização.

O desafio não é simples: o B10 vem para ocupar um espaço cada vez mais congestionado. Para isso, precisa ser tecnológico sem emular o espírito de um eletrodoméstico sobre rodas.

Graças a Betim, o B10 tem como principal trunfo justamente a condução, ponto no qual muito rival chinês ainda tropeça. A primeira impressão ao volante é de um SUV mais assentado do que espalhafatoso e um conjunto que prima pela fluidez.

Ambiguidade

O Leapmotor B10 é um carro bem resolvido, mas no uso cotidiano tropeça em ergonomia e interface

O B10 não tem uma calibração molenga, que vende conforto na apresentação à imprensa e devolve flutuação no uso real. A condução lembra bastante a do C10 – modelo com o qual a marca fez sua estreia no País –, mas com suspensão um pouco mais firme.

O SUV médio usa McPherson e multilink, traz arquitetura de tração traseira e distribuição de peso de 50%/50% entre os eixos, receita que costuma soar promissora em apresentação de produto e, às vezes, desaparece no asfalto. Aqui, ao menos na primeira impressão, o B10 passa a sensação de um carro bem apoiado, mais centrado nas mudanças de direção e com reações previsíveis, sem aquela dianteira saturada.

A Stellantis diz ter retrabalhado molas, amortecedores, buchas traseiras e o sistema de direção, além de ter feito uma validação global com testes virtuais em outros países. E olha que dá para dizer que alguém de fato sentou para acertar o carro – e não apenas para localizar o menu multimídia.

Isso não significa esportividade. E nem precisa. Com 218 cv de potência, 24,5 kgfm de torque e aceleração de 0 a 100 km/h em 8 segundos, o B10 entrega desempenho suficiente para parecer esperto sem apelar para a brutalidade elétrica.

O conjunto responde bem, com boas acelerações e retomadas vigorosas, mas o foco claramente está mais na fluidez do que no susto. É um carro que tenta ser civilizado, e a suspensão mais firme ajuda nisso, pois segura melhor a carroceria e dá um pouco mais de leitura ao volante.

Há também um senso de centralização mais bem resolvido. Na lida, o B10 não pede correções constantes de volante e mantém trajetória com mais naturalidade, sem parecer solto demais na reta. Em resumo, a direção tem precisão honesta. Não empolga, mas ajuda o SUV médio a parecer mais bem resolvido.

O Leapmotor B10 elétrico tem 4,52 metros de comprimento, 2,74 m de entre-eixos, 1,89 m de largura e 1,67 m de altura, medidas que o colocam com folga no jogo dos SUVs médios. Só que, ao contrário de alguns modelos do segmento, o chinês não parece um trambolho.

A percepção é de se estar guiando um carro mais compacto do que os números sugerem, o que é um bom sinal em uso urbano. A posição de dirigir elevada, a cabine limpa e a boa área envidraçada colaboram para isso. Assim como a proposta de interior mais horizontal, dominada pela central de 14,6" e pelo quadro digital de 8,8". É uma cabine conectada e com jeito de gadget minimalista. Às vezes até demais.

CONFLITOS. E aqui mora um dos maiores conflitos do B10. O interior até conversa com o repertório esperado de um elétrico, mas passa um pouco do ponto. Faltam elementos e um pouco mais de identidade. Em vez de sofisticação, fica a impressão de simplificação.

O banco, por exemplo, tem maciez adequada e agrada no primeiro contato, mas o assento não é tão longo quanto deveria. A ausência de ajuste elétrico só reforça a sensação de corte de custo em um carro que quer se vender como tecnológico.

Essa lógica se repete na interface. O painel de instrumentos é muito pequeno e poderia ser mais bem resolvido. A leitura fica comprimida, pouco intuitiva, como se fosse um componente secundário.

Já a central multimídia assume protagonismo, mas nem sempre isso é positivo. O ajuste dos retrovisores externos, por exemplo, depende dela.

O B10, todavia, tem conteúdo para sustentar o discurso tecnológico. Dispõe, por exemplo, de Android Auto e Apple CarPlay (algo que o C10 ainda não tem), atualizações remotas, comandos pelo smartphone, programação de recarga e climatização a distância.

Tem também pacote de assistências à condução recheado, ainda que com um monitoramento de faixa altamente intrusivo. Em suma, o pacote está todo ali, mas fica a dúvida de quantos desses recursos entram de fato na rotina do consumidor.

Mas é um arsenal respeitável. Há conteúdo de sobra para sustentar o discurso de tecnologia embarcada, e isso conta num segmento em que equipamento virou argumento de venda quase tão importante quanto autonomia.

Falando nisso, o B10 traz bateria LFP de 56,2 kWh, alcance de 288 km pelo Inmetro e 361 km no ciclo WLTP, com recarga AC de 11 kW e DC de até 140 kW. Não são números para instaurar pânico na concorrência, mas tampouco envergonham. Soam honestos para a proposta de uso urbano e viagens curtas. O mesmo vale para o porta-malas de 365 litros e para o compartimento dianteiro de 21,5 litros, que ajudam a compor um veículo bem equipado.

CONCLUSÃO. O Leapmotor B10 deixa uma impressão ambígua. Dinamicamente, é um carro bem resolvido, com acerto que foge do clichê de "chinês elétrico anestesiado". No entanto, no uso cotidiano, tropeça em decisões básicas de ergonomia e interface.

É como se tivesse sido calibrado por engenheiros atentos à condução, mas finalizado por uma lógica de produto que ainda confunde minimalismo com ausência e tecnologia com centralização excessiva. O B10 é um carro que sabe falar o "português das ruas", mas ainda perde pontos em características intrínsecas a um produto de origem chinesa.

Mas no frigir dos ovos o B10 deixa uma impressão mais que positiva. É um SUV com substância no acerto dinâmico. E talvez este seja o melhor elogio possível para um lançamento desse tipo. ●

Ficha técnica

Leapmotor B10

Preço	R$ 182.990
Motor	1, traseiro
Potência (cv)	218
Torque (kgfm)	24,5
Câmbio	Automático, 1 m
Comprimento (m)	4,52
Entre-eixos (m)	2,74
0 a 100 km/h (s)	8
Peso (kg)	1.780

FONTE: LEAPMOTOR

Prós & contras

Dirigibilidade
Aceleração e retomadas agradam, assim como o comportamento da suspensão.

Interior
Faltam elementos e um pouco de identidade. Fica a impressão de simplificação.

Quadro de instrumentos é pequeno e leitura fica pouco intuitiva

Com 4,52 m, modelo entra na disputada categoria dos SUVs médios

Ines249

BR Partners Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 11.115.212/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
O ano de 2025 deu continuidade à trajetória de crescimento que já havia sido observada em 2023 e 2024. Mesmo sendo um *Shopping* maduro, o Outlet Premium Brasília se mostrou resiliente ao cenário macro desafiador, terminando 2025 com vendas de R$ 477,7 milhões, um aumento de 2,5% em relação a 2024 – de acordo com a Associação Brasileira de *Shoppings Centers*, o setor teve um faturamento em 2025 apenas 1,2% acima de 2024.
Apesar do cenário atual de alta de juros e possível menor crescimento da economia, acreditamos que o modelo de *shoppings outlets* continuará seu ciclo de maturação, atraindo consumidores que procuram uma melhor proposta de valor em suas compras e apresentando taxas de crescimento mais altas que a média do mercado.
Política de distribuição de dividendos
A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**Saldo em 31/12/2025**	**Saldo em 31/12/2024**	**Saldo em 31/12/2025**	**Saldo em 31/12/2024**
Circulante		**7.254**	**4.381**	**14.307**	**10.992**
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.274	2.683	5.825	3.475
Instrumentos financeiros ao custo amortizado	6a	2.431	1.946	9.575	8.489
Provisão para perdas esperadas	6c	(479)	(254)	(1.146)	(1.066)
Tributos a recuperar		28	6	53	94
Não circulante		**27.014**	**57.874**	**89.464**	**90.705**
Instrumentos financeiros ao custo amortizado	6a	–	–	4.165	3.654
Participações em controlada	8	14.186	44.713	–	–
Propriedade para investimento	7	12.828	13.161	85.299	87.051
Total do ativo		**34.268**	**62.255**	**103.771**	**101.697**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Notas**	**Saldo em 31/12/2025**	**Saldo em 31/12/2024**	**Saldo em 31/12/2025**	**Saldo em 31/12/2024**
Circulante		**740**	**442**	**20.491**	**18.514**
Fornecedores e outras contas a pagar		71	67	131	125
Tributos a recolher		513	167	1.270	812
Impostos diferidos	14b	–	208	–	208
Instrumentos financeiros passivos	9	156	–	19.090	17.369
Não circulante		**23.568**	**–**	**73.320**	**21.370**
Instrumentos financeiros passivos	9	23.568	–	73.320	21.370
Total do passivo		**24.152**	**442**	**93.811**	**39.884**
Patrimônio líquido					
Capital social	11	6.251	54.872	6.251	54.872
Reserva de capital		–	6.957	–	6.957
Reserva de lucros		3.709	385	3.709	385
(-) Prejuízos acumulados		–	(401)	–	(401)
Total do patrimônio líquido		**9.960**	**61.813**	**9.960**	**61.813**
Total do passivo e patrimônio líquido		**34.268**	**62.255**	**103.771**	**101.697**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**Saldo em 31/12/2025**	**Saldo em 31/12/2024**	**Saldo em 31/12/2025**	**Saldo em 31/12/2024**
Receita operacional líquida	12	5.895	5.582	19.188	17.957
Custo com manutenção		(388)	(322)	(1.818)	(1.962)
Resultado operacional líquido		**5.507**	**5.260**	**17.370**	**15.995**
Reversão/(constituição) para perdas esperadas	6c	(225)	(11)	(80)	140
Despesas administrativas	13	(561)	(546)	(2.856)	(3.051)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**4.721**	**4.703**	**14.434**	**13.084**
Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros		238	172	977	745
Despesas de juros e ganhos em instrumentos financeiros		(156)	–	(4.289)	(4.454)
Resultado financeiro líquido		**82**	**172**	**(3.312)**	**(3.709)**
Resultado não operacional		143	(1)	143	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	8	4.873	3.489	–	–
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**9.819**	**8.363**	**11.265**	**9.374**
Imposto de renda e contribuição social	14a	(771)	(665)	(2.217)	(1.676)
Lucro líquido do exercício		**9.048**	**7.698**	**9.048**	**7.698**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2025	**Saldo em 31/12/2024**	**Saldo em 31/12/2025**	**Saldo em 31/12/2024**
Lucro líquido do exercício	9.048	7.698	9.048	7.698
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**9.048**	**7.698**	**9.048**	**7.698**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

			Reserva de lucros				
	Capital social	**Capital social a integralizar**	**Reservas de capital**	**Reserva legal**	**Outras reservas**	**Prejuízos acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**50.372**	**(500)**	**6.957**	**–**	**–**	**(7.714)**	**49.115**
Aumento de capital	5.000	–	–	–	–	–	5.000
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	7.698	7.698
Constituição de reserva	–	–	–	385	–	(385)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**55.372**	**(500)**	**6.957**	**385**	**–**	**(401)**	**61.813**
Aumento de capital	10.957	(4.000)	(6.957)	–	–	–	–
Redução de capital	(58.678)	–	–	–	–	–	(58.678)
Integralização de capital	–	3.100	–	–	–	–	3.100
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	9.048	9.048
Constituição de reserva	–	–	–	452	2.872	(3.324)	–
Dividendos a pagar	–	–	–	–	–	(5.323)	(5.323)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**7.651**	**(1.400)**	**–**	**837**	**2.872**	**–**	**9.960**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL E CONSOLIDADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2025	**Saldo em 31/12/2024**	**Saldo em 31/12/2025**	**Saldo em 31/12/2024**
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Lucro líquido	9.048	7.698	9.048	7.698
Ajustes para:				
Depreciação	333	333	2.136	2.126
Resultado de equivalência patrimonial	(4.873)	(3.489)	–	–
Despesas de juros – instrumentos financeiros passivos	156	–	4.287	4.773
Provisão para perdas esperadas	225	11	80	(140)
Impostos diferidos	(208)	52	(208)	52
Lucro líquido ajustado	**4.681**	**4.605**	**15.343**	**14.509**
Variações em:				
Ativos financeiros ao custo amortizado	(485)	(233)	(1.597)	(767)
Tributos a recuperar	(22)	5	41	(31)
Fornecedores e outras contas a pagar	4	–	6	–
Tributos a recolher	979	573	2.366	655
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**5.157**	**4.950**	**16.159**	**14.366**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(633)	(632)	(1.908)	(632)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**4.524**	**4.318**	**14.251**	**13.734**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Redução de capital em controladas	35.400	–	–	–
Aumento de capital em controladas	–	(8.000)	–	–
Aquisições de investimento em edificações	–	(65)	(384)	(797)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	**35.400**	**(8.065)**	**(384)**	**(797)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital social	3.100	5.000	3.100	5.000
Emissão de instrumentos financeiros passivos – nota comercial	23.568	–	67.759	(16.741)
Redução de capital	(58.678)	–	(58.678)	–
Dividendos pagos	(5.323)	–	(5.323)	–
Liquidação de juros – empréstimo bancário	–	–	(18.375)	–
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	**(37.333)**	**5.000**	**(11.517)**	**(11.741)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**2.591**	**1.253**	**2.350**	**1.196**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.683	1.430	3.475	2.279
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.274	2.683	5.825	3.475
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**2.591**	**1.253**	**2.350**	**1.196**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A BR Partners Investimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 17 de agosto de 2009, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 – 28º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
A Companhia participa como controladora direta na seguinte empresa:

			% Participação	
Controlada direta	**Ramo de atividade**	**País**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.	Empreendimento Imobiliário	Brasil	99,99	99,99

A Companhia e sua Controlada (conjuntamente denominas, "Grupo") possuem por objetivo: (a) realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em *Shopping Centers* e *Outlets* e em atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; (b) a exploração e a gestão de imóveis próprios e/ou de terceiros e de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços conexos em operações imobiliárias de imóveis próprios e/ou de terceiros; e (c) a participação em outras sociedades empresárias e/ou em fundos de investimentos imobiliários, podendo as atividades aqui descritas serem exercidas diretamente ou através de controladas e coligadas.
A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de abril de 2026.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
a. Base de preparação e apresentação
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
b. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.
c. Demonstrações financeiras individuais
Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo.
d. Demonstrações financeiras consolidadas
No processo de consolidação, os saldos e transações entre empresas foram eliminados por meio dos seguintes procedimentos: a) eliminação dos saldos de ativo e passivo entre as empresas consolidadas; b) eliminação dos saldos de investimento da Companhia com os saldos de patrimônio líquido ajustado de suas controladas.

3. Políticas contábeis materiais
a. Instrumentos financeiros ao custo amortizado
Classificação e mensuração de ativos financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensuração pelo valor justo por meio de resultados ("VJR"), valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e custo amortizado ("CA"). A classificação depende da análise realizada no modelo de negócio e o teste de Somente Pagamento de Principal e Juros ("SPPJ").
Ativos financeiros ao custo amortizado
A classificação dos ativos ao custo amortizado refere-se aos ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, sendo que esses fluxos de caixa representam SPPJ, e que não são designados ao valor justo por meio do resultado. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, deduzidos das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e a receita reconhecida por meio da utilização da taxa efetiva de juros.
Para os valores a receber de clientes, a Companhia adotou a abordagem simplificada prevista no CPC 48 para mensurar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito durante a vida útil, considerando que os valores não possuem componente de financiamento significativo. A Companhia determina a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre esses recebíveis usando uma matriz de provisão estimada com base em características de risco de crédito das operações, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores aplicáveis à área de atuação. Portanto, o perfil do risco de crédito desses ativos é apresentado com base no seu status de vencimento na matriz de provisão.
Passivos financeiros
Os passivos financeiros classificados ao custo amortizado são demonstrados pelos fluxos de caixa conhecidos ou calculáveis, deduzido das correspondentes despesas a apropriar e acrescido dos encargos e variações monetárias (em base "*pro-rata*") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.
b. Propriedade para investimentos
A Companhia é proprietária de um edifício de lojas mantido para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorização. O imóvel não é ocupado pela Companhia.
A propriedade para investimento é demonstrada pelo custo, deduzida a depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.
A depreciação da propriedade para investimento é calculada sobre o custo de aquisição menos o valor residual, de acordo com o método linear, aplicando-se à taxa de 2% a.a. no horizonte de vida útil estimada de 50 anos, conforme laudo de avaliação de empresa especializada.
O valor residual, a vida útil e o método de depreciação em relação à propriedade para investimento da Companhia são revisados e ajustados, se necessário, quando há indícios de mudanças desde a data do último balanço.
c. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros
Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

4. Gestão de riscos
A Companhia está exposta a riscos analisados a seguir, sendo apresentadas as políticas e os processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Os seguintes riscos são advindos do uso de instrumentos financeiros:
i. Risco de crédito
Está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais nos recebíveis.
A Companhia avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas para sua mitigação, com o objetivo de reduzir os riscos de não cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia. As aplicações financeiras são, geralmente, no curto prazo, em instituições financeiras tradicionais consideradas de baixo risco e ou aplicações no BR Partners Banco de Investimento S.A., instituição financeira pertencente ao Grupo BR Partners (vide nota nº 5).
A Companhia não identificou justificativas para a constituição de outras perdas esperadas sobre seus ativos.
ii. Risco de liquidez
Está relacionado com a possibilidade da Companhia encontrar dificuldades para cumprir as obrigações representadas pelos passivos que devem ser liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro.
A abordagem da Administração é garantir a manutenção de liquidez suficiente para cumprir as obrigações da Companhia, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade.
A Companhia vem cumprindo pontualmente suas obrigações de curto prazo e a Administração afirma que continuará cumprindo as despesas operacionais de curto prazo. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos diariamente no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.
iii. Risco de mercado
Relaciona-se com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.
Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras, empréstimos bancários e nota comercial referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, podem afetar as receitas e despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação.
A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.
Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Controladora	**Saldo em 31/12/2025**	**Saldo em 31/12/2024**
Aplicações financeiras	5.273	2.681
Nota comercial	(23.724)	–
Total	**(18.451)**	**2.681**

Consolidado	**Saldo em 31/12/2025**	**Saldo em 31/12/2024**
Aplicações financeiras	5.823	3.472
Instrumentos financeiros passivos	(92.410)	(38.739)
Total	**(86.587)**	**(35.267)**

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:
As aplicações financeiras e passivos financeiros estão indexados à variação do CDI. Os detalhes da aplicação financeira e instrumentos financeiros passivos estão nas notas explicativas nº 5 e 9, respectivamente.

continua …

Ines249

BR Partners Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 11.115.212/0001-30

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Controladora	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Banco – conta corrente	1	2
Aplicações financeiras (1)	5.273	2.681
Total	**5.274**	**2.683**

Consolidado	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Banco – conta corrente	2	3
Aplicações financeiras (1)	5.823	3.472
Total	**5.825**	**3.475**

(1) Aplicação financeira em certificado de depósito bancário, com taxa de remuneração de 104,5% do CDI ao ano e vencimento em 30 de novembro de 2028.

6. Ativos financeiros ao custo amortizado

a. Composição

Controladora	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Outlet Premium Brasília (2)	2.327	1.817
General Shopping Brasil (3)	104	129
Total	**2.431**	**1.946**

Consolidado	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Outlet Premium Rio de Janeiro (2)	6.847	6.433
Outlet Premium Brasília (2)	2.327	1.817
Aplicação financeira vinculada (1)	4.165	3.654
General Shopping Brasil (3)	401	239
Total	**13.740**	**12.143**

(1) Refere-se à constituição de fundo de reserva, direcionada para conta vinculada de titularidade da Companhia, mantida com o prórprio Banco Itaú Unibanco S.A., equivalente a três parcelas da média de pagamento anual da Cédula de Crédito Bancário, objeto da concessão de empréstimos, remunerado a 97% do CDI ao ano, com data de vencimento em 15 de fevereiro de 2027.

(2) Referem-se a valores a receber de aluguéis do Outlet Premium Rio de Janeiro e Outlet Premium Brasília ("*Shoppings Centers*"). A Administração dos *shoppings centers* adota medidas administrativas e judiciais de cobrança dos contratos de aluguéis inadimplentes. A evolução das perdes esperadas associadas ao risco de crédito, bem como seu impacto no resultado, estão apresentados no quadro abaixo de *aging list*.

(3) Valores a receber da General Shopping do Brasil relativo a ressarcimento de despesas.

b. Abertura por prazo – *Shoppings Centers*

Controladora – Outlet Premium Brasília	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
A vencer	**1.296**	**1.463**
1 a 30 dias	1.049	1.257
31 a 60 dias	147	160
61 a 90 dias	12	8
91 a 180 dias	26	31
181 a 360 dias	16	7
Acima de 360 dias	46	–
Vencidos	**1.031**	**483**
1 a 30 dias	77	74
31 a 60 dias	29	3
61 a 90 dias	159	6
91 a 180 dias	144	85
181 a 360 dias	154	199
Acima de 360 dias	468	116
Total	**2.327**	**1.946**

Controladora – Outlet Premium Brasília e Rio de Janeiro	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
A vencer	**4.003**	**6.169**
1 a 30 dias	156	5.238
31 a 60 dias	52	786
61 a 90 dias	61	13
91 a 180 dias	182	49
181 a 360 dias	653	83
Acima de 360 dias	2.899	–
Vencidos	**5.172**	**2.320**
1 a 30 dias	4.374	392
31 a 60 dias	679	42
61 a 90 dias	31	18
91 a 180 dias	26	98
181 a 360 dias	16	215
Acima de 360 dias	46	1.555
Total	**9.175**	**8.489**

c. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Controladora	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Saldo inicial	**254**	**243**
(+) Constituição	225	11
Saldo final	**479**	**254**

Consolidado	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Saldo inicial	**1.066**	**1.206**
(+) Constituição	225	–
(-) Baixa	(145)	(140)
Saldo final	**1.146**	**1.066**

7. Propriedades para investimentos

Shopping Center Outlet Premium Brasília

A propriedade para investimento é composta por empreendimento no *Shopping Center* denominado Outlet Premium Brasília.

O Shopping Center Outlet Premium Brasília, do Grupo General Shopping, foi construído com concepção *open mall* e localiza-se às margens da BR-060, em Alexânia, município que integra a microrregião da capital federal. Dispõe de mais de 80 lojas nos segmentos de moda, alimentação, óptica e artigos para casa. É o primeiro *outlet center* da região, com uma área de 121 mil m2 e um projeto arquitetônico inspirado na arquitetura do plano-piloto da capital do país.

Em 11 de maio de 2012, foi celebrado o Acordo de Investimentos e Outras Avenças, no qual a Companhia adquiriu 18,77% do empreendimento *Shopping Center,* no montante de R$ 15.230.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi emitido Laudo de Avaliação em março de 2026, por empresa especializada, com o objetivo de avaliar o valor de mercado do empreendimento. Foi adotado como metodologia o fluxo de caixa descontado para a determinação de tal valor. O valor justo proporcional à participação da Companhia apurado para a data-base de 31 de dezembro 2025 foi de R$ 55.748 (R$ 58.400 em 2024).

Shopping Outlet Premium Rio de Janeiro

A propriedade para investimento é composta por empreendimento no *Shopping Center* denominado Outlet Premium Rio de Janeiro.

O Shopping Center Outlet Premium Rio de Janeiro, do grupo General Shopping, foi construído com concepção *open mall*, localiza-se na Rodovia Washington Luiz (BR 040), km 109 – Rio de Janeiro-RJ, que liga o Rio de Janeiro a Juiz de Fora, tem fácil acesso aos aeroportos Santos Dumont e Galeão/Tom Jobim, e as cidades serranas, como Petrópolis e Teresópolis, e está ao lado do arco rodoviário metropolitano. Dispõe de mais de 80 lojas nos segmentos de moda, alimentação, óptica e artigos para casa. É o primeiro *outlet center* da região, com uma área bruta locável de 31.886 m2.

Em 24 de fevereiro de 2015, foi celebrado o Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Parte Ideal de Imóvel e Outras Avenças, pelo qual a Controlada adquiriu 48% do empreendimento *Shopping Center.* O investimento inicial no empreendimento foi de R$ 11.940.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi emitido Laudo de Avaliação em março de 2026, por empresa especializada, com o objetivo de avaliar o valor de mercado do empreendimento. O valor justo proporcional à participação da Companhia apurado para a data-base de 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 129.066 (R$ 107.845 em 2024).

Controladora	Terreno Outlet Brasília	Edificações Outlet Brasília	Total
Em 31 de dezembro de 2023	**291**	**13.138**	**13.429**
Benfeitorias	–	65	65
Depreciação	–	(333)	(333)
Em 31 de dezembro de 2024	**291**	**12.870**	**13.161**
Benfeitorias	–	–	–
Depreciação	–	(333)	(333)
Em 31 de dezembro de 2025	**291**	**12.537**	**12.828**

Consolidado	Edificações Outlet Rio de Janeiro	Terreno Outlet Brasília	Edificações Outlet Brasília	Total
Em 31 de dezembro de 2023	**74.951**	**291**	**13.138**	**88.380**
Benfeitorias	732	–	65	797
Depreciação	(1.793)	–	(333)	(2.126)
Em 31 de dezembro de 2024	**73.890**	**291**	**12.870**	**87.051**
Benfeitorias	384	–	–	384
Depreciação	(1.803)	–	(333)	(2.136)
Em 31 de dezembro de 2025	**72.471**	**291**	**12.537**	**85.299**

8. Participação em controladas

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o seguinte investimento na BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.:

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Saldo inicial	**44.713**	**33.224**
Aumento de capital – Outlet Rio de Janeiro	8.600	8.000
Redução de capital – Outlet Rio de Janeiro	(44.000)	–
Resultado de equivalência patrimonial	4.873	3.489
Saldo final	**14.186**	**44.713**

9. Instrumentos financeiros passivos

Controladora	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Recursos de emissão de títulos - Nota comercial (1)	–	156	–	23.568	23.724	–
Total	**–**	**156**	**–**	**23.568**	**23.724**	**–**

Consolidado	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Recursos de emissão de títulos e empréstimos bancários - Nota comercial (1)	–	156	–	68.050	68.206	–
- Empréstimos bancários (2)	–	18.934	–	5.270	24.204	38.739
Total	**–**	**19.090**	**–**	**73.320**	**92.410**	**38.739**

(1) Para a nota comercial pós-fixada a taxa de remuneração é de 100% do DI, + 2,1% a.a. com vencimento em 08 de dezembro de 2030.

(2) Para os empréstimos bancários a taxa de remuneração é TR + 8,90% a.a., podendo variar de acordo com faixas da taxa Selic definidas em contrato, com vencimento em 15 de abril de 2027. Os empréstimos incluem obrigações garantidas (hipoteca da fração ideal do imóvel e cessão fiduciária das receitas advindas da exploração comercial dos Outlets Salvador e Brasília, e alienação fiduciária das ações emitidas pela BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.)

10. Transações com partes relacionadas

As transações e saldos relacionados abaixo foram conduzidas com partes relacionadas no contexto usual de negócios da Companhia.

	Saldo em 31/12/2025		Saldo em 31/12/2024	
Controladora	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)
Certificados de depósitos bancários				
BR Partners Banco de Investimento S.A.	5.273	237	2.681	172
Valores a pagar				
BR Partners Banco de Investimento S.A. (1)	–	(45)	–	(82)

	Saldo em 31/12/2025		Saldo em 31/12/2024	
Consolidado	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)
Certificados de depósitos bancários				
BR Partners Banco de Investimento S.A.	5.873	465	3.472	409
Valores a pagar				
BR Partners Banco de Investimento S.A. (1)	–	(90)	–	(164)

(1) Refere-se ao pagamento de despesas administrativas rateadas entre empresas do Grupo BR Partners em função da utilização de estrutura comum.

11. Patrimônio líquido

a. Capital social

Na Companhia, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 374.327 (3.125.573 em 2024) de ações, totalizando o montante de R$ 7.651 em 2025 (R$ 55.372 em 2024). O montante de R$ 1.400 (R$ 500 em 2024) refere-se a parcela do capital a integralizar que é deduzida do patrimônio líquido.

Em 18 de fevereiro de 2025 foi deliberado aumento de capital social no montante de R$ 1.000 por meio de emissão de novas ações ordinárias.

Em 05 de setembro de 2025 foi deliberado aumento de capital social no montante de R$ 3.000 por meio de emissão de novas ações ordinárias.

Em 16 de dezembro de 2025 foi deliberada incorporação de capital social no montante de R$ 6.957 por meio da conta de reservas de capital social. Ainda na data, também foi aprovada a redução de capital no montante de R$ 58.678, mediante a cancelamento das ações ordinárias em titularidade do acionista BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada.

b. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual obrigatório de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício, nos termos do Art. 24 do Estatuto Social.

A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta total, a ser distribuídos ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei, podendo declarar dividendos intermediários.

Em 31 de dezembro de 2025 foram destinados dividendos relativos ao exercício no montante de R$5.323 (R$ – em 2024).

12. Receita operacional líquida

Controladora	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Rendas de aluguéis		
Outlet Premium Brasília	6.124	5.794
Despesas tributárias		
PIS/COFINS	(229)	(212)
Total	**5.895**	**5.582**

Consolidado	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Rendas de aluguéis		
Outlet Premium Brasília e Outlet Premium Rio de Janeiro	20.588	19.247
Despesas tributárias		
PIS/COFINS	(1.400)	(1.290)
Total	**19.188**	**17.957**

13. Despesas administrativas

Controladora	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Despesas de depreciação (nota 7)	333	333
Despesas de publicações	74	67
Contrato de rateio de despesas administrativas (nota 9)	45	82
Despesas de serviços técnicos especializados	55	23
Outras despesas	54	41
Total	**561**	**546**

Consolidado	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Despesas de depreciação (nota 7)	2.136	2.126
Despesas de publicações	130	164
Contrato de rateio de despesas administrativas (nota 9)	90	47
Despesas de serviços técnicos especializados	110	151
Outras despesas	390	563
Total	**2.856**	**3.051**

14. Tributos

a. Tributos sobre o lucro

Controladora	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(926)	(626)
Total do imposto corrente	**(926)**	**(626)**
Imposto diferido		
Constituição/(utilização) imposto diferido sobre receita	155	(39)
Total do imposto diferido	**155**	**(39)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(771)**	**(635)**

O montante de despesa de imposto de renda e contribuição social no consolidado foi de R$2.217 em 2025 (R$ 1.676 em 2024).

No consolidado, o montante de crédito tributário não registrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 9.847 (R$ 10.525 em 2024), os quais serão registrados quando apresentarem efetiva perspectiva de realização.

b. Passivo fiscal diferido

Controladora e consolidado	Saldo em 31/12/2024	Constituição	(Baixa)	Saldo em 31/12/2025
IRPJ e CSLL sobre receitas no regime caixa	156	52	(208)	–
PIS e COFINS sobre receitas no regime caixa	52	224	(276)	–
Total passivo fiscal diferido	**208**	**276**	**(484)**	**–**

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	(Baixa)	Saldo em 31/12/2024
IRPJ e CSLL sobre receitas no regime caixa	117	78	(39)	156
PIS e COFINS sobre receitas no regime caixa	39	222	(209)	52
Total passivo fiscal diferido	**156**	**300**	**(248)**	**208**

c. PIS e COFINS

Controladora	Saldo em 31/12/2025 PIS	Saldo em 31/12/2025 COFINS	Saldo em 31/12/2024 PIS	Saldo em 31/12/2024 COFINS
Receita tributável da atividade	6.124	6.124	5.794	5.794
Alíquota (0,65% de PIS e 3% de COFINS)	(41)	(188)	(37)	(175)
PIS/COFINS sobre atividade principal	**(41)**	**(188)**	**(37)**	**(175)**
Receitas financeiras	238	238	745	745
Alíquota (0,65% de PIS e 4,00% de COFINS)	(2)	(10)	(5)	(30)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	**(2)**	**(10)**	**(5)**	**(30)**
Total de despesa com PIS/COFINS	**(43)**	**(198)**	**(42)**	**(205)**

Consolidado	Saldo em 31/12/2025 PIS	Saldo em 31/12/2025 COFINS	Saldo em 31/12/2024 PIS	Saldo em 31/12/2024 COFINS
Receita tributável da atividade	20.588	20.588	17.957	17.957
Alíquota (0,65% de PIS e 3% de COFINS)	(41)	(188)	(37)	(175)
Alíquota (1,65% de PIS e 7,60% de COFINS)	(239)	(1.099)	(222)	(1.022)
Créditos de PIS/COFINS sobre depreciação	30	137	30	136
PIS/COFINS sobre atividade principal	**(250)**	**(1.150)**	**(229)**	**(1.061)**
Receitas financeiras	977	977	745	745
Alíquota (0,65% de PIS e 4,00% de COFINS)	(5)	(30)	(5)	(30)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	**(5)**	**(30)**	**(5)**	**(30)**
Total de despesa com PIS/COFINS	**(255)**	**(1.180)**	**(234)**	**(1.091)**

No consolidado o montante de crédito tributário não registrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 9.847 (R$ 10.230 em 2024), os quais serão registrados quando apresentarem efetiva perspectiva de realização.

15. Outras informações

Contingências

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não foi parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros.

A Diretoria

Hideo Antonio Kawassaki – Contador – CRC 1SP 184.007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da

BR Partners Investimentos Imobiliários S.A.

São Paulo- SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BR Partners Investimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado individuais e consolidadas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial individual e consolidada e financeira da BR Partners Investimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de

continua …

Ines249

BR PARTNERS

BR Partners Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 11.115.212/0001-30

... continuação do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2026.

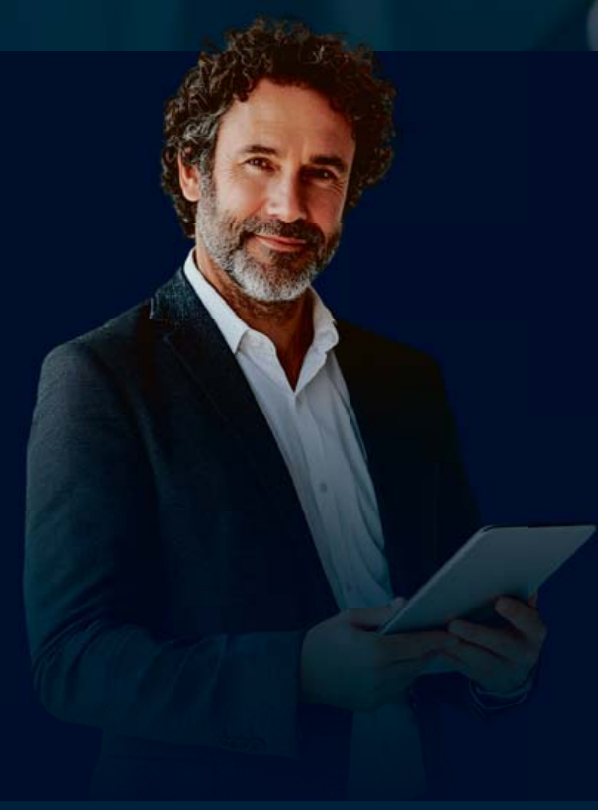
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador
CRC 1SP 153.569/O-0

www.brpartners.com.br

TRANSPARÊNCIA É POSICIONAMENTO

DEMONSTRE SEUS RESULTADOS ONDE INVESTIDORES E DECISORES BUSCAM REFERÊNCIA.



Líder em conteúdo de economia & negócios.

A força do **Estadão**
+56 MM
Impactos/mês

+27,5 MM
De usuários únicos

Líderes e formadores de opinião leem o Estadão diariamente.

Fontes: Google Analytics dez/25 - Mídias Sociais - Seguidores e Inscritos. Estadão WhatsApp, Facebook, TikTok, LinkedIn, Instagram, YouTube, Threads e X (Twitter) em 15/12/25 - Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/25).

ESTADÃO RI *Publicação simultânea na plataforma de relações com investidores.*

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

AGÊNCIA ESTADO broadcast ESTADÃO

Ines249

TRANSPARÊNCIA TRANSFORMA RESULTADOS EM VALOR

DEMONSTRE SEUS RESULTADOS ONDE INVESTIDORES E DECISORES BUSCAM REFERÊNCIA.

O **Estadão** conecta sua empresa ao olhar qualificado do mercado.

Publique seus balanços e atos societários com segurança institucional.

Líder em conteúdo de economia & negócios.

A força do **Estadão**

+56 MM

Impactos/mês

+27,5 MM

De usuários únicos

Líderes e formadores de opinião leem o Estadão diariamente.

Fontes: Google Analytics dez/25 - Mídias Sociais - Seguidores e Inscritos. Estadão WhatsApp, Facebook, TikTok, LinkedIn, Instagram, YouTube, Threads e X (Twitter) em 15/12/25 - Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/25).

ESTADÃO RI *Publicação simultânea na plataforma de relações com investidores.*

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

AGÊNCIA ESTADO broadcast ESTADÃO

Ines249

BR PARTNERS

BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 20.620.843/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: O ano de 2025 deu continuidade à trajetória de crescimento que já havia sido observada em 2023 e 2024. O Outlet Premium Rio de Janeiro se mostrou resiliente ao cenário macro desafiador, terminando 2025 com vendas de R$ 467,9 milhões, um aumento de 6,8% em relação a 2024 – de acordo com a Associação Brasileira de *Shoppings Centers*, o setor teve um faturamento em 2025 apenas 1,2% acima de 2024. Apesar do cenário atual de alta de juros e possível menor crescimento da economia, acreditamos que o modelo de *shoppings outlets* continuará seu ciclo de maturação, atraindo consumidores que procuram uma melhor proposta de valor em suas compras e apresentando taxas de crescimento mais altas que a média do mercado.

Política de distribuição de dividendos
A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Circulante		**7.054**	**6.611**
Caixa e equivalentes de caixa	5	551	792
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		6.477	5.731
- Valores a receber	6a	7.144	6.543
- Provisão para perdas esperadas	6c	(667)	(812)
Tributos a recuperar		26	88
Não circulante		**76.636**	**77.543**
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		4.165	3.653
- Aplicações financeiras	6a	4.165	3.653
Propriedade para Investimento	7	72.471	73.890
Total do ativo		**83.690**	**84.154**

Passivo	Nota	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Circulante		**19.750**	**18.071**
Fornecedores e outras contas a pagar		60	57
Tributos a recolher		756	645
Instrumentos financeiros passivos	8	18.934	17.369
Não circulante		**49.754**	**21.370**
Instrumentos financeiros passivos	8	49.754	21.370
Total do passivo		**69.504**	**39.441**
Patrimônio líquido		**14.186**	**44.713**
Capital social	10a	38.950	74.350
Reserva legal		418	175
Prejuízos acumulados		(25.182)	(29.812)
Total do passivo e patrimônio líquido		**83.690**	**84.154**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023	**69.350**	**(3.000)**	**–**	**(33.127)**	**33.223**
Aumento de capital	6.000	(6.000)	–	–	–
Integralização de capital	–	8.000	–	–	8.000
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.490	3.490
Constituição de reserva	–	–	175	(175)	–
Em 31 de dezembro de 2024	**75.350**	**(1.000)**	**175**	**(29.812)**	**44.713**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	4.873	4.873
Aumento de capital	10.000	(10.000)	–	–	–
Redução de capital	(44.000)	–	–	–	(44.000)
Integralização de capital	–	8.600	243	(243)	8.600
Em 31 de dezembro de 2025	**41.350**	**(2.400)**	**418**	**(25.182)**	**14.186**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional

A BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 11 de novembro de 2014, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 – 28º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo: (a) realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em *Shopping Centers* e *Outlets* e em atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; (b) a exploração e a gestão de imóveis próprios e/ou de terceiros e de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços conexos em operações imobiliárias de imóveis próprios e/ou de terceiros; e (c) a participação em outras sociedades empresárias e/ou em fundos de investimentos imobiliários, podendo as atividades aqui descritas serem exercidas diretamente ou através de controladas e coligadas.

A Companhia é controlada diretamente pela BR Partners Investimentos Imobiliários S.A., com 100% de participação.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2026.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Políticas contábeis materiais

a. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Classificação e mensuração de ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensuração pelo valor justo por meio de resultados ("VJR"), valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e custo amortizado ("CA"). A classificação depende da análise realizada no modelo de negócio e o teste de Somente Pagamento de Principal e Juros ("SPPJ").

Ativos financeiros ao custo amortizado

A classificação dos ativos ao custo amortizado refere-se aos ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, sendo que esses fluxos de caixa representam SPPJ, e que não são designados ao valor justo por meio do resultado. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, deduzidos das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e a receita reconhecida por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

Para os valores a receber de clientes, a Companhia adotou a abordagem simplificada prevista no CPC 48 para mensurar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito durante a vida útil, considerando que os valores não possuem componente de financiamento significativo. A Companhia determina a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre esses recebíveis usando uma matriz de provisão estimada com base em características de risco de crédito das operações, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores aplicáveis à área de atuação. Portanto, o perfil do risco de crédito desses ativos é apresentado com base no seu status de vencimento na matriz de provisão.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros classificados ao custo amortizado são demonstrados pelos fluxos de caixa conhecidos ou calculáveis, deduzido das correspondentes despesas a apropriar e acrescido dos encargos e variações monetárias (em base "*pro-rata*") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

b. Propriedade para investimentos

A Companhia é proprietária de um edifício de lojas mantido para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorização. O imóvel não é ocupado pela Companhia.

A propriedade para investimento é demonstrada pelo custo, deduzida a depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.

A depreciação da propriedade para investimento é calculada sobre o custo de aquisição menos o valor residual, de acordo com o método linear, aplicando-se à taxa de 2% a.a. no horizonte de vida útil estimada de 50 anos, conforme laudo de avaliação de empresa especializada.

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação em relação à propriedade para investimento da Companhia são revisados e ajustados, se necessário, quando há indícios de mudanças desde a data do último balanço.

c. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

4. Gestão de riscos

A Companhia está exposta a riscos analisados a seguir, sendo apresentadas as políticas e os processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Os seguintes riscos são advindos do uso de instrumentos financeiros:

i. Risco de crédito

Está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais nos recebíveis.

A Companhia avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas para sua mitigação, com o objetivo de reduzir os riscos de não cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia. As aplicações financeiras são, geralmente, no curto prazo, em instituições financeiras tradicionais consideradas de baixo risco e ou aplicações no BR Partners Banco de Investimento S.A., instituição financeira pertencente ao Grupo BR Partners (vide nota nº 5).

A Companhia não identificou justificativas para a constituição de outras perdas esperadas sobre seus ativos.

ii. Risco de liquidez

Está relacionado com a possibilidade da Companhia encontrar dificuldades para cumprir as obrigações representadas pelos passivos que devem ser liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração é garantir a manutenção de liquidez suficiente para cumprir as obrigações da Companhia, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. A Companhia vem cumprindo pontualmente suas obrigações de curto prazo e a Administração afirma que continuará cumprindo as despesas operacionais de curto prazo. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos diariamente no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.

iii. Risco de mercado

Relaciona-se com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.

Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras, empréstimos bancários e nota comercial referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, podem afetar as receitas e despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação.

A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia eram:

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Aplicações financeiras	4.714	4.444
Passivos financeiros	(68.688)	(38.739)
Exposição líquida	**(63.974)**	**(34.295)**

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:

As aplicações financeiras e passivos financeiros estão indexados à variação do CDI. Os detalhes da aplicação financeira e passivos financeiros estão nas notas explicativas nº 5 e 8, respectivamente.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Banco – conta corrente	1	1
Aplicações financeiras (1)	550	791
Total	**551**	**792**

(1) Aplicação financeira em certificado de depósito bancário, com taxa de remuneração de 104,5% do CDI ao ano e vencimento em 30 de novembro de 2028.

6. Ativos financeiros ao custo amortizado

a. Composição

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Aplicação financeira vinculada (1)	4.165	3.653
Outlet Premium Rio de Janeiro (2)	6.847	6.433
General Shopping Brasil (3)	297	110
Total	**11.309**	**10.196**

(1) Refere-se à constituição de fundo de reserva, direcionada para conta vinculada de titularidade da Companhia, mantida com o próprio Banco Itaú Unibanco S.A., equivalente a três parcelas da média de pagamento anual da Cédula de Crédito Bancário, objeto da concessão de empréstimos, remunerado a 97% do CDI ao ano, com data de vencimento em 15 de fevereiro de 2027.

(2) Referem-se a valores a receber de aluguéis do Outlet Premium Rio de Janeiro ("Shopping Center"). A Administração dos *shoppings centers* adota medidas administrativas e judiciais de cobrança dos contratos de aluguéis inadimplentes. A evolução das perdes esperadas associadas ao risco de crédito, bem como seu impacto no resultado, estão apresentados no quadro abaixo de *aging list*.

(3) Valores a receber da General Shopping do Brasil relativo a ressarcimento de despesas.

b. Abertura por prazo – Outlet Premium Rio de Janeiro

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
A vencer	**3.875**	**4.706**
1 a 30 dias	3.334	3.981
31 a 60 dias	533	626
61 a 90 dias	8	5
91 a 180 dias	–	18
181 a 360 dias	–	76
Vencidos	**2.972**	**1.837**
1 a 30 dias	72	318
31 a 60 dias	23	39
61 a 90 dias	102	12
91 a 180 dias	238	13
181 a 360 dias	700	16
Acima de 360 dias	1.837	1.439
Total	**6.847**	**6.543**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Receita operacional líquida	11	13.293	12.375
Custo com manutenção		(1.430)	(1.640)
Resultado operacional líquido		**11.863**	**10.735**
Despesas administrativas	12	(2.295)	(2.484)
Provisão para perdas esperadas		145	151
Resultado antes das receitas financeiras líquidas de impostos		**9.713**	**8.402**
Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros		739	575
Despesas de juros e ganhos em instrumentos financeiros		(4.133)	(4.476)
Resultado financeiro líquido		**(3.394)**	**(3.901)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**6.319**	**4.501**
Tributos sobre o lucro	13	(1.446)	(1.011)
Lucro líquido do exercício		**4.873**	**3.490**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Lucro líquido do exercício	4.873	3.490
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**4.873**	**3.490**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido	4.873	3.490
Ajustes para:		
Depreciação	1.803	1.793
Despesas de juros	4.133	4.770
Provisão para perdas esperadas	(145)	(151)
Lucro líquido ajustado	**10.664**	**9.902**
Variações em:		
Valores a receber	(1.113)	(533)
Tributos a recuperar	62	(35)
Fornecedores e outras contas a pagar	3	–
Tributos a recolher	1.386	81
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**11.002**	**9.415**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.275)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**9.727**	**9.415**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de investimento em edificações/expansões	(384)	(732)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento	**(384)**	**(732)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	8.600	8.000
Redução de capital	(44.000)	–
Pagamento de juros – nota comercial e debêntures	(18.375)	(16.740)
Emissão de instrumentos financeiros	44.191	–
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento	**(9.584)**	**(8.740)**
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(241)**	**(57)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	792	849
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	551	792
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(241)**	**(57)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

c. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Saldo inicial	**812**	**963**
(-) Reversão	(145)	(151)
Saldo final	**667**	**812**

7. Propriedades para investimentos

O Shopping Center Outlet Premium Rio de Janeiro, do Grupo General Shopping, foi construído com concepção *open mall* e localiza-se na rodovia Washington Luiz (BR 040), km 109 – Rio de Janeiro-RJ, que liga o Rio de Janeiro à Juiz de Fora, fácil acesso a aeroportos Santos Dumont e Galeão. Cidades serranas, como Petrópolis e Teresópolis, e ao lado do arco rodoviário metropolitano. Dispõe de mais de 80 lojas nos segmentos de moda, alimentação, óptica e artigos para casa. É o primeiro *outlet center* da região, com uma área bruta locável de 31.886 m².

Em 24 de fevereiro de 2015, foi celebrado o Instrumento Particular de Compromisso de Compra de Venda de Parte Ideal de Imóvel e Outras Avenças, no qual a Companhia adquiriu 48% do empreendimento no montante de R$ 11.940.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi emitido Laudo de Avaliação em março de 2026, por empresa especializada, com o objetivo de avaliar o valor de mercado do empreendimento. Foi adotado como metodologia o fluxo de caixa descontado para a determinação de tal valor. O valor justo proporcional à participação da Companhia apurado para a data-base de 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 129.066 (R$ 107.845 em 2024).

	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2023	**74.951**	**74.951**
Benfeitorias	732	732
Depreciação	(1.793)	(1.793)
Em 31 de dezembro de 2024	**73.890**	**73.890**
Benfeitorias	384	384
Depreciação	(1.803)	(1.803)
Em 31 de dezembro de 2025	**72.471**	**72.471**

8. Instrumentos financeiros passivos

	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Recursos de emissão de títulos e empréstimos bancários						
- Nota comercial (1)	–	–	–	44.484	44.484	–
- Empréstimos bancários (2)	–	18.934	–	5.270	24.204	38.739
Total	**–**	**18.934**	**–**	**49.754**	**68.686**	**38.739**

(1) Para a nota comercial pós-fixada a taxa de remuneração é de 100% do DI, + 2,1% a.a. com vencimento em 08 de dezembro de 2030.

(2) Para os empréstimos bancários a taxa de remuneração é TR + 8,90% a.a., podendo variar de acordo com faixas da taxa Selic definidas em contrato, com vencimento em 15 de abril de 2027.

9. Transações com partes relacionadas

As transações e saldos relacionados abaixo foram conduzidas com partes relacionadas no contexto usual de negócios da Companhia.

continua …

Ines249

BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 20.620.843/0001-06

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2025		Saldo em 31/12/2024	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)
Certificados de depósitos bancários				
BR Partners Banco de Investimento S.A.	550	511	791	237
Valores a pagar				
BR Partners Banco de Investimento S.A. (1)	–	(45)	–	(82)

(1) Refere-se a despesas administrativas entre empresas do Grupo BR Partners em função da utilização de estrutura comum.

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

Na Companhia, o capital social totalmente subscrito é representado por 52.546 de milhares de ações (90.496 em 2024), totalizando o montante de R$ 38.950 (R$ 74.350 em 2024). O montante de R$ 2.400 (R$ 1.000 em 2024) refere-se a parcela do capital a integralizar que é deduzida do patrimônio líquido.

Em 18 de fevereiro e 05 de setembro de 2025 foram deliberados aumentos de capital social no montante de R$4.000 e R$6.000, correspondentes a 7.186 e 10.779 milhares de ações ordinárias, respectivamente.

Em 16 de dezembro de 2025 foi deliberada a redução de capital social no montante de R$ 44.000, correspondente a 55.914 milhares de ações ordinárias de emissão da Companhia.

b. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual obrigatório de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício, nos termos do art. 24 do Estatuto Social.

A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta total, a ser distribuídos ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei, podendo declarar dividendos intermediários.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram distribuídos dividendos.

11. Receita operacional líquida

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Rendas de aluguéis		
Outlet Premium Rio de Janeiro	14.464	13.453
Despesas tributárias		
PIS/COFINS (nota 13b)	(1.171)	(1.078)
Total	**13.293**	**12.375**

12. Despesas administrativas

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Despesas de depreciação (nota 7)	1.803	1.793
Despesas de publicações	56	49
Contrato de rateio de despesas administrativas (nota 9)	45	82
Despesas de serviços técnicos especializados	55	23
Outras despesas	336	537
Total	**2.295**	**2.484**

13. Tributos

a. Tributos sobre o lucro

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**6.319**	**4.501**
Alíquota (25% de IR e 9% de CSLL)	(2.124)	(1.506)
Adições/exclusões temporárias	48	51
Prejuízo fiscal	630	444
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(1.446)**	**(1.011)**

O montante de crédito tributário não registrado em 2025 foi de R$ 9.847 (R$ 10.230 em 2024), os quais serão registrados quando apresentarem efetiva perspectiva de realização.

b. PIS e COFINS

	Saldo em 31/12/2025		Saldo em 31/12/2024	
	PIS	COFINS	PIS	COFINS
Receita tributável da atividade	13.293	13.293	13.453	13.453
Alíquota (1,65% de PIS e 7,60% de COFINS)	(239)	(1.099)	(222)	(1.023)
Créditos de PIS/COFINS sobre depreciação	30	137	30	136
PIS/COFINS sobre atividade principal	**(209)**	**(962)**	**(192)**	**(887)**
Receitas financeiras	739	739	574	574
Alíquota (0,65% de PIS e 4,00% de COFINS)	(5)	(30)	(4)	(23)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	**(5)**	**(30)**	**(4)**	**(23)**
Total de despesa com PIS/COFINS	**(214)**	**(992)**	**(196)**	**(910)**

14. Outras informações

Contingências

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não foi parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros.

A Diretoria

Hideo Antonio Kawassaki – Contador CRC 1SP 184.007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da

BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.

São Paulo- SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador
CRC-1SP 153.569/O-0

www.brpartners.com.br

TRANSPARÊNCIA TRANSFORMA RESULTADOS EM VALOR
DEMONSTRE SEUS RESULTADOS ONDE INVESTIDORES E DECISORES BUSCAM REFERÊNCIA.
ESTADÃO RI
Publicação simultânea na plataforma de relações com investidores.
CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442
AGÊNCIA ESTADO
broadcast
ESTADÃO

Ines249

BR PARTNERS

BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 17.977.303/0001-61

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

O ano de 2025 deu continuidade à trajetória de crescimento que já havia sido observada em 2023 e 2024. O Outlet Premium Salvador se mostrou resiliente ao cenário macro desafiador, terminando 2025 com vendas de R$ 310,7 milhões, um aumento de 10,0% em relação a 2024 – de acordo com a Associação Brasileira de Shoppings Centers, o setor teve um faturamento em 2025 apenas 1,2% acima de 2024.

Apesar do cenário atual de alta de juros e possível menor crescimento da economia, acreditamos que o modelo de *shoppings outlets* continuará seu ciclo de maturação, atraindo consumidores que procuram uma melhor proposta de valor em suas compras e apresentando taxas de crescimento mais altas que a média do mercado.

Política de distribuição de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Circulante		**7.231**	**7.387**
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.792	3.210
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		5.393	4.154
- Valores a receber	6a	7.345	5.655
- Provisão para perdas esperadas	6c	(1.952)	(1.501)
Tributos a recuperar		46	23
Não circulante		**43.153**	**43.888**
Propriedade para investimento	7	43.153	43.888
Total do ativo		**50.384**	**51.275**

Passivo	Notas	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Circulante		**1.001**	**718**
Instrumentos financeiros passivos	8	257	–
Fornecedores e outras contas a pagar		49	46
Tributos a recolher		695	226
Impostos diferidos	13b	–	328
Dividendos a pagar		–	118
Não circulante		**39.678**	**–**
Instrumentos financeiros passivos	8	39.678	–
Total do passivo		**40.679**	**718**
Patrimônio líquido			
Capital social	10a	7.862	42.260
Reservas de lucros		1.843	8.297
Total do Patrimônio líquido		**9.705**	**50.557**
Total do passivo e patrimônio líquido		**50.384**	**51.275**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

		Reservas de lucros		
	Capital social	Reserva Legal	Outras reservas de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023	**43.860**	**1.397**	**4.590**	**–**	**49.847**
Redução de capital social	(1.600)	–	–	–	(1.600)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	5.128	5.128
Constituição de reservas	–	256	4.872	(5.128)	–
Dividendos	–	–	(2.818)	–	(2.818)
Em 31 de dezembro de 2024	**42.260**	**1.653**	**6.644**	**–**	**50.557**
Redução de capital social	(34.398)	–	–	–	(34.398)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.823	3.823
Constituição de reservas	–	190	–	(190)	–
Dividendos	–	–	(6.644)	(3.633)	(10.277)
Em 31 de dezembro de 2025	**7.862**	**1.843**	**–**	**–**	**9.705**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Receita operacional líquida	11	8.113	7.498
Custos com manutenção		(825)	(791)
Resultado operacional líquido		**7.288**	**6.707**
Provisão para perdas esperadas	6c	(451)	306
Despesas administrativas	12	(1.907)	(1.216)
Outras despesas operacionais		(174)	–
Resultado antes das receitas financeiras líquidas de impostos		**4.756**	**5.797**
Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros		336	243
Despesas de juros e ganhos em instrumentos financeiros		(263)	(7)
Resultado financeiro líquido		**73**	**236**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**4.829**	**6.033**
Tributo sobre o lucro	13a	(1.006)	(905)
Lucro líquido do exercício		**3.823**	**5.128**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Lucro líquido do exercício	3.823	5.128
Outros resultados abrangentes	–	–
Lucro abrangente do exercício	**3.823**	**5.128**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido	3.823	5.128
Ajustes para:		
Depreciação	992	991
Provisão para perdas esperadas	451	(306)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(245)	33
Despesas de juros – nota comercial	263	–
Lucro líquido ajustado	**5.284**	**5.846**
Variações em:		
Valores a receber	(1.690)	(240)
Tributos a recuperar	(23)	(5)
Fornecedores e outras contas a pagar	3	–
Tributos a recolher	1.258	1.050
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**4.832**	**6.651**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(872)	(1.123)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**3.960**	**5.528**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de investimento em edificações/expansões	(257)	–
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento	**(257)**	**–**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital social	(34.398)	(1.600)
Dividendos pagos	(10.395)	(2.700)
Emissão de instrumentos financeiros – nota comercial	39.672	–
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento	**(5.121)**	**(4.300)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(1.418)**	**1.228**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	3.210	1.982
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios	1.792	3.210
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(1.418)**	**1.228**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional

A BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 3 de junho de 2013 com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 – 28º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo: (a) realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em *Shopping Centers* e *Outlets* e em atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; (b) a exploração e a gestão de imóveis próprios e/ou de terceiros e de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços conexos em operações imobiliárias de imóveis próprios e/ou de terceiros; e (c) a participação em outras sociedades empresárias e/ou em fundos de investimentos imobiliários, podendo as atividades aqui descritas serem exercidas diretamente ou através de controladas e coligadas.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de abril de 2026.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Políticas contábeis materiais

a. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Classificação e mensuração de ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensuração pelo valor justo por meio de resultados ("VJR"), valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e custo amortizado ("CA"). A classificação depende da análise realizada no modelo de negócio e o teste de Somente Pagamento de Principal e Juros ("SPPJ").

Ativos financeiros ao custo amortizado

A classificação dos ativos ao custo amortizado refere-se aos ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, sendo que esses fluxos de caixa representam SPPJ, e que não são designados ao valor justo por meio do resultado. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, deduzidos das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e a receita reconhecida por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

Para os valores a receber de clientes, a Companhia adotou a abordagem simplificada prevista no CPC 48 para mensurar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito durante a vida útil, considerando que os valores não possuem componente de financiamento significativo. A Companhia determina a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre esses recebíveis usando uma matriz de provisão estimada com base em características de risco de crédito das operações, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores aplicáveis à área de atuação. Portanto, o perfil do risco de crédito desses ativos é apresentado com base no seu status de vencimento na matriz de provisão.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros classificados ao custo amortizado são demonstrados pelos fluxos de caixa conhecidos ou calculáveis, deduzido das correspondentes despesas a apropriar e acrescido dos encargos e variações monetárias (em base "*pro-rata*") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

b. Propriedade para investimentos

A Companhia é proprietária de um edifício de lojas mantido para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorização. O imóvel não é ocupado pela Companhia.

A propriedade para investimento é demonstrada pelo custo, deduzida da depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.

A depreciação da propriedade para investimento é calculada sobre o custo de aquisição menos do valor residual, de acordo com o método linear, aplicando-se à taxa de 2% a.a. no horizonte de vida útil estimada de 50 anos, conforme laudo de avaliação de empresa especializada.

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação em relação à propriedade para investimento da Companhia são revisados e ajustados, se necessário, quando há indícios de mudanças desde a data do último balanço.

c. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

4. Gestão de riscos

A Companhia está exposta a riscos analisados a seguir, sendo apresentadas as políticas e os processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Os seguintes riscos são advindos do uso de instrumentos financeiros:

i. Risco de crédito

Está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais nos recebíveis.

A Companhia avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas para sua mitigação, com o objetivo de reduzir os riscos de não cumprimento dos compromissos assumidos. As aplicações financeiras são, geralmente, no curto prazo, em instituições financeiras tradicionais consideradas de baixo risco e ou aplicações no BR Partners Banco de Investimento S.A., instituição financeira pertencente ao Grupo BR Partners (vide nota nº 5).

A Companhia não identificou justificativas para a constituição de outras perdas esperadas sobre seus ativos.

ii. Risco de liquidez

Está relacionado com a possibilidade da Companhia encontrar dificuldades para cumprir as obrigações representadas pelos passivos que devem ser liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração é garantir a manutenção de liquidez suficiente para cumprir as obrigações da Companhia, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. A Companhia vem cumprindo pontualmente suas obrigações de curto prazo e a Administração afirma que continuará cumprindo as despesas operacionais de curto prazo. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos diariamente no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.

iii. Risco de mercado

Relaciona-se com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.

Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras e nota comercial referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, podem afetar as receitas e despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação.

A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil das aplicações e passivos financeiros remunerados por juros eram:

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Aplicações financeiras	1.790	3.209
Passivos financeiros	(40.657)	–
Exposição líquida	**(38.867)**	**3.209**

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:

As aplicações financeiras e passivos financeiros estão indexados à variação do CDI. Os detalhes da aplicação financeira e passivos financeiros estão nas notas explicativas nº 5 e 8, respectivamente.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Banco – conta corrente	2	1
Aplicações financeiras (1)	1.790	3.209
Total	**1.792**	**3.210**

(1) Aplicação financeira em certificado de depósito bancário, com taxa de remuneração de 104,5% do CDI ao ano e vencimento em 27 de novembro de 2028.

6. Ativos financeiros ao custo amortizado

a. Composição

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Outlet Premium Salvador (1)	5.703	5.655
BR Partners Outlet Premium FIP (nota 9)	1.609	–
General Shopping do Brasil	33	–
Total	**7.345**	**5.655**

(1) Referem-se a valores a receber de aluguéis do Outlet Premium Salvador ("*Shopping Center*"). A Administração dos *shoppings centers* adota medidas administrativas e judiciais de cobrança dos contratos de aluguéis inadimplentes. A evolução das perdes esperadas associadas ao risco de crédito, bem como seu impacto no resultado, estão apresentados no quadro abaixo de *aging list*.

b. Abertura por prazo – Outlet Premium Salvador

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
A vencer	**1.967**	**3.217**
1 a 30 dias	1.514	2.653
31 a 60 dias	237	377
61 a 90 dias	5	26
91 a 180 dias	14	88
181 a 360 dias	197	73
Vencidos	**3.736**	**2.438**
1 a 30 dias	678	289
31 a 60 dias	28	3
61 a 90 dias	16	–
91 a 180 dias	181	194
181 a 360 dias	395	1.952
Acima de 360 dias	2.438	–
Total	**5.703**	**5.655**

c. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Saldo inicial	**1.501**	**1.807**
Constituição/(reversão)	451	(306)
Saldo final	**1.952**	**1.501**

7. Propriedades para investimentos

A propriedade para investimento é composta por empreendimento no *Shopping Center*, denominado Outlet Premium Salvador ("*Shopping Center*").

O Outlet Premium Salvador, do grupo General Shopping, foi construído com concepção *open mall* e localiza-se às margens da Estrada do Coco, km 12,5, Vila de Abrantes, no município de Camaçari, situado a cerca de 41 km de Salvador. Dispõe de mais de 70 lojas nos segmentos de moda, alimentação, óptica e artigos para casa. É o primeiro *outlet center* da região, com uma área bruta locável de 14.964,41 m².

Em 18 de junho de 2013, foi celebrado o Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Parte Ideal de Imóvel e Outras Avenças, pelo qual a Companhia adquiriu 48% do *Shopping Center*. O investimento inicial no empreendimento foi de R$ 46.149.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi emitido Laudo de Avaliação em março de 2026, por empresa especializada, com o objetivo de avaliar o valor de mercado do empreendimento. Foi adotado como metodologia o fluxo de caixa descontado para a determinação de tal valor. O valor justo proporcional à participação da Companhia apurado para a data-base de 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 72.851 (R$ 81.156 em 2024).

	Terrenos	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2023	**4.962**	**39.917**	**44.879**
Depreciação	–	(991)	(991)
Em 31 de dezembro de 2024	**4.962**	**38.926**	**43.888**
Depreciação	–	(992)	(992)
Benfeitorias	–	257	257
Em 31 de dezembro de 2025	**4.962**	**38.191**	**43.153**

8. Instrumentos financeiros passivos

	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Recursos de emissão de títulos						
- Nota comercial (1)	–	257	–	39.678	39.935	–
Total	**–**	**257**	**–**	**39.678**	**39.935**	**–**

(1) Para a nota comercial pós-fixada a taxa de remuneração é de 100% do DI, + 2,1% a.a. com vencimento em dezembro de 2030.

9. Transações com partes relacionadas

As transações e saldos relacionados abaixo foram conduzidas com partes relacionadas no contexto usual de negócios da Companhia.

continua …

Ines249

BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 17.977.303/0001-61

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2025		Saldo em 31/12/2024	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)
Certificados de depósitos bancários				
BR Partners Banco de Investimento S.A.	1.790	335	3.209	242
Valores a pagar				
BR Partners Banco de Investimento S.A. (1)	–	(45)	–	(82)
BR Partners Outlet Premium FIP	1.609	–	–	–

(1) Refere-se a despesas administrativas entre empresas do Grupo BR Partners em função da utilização de estrutura comum.

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

Na Companhia, o capital social totalmente subscrito é representado por 7.740 de milhares de ações (41.606 em 2024), totalizando o montante de R$ 7.862 (R$ 42.260 em 2024).

Em 16 de dezembro de 2025 foi deliberada a redução de capital social no montante de R$ 34.398, correspondente a 33.864 milhares de ações ordinárias de emissão da Companhia.

b. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual obrigatório de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício, nos termos do art. 24 do Estatuto Social.

A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta total, a ser distribuídos ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei, podendo declarar dividendos intermediários.

Em 31 de dezembro de 2025 foram destinados dividendos relativos ao exercício no montante de R$ 3.633 (R$ 1.218 em 2024) e R$ 6.644 relativo a períodos anteriores (R$ 1.600 em 2024), deduzido da rubrica de "Outras reservas de lucros".

11. Receita operacional líquida

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Rendas de aluguéis		
Outlet Premium Salvador	8.419	7.781
Despesas tributárias		
(-) PIS e COFINS (nota 13c)	(306)	(283)
Total	**8.113**	**7.498**

12. Despesas administrativas

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Despesas de depreciação (nota 7)	992	991
Despesas de serviços técnicos especializados	741	24
Despesas de publicações	52	50
Contrato de rateio despesas administrativas (nota 9)	45	82
Outras despesas	77	69
Total	**1.907**	**1.216**

13. Tributos

a. Tributos sobre o lucro

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(1.251)	(881)
Total do imposto corrente	**(1.251)**	**(881)**
Imposto diferido		
Constituição/(utilização) imposto diferido sobre receita	245	(24)
Total do imposto diferido	**245**	**(24)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(1.006)**	**(905)**

b. Passivo fiscal diferido

	Saldo em 31/12/2024	Constituição	(Baixa)	Saldo em 31/12/2025
IRPJ e CSLL sobre receitas no regime caixa	245	58	(303)	–
PIS e COFINS sobre receitas no regime caixa	83	307	(390)	–
Total passivo fiscal diferido	**328**	**365**	**(693)**	**–**

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	(Baixa)	Saldo em 31/12/2024
IRPJ e CSLL sobre receitas no regime caixa	221	122	(98)	245
PIS e COFINS sobre receitas no regime caixa	74	285	(276)	83
Total passivo fiscal diferido	**295**	**407**	**(374)**	**328**

c. Despesas tributárias

	Saldo em 31/12/2025		Saldo em 31/12/2024	
	PIS	COFINS	PIS	COFINS
Receita tributável da atividade	**8.418**	**8.418**	**7.781**	**7.781**
Alíquota (0,65% de PIS e 3% de COFINS)	(54)	(252)	(51)	(232)
Despesa com PIS/COFINS	**(54)**	**(252)**	**(51)**	**(232)**

14. Outras informações

Contingências

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não foi parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros.

15. Eventos subsequentes

Em 19 de janeiro de 2026, a Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária (AGE) na qual foi deliberada e aprovada a redução do capital social em R$ 700, passando de R$ 7.862 (7.740 milhares de ações) em dezembro de 2025 para os atuais R$ 7.162 (7.051 milhares de ações) em janeiro de 2026.

A Diretoria

Hideo Antonio Kawassaki – Contador CRC 1SP 184007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da

BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A.

São Paulo- SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador
CRC 1SP 153.569/O-0

TRANSPARÊNCIA TRANSFORMA RESULTADOS EM VALOR
DEMONSTRE SEUS RESULTADOS ONDE INVESTIDORES E DECISORES BUSCAM REFERÊNCIA.
ESTADÃO RI
Publicação simultânea na plataforma de relações com investidores.
CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442
AGÊNCIA ESTADO
broadcast
ESTADÃO

Ines249

BR PARTNERS

BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A.

CNPJ/MF nº 31.799.830/0001-54

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
O ano de 2025 deu continuidade à trajetória de crescimento que já havia sido observada em 2023 e 2024. O Outlet Premium Salvador se mostrou resiliente ao cenário macro desafiador, terminando 2025 com vendas de R$ 310,7 milhões, um aumento de 10,0% em relação a 2024 – de acordo com a Associação Brasileira de Shoppings Centers, o setor teve um faturamento em 2025 apenas 1,2% acima de 2024. Apesar do cenário atual de alta de juros e possível menor crescimento da economia, acreditamos que o modelo de *shoppings outlets* continuará seu ciclo de maturação, atraindo consumidores que procuram uma melhor proposta de valor em suas compras e apresentando taxas de crescimento mais altas que a média do mercado.

Política de distribuição de dividendos
A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Circulante		**4.361**	**2.784**
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.018	781
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		2.322	1.841
- Valores a receber	6a	2.631	2.190
- Provisão para perdas esperadas	6c	(309)	(349)
Tributos a recuperar		21	31
Outros ativos		–	131
Não circulante		**12.775**	**12.479**
Propriedade para investimento	7	12.775	12.479
Total do ativo		**17.136**	**15.263**

Passivo	Notas	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Circulante		**928**	**763**
Instrumentos financeiros passivos	8	76	–
Fornecedores e outras contas a pagar		49	46
Dividendos a pagar	9	351	351
Tributos a recolher		452	106
Impostos diferidos	13b	–	260
Não circulante		**11.786**	**–**
Instrumentos financeiros passivos	8	11.786	–
Total do passivo		**12.714**	**763**
Patrimônio líquido			
Capital social	10a	3.711	11.900
Reservas de lucros		711	2.600
Total do Patrimônio líquido		**4.422**	**14.500**
Total do passivo e patrimônio líquido		**17.136**	**15.263**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Capital a integralizar	Reservas de lucros – Reserva legal	Reservas de lucros – Outras reservas	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**15.100**	**(1.200)**	**170**	**1.998**	**–**	**16.068**
Redução de capital	(2.000)	–	–	–	–	(2.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.483	1.483
Constituição de reservas	–	–	74	709	(783)	–
Dividendos	–	–	–	(351)	(700)	(1.051)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**13.100**	**(1.200)**	**244**	**2.356**	**–**	**14.500**
Redução de capital	(8.189)	–	–	–	–	(8.189)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.922	1.922
Constituição de reservas	–	–	96	372	(468)	–
Dividendos	–	–	–	(2.357)	(1.454)	(3.811)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**4.911**	**(1.200)**	**340**	**371**	**–**	**4.422**

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional
A BR Partners Outlet Fortaleza S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 24 de outubro de 2018, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 – 28º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
A Companhia tem por objetivo: (a) realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em *Shopping Centers* e *Outlets* e em atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; (b) a exploração e a gestão de imóveis próprios e/ou de terceiros e de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços conexos em operações imobiliárias de imóveis próprios e/ou de terceiros; e (c) a participação em outras sociedades empresárias e/ou em fundos de investimentos imobiliários, podendo as atividades aqui descritas serem exercidas diretamente ou através de controladas e coligadas.
A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de abril de 2026.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
a. Base de preparação e apresentação
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
b. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Políticas contábeis materiais
a. Instrumentos financeiros ao custo amortizado
Classificação e mensuração de ativos financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensuração pelo valor justo por meio de resultados ("VJR"), valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e custo amortizado ("CA"). A classificação depende da análise realizada no modelo de negócio e o teste de Somente Pagamento de Principal e Juros ("SPPJ").
Ativos financeiros ao custo amortizado
A classificação dos ativos ao custo amortizado refere-se aos ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, sendo que esses fluxos de caixa representam SPPJ, e que não são designados ao valor justo por meio do resultado. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, deduzidos das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e a receita reconhecida por meio da utilização da taxa efetiva de juros.
Para os valores a receber de clientes, a Companhia adotou a abordagem simplificada prevista no CPC 48 para mensurar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito durante a vida útil, considerando que os valores não possuem componente de financiamento significativo. A Companhia determina a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre esses recebíveis usando uma matriz de provisão estimada com base em características de risco de crédito das operações, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores aplicáveis à área de atuação. Portanto, o perfil do risco de crédito desses ativos é apresentado com base no seu status de vencimento na matriz de provisão.
Passivos financeiros
Os passivos financeiros classificados ao custo amortizado são demonstrados pelos fluxos de caixa conhecidos ou calculáveis, deduzido das correspondentes despesas a apropriar e acrescido dos encargos e variações monetárias (em base "*pro-rata*") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.
b. Propriedade para investimentos
A Companhia é proprietária de um edifício de lojas mantido para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorização. O imóvel não é ocupado pela Companhia.
A propriedade para investimento é demonstrada pelo custo, deduzida da depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.
A depreciação da propriedade para investimento é calculada sobre o custo de aquisição menos do valor residual, de acordo com o método linear, aplicando-se à taxa de 2% a.a. no horizonte de vida útil estimada de 50 anos, conforme laudo de avaliação de empresa especializada.
O valor residual, a vida útil e o método de depreciação em relação à propriedade para investimento da Companhia são revisados e ajustados, se necessário, quando há indícios de mudanças desde a data do último balanço.
c. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros
Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

4. Gestão de riscos
A Companhia está exposta a riscos analisados a seguir, sendo apresentadas as políticas e os processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Os seguintes riscos são advindos do uso de instrumentos financeiros:
i. Risco de crédito
Está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais nos recebíveis.
A Companhia avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas para sua mitigação, com o objetivo de reduzir os riscos de não cumprimento dos compromissos assumidos. As aplicações financeiras são, geralmente, no curto prazo, em instituições financeiras tradicionais consideradas de baixo risco e ou aplicações no BR Partners Banco de Investimento S.A., instituição financeira pertencente ao Grupo BR Partners (vide nota nº 5).
A Companhia não identificou justificativas para a constituição de outras perdas esperadas sobre seus ativos.
ii. Risco de liquidez
Está relacionado com a possibilidade da Companhia encontrar dificuldades para cumprir as obrigações representadas pelos passivos que devem ser liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro.
A abordagem da Administração é garantir a manutenção de liquidez suficiente para cumprir as obrigações da Companhia, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. A Companhia vem cumprindo pontualmente suas obrigações de curto prazo e a Administração afirma que continuará cumprindo as despesas operacionais de curto prazo. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos diariamente no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.
iii. Risco de mercado
Relaciona-se com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.
Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras e nota comercial referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, podem afetar as receitas e despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação.
A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.
Na data das demonstrações financeiras, o perfil das aplicações e passivos financeiros remunerados por juros eram:

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Aplicações financeiras	2.017	780
Passivos financeiros	(11.862)	–
Exposição líquida	**(9.845)**	**780**

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:
As aplicações financeiras e passivos financeiros estão indexados à variação do CDI. Os detalhes da aplicação financeira e passivos financeiros estão nas notas explicativas nº 5 e 8, respectivamente.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Bancos – conta corrente	1	1
Aplicações financeiras [1]	2.017	780
Total	**2.018**	**781**

[1] Aplicação financeira em certificado de depósito bancário, com taxa de remuneração de 105% do CDI ao ano e vencimento em 27 de dezembro de 2028.

6. Ativos financeiros ao custo amortizado
a. Composição

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Outlet Premium Fortaleza [1]	2.361	2.023
General Shopping do Brasil	270	167
Total	**2.631**	**2.190**

[1] Referem-se a valores a receber de aluguéis do Outlet Premium Fortaleza ("*Shopping Center*"). A Administração dos *shoppings centers* adota medidas administrativas e judiciais de cobrança dos contratos de aluguéis inadimplentes. A evolução das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como seu impacto no resultado, estão apresentados no quadro abaixo de *aging list*.

b. Abertura por prazo – Outlet Premium Fortaleza

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
A vencer	**1.296**	**1.797**
1 a 30 dias	1.216	1.782
31 a 60 dias	3	2
61 a 90 dias	2	2
91 a 180 dias	75	11
Vencidos	**1.065**	**393**
1 a 30 dias	212	7
31 a 60 dias	99	8
61 a 90 dias	93	13
91 a 180 dias	118	27
181 a 360 dias	153	–
Acima de 360 dias	390	338
Total	**2.361**	**2.190**

c. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Saldo inicial	**349**	**384**
(-) Reversão	(40)	(35)
Saldo final	**309**	**349**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Receita operacional líquida	11	4.258	3.874
Custos com manutenção		(1.530)	(1.614)
Resultado operacional líquido		**2.728**	**2.260**
Provisão para perdas esperadas	6c	40	35
Despesas administrativas	12	(471)	(477)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas de impostos		**2.297**	**1.818**
Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros		239	125
Despesas de juros e ganhos em instrumentos financeiros		(76)	(4)
Resultado financeiro líquido		**163**	**121**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**2.460**	**1.939**
Tributo sobre o lucro	13a	(538)	(456)
Lucro líquido do exercício		**1.922**	**1.483**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Lucro líquido do exercício	1.922	1.483
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**1.922**	**1.483**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido	1.922	1.483
Ajuste para:		
Depreciações	285	280
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(195)	9
Provisão para perdas esperadas	(40)	(35)
Despesas de juros – nota comercial	76	–
Lucro líquido ajustado	**2.048**	**1.737**
Variações em:		
Valores a receber	(441)	(424)
Tributos a recuperar	10	(5)
Outros ativos	131	(109)
Fornecedores e outras contas a pagar	3	–
Tributos a recolher	739	392
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**2.490**	**1.591**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(458)	(471)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**2.032**	**1.120**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de investimento em edificações/expansões	(581)	(116)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento	**(581)**	**(116)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	(8.189)	(2.000)
Dividendos pagos	(3.811)	(1.400)
Emissão de instrumentos financeiros – nota comercial	11.786	–
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento	**(214)**	**(3.400)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.237**	**(2.396)**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	781	3.177
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios	2.018	781
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.237**	**(2.396)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

7. Propriedades para investimentos
A propriedade para investimento é composta por empreendimento no *Shopping Center*, denominado Outlet Premium Fortaleza *("Shopping Center")*.
O Outlet Premium Fortaleza, do Grupo General Shopping, foi inaugurado em outubro de 2014, é o primeiro e único *outlet* do Estado do Ceará e é a maior referência do segmento na região Norte/Nordeste. Tem uma área bruta locável (ABL) de 15.137 m2, com mais de 90 marcas nos setores de moda, acessórios, cama, mesa e banho, óticas, artigos esportivos, alimentação e um estacionamento gratuito para 1.300 veículos.
Em 1 de novembro de 2018, foi celebrado o Instrumento Particular de Compromisso de Compra de Venda de Fração Ideal de Imóvel e Outras Avenças, no qual a Companhia adquiriu 50% do montante de R$ 22.476.
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi emitido Laudo de Avaliação em março de 2026, por empresa especializada, com o objetivo de avaliar o valor de mercado do empreendimento. Foi adotado como metodologia o fluxo de caixa descontado para a determinação de tal valor. O valor justo proporcional à participação da Companhia apurado para a data-base de 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 38.568 (R$ 44.418 em 2024).

	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2023	**12.643**	**12.643**
Benfeitorias	116	116
Depreciação	(280)	(280)
Em 31 de dezembro de 2024	**12.479**	**12.479**
Benfeitorias	581	581
Depreciação	(285)	(285)
Em 31 de dezembro de 2025	**12.775**	**12.775**

8. Instrumentos financeiros passivos

	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Recursos de emissão de títulos						
- Nota comercial [1]	–	–	76	11.786	11.862	–
Total	**–**	**–**	**76**	**11.786**	**11.862**	**–**

[1] Para a nota comercial pós-fixada a taxa de remuneração é de 100% do DI, + 2,1% a.a. com vencimento em dezembro de 2030.

9. Transações com partes relacionadas
As transações e saldos relacionados abaixo foram conduzidas com partes relacionadas no contexto usual de negócios da Companhia.

	Saldo em 31/12/2025		Saldo em 31/12/2024	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)
Certificados de depósitos bancários				
BR Partners Banco de Investimento S.A.	2.017	236	780	125
Valores a pagar				
BR Partners Outlet Premium FIP [1]	(352)	–	(351)	–
BR Partners Banco de Investimento S.A. [2]	–	(45)	–	(82)

[1] Refere-se a dividendos a pagar ao controlador.
[2] Refere-se a despesas administrativas entre empresas do Grupo BR Partners em função da utilização de estrutura comum.

continua ...

Ines249

BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A.

CNPJ/MF nº 31.799.830/0001-54

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

Na Companhia, o capital social totalmente subscrito é representado por 3.711 de milhares de ações (6.442 em 2024), totalizando o montante de R$ 4.911 (R$ 13.100 em 2024). O montante de R$ 1.200 (R$ 1.200 em 2024) refere-se a parcela do capital a integralizar que é deduzida do patrimônio líquido.

Em 16 de dezembro de 2025 foi deliberada a redução de capital social no montante de R$ 8.189, correspondente a 4.237 milhares de ações ordinárias de emissão da Companhia.

b. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual obrigatório de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício, nos termos do art. 24 do Estatuto Social.

A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta total, a ser distribuídos ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei, podendo declarar dividendos intermediários.

Em 31 de dezembro de 2025 foram destinados dividendos relativos ao exercício no montante de R$ 1.454 (R$ 700 em 2024) e R$ 2.357 relativo a períodos anteriores, deduzido da rubrica de "Outras reservas de lucros".

11. Receita operacional líquida

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Rendas de aluguéis		
Outlet Premium Fortaleza	4.419	4.021

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Despesas tributárias		
PIS/COFINS (nota 13c)	(161)	(147)
Total	**4.258**	**3.874**

12. Despesas administrativas

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Despesas de depreciação (nota 7)	285	280
Despesas de serviços técnicos especializados	54	21
Despesas de publicações	51	48
Contrato de rateio de despesas administrativas (nota 9)	45	82
Outras despesas	36	46
Total	**471**	**477**

13. Tributos

a. Tributos sobre o lucro

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Imposto corrente		
IRPJ e CSLL corrente sobre o lucro do exercício	(733)	(449)
Total do imposto corrente	**(733)**	**(449)**
Imposto diferido		
Constituição/(utilização) de IRPJ e CSLL diferido sobre receita	195	(7)
Total do imposto diferido	**195**	**(7)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(538)**	**(456)**

b. Passivo fiscal diferido

	Saldo em 31/12/2024	Constituição	(Baixa)	Saldo em 31/12/2025
IRPJ e CSLL sobre receitas no regime caixa	195	53	(248)	–
PIS e COFINS sobre receitas no regime caixa	65	161	(226)	–
Total passivo fiscal diferido	**260**	**214**	**(474)**	**–**

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	(Baixa)	Saldo em 31/12/2024
IRPJ e CSLL sobre receitas no regime caixa	188	78	(71)	195
PIS e COFINS sobre receitas no regime caixa	63	147	(145)	65
Total passivo fiscal diferido	**251**	**225**	**(216)**	**260**

c. Despesas tributárias

	Saldo em 31/12/2025		Saldo em 31/12/2024	
	PIS	COFINS	PIS	COFINS
Receita tributável da atividade	**4.419**	**4.419**	**4.021**	**4.021**
Alíquota (0,65% de PIS e 3,00% de COFINS)	(29)	(132)	(25)	(122)
Total de despesa em PIS/COFINS	**(29)**	**(132)**	**(25)**	**(122)**

14. Outras informações

Contingências

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não foi parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros.

A Diretoria

Hideo Antonio Kawassaki – Contador CRC 1SP 184.007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2026.
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6
Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP 153.569/O-0

www.brpartners.com.br

PODCAST
Estadão Analisa
com Carlos Andreazza
Uma das principais vozes da análise política brasileira está no podcast 'Estadão Analisa'.
Com um texto irreverente e críticas contundentes, Andreazza tem um encontro marcado com você nas manhãs para um papo intimista, em que analisa temas do momento a partir do discurso de figuras centrais da política e da economia.
Assista AO VIVO pelo canal do Estadão no Youtube.
Ou ouça depois nas principais plataformas de áudio e vídeo do Estadão.
DE SEGUNDA A SEXTA
7h DA MANHÃ
ESTADÃO

Ines249

BR PARTNERS

BR Partners Outlet Brasília S.A.

CNPJ/MF nº 31.961.265/0001-80

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: O ano de 2025 deu continuidade à trajetória de crescimento que já havia sido observada em 2023 e 2024. Mesmo sendo um shopping maduro, o Outlet Premium Brasília se mostrou resiliente ao cenário macro desafiador, terminando 2025 com vendas de R$ 477,7 milhões, um aumento de 2,5% em relação a 2024 – de acordo com a Associação Brasileira de Shoppings Centers, o setor teve um faturamento em 2025 apenas 1,2% acima de 2024.

Apesar do cenário atual de alta de juros e possível menor crescimento da economia, acreditamos que o modelo de shoppings outlets continuará seu ciclo de maturação, atraindo consumidores que procuram uma melhor proposta de valor em suas compras e apresentando taxas de crescimento mais altas que a média do mercado.

Política de distribuição de dividendos: A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Circulante		**7.789**	**7.417**
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.353	3.055
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		4.350	4.336
- Valores a receber	6a	5.069	4.717
- Provisão para perdas esperadas	6c	(719)	(381)
Tributos a recuperar		86	26
Não circulante		**38.553**	**39.375**
Instrumentos financeiros ao custo amortizado			
- Valores a receber	6a	61	–
Propriedade para investimento	7	38.492	39.375
Total do ativo		**46.342**	**46.792**

Passivo	Notas	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Circulante		**606**	**40.536**
Instrumentos financeiros passivos	8	241	40.066
Fornecedores e outras contas a pagar		59	57
Tributos a recolher		306	413
Não circulante		**39.453**	**–**
Instrumentos financeiros passivos	8	**39.453**	**–**
Total do passivo		**40.059**	**40.536**
Patrimônio líquido			
Capital social	10a	6.501	6.501
Reserva de lucros		79	78
(-) Prejuízos acumulados		(297)	(323)
Total do patrimônio líquido		**6.283**	**6.256**
Total do passivo e patrimônio líquido		**46.342**	**46.792**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional

A BR Partners Outlet Brasília S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 3 de junho de 2019, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 – 28º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo: (a) realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em *Shopping Centers* e *Outlets* e em atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; (b) a exploração e a gestão de imóveis próprios e/ou de terceiros e de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços conexos em operações imobiliárias de imóveis próprios e/ou de terceiros; e (c) a participação em outras sociedades empresárias e/ou em fundos de investimentos imobiliários, podendo as atividades aqui descritas serem exercidas diretamente ou através de controladas e coligadas.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 17 de abril de 2026.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Políticas contábeis materiais

a. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Classificação e mensuração de ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensuração pelo valor justo por meio de resultados ("VJR"), valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e custo amortizado ("CA"). A classificação depende da análise realizada no modelo de negócio e o teste de Somente Pagamento de Principal e Juros ("SPPJ").

Ativos financeiros ao custo amortizado

A classificação dos ativos ao custo amortizado refere-se aos ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, sendo que esses fluxos de caixa representam SPPJ, e que não são designados ao valor justo por meio do resultado. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, deduzidos das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e a receita reconhecida por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

Para os valores a receber de clientes, a Companhia adotou a abordagem simplificada prevista no CPC 48 para mensurar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito durante a vida útil, considerando que os valores não possuem componente de financiamento significativo. A Companhia determina a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre esses recebíveis usando uma matriz de provisão estimada com base em características de risco de crédito das operações, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores aplicáveis à área de atuação. Portanto, o perfil do risco de crédito desses ativos é apresentado com base no seu status de vencimento na matriz de provisão.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros classificados ao custo amortizado são demonstrados pelos fluxos de caixa conhecidos ou calculáveis, deduzido das correspondentes despesas a apropriar e acrescido dos encargos e variações monetárias (em base "*pro-rata*") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

b. Propriedade para investimentos

A Companhia é proprietária de um edifício de lojas mantido para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorização. O imóvel não é ocupado pela Companhia.

A propriedade para investimento é demonstrada pelo custo, deduzida da depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.

A depreciação da propriedade para investimento é calculada sobre o custo de aquisição menos do valor residual, de acordo com o método linear, aplicando-se à taxa de 2% a.a. no horizonte de vida útil estimada de 50 anos, conforme laudo de avaliação de empresa especializada.

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação em relação à propriedade para investimento da Companhia são revisados e ajustados, se necessário, quando há indícios de mudanças desde a data do último balanço.

c. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

4. Gestão de riscos

A Companhia está exposta a riscos analisados a seguir, sendo apresentadas as políticas e os processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Os seguintes riscos são advindos do uso de instrumentos financeiros:

i. Risco de crédito

Está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais nos recebíveis.

A Companhia avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas para sua mitigação, com o objetivo de reduzir os riscos de não cumprimento dos compromissos assumidos. As aplicações financeiras são, geralmente, no curto prazo, em instituições financeiras tradicionais consideradas de baixo risco e ou aplicações no BR Partners Banco de Investimento S.A., instituição financeira pertencente ao Grupo BR Partners (vide nota nº 5).

A Companhia não identificou justificativas para a constituição de outras perdas esperadas sobre seus ativos.

ii. Risco de liquidez

Está relacionado com a possibilidade da Companhia encontrar dificuldades para cumprir as obrigações representadas pelos passivos que devem ser liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração é garantir a manutenção de liquidez suficiente para cumprir as obrigações da Companhia, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. A Companhia vem cumprindo pontualmente suas obrigações de curto prazo e a Administração afirma que continuará cumprindo as despesas operacionais de curto prazo. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos diariamente no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.

iii. Risco de mercado

Relaciona-se com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.

Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras e debêntures referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, podem afetar as receitas e despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação.

A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil das aplicações e passivos financeiros remunerados por juros eram:

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Aplicações financeiras	3.352	3.054
Passivos financeiros	(39.694)	(40.066)
Exposição líquida	**(36.342)**	**(37.012)**

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:

As aplicações financeiras e passivos financeiros estão indexados à variação do CDI. Os detalhes da aplicação financeira e passivos financeiros estão nas notas explicativas nº 5 e 8, respectivamente. A Companhia entende que não há impacto nas demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Banco – conta corrente	1	1
Aplicações financeiras (1)	3.352	3.054
Total	**3.353**	**3.055**

(1) Aplicação financeira em certificado de depósito bancário, com taxa de remuneração de 104,5% do CDI ao ano e vencimento em 06 de dezembro de 2028.

6. Ativos financeiros ao custo amortizado

a. Composição

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Valores a receber de empresa ligada	226	226
Outlet Premium Brasília (1)	3.102	2.277
Fundo de Reserva (nota 8)	1.646	2.020
General Shopping Brasil (2)	156	194
Total	**5.130**	**4.717**

(1) Referem-se a valores a receber de aluguéis do Outlet Premium Brasília ("*Shopping Center*"). A Administração dos *shoppings centers* adota medidas administrativas e judiciais de cobrança dos contratos de aluguéis inadimplentes. A evolução das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como seu impacto no resultado, estão apresentados no quadro abaixo de *aging list*.

(2) Valores a receber da General Shopping do Brasil relativo a ressarcimento de despesas.

b. Abertura por prazo – Outlet Premium Brasília

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
A vencer	**1.728**	**1.930**
1 a 30 dias	1.399	1.666
31 a 60 dias	196	212
61 a 90 dias	16	11
91 a 180 dias	35	41
181 a 360 dias	21	–
Acima de 360 dias	61	–
Vencidos	**1.374**	**347**
1 a 30 dias	103	176
31 a 60 dias	38	–
61 a 90 dias	78	15
191 a 180 dias	192	20
181 a 360 dias	205	136
Acima de 360 dias	758	–
Total	**3.102**	**2.277**

c. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Saldo inicial	**381**	**365**
(+) Constituição	338	16
Saldo final	**719**	**381**

7. Propriedade para investimentos

O Shopping Center Outlet Premium Brasília, do Grupo General Shopping, foi construído com concepção *open mall* e localiza-se às margens da BR-060, em Alexânia, município que integra a microrregião da capital federal. Dispõe de mais de 80 lojas nos segmentos de moda, alimentação, óptica e artigos para casa. É o primeiro *outlet center* da região, com uma área de 121 mil m2 e um projeto arquitetônico inspirado na arquitetura do plano-piloto da capital do país.

Em 18 de julho de 2019, foi celebrado o Instrumento Particular de Compromisso de Compra de Venda de Fração Ideal de Imóvel e Outras Avenças, no qual a Companhia adquiriu 28,23% no montante de R$ 40.677.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi emitido Laudo de Avaliação em março de 2026, por empresa especializada, com o objetivo de avaliar o valor de mercado do empreendimento. Foi adotado como metodologia o fluxo de caixa descontado para a determinação de tal valor. O valor justo proporcional à participação da Companhia apurado para a data-base de 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 83.834 (R$ 87.823 em 2024).

	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2023	**40.159**	**40.159**
Benfeitorias	97	97
Depreciação	(881)	(881)
Em 31 de dezembro de 2024	**39.375**	**39.375**
Depreciação	(883)	(883)
Em 31 de dezembro de 2025	**38.492**	**38.492**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Receita operacional líquida	11	8.418	7.968
Custos com manutenção		(582)	(483)
Resultado operacional líquido		**7.836**	**7.485**
Despesas administrativas	12	(1.475)	(1.096)
Provisão para perdas esperadas	6c	(338)	(16)
Outras receitas operacionais		488	199
Outras despesas operacionais		(119)	(19)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas de impostos		**6.392**	**6.553**
Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros		448	260
Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros		(6.660)	(5.560)
Resultado financeiro líquido		**(6.212)**	**(5.300)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**180**	**1.253**
Tributo sobre o lucro	13a	(153)	(401)
Lucro líquido do exercício		**27**	**852**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Lucro líquido do exercício	27	852
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**27**	**852**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**6.501**	**35**	**(1.132)**	**5.404**
Constituição de reserva legal	–	43	(43)	–
Lucro líquido do exercício	–	–	852	852
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**6.501**	**78**	**(323)**	**6.256**
Constituição de reserva legal	–	1	(1)	–
Lucro líquido do exercício	–	–	27	27
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**6.501**	**79**	**(297)**	**6.283**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de reais)*

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido	27	852
Ajustes para:		
Depreciações	883	881
Provisão para perdas esperadas	338	16
Despesas de juros – debêntures	6.660	5.556
Lucro líquido ajustado	**7.908**	**7.305**
Variações em:		
Valores a receber	(413)	(548)
Tributos a recuperar	(60)	17
Fornecedores e outras contas a pagar	2	(1)
Impostos a recolher	162	348
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**7.599**	**7.121**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(269)	(88)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**7.330**	**7.033**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de investimentos em edificações/expansões	–	(97)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento	**–**	**(97)**
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento		
Pagamento de juros de debêntures	(7.032)	(5.382)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento	**(7.032)**	**(5.382)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**298**	**1.554**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	3.055	1.501
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios	3.353	3.055
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**298**	**1.554**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Instrumentos financeiros passivos

Refere-se a emissão privada de debêntures no valor total de R$ 40.000 destinados integralmente e exclusivamente para a aquisição da fração ideal de 28,23% do empreendimento imobiliário denominado Outlet Premium Brasília, conforme Instrumento Particular de Escritura de julho de 2019.

Em 08 de maio de 2025 foi aprovada: (i) a prorrogação da data de vencimento final das Debêntures, anteriormente previstas para os dias 20 e 23 de junho de 2025, alterando-as para os dias 21 e 25 de junho de 2030, respectivamente; e (ii) a redução da taxa de remuneração das debêntures anteriormente composta de 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescida de sobretaxa equivalente a 3,00% ao ano, para 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescida de sobretaxa equivalente a 2,50% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo era de R$ 39.694 (R$ 40.066 em 2023), sendo classificado ao custo amortizado.

Como garantia há: (i) um fundo de reserva, em 31 de dezembro de 2025 no valor de R$ 1.646 (R$ 2.020 em 2024); (ii) alienação fiduciária das ações; e (iii) cessão fiduciária dos recebíveis.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia esteve em conformidade com os *covenants* financeiros das debêntures. Ensejam no vencimento antecipado automático das debêntures o inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista (aproximadamente R$ 200 ao mês), e, desde que na hipótese de utilização do fundo de reserva (no valor de R$ 350) para o pagamento mensal do CRI ("Certificados de Recebíveis Imobiliários"), não haja recomposição do fundo.

As despesas financeiras registrada na demonstração do resultado refere-se, substancialmente, a despesa de juros de debêntures no valor de R$ 6.660 em 2025 (R$ 5.556 em 2024).

9. Transações com partes relacionadas

As transações e saldos relacionados abaixo foram conduzidas com partes relacionadas no contexto usual de negócios da Companhia.

	Saldo em 31/12/2025		Saldo em 31/12/2024	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)
Certificados de depósitos bancários				
BR Partners Banco de Investimento S.A.	3.352	448	3.054	257

continua …

Ines249

BR Partners Outlet Brasília S.A.

CNPJ/MF nº 31.961.265/0001-80

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2025		Saldo em 31/12/2024	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)
Valores a receber				
BR Partners Outlet Premium FIP [1]	226	–	226	–
Valores a pagar				
BR Partners Banco de Investimento S.A. [2]	–	(45)	–	(82)

(1) Refere-se a valores a receber de empresa ligada, sobre a integralização de capital subscrito conforme boletim de subscrição datado em 3 de junho de 2019.

(2) Refere-se ao pagamento de despesas administrativas rateadas entre empresas do Grupo BR Partners em função da utilização de estrutura comum.

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

A quantidade total de ações é de 6.501, com valor nominal de R$ 1 (em real) por ação, representando o valor do capital social R$ 6.501 em 2025 e 2024.

b. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual obrigatório de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício, nos termos do Art. 24 do Estatuto Social.

A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta total, a ser distribuídos ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei, podendo declarar dividendos intermediários.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram distribuídos dividendos.

11. Receita operacional líquida

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Rendas de aluguéis		
Outlet Premium Brasília	9.186	8.690
Despesas tributárias		
PIS/COFINS (nota 13b)	(768)	(722)
Total	**8.418**	**7.968**

12. Despesas administrativas

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Despesas de depreciação (nota 7)	883	881
Despesas de publicações	52	47
Contrato de rateio de despesas administrativas (nota 9)	45	82
Despesas de serviços técnicos especializados	371	21
Outras despesas	124	65
Total	**1.475**	**1.096**

13. Tributos

a. Tributos sobre o lucro

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**180**	**1.253**
Alíquota (25% de IR e 9% de CSLL)	(37)	(402)
Diferenças temporárias sem registro de ativos fiscais diferidos	(116)	(6)
Prejuízo fiscal	–	7
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(153)**	**(401)**

O montante de prejuízo fiscal não registrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 264 (R$ 149 em 31 de dezembro de 2024) os quais serão registrados quando apresentarem efetiva perspectiva de realização.

b. Despesas tributárias

	Saldo em 31/12/2025		Saldo em 31/12/2024	
	PIS	COFINS	PIS	COFINS
Receita tributável da atividade	9.186	9.186	8.690	8.690
Alíquota (1,65% de PIS e 7,60% de COFINS)	(152)	(698)	(143)	(660)
Créditos de PIS/COFINS sobre depreciação	15	67	15	67
PIS/COFINS sobre atividade principal	**(137)**	**(631)**	**(128)**	**(593)**
Outras receitas tributáveis	488	488	202	202
Alíquota (1,65% de PIS e 7,60% de COFINS)	(8)	(37)	(3)	(15)
PIS/COFINS sobre outras receitas	**(8)**	**(37)**	**(3)**	**(15)**
Receitas financeiras	448	448	260	260
Alíquota (0,65% de PIS e 4,00% de COFINS)	(3)	(18)	(2)	(10)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	**(3)**	**(18)**	**(2)**	**(10)**
Total de despesa com PIS/COFINS	**(148)**	**(686)**	**(133)**	**(618)**

14. Outras informações

Contingências

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não foi parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros.

A DIRETORIA

Hideo Antonio Kawassaki – Contador CRC 1SP 184.007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da

BR Partners Outlet Brasília S.A. | São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BR Partners Outlet Brasília S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR Partners Outlet Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2026.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP 014.428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador
CRC 1SP 153.569/O-0

www.brpartners.com.br